

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
UNESP/ Campus de Franca

Reginaldo Guiraldelli

SER NEGRA
NA PRECARIEDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Franca – SP

2006

Reginaldo Guiraldelli

SER NEGRA

NA PRECARIEDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP/ campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Helen Barbosa Raiz Engler.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

Franca – SP

2006

Guiraldelli, Reginaldo.

**Ser negra na precariedade das relações de trabalho /
Reginaldo Guiraldelli. – Franca: UNESP, 2006**

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade
de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Mulher negra – Trabalho – Informalidade. 2.
Raça/Etnia – Questão social. 3. Gênero.

CDD – 362.8105

Reginaldo Guiraldelli

SER NEGRA
NA PRECARIEDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP – campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Helen Barbosa Raiz Engler.
Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente (orientadora): _____

Prof^a. Dr^a. Helen Barbosa Raiz Engler

Examinador 1: _____

Examinador 2: _____

Franca, SP _____, _____ de 2006.

Dedico este trabalho aos meus pais, que mesmo não sendo pessoas letradas me proporcionaram ler o mundo e acreditar que os sonhos são possíveis.

Minha mãe, fonte de segurança, persistência, garra e determinação.

Às mulheres que lutam e acreditam em um mundo em que impere a igualdade.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família: Nirce, Antônio e Elaine por terem me acompanhado em mais uma etapa de vida acadêmica, e com isso souberam compreender meus momentos de inquietude, frustração, tristeza, ansiedade, alegrias, vitórias, conquistas e concretização dos meus projetos de vida.

À doce Eduarda, pela singeleza no sorriso, atitudes travessas e olhar pueril que nunca deixaram de ser grandes fontes para as minhas inspirações.

À Professora Helen, que esteve ao meu lado nessa travessia, onde pudemos compartilhar um espaço prazeroso não só na construção de conhecimentos científicos, mas acima de tudo de valorização do homem, de crença numa ética pautada em princípios de equidade e uma visão de mundo que rompa com o enrijecimento dos saberes e possa incitar novas invenções dando respostas concretas às necessidades da sociedade. Sua presença e concepção de homem/mundo foi e sempre será de suma importância para o meu enriquecimento não só intelectual, mas me possibilitou ampliar horizontes e crer em uma nova filosofia de vida e de prática profissional para construirmos um mundo mais humano e justo. Além disso, me mostrou o principal papel do educador, sendo este não um ser que transmite verdades absolutas, mas aquele que ensina a construir, desconstruir e reconstruir caminhos.

Um agradecimento especial a minha irmã Elaine, pois sem o seu apoio talvez não realizasse sequer a metade do que consegui até aqui.

Aos colegas do curso de pós-graduação que caminharam comigo nesse curto período, tendo uma presença marcante e significativa na minha vida, seja nos momentos mais frustrantes e tensos, quanto nos mais calorosos. Agradeço em

especial ao André e a Semíramis, que compartilharam comigo a árdua trajetória de um mestrado.

Amanda, uma amiga especial, que sempre me acolheu em Franca, além de me confortar com palavras prudentes e sensatas nos momentos mais árdusos.

Além destes, não poderia deixar de mencionar a Meire, grande amiga e parceira, sempre fluindo e fruindo comigo diante das adversidades no mundo da vida e nos trilhos do Serviço Social.

Um agradecimento também à Marília, pela revisão gramatical e ortográfica.

Aos funcionários da biblioteca, Lurdinha, Márcio, Enide e Laura, pela prestatividade.

Minha eterna gratidão às mulheres que participaram da realização e construção desse trabalho, dando voz e materialidade a elaboração de um conhecimento que visa de alguma forma contribuir e suscitar novas reflexões.

RESUMO

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Ser negra na precariedade das relações de trabalho**. 2006. 234 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2006.

O presente estudo objetiva suscitar algumas reflexões sobre as condições de vida, de trabalho e as estratégias de sobrevivência das mulheres negras que se encontram na informalidade no município de Franca, com ênfase para o trabalho domiciliar. Partimos de uma análise sobre as profundas alterações ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho, que modificou as formas de gerir e organizar os processos produtivos em decorrência de novos imperativos da ordem capitalista. Como estratégia de saída das crises, o próprio sistema criou medidas para dar continuidade aos seus ideários, como ocorreu com o processo de reestruturação produtiva. Frente aos novos arranjos do setor produtivo, verificamos o crescimento do desemprego, degradação das condições de trabalho diante do desmonte dos direitos trabalhistas, outrora conquistados, e expansão da informalidade, caracterizada pelo descumprimento da legislação e ausência de proteção social. Nesse horizonte, houve uma intensificação das subcontratações e do trabalho domiciliar, engendrados pela lógica da terceirização. Isso é perceptível no cenário de Franca, município localizado na região nordeste do estado de São Paulo e que tem como pólo econômico a produção do calçado masculino de couro. É nesse *locus* que se dá a realização da respectiva pesquisa. O trabalho domiciliar, que não corresponde a nenhuma novidade no município de Franca, toma um novo redimensionamento com sua intensificação no contexto da reestruturação produtiva. A indústria calçadista francana passa a adotar a filosofia de redução dos custos da força de trabalho como estratégia para se consolidar no mercado capitalista, redundando em êxitos para o ramo coureiro-calçadista e provocando a transferência de processos produtivos, como a costura manual do calçado, para o ambiente domiciliar, marcado pela precariedade e invisibilidade das relações de trabalho e tendo como expoente o predomínio da mão-de-obra feminina. Podemos considerar que grande parcela dessas trabalhadoras são mulheres negras, porém é impossível quantificá-las ante a carência de bancos de dados sobre tal assunto. Para nos aproximarmos do universo dessas mulheres negras utilizamos como método de análise a história oral, com ênfase para a história de vida, objetivando apreender a trama das relações sociais e a esfera da subjetividade dessas trabalhadoras. Por meio do uso da entrevista aberta e do gravador como técnica para capturar as narrativas, perpassamos a trajetória de vida dessas mulheres, retratando infância, adolescência até o momento atual, com o intuito de refletir sobre suas experiências, visão de homem/mundo, entre outras. Diante do analisado, compreendemos que essas mulheres negras ainda ocupam posições de subalternidade e de menor prestígio na ordem societária, perpetuando nas atividades tidas por naturalmente e essencialmente femininas. No mais, vivenciam na cotidianidade as relações de opressão, discriminação e precariedade das relações de trabalho diante dos baixos salários, extensa e tripla jornada de trabalho e miserabilidade. O que se verifica é que as condições de vida e trabalho dessas trabalhadoras são degradantes e as estratégias de sobrevivência são inúmeras frente à necessidade de suprimento de suas carências básicas e dos entes familiares.

Palavras-chave: Trabalho; Informalidade; Raça/etnia; Gênero; Questão Social.

ABSTRACT

GUIRALDELLI, Reginaldo. **To be black in the precariousness work relationships**. 2006. 234 f. Dissertation (Master in Social Work). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2006.

The present study objectives to excite some reflections about the conditions of life, work and the strategies of survival of the black women who find in the informality in Franca-SP, with emphasis on the domiciliary work. We started of an analysis on the deep alterations occurred in the last decades in the world of the work, that modified the forms to manage and to organize the productive processes in result of new imperatives of the capitalist order. As strategy of exit of the crises, the system itself created measures to give continuity to its ideas, as it occurred with the process of productive reorganization. In the presence of the new arrangements of the productive sector, we verify the growth of the unemployment, degradation of the work conditions by the dismounting of the labor laws long ago conquered and expansion of the informality, characterized for the non-accomplishment of the legislation and absence of social protection. In this horizon, it had an intensification of the under-agreements and of the domiciliary work, produced for the logic of the outsourcing. This is perceivable in the Franca scene, city located in the northeast region of the state of São Paulo and it has as economic power the production of the leather masculine footwear. The accomplishment of the respective research occurs in this locus. The domiciliary work, which does not correspond to any newness in Franca, takes a new dimension with its intensification in the context of the productive reorganization. The shoe industry of Franca starts to adopt the philosophy of reduction of the costs of the work force as strategy to consolidate itself in the capitalist market, resulting in successes for the leather-shoemaker branch and provoking the transference of productive processes, as the manual sewing of the footwear, to domiciliary surrounding it, marked for the precariousness and invisibly work relationships and having as illustrious representative the predominance of the feminine manpower. We can consider that great parcel of these workers is black women, however is impossible to quantify them in the face of the lack of databases on such subject. To approach of the universe of these black women, we used as analysis method the oral history, with emphasis for the life history, objectifying to apprehend the tram of the social relations and the sphere of the subjectivity of these workers. By the use of the open interview and the recorder as technique to capture the narratives, we pass by the trajectory of life of these women, portraying infancy, adolescence until the current moment, with intention to reflect on its experiences, vision of mankind/world, among others. In the face of what be analyzed, we understood that these black women still occupy position of subalternity and lesser prestige in the society order, perpetuating in the activities knew as naturally and essentially feminine. Further, they live deeply in the quotidian the relations of oppression, discrimination and precariousness of the work relationships facing low incomes, extensive and triple hours of working and poverty. What it is verified is that the conditions of life and work of these workers are degrading and the strategies of survival are innumerable in the face of the necessity of suppress its basic lacks and the familiar beings.

Key Words: Work; Informality; Race/ethnic; Humankind; Social Problem

SUMÁRIO

Considerações Iniciais (...) algumas indagações sobre o real.....	p.10
---	------

PRIMEIRA PARTE

TRABALHO, GÊNERO E RAÇA/ETNIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

1 TRABALHO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS.....	p.24
1.1 Reorganização do capital: impactos na relação homem/trabalho.....	p.36
1.2 Informalidade: expressões e tendências.....	p.54
2 GÊNERO E RAÇA/ETNIA: EVIDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL.....	p.68
2.1 Presença feminina no universo das relações de produção.....	p.84
2.2 A mulher negra no “novo” mundo do trabalho.....	p.97

SEGUNDA PARTE

O CENÁRIO E AS COLABORADORAS: VOZES QUE ROMPEM A OPACIDADE

3 ITINERÁRIO HISTÓRICO DE FRANCA NO CIRCUITO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS.....	p.111
3.1 O <i>locus</i> pesquisado e sua interação com o espaço global: o extrapolar das fronteiras.....	p.123
3.2 As intempéries cíclicas: crise, reestruturação e (re)configuração na indústria calçadista local.....	p.134
4 MULHER NEGRA E TRABALHO DOMICILIAR: HISTÓRIAS DE VIDA E COTIDIANO.....	p.146
4.1 “Silêncios teóricos, evidências históricas”.....	p.153
4.2 “Sem lenço, sem documento”.....	p.174
4.3 “Sacrifícios, persistência e resistência”.....	p.190
Considerações Finais (...) para não concluir.....	p.215
Referências.....	p.223

Considerações Iniciais (...) algumas indagações sobre o real

No momento em que elaboramos um projeto de pesquisa, inúmeras são as inquietações e questionamentos sobre o retorno de tal reflexão para o mundo acadêmico e para o microcosmo em que se deu a realização da mesma. Ao término da construção deste conhecimento, cogitamos algumas questões: Será que o estudo contemplou os objetivos propostos *a priori*? As hipóteses suscitadas eram pertinentes? A partir disso, surgem nossas indagações: Qual será a relevância da pesquisa para a sociedade? É um tema fecundo para os dias atuais? Poderá ter alguma validade? Ou ainda, terá alguma utilidade para alguém? Pois bem, após realizarmos todo esse trajeto da pesquisa científica, o que se verifica é que tal reflexão poderá ter contribuições, mesmo que residuais, no universo científico e no cenário político, pois ainda são escassas as produções acerca da problemática aqui discutida.

Isso se estende ao Serviço Social, entendido como um campo profissional de construção de conhecimentos, visto que a profissão há pouco tem provocado discussões concernentes à questão étnico/racial e de gênero. Um dos grandes avanços conferidos ao Serviço Social nas últimas décadas se circunscreve na reconfiguração de seu direcionamento, pois deixa sua base meramente técnico-operativa para se voltar ao ramo científico, instigando reflexões acerca de assuntos diversificados no que tange ao “social”. Assim, passa a contribuir de forma peculiar na construção de novos horizontes que tem como prisma o homem e suas relações sociais.

Não obstante, o Serviço Social é uma profissão que tem como especificidade o trato da “questão social” e atua diretamente com as necessidades humanas de um

determinado grupo social, ou seja, os subalternizados e excluídos do conjunto de serviços, bens e riquezas produzidos socialmente. Para tanto, instrumentaliza-se de um arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para operacionalizar suas ações e, com isso, dar respostas efetivas às demandas postas no cotidiano profissional. Tais ações são efetuadas via políticas sociais, onde os profissionais do Serviço Social atuam, seja na formulação, implementação, execução, monitoramento ou avaliação das mesmas.

Diante da pesquisa em voga, prima-se que o Serviço Social possa apreender as singularidades desse segmento populacional que vivencia, no seu cotidiano, as desigualdades sociais de gênero e de raça/etnia e, por isso, encontram-se segregados e marginalizados de diversos espaços sociais, reproduzindo os ciclos de miséria e exclusão. Assim, urge ao Serviço Social buscar por meio de políticas sociais públicas ações que tragam resultados para essa camada pauperizada da população.

Além do mais, respaldados nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, aos assistentes sociais cabe a defesa dos direitos humanos, da equidade, da justiça social, consolidação da cidadania e da democracia, o compromisso com a eliminação de todas as facetas do preconceito e da discriminação, buscando o respeito à diversidade humana, além de uma orientação vinculada a uma nova ordem societária sem opressão e exploração de classe, gênero e etnia. Com isso, consideramos salutar ao Serviço Social a apropriação dessa discussão que se faz presente na pauta do universo acadêmico, político e do tecido social como um todo, pois tal campo tem propostas delineadas de atuação e um projeto profissional.

Destarte, o respectivo trabalho tem a intenção de compreender as mudanças e implicações no mundo de trabalho diante do processo de reestruturação produtiva com enfoque para as especificidades de gênero e raça/etnia. Para isso recortamos como cenário à reflexão dessa realidade, o município de Franca, localizado na região nordeste do Estado de São Paulo e reconhecido em âmbito nacional e internacionalmente por ser o principal pólo produtor de calçados masculinos de couro do país. Esse município, nas últimas décadas, apresentou características peculiares no que tange ao processo de reestruturação capitalista, pois gerou um crescimento acelerado do desemprego e, consecutivamente, relações de trabalho marcadas pela precariedade, tendo como expressão a informalidade.

Compreendemos que tal transformação nas relações capital/trabalho se manifestou em dimensão planetária diante das insuficiências, colapsos e crises do sistema e, por isso, medidas bruscas foram tomadas para a manutenção da ordem vigente, sem prejuízos ao grande capital, mas com efeitos catastróficos para o capital humano. Isso é notado com base no acelerado processo de miserabilidade da população, desemprego em dimensão estrutural, trabalhos precários, marcados pela subcontratação, informalidade e clandestinidade, com ausência de legislação trabalhista e proteção social. Ou seja, o que prevalece sob a ótica da globalização e do neoliberalismo são a produtividade e a lucratividade no mundo dos negócios, sem refletir nas conseqüências e nos danos causados para a população que ainda vive e sobrevive do trabalho.

Tendo em vista esses acontecimentos de cunho economicista, outros ainda persistem no mundo do trabalho, como é a questão do preconceito e da discriminação, elementos intrínsecos na trama das relações sociais que foram construídos ao longo da história e que ainda servem como mecanismos ideopolíticos

de segregação entre os povos do planeta. Com isso, considerando que a base societal na qual vivemos tem raízes no patriarcado e no racismo, é fácil constatar que um dos segmentos mais atingidos pela lógica dominante nos mais variados espaços da vida social são as mulheres e os negros.

Portanto, podemos verificar que, em sua maioria, são mulheres negras as mais propensas a comporem o rol do *mundo subterrâneo*¹ dentro do mercado de trabalho, ou seja, a esfera da informalidade, que tem como marca fundamental a clandestinidade e a precariedade. Isso se verifica por reproduzirmos em grande escala o protótipo eurocêntrico e androcêntrico de sociedade, que excluem negros e mulheres do conjunto social.

Assim, o recorte desse trabalho pauta-se em conhecer esse *mundo subterrâneo* das mulheres negras que se encontram na informalidade em Franca-SP, realizando a costura manual do calçado nos próprios domicílios. O objetivo central é trazer à tona a realidade dessas mulheres negras, suas condições de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência frente a todas essas metamorfoses consubstanciadas no mundo do trabalho. Além disso, o propósito é fazer com que essas mulheres saiam da invisibilidade social e passem a protagonizar suas histórias, pois até o presente momento, esse segmento ainda se encontra ausente das diversas abordagens das Ciências Humanas e Sociais. Ao adentrar o universo e o cotidiano dessas mulheres, torna-se essencial extrapolar as barreiras do economicismo e traçar novos olhares, ou seja, compreender a trama da subjetividade, elemento ainda de segunda ordem na ciência moderna.²

¹ Passamos a utilizar o termo *subterrâneo* para demonstrar determinadas faces da informalidade, marcadas pela precariedade, degradação e clandestinidade do trabalho.

² Com base nas inferências de Harvey (1998), o projeto da modernidade foi gestado no decorrer do século XVIII, sob influência das idéias iluministas. O advento da modernidade representou a consagração da razão, a busca pela universalidade do conhecimento e o ideário de progresso. Tal paradigma se desenvolveu baseado em leis universais e na objetividade. Ademais, o que se verifica

Para nos aproximarmos do que foi proposto, partiremos da história oral como um dos métodos possíveis para se apreender de forma mais abrangente o conglomerado de informações, histórias e relatos de vida que essas mulheres negras vivenciaram ao longo de suas trajetórias.

A história oral, entendida como um método de construção do conhecimento, tem, nos últimos tempos, ganhado legitimidade no universo científico por apresentar uma nova morfologia no campo do saber. Cabe atentar que a história oral se origina nos anos de 1950, do século XX, nos Estados Unidos e países da Europa Ocidental, primeiramente em âmbito acadêmico e nos movimentos sociais, orientada para compreender as vozes marginalizadas, ou seja, realizar estudos acerca da população excluída.

Nos países considerados subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil e nos países africanos e asiáticos, a história oral passa a ser incorporada de forma tardia. No Brasil, ela chega em 1975 e atinge alguns professores e pesquisadores do campo da História e das Ciências Sociais. Ao longo do tempo, novos adeptos foram sendo incorporados e adotando a prática da história oral, apesar das inúmeras formas de resistência e indiferenças por parte de alguns cientistas. Vale considerar

são controvérsias acerca de sua origem, pois existem alas do universo científico, como os próprios latino-americanos, que afirmam ter a modernidade surgida no século XVI, com a chegada dos europeus em solos americanos, dando respaldo para o avanço da ciência. Com o triunfo da razão no paradigma moderno, outros aspectos da vida foram descartados como os mitos, as subjetividades, a fé, entre outros. Em seguida, temos o desenrolar de outro paradigma, o pós-moderno, que questiona as metanarrativas por serem pretensiosas em sua amplitude e redefine o papel da subjetividade, do imaginário e do simbólico no universo humano. Outros autores como Habermas, pensador da Escola de Frankfurt, elucida que a modernidade em seu sentido originário ruiu e atualmente assume novas feições, o que ele chama de *segunda modernidade*, que vai repensar seu modelo de fazer ciência, abarcando outras dimensões da vida societária. Os críticos da pós-modernidade salientam que nesse paradigma os homens já não encontram sentido para sua história e existência e com isso se entregam aos prazeres, ao consumo, ao individualismo, etc. Uma outra ala de pensadores, que tem como expoente Zygmunt Bauman, comunga da idéia de que a pós-modernidade é na verdade a modernidade em seu estágio maduro, de maioridade. Assim, o que verificamos é uma fase de transição na contemporaneidade por constataremos nessa relação entre o moderno e o pós-moderno momentos de ruptura e de permanências.

que a história oral ganha seu devido status no Brasil apenas na década de 1990 do século XX.

Tal processo se deu pelo engajamento de diversos campos científicos e da formação de grupos de pesquisadores que buscavam novas respostas e interpretações acerca das problemáticas emergentes. Assim, sua consolidação vem sendo um processo moroso e incipiente, visto que na cadeia científica ainda se supervaloriza os preceitos cartesianos de construir o conhecimento, pautados em saberes herméticos, fragmentados, objetivos e estanques, perdendo de vista outras nuances da realidade social e suas subjetividades.

A história oral, com uma nova proposta de refletir e analisar o contexto social, surge dentre as novas disciplinas para romper com o paradigma incontestável da modernidade. O modelo que se tinha na história dominante era de uma forte raiz estruturalista que partia de análises unilaterais, diante de seu desprezo e desvalorização do indivíduo e de suas subjetividades.

É salutar destacar que a história oral, com vistas a decifrar o real, abarca os personagens, ou seja, os sujeitos envolvidos no processo; o cenário, o espaço físico e temporal em que os fatos acontecem; a trama das relações sociais e o cotidiano, entendido como o *locus* em que se dá a construção da história.

Na atualidade, a história oral por perpassar o crivo da memória, atravessa dificuldades ante o universo científico que, muitas vezes, questiona sua forma de processar as informações e assim levanta polêmicas sobre sua falibilidade diante de apreender elementos subjetivos da vida humana. Também questiona seu método, natureza, objeto, objetivo, fronteiras, dentre outros, o que faz gerar uma série de discussões acerca de qual sua importância, relevância e necessidade nesse cenário.

O que se tem em mente é que a história oral como disciplina, método e técnica, reporta-se a objetos específicos de análise do real, que não são rígidos e fixos, visto que se apropria da realidade vivenciada por seres humanos situados num determinado espaço, com suas formas de ser, agir, pensar, sentir, seus valores, crenças, subjetividades e temporalidades peculiares que expressam as singularidades, as particularidades e, ao mesmo tempo, a universalidade de um respectivo grupo social.

Portanto, consideramos que a história oral extrapola os muros sacralizados da academia na medida em que, além de utilizar os recursos convencionais da pesquisa científica, perpassa a vida social, tendo como eixo os homens com suas vivências, conexões complexas, interações e relações interpessoais e sociais. A partir do contato com os homens, passam a criar novas formas de pensar as vivências e as relações sociais por meio da construção de documentação não normativa e sem respostas unívocas, mas pautada na fala complexa e contraditória dos sujeitos envolvidos que participam dos estudos, orientada por reflexões e investigações fluídicas e inesgotáveis, passíveis de serem sempre renovadas e recriadas. Resumidamente, consiste em capturar os fatos e ir além deles.

É mister frisar que tais procedimentos aplicados pela história oral tornaram-se passíveis de inúmeros questionamentos e contestações, visto que esse método ao ter como princípio um repensar das formas de organização e construção do conhecimento, provocou na ciência tradicional inquietações no que tange ao rigoroso trato com a documentação escrita, dotada de confiabilidade.

O pressuposto adotado pela história oral é o de que todo documento está sujeito a questionamentos, falhas e limitações. Já a entrevista oral com o uso do gravador permite desvelar inúmeros aspectos da vida humana e por isso é

considerada inesgotável, porém apresenta também seus limites, visto que tais perguntas giram em torno de respectivos fatores e temas, não apreendendo a totalidade.

Conforme elucidação de Thompson (2002), a história oral pode ser entendida como interpretação da história, das sociedades e culturas em constante transformação por meio da escuta, narrativa e registro de suas experiências. Para este autor, ela é um método interdisciplinar por excelência, já que abrange diversos campos do conhecimento como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Cultura, a Literatura, dentre outros e ultrapassa as barreiras dessas disciplinas.

Sob a ótica de Thompson (2002), podemos destacar alguns pontos elementares que a história oral enfatiza em suas análises, sendo entre eles as vozes silenciadas ou ocultas que representam os segmentos que vivem à margem do poder, num cenário marcado por uma relação classista com rígida estrutura hierárquica. Assim, essa população marginalizada vem à tona por meio de seus relatos, narrativas e experiências de vida. Nesse grupo, podemos destacar as mulheres, os pobres, os negros, os índios, os homossexuais, a população quilombola, os sem-teto, os sem-terra, etc.

No mais, o autor acima nos aponta alguns desafios no que tange às novas incorporações de ordem tecnológica na pesquisa em história oral. Seria tal avanço um facilitador para os novos estudos ou um instrumento que levará ao esquecimento futuro? Diante desse dilema, tem-se que ter cautela e *know how* ao adotar tais mecanismos e difundi-los por meio da mídia, recursos multimídia e internet. O grande desafio contemporâneo está na forma como utilizar esses recursos buscando elementos atrativos que levem as pessoas a se interessar pela história oral, além de

romper com uma visão endógena e homogeneizadora da realidade circundante, resgatando as raízes locais sem perder de vista o contexto global.

O repto para a história oral consiste em buscar maior abrangência e notoriedade nos diversos espaços da vida social, visto que ela ainda se concentra preponderantemente na academia, apesar de ter como princípio regulador abarcar as esferas da vida comunitária.

Outro impasse está num repensar da forma de se *fazer ciência* e produzir conhecimento, já que até então, a ciência moderna pautou-se pelo dogmatismo e pelos resultados de cunho quantitativo, ou seja, buscando respostas exatas para os diversos problemas apresentados, mostrando, em grande parte das vezes, seus entraves, esgotamento e limitação. Com isso, torna-se necessário enveredar-se por novas trilhas, ao se apropriar de métodos qualitativos, da sensibilidade, da afetividade, das emoções, dos valores, crenças e cultura em geral dos homens do planeta. Assim, teremos respostas mais aproximativas do universo humano.

Mediante o apresentado, o intuito deste estudo não é levantar dados e hipóteses conclusivas e “verdadeiras” acerca da temática em voga e, sim, suscitar os ânimos do espírito científico e das decisões políticas para buscarmos soluções efetivas que estejam voltadas para o desenvolvimento humano e não econômico de um sistema corrosivo como é o capitalismo. Para isso, apropriamo-nos da teoria constituída como um eixo norteador na leitura e reflexão da realidade e não como fator decisivo e conclusivo do quadro apresentado.

Além do mais, compreendendo a processualidade da história, seria inexequível atingirmos um ponto de chegada. Na verdade, este trabalho tem o intuito de situar o ponto de partida.

Para isso, alguns dados foram coletados e analisados, porém esses elementos são, no todo, conteúdos provisórios, efêmeros e contingentes, visto que essas mulheres negras, *colaboradoras*³ nesse processo do conhecimento, criam e recriam suas histórias no seu cotidiano de vida, que se apresenta como um todo complexo, heterogêneo e contraditório.

Contudo, novas histórias vão sendo tecidas com maestria por essas mulheres, o que fomenta a ação dos pesquisadores na busca do conhecimento dessas singularidades cotidianas que são reflexo de um todo em íntima relação.

Por fim, o escopo do estudo não é realizar a sobreposição de saberes, dando primazia às metanarrativas constituintes ou aos relatos orais coletados no trabalho de campo, mas sim considerar todos esses elementos como interagentes e indispensáveis para a leitura e compreensão dos fenômenos que se manifestam no real.

Para isso, urge do universo científico uma revisão ontológica e epistemológica do próprio *fazer ciência*, pois o que temos em maior volume são teorias constituídas para consolidar e manter certos grupos sociais em determinadas posições no mundo dos homens, contribuindo para reproduzir um paradigma androcêntrico e eurocêntrico na atualidade que faz gerar discriminação, preconceitos, movimentos xenofóbicos e guerras, sendo tais atos expressões da intolerância e da ausência de respeito com a diversidade humana.

Diante do exposto, passamos a explicitar a construção desse conhecimento que, apesar de estar composto de duas partes, estas não podem ser consideradas distintas. Na primeira parte, constituída de dois capítulos que se decompõem em

³ “[...] usa-se deliberadamente a palavra ‘colaborador’ para o narrador, pois, afinal, o trabalho com a entrevista é algo que demanda dois lados pessoais e humanos. ‘Colaborador’ é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. É sobretudo fundamental porque estabelece uma relação de compromisso entre as partes” (MEIHY, 2002, p.108).

subcapítulos, e que tem como tema: “TRABALHO, GÊNERO E RAÇA/ETNIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL”, elaboramos um estudo pautado nas documentações oficiais que discutem a problemática aqui proposta. Por isso, nesse primeiro momento tivemos o cuidado apenas de refletir sobre a temática, ponderando alguns eixos necessários para uma melhor compreensão da realidade pesquisada e, como já pontuamos, estivemos preocupados apenas em conceituar os elementos que se fazem presentes no respectivo estudo. Com isso, no capítulo 1, intitulado: “TRABALHO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS”, realizamos um diálogo com diversos autores nacionais e internacionais que teorizam a questão do trabalho, alguns defendendo sua centralidade e outros a contestando. Em seguida, traçamos algumas fases históricas do trabalho para compreendermos o processo de reestruturação produtiva, a ordem neoliberal e tais desmembramentos no mundo do trabalho, que provocaram uma intensificação do desemprego, das relações de trabalho precarizadas e da informalidade. Além disso, diante do crescimento da informalidade, marcada pela ausência de legislação trabalhista e de proteção social, levantamos algumas reflexões sobre o trabalho domiciliar, expressão da informalidade que incorpora em larga escala o contingente de trabalho feminino, inclusive de mulheres negras.

No capítulo 2, denominado: “GÊNERO E RAÇA/ETNIA: EVIDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL”, propusemos uma reflexão sobre um dos motivos de se estar colocando tal temática na pauta de discussão do Serviço Social, visto que este atua diretamente com as interfaces da questão social, entre elas a questão de gênero e étnico/racial. Também analisamos alguns conceitos que são imprescindíveis para entendermos como se consolidou a discriminação entre os povos, envolvendo o gênero e a raça/etnia. Posteriormente, partimos para a análise da inserção da

mulher no mundo do trabalho, com ênfase para as mulheres negras, revelando por meio de dados estatísticos e pesquisas realizadas nas últimas décadas, as disparidades sociais evidentes frente à rígida divisão sexual e racial do trabalho que perdura na contemporaneidade.

Já na segunda parte, que também se constitui de dois capítulos que se ramificam em subcapítulos e tem como eixo temático: “O CENÁRIO E AS COLABORADORAS: VOZES QUE ROMPEM A OPACIDADE”, buscamos estabelecer uma reflexão entre o contexto global e a realidade local em que se deu a pesquisa, situando o leitor nesse universo espacial e temporal e trazendo ao mundo acadêmico a história oral de vida das mulheres negras, colaboradoras desse processo de conhecimento. Assim, no capítulo 3, “ITINERÁRIO HISTÓRICO DE FRANCA NO CIRCUITO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS”, realizamos uma breve retrospectiva histórica do município de Franca, de forma a compreender sua origem, desenvolvimento e consolidação no ramo coureiro-calçadista. Para isso, respaldamo-nos em inúmeras obras já existentes acerca da respectiva temática, apenas com o intuito de caracterizar o microcosmo em que se dá nossa pesquisa, apresentando ao leitor um ambiente peculiar em que se verificaram intensamente as conseqüências das transformações ocorridas em dimensão planetária no mundo do trabalho. Tal processo desencadeou, nesse microcosmo, um acelerado processo de informalidade e precarização do trabalho diante do aumento do desemprego e propiciou a intensificação de trabalhos realizados em domicílio, executados em sua maioria por mulheres e mesmo com a carência de dados substantivos para afirmarmos tal prerrogativa aqui, podemos inferir que a maioria são mulheres negras, diante da conjuntura e dos fatores que as levam a realizar esse tipo de atividade.

No quarto e último capítulo que se intitula “MULHER NEGRA E TRABALHO DOMICILIAR: HISTÓRIAS DE VIDA E COTIDIANO”, retratamos as condições de vida, de trabalho e as estratégias de sobrevivência das mulheres negras que realizam a costura manual do calçado em Franca nos próprios domicílios, sendo este tipo de atividade entendido como uma manifestação da informalidade, caracterizado por ausência de direitos, proteção social e cobertura legislativa. Por meio do método da história oral de vida que se utiliza das vozes, narrativas e relatos dessas mulheres, buscamos decifrar seu universo cotidiano, seus sonhos, valores, subjetividades, visão de homem/mundo, num contexto *subterrâneo* da vida societal, onde as atividades executadas por elas, consideradas um tipo de *trabalho invisível* ganham visibilidade num cenário em que tal situação é inconteste, por ser algo rotineiro e “naturalizado” no presente *locus*.

Enfim, temos as considerações finais, que por sinal têm a finalidade de não concluir o conhecimento aqui construído, já que o nosso maior objetivo se constitui em reconhecermos o ponto de partida, e daí novas abordagens e novas indagações surgirão e com isso, não perdendo de vista o devir histórico, caminharemos gradativamente para a pluralidade do *fazer ciência*.

PRIMEIRA PARTE

TRABALHO, GÊNERO E RAÇA/ETNIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

1 TRABALHO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS

Ao problematizarmos a questão do trabalho neste estudo, cabe destacar que o mesmo está presente em toda a história da humanidade, nos mais distintos períodos, visto que se origina no momento em que o homem busca determinadas condições e meios para atender a suas necessidades vitais, como forma de produzir a vida em sociedade. É nessa busca e ação humana que o homem se reproduz e dá continuidade à espécie através das relações sociais.

É importante frisar que nessa trajetória histórica, o trabalho passou por significativas mudanças, decorrentes de novas descobertas e técnicas que propiciaram a adaptação do homem ao meio natural e garantiu sua sobrevivência. Isso é verificado quando constatamos alguns eixos essenciais na desenvoltura do trabalho que, na fase pré-histórica, era marcada por atividades coletivas, de uso comum, onde o desenvolvimento técnico como o manuseio da madeira e das pedras, lascada e polida consecutivamente, era utilizado para a caça, a pesca e a defesa humana. A base econômica nas sociedades primitivas era eminentemente agrícola, sendo a terra um bem compartilhado entre todos. Nesse marco peculiar, toda a produção era apropriada coletivamente, sem haver qualquer hipótese de divisão de classes sociais e sequer um poder político declarado.

Dentre outros momentos da história do trabalho, merece uma menção sintética a organização dos processos de trabalho do período clássico, com ênfase para Grécia e Roma, onde se concebe uma organização civil com inclinação para o desenvolvimento da cidade (*pólis*), além do aprofundamento da apropriação privada da terra e do trabalho, tendo como marco o escravismo, já com uma estrutura rigidamente hierarquizada. Nesse cenário também surge o conceito de cidadania,

que na verdade se restringia à aristocracia da época, aos homens que possuíam terras e se dedicavam à política, filosofia e artes, excluindo os povos estrangeiros, escravos, mulheres e crianças.⁴

Outra mudança significativa é verificada na fase feudalista, marcada grosso modo, pelo emprego de trabalho compulsório sob relações de dominação e servidão, numa estrutura caracterizada pela divisão entre senhores proprietários de terra e servos. A base ainda é predominantemente a agricultura. Não se pode esquecer que, durante esse período, a Igreja ganha ascensão e se torna a grande detentora do poder temporal e espiritual.

Em meados dos séculos XII e XIII, as incipientes atividades comerciais começam a ganhar relevo por todo o continente europeu, com trabalhos voltados ao artesanato rural e urbano. Ao atingir o Oriente e adquirir técnicas de navegação, esse comércio começa a se propagar e passa a ter êxito no cenário econômico, o que serviu para o desmonte do sistema feudal.⁵

⁴ A Grécia não era uma nação unificada politicamente e sim dividida em cidades-Estado, cada qual com sua lei e governo. O que unia os povos denominados de gregos era sua semelhança em aspectos culturais e o sistema escravista de produção. Já Roma, tem sua evolução política marcada por três períodos: Monarquia, República e Império. Nos diferentes sistemas de governo romano, a guerra foi fundamental para a conquista de terras e escravos, repercutindo favoravelmente para o próprio sistema baseado na escravidão. O homem que ia para a guerra possuía condições de se armar e conseqüentemente se enriquecia com os ganhos da mesma. Os plebeus, membros das ordens economicamente desfavorecidas e incapazes de se armar, encamparam algumas lutas durante o período republicano e foram admitidos no exército. A história de Roma é marcada por disputas entre ricos e pobres, em face de uma trama de conquistas territoriais. Para conhecer mais a história de Roma e Grécia ver: FUNARI, Pedro P. **Grécia e Roma**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

⁵ Em sua obra, Huberman (1979) elabora quatro tipos de sistemas existentes entre a Idade Média até o *boom* da Revolução Industrial, que são eles: 1) sistema familiar: onde os membros da família produzem utensílios para o próprio consumo e não com objetivo de venda no mercado; 2) sistema de corporações: a produção é realizada por mestres e artesãos com destino a um mercado ainda em pequena escala. Nesse sistema, os trabalhadores eram os proprietários das ferramentas e da matéria-prima. Com isso, não vendiam o seu trabalho e sim o produto do seu trabalho; 3) sistema doméstico: produção realizada no domicílio para um mercado em fase expansionista. Esse sistema ainda é realizado por mestres e artesãos, juntamente com alguns ajudantes, porém o que o distingue é que esses trabalhadores mesmo possuindo seus instrumentos de trabalho agora passavam a depender da matéria-prima de um empreendedor que surge como o intermediário entre os trabalhadores e os consumidores; 4) sistema fabril: produção voltada para um mercado maior e que apresenta oscilações, sendo realizada extra domiciliar, nos espaços do empreendedor e sob rigorosa supervisão. Em tal sistema, o trabalhador perde independência, visto que já não é detentor da matéria-prima, nem de suas ferramentas de trabalho. A habilidade destes trabalhadores foi descartada com o advento tecnológico e a incorporação da maquinaria.

Com a expansão comercial, verifica-se o crescimento das cidades e intensificação de processos de trabalho realizados nos centros urbanos, além do surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que posteriormente será a mola propulsora das transformações ocorridas nos campos econômico, político, cultural e social em todo o mundo. As atividades artesanais foram substituídas pela manufatura, suplantada, em seguida, pelo trabalho industrial.⁶

Um dos fenômenos de maior expressão já vistos até então no mundo do trabalho é caracterizado pela Revolução Industrial, marcada por profundas alterações nos processos produtivos e nas relações sociais. Tal evento, originário na Inglaterra no século XVIII, ganhou dimensão mundial com o tempo e se alastrou por todos os espaços, transformando a esfera da vida dentro e fora do trabalho.

Com base nas análises de Oliveira (2001), a Revolução Industrial, marco do capitalismo, se divide em duas fases: a primeira entre os anos de 1760 a 1850, marcada principalmente pela criação da máquina a vapor pelo escocês James Watt (1736-1819), constituindo o nascimento do sistema fabril com aumento da produção e da população; a segunda entre os anos de 1850 até a fase da Primeira Guerra

⁶ “Na oficina do mestre-artesão um mesmo indivíduo executava diferentes operações, sem que houvesse separação entre as funções intelectuais e manuais do trabalho. Depois, na manufatura, o caráter coletivo começa a prevalecer sobre o individual, mas a diferença é apenas quantitativa. [...] Na manufatura, o trabalho se diferenciava do trabalho autônomo pelo emprego comum dos meios de produção, donde resultava uma diminuição na parte do valor constante, que se refletia no valor da mercadoria. [...] A manufatura diversifica os instrumentos de trabalho para adaptá-los às funções dos trabalhadores parciais, todavia essas mudanças não atendem às necessidades de valorização do valor, dado que a habilidade artesanal continua sendo a base da produção. Mesmo assim, com uma divisão do trabalho que se constituía apenas na decomposição da atividade artesanal, em que o trabalho coletivo era a combinação de muitos trabalhadores parciais, já se potencializava a produção e a mais-valia. Mas isso ainda não era suficiente para o propósito da acumulação e expansão. Para que o capital se impusesse como força social dominante era preciso inverter os papéis entre trabalhadores e os meios de produção. Estes deveriam usar a força de trabalho, e não o contrário. Esse processo se desenvolve na manufatura e se completa na grande indústria, [...]. A partir dessa inversão, a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário para ser uma aplicação tecnológica da ciência” (TAVARES, 2004, p.117-119).

Mundial (1914-1918), esta marcada pela descoberta da eletricidade⁷ como força motriz e de combustíveis derivados do petróleo, daí o surgimento do automóvel.

Vale salientar que tais acontecimentos representaram transformações substanciais de ordem econômica, geopolítica, social e cultural. Apesar do progresso técnico e da economia, isso não implicou em desenvolvimento no campo social. Outro dado a ser pontuado é que, no decorrer desses fatos, a população não esteve pacífica, pois inúmeras foram as formas de resistência adotadas pelo grande contingente de trabalhadores e dos indignados pelas imposições da nova ordem societal.⁸

No século XX, com o avanço tecnológico em escala mundial, o capitalismo assume novas feições de cunho imperialista, sob a égide dos Estados Unidos e redimensiona todo o mundo do trabalho.

Com o término da Segunda Guerra Mundial no século XX, os estudiosos já afirmam a Terceira Revolução Industrial, mais conhecida como Revolução Tecnológica, diante da incorporação de novos padrões tecnológicos.⁹

⁷ Sete séculos antes do nascimento de Cristo, o físico e filósofo grego Tales de Mileto observou um fenômeno curioso: ao esfregar um pedaço de âmbar (um tipo de resina vegetal) em um pedaço de lã, ele notou que o âmbar passava a atrair objetos leves. Dois mil anos depois, esse fenômeno foi chamado de eletricidade. Um dos primeiros cientistas a observar fenômenos elétricos foi um político e pesquisador americano, chamado Benjamin Franklin (1706-1790). A partir do século XIX, muitos outros cientistas começaram a pesquisar a eletricidade. Em 1800, o físico francês Alessandro Volta (1745-1827) inventou a pilha elétrica. O norte-americano Thomas Edison (1847-1931) foi um dos cientistas mais criativos do mundo e dentre suas inúmeras invenções destaca-se a lâmpada incandescente. Disponível em

<<http://www.mundociencia.com.br/fisica/eletricidade/historiaeletricidade.htm>> Acesso em: 06/05/2006.

⁸ Segundo estudos de Leite (1994), no decorrer do século XIX, na Europa, ocorreram inúmeras manifestações que retratam a revolta dos trabalhadores diante dos efeitos nas condições de trabalho advindas da Revolução Industrial. Dentre elas, destaca-se o *Movimento Ludista*, na Inglaterra, que defendia a quebra das máquinas, como sendo elas as responsáveis pela situação de miséria e exploração da população trabalhadora. Outros movimentos surgiram, como o Cartismo, também na Inglaterra e o movimento bolchevique que redundou na Revolução Russa de 1917, visto que os interesses do capital não eram correspondentes aos interesses dos trabalhadores, e isso foi preponderante para a origem dos sindicatos.

⁹ Conforme análise de Mattoso (1995), a Terceira Revolução Industrial rompe com o paradigma anterior e tem entre suas principais características a alteração na organização dos processos produtivos diante de um novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica e na robótica, exigência de maior habilidade e qualificação da mão-de-obra que resultou num tipo de trabalhador polivalente,

Com isso, nos últimos tempos, a categoria trabalho tornou-se alvo de profundas análises, discussões e debates nos mais diversos espaços acadêmicos e centros de pesquisa e, atualmente, representa um tema com uma infinidade de produção intelectual. Isso pode ser compreendido na medida em que as últimas décadas do século XX desencadearam transformações abruptas na esfera do trabalho, o que provocou inúmeros questionamentos e inquietações de alguns segmentos da cadeia científica, num cenário em que consequências avassaladoras colocam em xeque sua fundamental essência e objetivação.

Assim, surge um emaranhado de teorias no campo das ciências sociais nas quais algumas atestam apologeticamente que a humanidade está vivendo o término de um período cujo trabalho era o eixo central no mundo da vida, dentre elas destacamos Gorz (1987), De Masi (2000), Offe (1994) e Rifkin (1995), outros com grande ousadia denotam a crise do trabalho abstrato, como é o caso de Kurz (1996), enquanto diferente ala de pensadores advoga que o trabalho jamais perdeu seu posto de centralidade, como é o caso das obras de Castel (1998) e Antunes (1995, 1999).

André Gorz, em sua obra *Adeus ao Proletariado* (1987), levanta questões polêmicas acerca do trabalho, considerando-o não uma atividade com fim em si mesma, mas como um meio de aquisição de dinheiro. Para o autor, tal prática nem sempre existiu. Ela é fruto do sistema capitalista, não devendo ser o essencial da vida dos homens. Também levanta a tese de que quem realiza a tarefa é a máquina, visto que o operário apenas empresta seu corpo, cérebro e tempo. Assim, considera o trabalho como uma atividade passiva, pré-programada, que está submetida aos ditos de um aparelho que é externo ao trabalhador. Para ele, ao invés de o trabalho

ser um mecanismo de inserção do trabalhador na cooperação universal, este passa a ser uma forma de sujeição do trabalhador ao aparelho universal de dominação, resultando num trabalho como instrumento de opressão social generalizada. Diante dessa abordagem, Gorz apresenta uma proposta polêmica, pautada na abolição do trabalho, com maior liberdade de tempo para os trabalhadores. Nessa linha de raciocínio, elucida que a liberdade só existe quando não há a obrigação de trabalhar e que a verdadeira “vida” começa fora do trabalho, onde o indivíduo realiza suas atividades principais. Acredita que o trabalho representa uma mescla de sacrifício, álibi, justificativa, maldição, droga, aborrecimento e sofrimento. Para finalizar sua análise, lança alguns questionamentos: Seria o trabalho uma necessidade ou meio de ganhar a vida? Ou ainda um meio de escapar do isolamento e do sentimento de inutilidade?

Apesar de escrita na década de 1980, a obra de Gorz ainda se apresenta atual e se constitui numa leitura indispensável aos adeptos de seus preceitos e aos que combatem tais concepções.

O italiano Domênico De Masi (2000), na mesma orientação, descreve que a força de trabalho humana foi o elemento crucial até meados dos anos 1960, porém, com o acelerado investimento tecnológico, os equipamentos começaram a substituir essa mão-de-obra. Todavia, nesse avanço, a tecnologia passou a se apropriar do intelecto do trabalhador, o que implicou no surgimento de um novo modelo de trabalhador, o do tipo intelectual. Com tais mudanças, desencadeadas pelo avanço no campo científico, surge, para o autor, uma questão vital: Como empregar o tempo livre que a ciência proporcionou ao homem para se viver bem, com sabedoria e prazer?

De Masi (2000) sustenta que o trabalho pode ser convidado a sair do trono que foi colocado pela Igreja, filósofos e empregadores no decorrer do século XVIII.¹⁰ Para ele, o caminho à felicidade e à prosperidade encontra-se na diminuição do trabalho e o que se deve ocorrer é a distribuição do tempo livre não só para as camadas privilegiadas e, sim, para todo o conjunto da população. Segundo o autor, nos anos anteriores, o trabalho colonizou o tempo livre e nos anos futuros, o tempo livre colonizará o trabalho. O tempo livre, nessa perspectiva, seria a possibilidade de convívio entre as pessoas, relações de amizade, amor, aventura, repouso, estética, erotismo, viagens, cultura, meditação, práticas desportivas, ou seja, atividades cotidianas que merecem sentido. Para concluir, afirma que o ócio pode ser vivido em dois sentidos, como forma de explorar, violentar e roubar ou como forma de trazer benefícios aos indivíduos, visto que acredita que é no ócio que o indivíduo atinge a plenitude do conhecimento e da qualidade de vida.¹¹

No ritmo de crítica ao trabalho, Offe (1994) discute a questão da tecnologia como a fonte endógena do desemprego, visto que em sua análise em torno dos anos 1970,¹² constata a elevada taxa da produtividade sem o aumento da força de

¹⁰ Com base em Lafargue (2000), a sociedade do século XVIII passa a valorizar o trabalho e desprezar a preguiça. Uma das instituições que mais contribuiu para isso foi a Igreja, que com base no castigo divino posto pelo pecado cometido por Adão e Eva, o trabalho passa a ser imposto como obrigação e a preguiça passa a ser tida por vício e pecado. Diante disso, o clero propaga que o homem veio ao mundo para sofrer e com base na ética protestante, o homem deve trabalhar para ganhar, poupar e investir, gerando um ciclo vicioso. Assim, capitalistas e teorias diversas surgem para dar sustentação ao respectivo teor de trabalho como elemento indispensável e obrigatório na vida de todos os homens. O trabalho passa a ser disseminado como uma virtude pela burguesia para gerar a riqueza social, que seria apropriada de forma privada por determinados segmentos. Com isso, torna-se emblemática uma frase de Napoleão, chefe de Estado Francês na época: “Quanto mais meus povos trabalharem, menos vícios terão”. Assim, nessa sociedade de matriz capitalista, passa-se a estimular o consumo por meio da incitação de novos apetites e falsas necessidades. O trabalho aparece como obrigação moral e eixo gerador de lucro.

¹¹ Para Lafargue (2000), o proletariado deixou-se dominar pelo dogma do trabalho, porém essa classe é a única que possui a chave para a libertação da humanidade das misérias causadas por essa sociedade de base capitalista. Ao retratar a preguiça, aponta esta como uma virtude, que fortalece o corpo e o espírito dos operários, sendo este o momento propício de preparação para a ação revolucionária, que visa a emancipação dos homens. A maior virtude da preguiça para o autor é explicitar a maldição do trabalho assalariado e a necessidade de sua abolição.

¹² Conforme a descrição de Offe, “Durante a década de 70, a força de trabalho de modo geral sensibilizou-se para (e se tornou crítica com respeito a) o *stress* físico e psicológico causado pelo

trabalho, ocorrendo uma superabundância de mão-de-obra, onde esta passa a viver num contexto de desamparo estrutural. Propõe uma nova forma de vida em sociedade, onde as pessoas possam trabalhar e viver livremente, sem a subjugação das leis impostas pelo mercado de trabalho. As estratégias do sistema capitalista para atender suas prerrogativas de crescimento da produção e do lucro colocam em risco a existência dos empregos. Na análise de Offe, como o pleno emprego não é possível, o mercado de trabalho elege seus candidatos para compor o rol dos descartados pelo sistema, sendo entre eles os imigrantes, mulheres (principalmente as casadas), trabalhadores mais velhos e mais jovens. O que se verifica é uma gradativa redução nos postos de trabalho, e além do mais,

[...] quanto menos trabalho se acha disponível e quanto mais as condições existentes de emprego são ameaçadas, maiores são as pressões econômicas sobre os salários e, conseqüentemente, menos indivíduos e famílias podem ter recursos – apesar de suas perspectivas de trabalho cada vez piores – para abandonar, em parte ou totalmente sua (desejada) participação no mercado de trabalho (OFFE, 1994, p.121).

Offe (1994) ainda considera que nesse quadro de desemprego, onde o mercado não consegue atender a toda a demanda, o Estado assume a responsabilidade de custear essa população marginalizada sem acesso aos direitos básicos. Mas, o que se verifica é que o aparelho estatal também atravessa uma crise nos últimos tempos e não consegue dar respostas satisfatórias aos problemas emergentes. Numa fase de racionalização técnica e organizacional, que provoca a eliminação do trabalho vivo em grande escala, a estratégia empresarial volta-se para uma maior intensificação desse processo, no intuito da produção se tornar cada vez mais independente do capital humano, o que é suscetível de incertezas. O resultado

trabalho e seus respectivos riscos para a saúde e para a perda de qualificação. Isso resultou em um aumento da atividade sindical acerca das condições de trabalho, e ocasionalmente estimulou, inclusive (fora dos sindicatos), questões sobre se a luta *para* melhorar as condições de trabalho deveria ser abandonada como irrealizável, e substituída por uma luta *contra* o trabalho em sua forma industrial. Acima de tudo, essa sensibilização conseguiu 'reconhecimento diplomático' na forma de programas estatais pela 'humanização' do trabalho" (1994, p.189).

disso é a degradação do trabalho e a extinção de profissionais especializados, os quais se tornam cada vez mais enfraquecidos.

Na linha dos componentes que contestam a centralidade do trabalho, Offe descreve que as tentativas de circunscrevê-lo como eixo central da vida são consideradas apenas como sintoma de uma crise contemporânea. Fica evidenciado para o autor que o trabalho perdeu sua centralidade diante dos fenômenos verificados nos últimos tempos.

Rifkin, em sua obra *O Fim dos Empregos* (1995) é taxativo ao se referir de forma pessimista e catastrófica no fim do trabalho humano, sendo este gradativamente eliminado e substituído por máquinas inteligentes, num quadro de sofisticação tecnológica e informacional. Considera o desemprego como uma nova doença econômica inexorável, a qual se espalha e destrói vidas. O que ele constata em sua pesquisa é que houve uma significativa redução dos empregos enquanto a receita das empresas continuou a crescer, o que gera um sentimento de medo diante de um futuro incerto. Dentro dessa realidade, tanto os trabalhadores não-qualificados quanto os qualificados são atingidos em decorrência da automação e informatização. Para onde vai todo o contingente de trabalhadores nessa Era Informacional é um dos pontos que aflige o autor, o qual observa que nessa nova fase de surgimento e expansão da robótica, dos microcomputadores e da disseminação de softwares, os domínios da mente já foram apropriados e o que se tem hoje são “máquinas inteligentes” com funções gerenciais e administrativas, capazes de controlar os fluxos de produção. Contudo, a intervenção humana vem sendo cada vez mais descartada nos diversos espaços produtivos frente às novas determinações da reengenharia, caracterizada pela adoção de novas técnicas e formas de gestão no trabalho, com o intuito de reduzir os salários, os encargos

trabalhistas e desmontar os sindicatos, além de gerar uma série de empregos de caráter contingencial e provocar danos irreparáveis na vida dos trabalhadores.¹³

Estar desempregado, na visão de Rifkin, significa ser um indivíduo improdutivo e imprestável na lógica atual do sistema capitalista e tal problemática agrava a economia global diante da diminuição do poder aquisitivo da população e gera um quadro de incapacidade para os governos frente à tomada de medidas para solucionar a questão. Rifkin aponta algumas saídas como o investimento e potencialização do terceiro setor.¹⁴ Além disso, elucida que nessa nova era, pautada numa economia sem trabalhadores, há duas vias que podem ser seguidas, a de um porto seguro, ou a de um terrível abismo. Sustenta que o futuro se encontra em nossas mãos e que o fim do trabalho pode representar uma sentença de morte para a humanidade ou uma transformação social que vise o renascimento do espírito humano.

Noutro horizonte, existem obras que se orientam na defesa do trabalho enquanto categoria central e fundante.

Em sua obra um tanto polêmica, Kurz (1996) aponta para um quadro socialmente caótico ao analisar a queda do socialismo real no Leste Europeu, no ano de 1989, entendendo tal episódio como um colapso histórico dentro de um sistema produtor de mercadorias. Nesse sistema, o trabalho é o valor e o princípio

¹³ “As novas tecnologias baseadas no computador aceleraram tanto o volume, o fluxo e o ritmo da informação que milhões de trabalhadores estão passando por ‘sobrecarga’ mental e ‘fundindo-se’. O cansaço físico gerado pelo ritmo acelerado da antiga economia industrial está sendo superado pela fadiga mental gerada pelo ritmo [...] da nova economia da informação. [...] trabalhadores administrativos que usam computadores, sofrem de níveis excessivamente altos de estresse. [...] A Organização Internacional do Trabalho diz que ‘o estresse tornou-se um dos problemas de saúde mais sérios do século XX’. [...] Segundo um relatório da Organização Internacional do Trabalho, publicado em 1993, o aumento dos níveis de estresse é o resultado do ritmo acelerado imposto pela nova maquinaria automatizada, tanto na fábrica quanto nos escritórios” (RIFKIN, 1995, p.208). Outro fenômeno que se agrava no Japão é o Karoshi, que se constitui na morte súbita no trabalho, desencadeada pela intensificação dos ritmos de produtividade (ANTUNES, 1995).

¹⁴ Como assinala Landim, o “[...] terceiro setor não é um termo neutro, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal” (1999, p.63).

ético mais elevado. Vale salientar que Kurz realiza uma crítica ao trabalho em sua dimensão abstrata,¹⁵ como gerador de lucro ao capitalista. O autor atesta que no socialismo real aparecem as características típicas do capitalismo, como o trabalho abstrato, o lucro, o salário e os preços, ou seja, o suposto “mercado planejado” dos países do Leste não eliminou o mercado de base capitalista. Com isso, constata que o que desencadeou o colapso do socialismo real no Leste foi a própria dinâmica do capital, tangenciada pelo êxito da concorrência e do desenvolvimento do sistema global. O quadro que se mostra com essa crise é de uma profunda decadência das estruturas sociais, o que Kurz denominou de “Era das Trevas”, onde o caos se alastra pelos quatro cantos do mundo e se torna cada vez mais distante a proposta de “paz perpétua”, outrora idealizada por Kant.¹⁶

Na análise de Castel (1998), o trabalho ainda é a referência social e pondera que a questão social metamorfoseou-se diante de um período transitório que abarca o novo e o contingencial, e uma realidade em que os processos produtivos sofreram profundas alterações frente à reestruturação capitalista que provocou mudanças nas formas de emprego, tendo como principais resultados o enfraquecimento do poder sindical, o fim do emprego estável, redução de salários, o que levou ao aumento do desemprego e formas precárias e atípicas de trabalho. Porém, mesmo com tais conseqüências (que afetam o modo de ser e sentir dos trabalhadores), o trabalho continua sendo o eixo das relações sociais.

¹⁵ Com base na obra *O Capital* de Karl Marx (2004), o trabalho abstrato, grosso modo, é aquele que cria o valor das mercadorias, ou seja, o valor-de-troca, o que contribui para a acumulação do capital. Já o trabalho concreto, entendido como “[...] criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (p.64-65).

¹⁶ Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão que ilustra na sua época a necessidade da paz que deveria se processar conforme a constituição do Estado. Nesse conjunto de idéias, há uma relação entre moral e política, onde a moral se refere à teoria do direito, enquanto a política está vinculada à prática do direito. Para maior compreensão do pensamento kantiano, ver: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. Vol.2. 10.ed. São Paulo: Ática, 2001.

Ricardo Antunes (1995, 1999), fundamentado na Teoria Social de Marx e nas concepções de Lukács, elabora seu pensamento em torno da idéia de que o trabalho ainda é o eixo estruturador da vida societal. Para o respectivo autor, o trabalho constitui-se na protoforma da atividade humana, onde acontece o intercâmbio material e simbólico do homem com a natureza e este homem passa do seu aspecto exclusivamente biológico para a esfera social, visto que nesse espaço ele estabelece suas relações sociais.

Na linha analítica de Antunes (1995, 1999), o que se verifica na atual sociedade capitalista, que produz mercadorias, é a hegemonia do trabalho em seu aspecto abstrato, que assume feições de trabalho estranhado e fetichizado. No mais, enfatiza que o trabalho, em sua dimensão concreta, representa a forma genérico-social que transcende a vida cotidiana, sendo nesse tipo de trabalho que o homem atinge a *omnilateralidade*. É imprescindível, como assinala Antunes (1999), considerar, dentre esses fatores, a capacidade teleológica do homem, o que o distingue dos demais animais.

Nessa perspectiva adotada por Antunes (1995) de que o trabalho é o fator elementar no processo de sociabilidade do homem, pode-se então constatar que ele existiu e sempre existirá na história da humanidade, sendo negada sua abolição.

O que se tem no atual contexto, de cunho capitalista, é um trabalho degradante e aviltado, onde o trabalhador não se reconhece no produto de sua ação, sendo convocado ao mundo do trabalho de forma compulsória para satisfazer suas necessidades vitais. A crise vivida na contemporaneidade, abala material e subjetivamente os trabalhadores.

Diante disso, Antunes (1999) indaga e faz alguns apontamentos acerca da crise atual que vivenciamos na esfera do trabalho. Estaríamos diante de uma crise da sociedade do trabalho abstrato ou do trabalho concreto?

Ao seguir o referencial de que o trabalho se constitui o elemento vital para a humanidade no processo de produção e reprodução dos homens, ele elucida:

Uma coisa é conceber, com a eliminação do capitalismo, também o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e ao fazê-lo (auto) transforma o seu próprio criador (ANTUNES, 1999, p.215).

Contudo, diante do exposto, fica notória a vasta produção teórica que retrata o universo do trabalho, consubstanciada por convergências e divergências ideológicas, o que se torna positivo num contexto em que se privilegia o pluralismo de idéias e a liberdade de expressão. Mas não podemos deixar de nos identificarmos com determinadas acepções teóricas e aqui compartilhamos da compreensão de que o trabalho, em seu sentido ontológico, ainda é a centralidade no mundo da vida. Mesmo diante destas inúmeras transformações ocorridas, continuaremos a realizar uma reflexão de como se encontra a categoria trabalho e sua reorganização frente aos sucessivos acontecimentos que tangenciam o final do século XX e o início do século XXI.

1.1 Reorganização do capital: impactos na relação homem/trabalho

A segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1970, é marcada por um cenário onde o mundo do trabalho atravessou mudanças substanciais em todas as suas dimensões, seja na forma de produzir, de organizar, quanto de acumular a riqueza.

No cerne da globalização, entendida como processo contínuo de integração econômica e originada no século XVI, na fase transitória do feudalismo para o capitalismo (CAMPANHOL, 2000) e alicerçada em momentos históricos diversificados, que se transfigura conforme as estratégias e interesses de ordem política e econômica, é importante destacar que mudanças dessa envergadura trazem implicações para todo o tecido social.

Tais transformações, gestadas no bojo do sistema capitalista, de magnitude planetária, atingiram não só o modelo de produção, mas diretamente aqueles que estão ligados aos processos produtivos. Com isso, o que se verificou foi uma diluição dos trabalhadores, diante de sua heterogeneidade, complexidade e fragmentação (ANTUNES, 1999). Por isso, Antunes utiliza a nomenclatura classe-que-vive-do-trabalho, pois esse conceito, “[...] pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude” (1999, p.101).

Esse novo padrão que se estabelece, entendido como a Terceira Revolução Industrial altera a cadeia produtiva em decorrência da incorporação da robótica, da microeletrônica e de mecanismos informatizados, o que resultou em impactos drásticos e mudanças nos organismos sindicais, no mercado de trabalho, no Estado e nos processos produtivos.

Toda essa movimentação no mundo do trabalho foi resultante de um quadro de crise do sistema capitalista, que, entre os anos de 1960 e 1970, apresentou uma redução na taxa de lucro devido ao aumento do preço da força de trabalho e diminuição no padrão de produtividade frente à intensificação das lutas sociais na época. O Estado de Bem-Estar Social começa, então, a dar sinais de esgotamento. Não conseguindo atender a seus objetivos, ocorre em 1973 uma profunda recessão

com o choque do petróleo, verifica-se uma acentuada queda no consumo diante do desemprego que ganha aspecto estrutural,¹⁷ além da incapacidade do padrão produtivo de base taylorista/fordista, que não consegue mais dar respostas satisfatórias às necessidades inerentes do mercado em contínua expansão.

Mattoso (1995) define essa crise como desencadeada pela estagflação, queda da produtividade, ajustes macroeconômicos, instabilidade financeira e concorrência internacional e, não obstante, pontua que

[...] estas mudanças alterariam o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, criando novas, mas restritas relações de trabalho, mas também acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista e recriando condições aparentemente superadas durante os anos dourados do pós-guerra. Estas alterações irão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho (1995, p.70).

Para compreender esse cenário de crise do capital, merece menção uma análise dos modelos de produção taylorista e fordista que vigoraram na grande indústria no decorrer do século XX. O Taylorismo¹⁸ consistia num tipo de organização do trabalho em que se denotava claramente a rígida divisão hierárquica do trabalho, estabelecendo a separação entre gerência, encarregada da supervisão e planejamento (pensar) e o trabalhador, incumbido da execução do trabalho. Vale destacar que cada trabalhador se destinava a uma tarefa específica do processo produtivo, e, nesse paradigma, implanta-se a esteira e se adota o salário por produção em forma de recompensas, com vistas ao aumento da produtividade. Isso

¹⁷ Diferentemente do desemprego causado em períodos de crise cíclica do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho, ou como diz Pochmann, é um “[...] desajuste entre a mão-de-obra demandada pelo processo de acumulação do capital e a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho” (2001, p. 89).

¹⁸ Modelo de produção que teve como precursor Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro norte-americano tido por “Pai da Organização Científica do Trabalho” (HARVEY, 1998).

provocou a competitividade entre os trabalhadores, destruindo os laços de solidariedade entre eles.

Já no modelo fordista,¹⁹ caracterizado essencialmente pela produção padronizada em grande escala, o processo de produção passa a ser controlado pelo ritmo da linha de montagem e pelo movimento das máquinas. Em suma, “[...] combinava a linha de montagem alimentada por esteiras rolantes com massivos estoques de partes e componentes” (SILVA, E.B. 1991, p.29).

Diante dessa conjuntura posta no cenário mundial, o próprio sistema produtor de mercadorias engendrou saídas que resultaram na reorganização produtiva, o que trouxe contornos nefastos para os trabalhadores, que a partir daí são atingidos não só de forma objetiva, mas também subjetiva.

Dentre as determinações desse novo contexto, as implicações mais evidentes são o processo de reestruturação da produção e do trabalho, o desmonte do Estado, a incorporação ao receituário neoliberal e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

As principais características atribuídas ao processo de reestruturação do capital são relatadas por Antunes (1999), estando entre as principais o desemprego estrutural, a precarização nas relações de trabalho e a destruição do meio ambiente de forma desenfreada e irracional.

Além do mais, com sua aceleração na década de 1980, as empresas passam a buscar melhoria na qualidade de seus produtos e serviços, aumento da produtividade e a redução de seus encargos de produção. Como assinala Harvey (1998), no âmago da acumulação flexível, a vida útil dos produtos torna-se reduzida, principalmente no setor têxtil e vestuário, ou seja, tem-se uma qualidade voltada aos

¹⁹ Desenvolvido por Henry Ford (1863-1947) inicialmente na indústria automobilística de produção em massa. Seu primeiro veículo data de 1893 e em 1903 é criada a Ford Motor Co., que realiza sua linha de montagem. Em 1914, introduziu sua linha de montagem em Michigan, obtendo consideráveis ganhos de produtividade (HARVEY, 1998).

interesses mercantis de lucratividade ao invés de atender às necessidades da população consumidora de produtos. Tal qualidade aqui verificada baseia-se na busca por produção heterogênea e diversificada para atender e satisfazer os consumidores, não importando a vida-útil das mercadorias.²⁰

Com vistas à superação da respectiva crise, diversos países buscam no modelo Japonês a saída para os problemas de ordem estrutural/conjuntural que ameaçam a sobrevivência do sistema capitalista. O modelo japonês, conhecido por Toyotismo,²¹ caracteriza-se, com base em Silva (1991), pelo trabalho em equipe, produção flexibilizada, rotação de postos, planos salariais e de carreira dentro da empresa, produção em pequenas séries com produtos diversificados a fim de atender o contingente de consumidores, trabalho polivalente onde os trabalhadores exercem múltiplas tarefas, política de estabilidade no emprego, modelo de produção horizontal e adoção de técnicas pautadas no *Just in time*²² e no *Kanban*²³.

Conforme análise realizada por Antunes (1999), esse modelo de produção apropriou-se do intelecto do trabalhador, transferiu para o espaço extra fabril grande

²⁰ Nessa nova forma organizacional, os trabalhadores passam a se envolver em demasia com os processos produtivos a fim de atingir determinados objetivos, como nos CCQ (Círculos de Controle de Qualidade) que objetiva o controle da qualidade e “[...] conta com mecanismos de estímulo à resolução de problemas e sugestões ao processo de produção, com recompensas aos trabalhadores” (REIS, M. 1992, p.21).

²¹ Modelo originário no Japão após o término da Segunda Guerra Mundial. Foi concebido pelo engenheiro Taiichi Ohno, por isso também ficou conhecido como Ohnismo ou modelo Japonês. Tal mecanismo rompe com a produção padronizada e passa a produzir artigos que atraem a vastidão de consumidores que exigem cada vez mais produtos diversificados (ANTUNES, 1999).

²² “O *just-in-time* consiste num instrumento de controle da produção baseado no propósito de atender à demanda com a maior rapidez possível e de minimizar os estoques de matéria-prima, bem como os intermediários e finais. Para tanto, assenta-se num sistema de informações preciso que estabelece o momento exato, o material exato e a quantidade exata de produção, de forma que esta passa a ser puxada pelas vendas ao invés destas serem incentivadas a partir da capacidade produtiva dos equipamentos” (LEITE, 1994, p.155).

²³ “O *Kanban*, sistema que controla a distribuição de partes do produto conforme o esquema de fabricação pelos postos de trabalho através da fábrica, substitui a coordenação fordista de cima para baixo, deixando a coordenação a cargo dos grupos de trabalho. A estrutura gerencial é conseqüentemente mais flexível do que a do fordismo. Não existem especialistas, mas generalistas que trabalham em sistema de rotação de postos, assim como os trabalhadores nas fábricas. O local de trabalho é um centro de interação dos trabalhadores e de compartilhamento de informações, do qual gerentes fazem parte” (SILVA, E.B., 1991, p.35). Marisa Reis (1992) acrescenta que tal técnica tem por princípio os “[...] cinco zeros – estoque zero, demora zero, defeito zero, pane zero e papel zero” (p.20).

parcela do que se produzia no interior das fábricas e contribuiu em grande escala para aumentar a produtividade sem elevar o nível de geração de empregos. Entretanto, essa substituição paradigmática do modelo taylorista/fordista para o toyotismo é um processo ainda em desenvolvimento, o que permite constatar que em certos espaços esses três modelos se combinam.

Sob essa ótica, o que se pode concluir no âmbito do trabalho é uma verdadeira insegurança que assombra a vida daqueles que vivem do trabalho. Para ser mais específico, uma insegurança se envereda, como já prescrito por Mattoso (1995), pelo mercado de trabalho, no emprego, na renda, nas formas de contratação e representação do trabalho. Tal insegurança assume caráter mundial e passa a ser vivenciada inclusive em países que adotaram o Welfare State.

A consolidação do Welfare State esteve sustentada na elaboração de uma proposta do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), que se contrapunha à tese do liberalismo econômico clássico, negando a auto-regulação do mercado com sua “mão invisível”, e defendia o caráter intervencionista do Estado, onde houvesse uma política econômica planificada que, ao gerar aumento da produtividade, pudesse dar garantias aos trabalhadores. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a teoria Keynesiana se torna a base de implantação do Estado de Bem-Estar Social. Conforme previsto na teoria Keynesiana, o Estado, além de intervir na economia, deveria reconhecer a questão social e atuar na proposição de políticas sociais de proteção social que propiciassem níveis razoáveis de reprodução da força de trabalho. Vale destacar que tal medida foi pensada após a crise capitalista de 1929²⁴ que trouxe consequências catastróficas para as economias mundiais e resultou num elevado quadro de desemprego e miserabilidade da

²⁴ A crise mencionada corresponde a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, que resultou em efeitos nefastos para toda a população do planeta.

população. A política Keynesiana visava garantir o pleno emprego e manter o papel do Estado como regulador da vida em sociedade. Porém, nem todos os países adotaram tal medida, ficando restrito aos países desenvolvidos do hemisfério norte.

Somando-se a isso, o Estado de Bem-Estar Social, base para a solidificação da social-democracia, permaneceu em vigor por algumas décadas, visto que um movimento ideológico que propunha uma nova forma de sociabilidade, pautada nos princípios neoliberais, adentra a cena mundial e desmonta o Welfare State.

Com base nos estudos de Anderson (1998), o neoliberalismo nasce após a Segunda Guerra Mundial como reação teórica e política ao Estado de Bem-Estar Social, que pressupunha a intervenção econômica. A figura de maior expressão no advento do receituário neoliberal é Friedrich Hayek, em sua obra *O caminho da servidão*, elaborada no ano de 1944. Sua maior finalidade era a derrocada do Keynesianismo e a extinção de regras para o mercado. Porém, seguindo a análise de Anderson (1998), naquela época o capitalismo desfrutava de sua fase áurea, o que não correspondia adotar as medidas que acenavam pelos adeptos do neoliberalismo. Ocorre que, na década de 1970, a crise do modelo econômico se instaura num profundo quadro de recessão, elevadas taxas inflacionárias e redução do crescimento, momento em que as idéias neoliberais passam a ganhar terreno.

Não obstante, estava dada a sentença,

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1998, p.11).

A partir daí, o neoliberalismo se expande e ganha adeptos, o que se pode notar com a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, que objetivava

aderir aos propósitos do programa neoliberal. Em seguida, no ano de 1980, Ronald Reagan é eleito presidente dos Estados Unidos, outro ícone simpatizante dos preceitos neoliberais. E assim, tal movimento foi ganhando êxito e adesão e se alastrando por inúmeros países da Europa e América do Norte. Os demais países que não se incorporaram aos ditames do receituário neoliberal foram obrigados a se adequar às normas propagadas por ele, para não serem esmagados pelas leis do mercado.

A derrocada do socialismo real no Leste Europeu (KURZ, 1996) representou para os neoliberais seu triunfo, ou seja, o capitalismo com suas leis invariáveis da “mão invisível” foi considerado vitorioso, passando a imagem de um modo de produção insuprimível e aqueles que não aderissem ao sistema seriam aniquilados por tais leis.

Dentro deste quadro de reorganização do modo de gerir os Estados-Nações, os ordenamentos neoliberais passam a se constituir regras para os países em desenvolvimento, como aconteceu com o Brasil, que se subjugou aos conclames do Consenso de Washington.²⁵ Tal evento significou a ratificação da propositiva neoliberal sob as determinações e interesses do governo norte-americano. A partir desse marco, passou-se a considerar o Estado como uma instituição falida que, conforme Batista (2001), era incapaz de formular política macroeconômica, e com isso tal incumbência deveria ser endossada aos organismos internacionais, visto que o Estado perdera sua soberania de fazer política fiscal e monetária. É importante considerar que o Consenso de Washington não abordou as problemáticas

²⁵ “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, [...] era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’” (BATISTA, 2001, p.11).

concernentes à questão social, sendo estas resolvidas de acordo com o livre jogo do mercado, “[...] como decorrência natural da liberalização econômica” (BATISTA, 2001, p. 20).

Em síntese, o Consenso de Washington simbolizou a legitimação do neoliberalismo, que passa a ser uma sentença de ordem dos países desenvolvidos/G-8²⁶ aos países em desenvolvimento.

O Brasil, dentre outros países, submeteu-se aos requisitos do Consenso de Washington no período do governo Fernando Afonso Collor de Mello (1990-1992), quando, no intuito de solucionar a inflação, ele adotou medidas que propiciaram uma onda de crises e privatizações, as quais contribuíram para seu processo de *impeachment*. Essa fase é drástica no que tange aos imperativos que denotam a subserviência do Brasil aos ditames de grandes conglomerações internacionais, trazendo para a esfera do trabalho uma situação de incertezas frente às novas medidas de ordem econômica global.

Isso não é um dado alarmante se nos reportarmos à formação social brasileira marcada por um *capitalismo tardio*, para usarmos os termos de Mello (1982) no que se refere ao processo de industrialização brasileira.

Até o século XIX, o Brasil, em termos econômicos, era um país essencialmente agrícola, marcado pela monocultura e pelo trabalho escravo. O que se verifica, no decorrer do século XIX na Europa, é a expansão do capitalismo, enquanto no Brasil ainda vigorava uma economia mercantil com destaque para a produção cafeeira.²⁷ Apesar dessa economia mercantil e do tráfico de escravos

²⁶ As nações que compõem o rol dos países mais desenvolvidos do globo, com destaque para os aspectos econômicos, são: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Rússia. Esse grupo de países ficou conhecido por G-8 (Grupo dos 8).

²⁷ Com base em Mello (1982), a partir de 1830, o Brasil passa a ser o maior produtor de café do mundo, com aumento da oferta e exigência de força de trabalho, o que fez o produto ganhar êxito

serem fatores importantes para a acumulação de capital, ela não correspondia diretamente aos objetivos do sistema, que necessitava da mão-de-obra assalariada e do mercado consumidor. Com isso, diante da crise escravista e das pressões externas, o Brasil aderiu ao abolicionismo e começou a financiar a imigração para o trabalho nas lavouras de café.

Conforme analisa Mello (1982) a economia cafeeira é a peça-chave para o impulso ao processo de industrialização brasileira que ocorre de forma retardatária.

[...] o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes) (MELLO, 1982, p.100).

Para Mello (1982), a fase que marca o nascimento e consolidação do capital industrial no Brasil vai de 1888 a 1933, momento em que se iniciam os primeiros núcleos industriais de bens de produção e o desenvolvimento de uma agricultura mercantil de matérias-primas. O contexto retardatário de industrialização brasileira implica em maiores obstáculos no que tange à incorporação tecnológica, já que o país não dispunha de tal empreendimento técnico e assim passa a buscar, nas empresas monopolistas e oligopolistas internacionais, o atendimento de suas necessidades, o que representou a entrada do capital estrangeiro em grande escala no país, gerando um ciclo de dependência e endividamento.

Seguindo o raciocínio do respectivo autor, verifica-se que o processo de industrialização no Brasil ocorreu numa fase áurea do complexo exportador cafeeiro, em que este setor havia atingido taxas muito elevadas de exportação. O setor cafeeiro brasileiro sofreu os impactos da crise mundial do capitalismo de 1929, o que elevou o desemprego e a queda salarial.

internacional e tornar o seu consumo generalizado. O trabalho realizado nas lavouras, de base escravista, era subhumano.

A indústria brasileira, ainda incipiente, contribuiu para o processo de urbanização e de desenvolvimento comercial. A indústria passou a incorporar a mão-de-obra do imigrante, das mulheres e das crianças em grande escala, num espaço marcado pela deteriorização das condições de trabalho, como supostamente enfatiza Luca,

As condições de trabalho na indústria deixavam muito a desejar. Fábricas e oficinas funcionavam em espaços improvisados e insalubres, sem ventilação, iluminação ou proteção adequada para as engrenagens das máquinas, o que era causa de inúmeros acidentes. As jornadas eram muito longas, chegando a ultrapassar as doze horas diárias (2001, p.27).

Ainda com os resquícios de uma sociedade baseada no trabalho escravo, a concepção que se tinha acerca do emprego da mão-de-obra nos mais variados tipos de atividade era de sugar o máximo possível de suas energias. Os trabalhadores do início do século XX, no Brasil, estavam expostos aos diversos tipos de enfermidades advindas das suas condições de trabalho, marcadas por baixos salários, extensas jornadas de trabalho, ambientes insalubres, precárias condições de moradia e alimentação. Nas primeiras décadas do referido século, surgem as vilas operárias e são realizadas algumas mobilizações e manifestações por parte dos trabalhadores diante da degradante condição de vida e trabalho. Algumas greves pontuais foram realizadas, principalmente no eixo Rio - São Paulo, silenciadas, contudo pela repressão policial. Esse fenômeno tem como eixo de compreensão a predominância de operários imigrantes no sistema fabril, que traziam da Europa as experiências das idéias grevistas e anti-capitalistas.

Até o findar da República Velha (1889-1930), a questão social era resolvida com o uso da repressão e da violência.²⁸

²⁸ Nesse mesmo período, são aprovadas algumas leis como a de 1919 – Lei de Acidentes de Trabalho; em 1925 a Lei de Férias que permite 15 dias de descanso anual e em 1927 o Código de Menores, que proíbe o trabalho aos menores de 14 anos. O que merece destaque é que na prática tais leis nem sequer tiveram alguma aplicabilidade (LUCA, 2001, p.41).

No período Getúlio Vargas (1930-1945), marcado pela centralização político-administrativa, censura, controle dos meios de comunicação, intervencionismo estatal, eliminação de partidos políticos e fechamento do congresso, verifica-se no Brasil uma tendência marcante no processo de industrialização e urbanização. No ano de 1930 é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para atuar nas tensões entre capital e trabalho. Com o objetivo de uma atuação efetiva no trato da questão social, o “pai dos pobres” cria um conjunto de leis para amortecer o conflito posto pela relação capital/trabalho. Promulga em 1940 a Lei do Salário Mínimo, em 1941 inaugura a Justiça do Trabalho e em 1943 consolida as Leis do Trabalho, a CLT,²⁹ que normatiza no plano jurídico as relações de trabalho. Nessa perspectiva, as manifestações dos trabalhadores organizados em greves em prol de seus direitos, passam a ser proibidas.

O grande impulso industrial é notado no período em que ascende ao poder o presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) enfatizando seus investimentos nos bens de consumo duráveis, como é o caso das indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, dentre outros. Em tal período se observa o ingresso das multinacionais no Brasil, pois, para os empreendedores estrangeiros o país representava um laboratório vantajoso à implantação de suas empresas que, assertivamente, gerariam lucros vultosos, visto que aqui, além de abundância de mão-de-obra, seu custo era baixíssimo.

De forma ambiciosa, com seu lema de governo “cinquenta anos em cinco”, estabeleceu um Plano de Metas que abrangia as áreas da educação, alimentação, energia, indústria e transportes. Seu principal objetivo era potencializar a indústria brasileira com vistas à geração de empregos e melhor qualidade de vida para a

²⁹ As Leis do Trabalho foram criadas tendo como parâmetro a *Carta del Lavoro* de Mussolini (período fascista italiano), onde o Estado objetivava estabelecer uma harmonia nas relações de trabalho a fim de manter “a ordem e o progresso” (SILVA, E.B. 1991, p.244).

população. Sua meta síntese se consistiu na criação de Brasília, a nova capital, inaugurada em 21 de abril de 1960.

Conforme o estudo de Luca (2001), o período denominado JK demonstra taxas de crescimento econômico jamais registradas no Brasil de outrora. Porém, várias foram as seqüelas trazidas com a política adotada pelo Plano de Metas do governo federal de Juscelino Kubistschek, visto que o mesmo, além de deixar como herança uma dívida externa elevadíssima que reforçou a dependência do país, também, em decorrência da falta de planejamento nas suas estratégias de governo, provocou uma concentração industrial no eixo paulista, o que resultou em profundas desigualdades regionais. Além disso, com sua meta industrial propiciou o inchaço das cidades, quadro propício para a proliferação do desemprego, acirramento da violência, da criminalidade e tipicamente promissor para a formação e expansão das favelas. Tal período não criou políticas voltadas ao trabalhador do campo, que ficou relegado à própria sorte numa situação de extrema penúria.

Já em 1964, com o golpe militar, que se caracterizou em suma por repressão às manifestações populares, censura às agências de comunicação, torturas e prisões, verifica-se uma queda do valor real do salário que trouxe péssimas condições para a vida do trabalhador. Diante de tal contexto, verificou-se uma incorporação maciça da população feminina e infantil no mercado de trabalho. Os primeiros anos da ditadura militar registraram a fase do “milagre econômico brasileiro”, marcada pelo arrocho salarial, aumento dos empréstimos estrangeiros e uma rígida política estatal. Nesse momento a grande meta passou a ser a exportação massiva dos produtos fabricados no Brasil, o que engendrou o aumento da dependência econômica do país ao exterior.

A crença no suposto “milagre” cai por terra quando se verifica um crescimento econômico que não foi capaz de criar ações eficazes para solucionar os problemas sociais que eram cada vez maiores, como o aumento da desigualdade, da concentração da renda, da miserabilidade, da violência e da precariedade das condições de trabalho.

Em fins da década de 1970, emergem no país as greves, resultado da capacidade organizativa dos trabalhadores, com destaque para os metalúrgicos do ABC paulista, visto que São Bernardo do Campo era na época a cidade industrial mais produtiva do Brasil. Com isso, o patronato se vê ameaçado frente a organização expressiva dos trabalhadores que entram em cena reivindicando seus direitos. Uma das lutas dos trabalhadores se consistia na defesa de empregos estáveis, já que ocorreu um aumento considerável de rotatividade nos trabalhos com a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS em 1967. Esse momento peculiar foi palco para as primeiras discussões que levariam ao surgimento do Partido dos Trabalhadores – PT. Assim, o papel dos sindicatos volta a ganhar peso e em 1983 é criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Com a abertura política em 1985, o regime militar deixou um legado de aumento da inflação, enorme dívida externa, desemprego e desigualdade social que aprofunda cada vez mais o fosso entre ricos e pobres.

Depois disso, o que se observa no governo Fernando Collor de Mello, com seu Plano Collor 1, é uma privatização evasiva dos setores públicos, arrocho salarial, potencialização e incorporação de tecnologias forâneas que substituem a tecnologia nacional. Devido ao insucesso dessa medida, criou o Plano Collor 2, com a intenção de reverter o quadro caótico anterior, mas o que se constata é que tal estratégia foi a peça fundante para o empobrecimento nacional, posto que houve

uma desaceleração do parque produtivo com queda salarial e um quadro inflacionário de 20%, o qual se tornou insustentável. Collor, eleito diante de uma proposta modernizadora do país, contribuiu sumamente para “[...] uma *integração subordinada* do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado” (ANTUNES, 2005, p.16). E, contudo, ao aderir ao projeto neoliberal criou um quadro propício para a reestruturação produtiva no país, o que incentivou um acelerado processo de desindustrialização de significativos setores surgidos nas últimas décadas do século XX.

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal (ANTUNES, 2005, p.17).

A adoção ao projeto neoliberal também serviu para o desmonte dos organismos sindicais de caráter combativo e reivindicativo. Seu ideal é impulsionar o crescimento dos “sindicatos de empresa”, disseminados pelo Toyotismo, que na verdade representa a adesão ao sistema capitalista na busca desenfreada pelo lucro e produtividade. Isso provoca a diluição dos trabalhadores frente aos seus mecanismos de representatividade. Esse dilema atual também demonstra a dificuldade de aglutinação dos trabalhadores diante da nova morfologia no mundo do trabalho que gera múltiplas formas de emprego, como os terceirizados, temporários, parciais e informais, o que imprime a dificuldade do sindicato de criar meios para seu fortalecimento. Outro objetivo desse novo ordenamento é a contenção dos movimentos sociais, fato notável, nos dias de hoje, em que percebemos o refluxo dos mesmos.

A Era Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)³⁰ seguiu os mesmos preceitos adotados pelo governo Collor, porém foi ainda mais voraz no que tange ao desmonte do parque produtivo nacional, visto que deu continuidade aos programas de privatização e de subordinação às regras dos conglomerados internacionais diante de empréstimos estrangeiros que estimularam o aumento da dívida externa. Nesse período, torna-se acentuada a onda de desemprego que atinge índices alarmantes, levando o Brasil a ocupar a posição de quarto país em desemprego mundial absoluto³¹ (ANTUNES, 2005) e a desmontagem do sistema previdenciário. Outro dado relevante é o crescimento da precarização dos direitos trabalhistas, já que o receituário de desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos se expandiam em detrimento da bancarrota estatal.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, que se inicia em 2003, pode ser considerado um marco significativo na história política brasileira, visto que emergia ao cargo de presidente uma figura de origem operária. É válido mencionar que para a vitória nas urnas, o PT realizou inúmeras concessões ao se aliar a diversos partidos, o que representou um abalo estrutural dentro do próprio partido. O quadro social e econômico do país não sofreu muitas alterações, pois o governo Lula, sob a continuidade da orientação neoliberal, ampliou a dependência externa, preservou o arrocho salarial, além dos escassos investimentos no campo social,

³⁰ Para termos uma noção da herança que o respectivo governo representado por Fernando Henrique Cardoso deixou ao Brasil, há uma frase elucidativa e sintética que pode nos dar as respostas: "O país da Era FHC é hoje um país socialmente devastado. Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que frequentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados, [...]. Um país cujos índices de criminalidade nos inserem em uma guerra civil despolitizada, conduzida pela criminalidade e pelo narcotráfico, num subsolo social adocicado pelo coro das Igrejas Universais de um universo desencontrado e socialmente destroçado" (ANTUNES, 2005, p.46).

³¹ Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2006, a taxa média de desemprego verificada no primeiro mandato de FHC (1995-1998) representava 7,5%, sendo que o mesmo governo encerra seu segundo mandato (1999-2002) com taxa média de 9,3% do desemprego nacional. Nota-se o crescimento do desemprego diante da taxa de 3,4% que se tinha no ano de 1989. Conforme Antunes (2005, p.38), a taxa de desemprego só em São Paulo atinge quase 20% da força de trabalho durante a "Era FHC". Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 15/07/2006.

desmonte da previdência, um quadro de desemprego maciço e intensificação de formas de trabalho terceirizadas, precárias e informais.

Diante disso, haverá saída para se vislumbrar um período em que a dignidade do trabalhador possa ser o eixo prioritário das políticas governamentais?

No mais, com todo o processo de formação histórica brasileira, estaria nosso país fadado à preservação das mazelas e iniquidades sociais?

Para Antunes (2005), nesse terreno que se tornou desertificado a partir dos anos 1990, o Brasil se incorpora ao receituário neoliberal e, concomitantemente, ao processo de reestruturação produtiva, o que redundou em novas formas de gestão do trabalho, desregulamentação e flexibilidade, tendências estas contemporâneas do sistema produtor de mercadorias. Para isso, o referido autor afirma que para sair dessa situação o país deve implementar um projeto alternativo que priorize a esfera pública num horizonte *para além do capital*, para utilizar o termo proposto por István Mészáros. E como estratégia para a redução do desemprego acredita que a diminuição da jornada de trabalho causará efeitos menos nefastos para a problemática, porém não elimina o mesmo.

Outra corrente que surge na atualidade, considerada uma saída para a crise contemporânea, consiste na “Terceira Via”, que para seu principal teórico Anthony Giddens (1999) seria um caminho alternativo entre, ou além, da esquerda e da direita, ou seja, objetiva transcender a social-democracia e o neoliberalismo. O programa da Terceira Via está pautado na constituição de um novo Estado democrático com base em eficiência administrativa e descentralização, uma sociedade civil ativa, um Estado do investimento social, nação cosmopolita, democracia cosmopolita, igualdade como princípio inclusivo e um welfare positivo. No entender de Giddens (1999), os neoliberais querem encolher o Estado e os

social-democratas querem expandi-lo e, na lógica da Terceira Via, é basal reconstruir o Estado, ou seja, ir além da esquerda e da direita.³²

Para Antunes (2005) a proposta da “Terceira Via” não é nada mais do que a saída do capitalismo para a manutenção do neoliberalismo clássico.

Posto esse cenário apresentado, seja no plano macro e microeconômico, o balanço que se tem, no decorrer dessa primeira década do século XXI, é um corrosivo processo célere de globalização, que em fusão com os preceitos neoliberais redundaram numa corrida pela produtividade e competitividade e, ao adotar novas formas de organização e gestão do trabalho, acarretou implicações substanciais para os trabalhadores, os quais foram atingidos em sua materialidade e subjetividade. Surgem novos conceitos de empregabilidade e o perfil do trabalhador vai sendo remodelado conforme as novas exigências. Além do mais, uma das características assumidas pelo capital nas últimas décadas é a sua fase financeira, sendo concebida por Pochmann como um processo em que,

A globalização financeira, que combina o desenvolvimento de inovações financeiras com informatização dos mercados, potencializa o volume de transações de curto prazo, pressionando a eliminação de controles cambiais, a liberalização das taxas de juros e a desregulamentação bancária. [...] A financeirização tanto resulta na valorização fictícia da riqueza, por meio da autonomização do capital a juros, como subordina a dinâmica econômica a taxas reduzidas de expansão produtiva. Os países com superprodução de capital exportam capitais para outras nações, condicionando a produção e a ocupação (2001, p.26-27).

O Estado anuncia sua falência com o progressivo desmantelamento de suas políticas sociais nas áreas da saúde, educação, habitação, segurança, dentre outras e transfere o ônus que antes estava sobre a sua responsabilidade para a esfera da sociedade civil. O Estado do modelo neoliberal deve ser mínimo para o investimento no social e máximo no que se refere à fração do mercado capitalista.

³² Ainda afirma o autor que, “A vida política não é nada sem ideais, mas os ideais são vazios quando não se relacionam com possibilidades reais. Precisamos saber, tanto que tipo de sociedade gostaríamos de criar, quanto quais são os meios concretos para nos aproximarmos dela” (GIDDENS, 1999, p.12).

O atual sistema, de forma predatória, consolidou uma verdadeira sociedade pautada num novo patamar de exclusão social,³³ que engloba hoje tanto os países do hemisfério norte quanto os do sul. Estaríamos então atravessando uma fase de globalização da pobreza? Como enfrentar tais dilemas de forma sustentável, seja no aspecto econômico, social, político, ambiental ou cultural?

1.2 Informalidade: expressões e tendências

Analizamos acima alguns dos principais fatores que desencadearam toda essa turbulência e transformação no mundo do trabalho, podendo notar que os principais elementos que engendraram esse processo consistiram na difusão tecnológica de base microeletrônica, com a implantação de um novo paradigma técnico-científico que utiliza da robótica e da informatização em grande escala.

O que merece ser retratado é que a base do sistema capitalista se constitui no trabalho assalariado, sendo este um componente de integração social e seu acesso o vetor para a condição de cidadania. Esse quadro é paradoxal já que tais incrementos na cadeia produtiva provocaram um aumento progressivo do desemprego e condições precárias de trabalho³⁴ trazendo sérias implicações para o tecido social.

Para Dowbor (1998) o processo tecnológico significou uma hierarquização no trabalho, onde uma minoria privilegiada desfruta de trabalhos formais com salários

³³ Para Dupas (2000), a exclusão tem múltiplos significados, podendo ser a falta de garantia de sobrevivência física, quanto à forma de não desfrutar de bens e oportunidades que outros indivíduos desfrutam. Chama de “[...] exclusão efetiva, aquela que enfatiza a renda, a inserção ocupacional, a etnia e o gênero (na medida em que estes impliquem discriminação), as condições de moradia, a condição de cidadania” (p.24).

³⁴ O conceito de trabalho precário adotado nesse estudo se refere aos tipos de trabalho em que não há as garantias legais nas relações de produção, sejam elas sociais ou trabalhistas. “[...] esse impulso capitalista de precarização do trabalho atinge diretamente as atividades secundárias que, sem nenhum prejuízo para o produto final, podem ser executadas por pequenas empresas subcontratadas, por cooperativas, e por trabalho domiciliar” (TAVARES, 2004, p.94).

elevados e garantias legais, enquanto outro segmento maior compõe o grosso do trabalho informal, com baixos salários, desrespeito à legislação do trabalho e prejuízos à preservação ambiental. Além do mais, os que não ingressam em nenhuma dessas categorias se inserem no que ele chama de economia ilegal, ou subterrânea, que desarticula a sociedade, e cita os exemplos das favelas no Rio de Janeiro, a produção colombiana de cocaína e a invasão e depredação da Amazônia pelos empresários.

Nas últimas décadas do século XX, o que se verifica é uma internacionalização das economias frente ao processo de globalização. Características que marcam essa fase são, consoante Dupas (2000), a integração dos mercados financeiros mundiais que acarreta um crescimento do comércio internacional com o término de barreiras aduaneiras e um grande contingente de transnacionais. Todas as relações mercantis passam a estar interligadas e as transnacionais se reproduzem por todos os cantos do mundo produzindo suas mercadorias em países diversos sob o regime de contratos de trabalho variados, conforme for conveniente aos interesses do capital (DUPAS, 2000). Ou seja, no mundo atual não há fronteiras para a aplicação e circulação do capital, que ganha seu status financeiro. Para Pochmann (2001), nessa concorrência intercapitalista tem-se uma maior centralização e concentração de capital nos setores produtivo, bancário e financeiro, conferindo a maior importância aos conglomerados transnacionais.

Tal tendência é vista por alguns teóricos como irreversível e inscrita na dinâmica de estruturação do desenvolvimento capitalista. Essas mutações no processo produtivo atendem aos interesses do capital que, ao adotar novas técnicas visa garantir suas taxas de produtividade e lucro.

O novo ritmo imposto pelo mercado de trabalho exige um novo perfil de trabalhador, com maior nível de escolaridade, responsabilidade, capacidade de decisão, envolvimento com o trabalho que realiza, gerando estresse e fadiga ao trabalhador diante da intensificação da produção. Porém, o que se observa é um grande engodo em relação à exigência de maior qualificação, pois essa é simplesmente usada para justificar o colapso do desemprego que assume dimensões catastróficas. No que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas, outrora garantidos aos trabalhadores, estes passam a ser desregulamentados e flexibilizados de modo a remodelar o capital em sua nova etapa. Assim, os direitos e conquistas históricas são reformulados ou até mesmo abolidos no contexto da produção capitalista.

Neste sentido, a acumulação flexível nas relações de trabalho, marcada pela concorrência internacional, tem estimulado o crescimento da informalidade como forma de redução dos custos, exploração da mão-de-obra, além da transferência para o trabalhador de parte dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho.

A concepção adotada neste trabalho sobre a informalidade é a de que esta além de ser uma das manifestações da questão social, refere-se também “[...] às ocupações nas quais as relações de trabalho não obedecem à legislação trabalhista” (LIRA, 2002, p.143).³⁵

Do ponto de vista histórico, a concepção de “setor informal”, nomenclatura criticada por Tavares (2004), foi criada em 1972 pela Organização Internacional do

³⁵ Para Lira, “Além da desproteção legal, provocada pelas mudanças ou não cumprimento da legislação existente, os trabalhadores na informalidade sofrem com a desproteção social, que os coloca na quase exclusiva dependência da família em situações como doenças, acidentes ou quaisquer outras que os afaste, mesmo que temporariamente, de sua ocupação. Essa falta de cobertura de seguridade é o que poderíamos chamar de custo social da informalidade” (2002, p. 148-149).

Trabalho – OIT, com ênfase para as reflexões sobre o desenvolvimento econômico da África e, logo depois, incorporado pelos estudos da Cepal sobre o progressivo desenvolvimento na América Latina. Caracterizavam o “setor informal” como um reflexo de economias subdesenvolvidas diante de um desequilíbrio na oferta de empregos e como a ausência de uma legislação trabalhista. Para Silva (1993), nesse quadro, dois dilemas passam a estar presentes sobre a real função da informalidade: seria ela um complemento ou um fator orgânico no processo de acumulação capitalista?

Ao analisar a ausência de sustentabilidade da terminologia “setor informal” Tavares advoga que,

Tratar o “setor informal” como ação complementar às políticas de assistência é excluir o trabalho informal do processo de reprodução do capital, pois, assim, ele não cria riqueza, nem participa das relações sociais pelas quais os homens se organizam para se reproduzirem material e espiritualmente. O lócus do debate para esse tipo de trabalho deixa de ser o interior da economia política, onde se desenvolve as relações de produção, para ser o Estado, ou outra entidade que o represente, como, por exemplo, as organizações não-governamentais, que insistem no desenvolvimento de uma economia popular, distinta da economia capitalista (2004, p.28).

Para discutir a informalidade, deve-se partir da premissa de sua heterogeneidade, complexidade e assimetrias, visto que esta, conforme análise de Lira (2002), incorpora tanto trabalhadores não-qualificados com baixos rendimentos, quanto trabalhadores qualificados com maior renda, sendo estes a minoria. Por isso, torna-se impossível se criarem conceitos rígidos e estanques para explicar um fenômeno dessa magnitude.

Ao seguir uma linha analítica rigorosa e sistematizada sobre a informalidade, Tavares (2004) concebe esta como um produto do capital, imbricado em sua lógica desenvolvimentista. Mesmo sendo a informalidade uma ramificação da produção desprendida do trabalho formal, porém ao mesmo tempo coexistentes, é contribuinte

direta do processo de valorização do capital. Assim, pode-se concluir que a informalidade não é um mero complemento do sistema produtor de mercadoria e sim inerente a ele. Para a autora, compreender as determinações da informalidade é indispensável não só para o universo acadêmico, mas como eixo de debate e reconhecimento das dimensões da questão social. Também reforça que a questão do desemprego “[...] indica que a questão social e a questão econômica coexistem e que não constituem problemas de indivíduos isolados” (TAVARES, 2004, p.23).

Dentre as atividades características da economia informal são apresentados os trabalhos domiciliares, pequeno comércio, os trabalhos “por conta própria”, pequenos serviços de construção civil, dentre outros.

A informalidade passa a se constituir numa “válvula de escape” do sistema, submetida ao padrão e processo produtivo sob as determinações do capitalismo, inaugurando novas nuances nas formas de sociabilidade.

Não obstante, o trabalho informal se apresenta multifacetado na estrutura da produção, visto que pode haver trabalhadores produtivos e improdutivos nesse tipo de atividade.³⁶ Os dois setores, sejam eles produtivos ou improdutivos, contribuem, sobremaneira, direta ou indiretamente para o processo de acumulação capitalista e, por isso, são partes integrantes do sistema produtivo. Dessa forma, a informalidade não nega a formalidade, ou vice-versa. São sim, produtos de uma totalidade e se há uma fronteira entre elas, essa é muito tênue.

³⁶ Tavares (2004), respaldada numa vertente marxiana, aponta que o trabalho produtivo é aquele ligado diretamente ao processo de produção da mercadoria para atender as necessidades sociais, ou seja, é produtivo o trabalho que gera lucro direto ao empregador que contratou a força de trabalho, através da apropriação da mais-valia. Já os demais, que não estão vinculados a esse processo, são tidos por improdutivos, ou seja, aqueles ligados à esfera de circulação do capital ou atividades suportes da produção, não participando diretamente do processo de criação do valor. Vale considerar que o valor não é preço (expressão monetária do valor da mercadoria), nem salário (expressão monetária do valor do trabalho). O que determina o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário.

Ao atender os anseios do capital no que tange ao rebaixamento dos custos de manutenção e reprodução da mão-de-obra, a informalidade traz consequências nocivas para os trabalhadores e para a sociedade em geral. Entre essas consequências temos a precariedade das relações de trabalho, a distribuição desigual da renda, subempregos e ausência de direitos trabalhistas, o que acentua as situações de vulnerabilidade da população, e isso resulta no não atendimento dos ideários democráticos concebidos constitucionalmente, com um viés universalizante.³⁷

Com isso, a informalidade é paradoxal em seu sentido *lato*, já que gera crescimento e acúmulo de capital ao mesmo tempo em que desencadeia uma ampla desigualdade social, dilapidando uma camada significativa da população.

Outra contribuição trazida por Tavares (2004) é a de que com as mutações no mercado de trabalho frente ao processo de flexibilização da economia que age de forma a desmontar os regulamentos jurídicos do trabalho, há uma grande tendência à generalização do trabalho informal, visto que este se torna o meio mais viável no processo de produção e reprodução do capital. Com isso podemos indagar: Seria atualmente o trabalho formal algo do passado?

Talvez sim, já que se tem notado majoritariamente na sociedade, uma visão romanesca acerca do trabalho informal, a qual o considera uma via para a independência, para a liberdade e autonomia nos processos de trabalho. Tal visão contribui para dissimular a realidade. Tanto é que muitos dos que resolvem montar seu próprio negócio, como os pequenos empreendedores, vislumbram tal ideologia, não compreendendo que tais incentivos não são mais do que propagandas e

³⁷ “Os trabalhadores informais autônomos não gozam dos direitos trabalhistas destinados aos assalariados, o que torna bastante precárias as condições de reprodução, embora possam ter acesso às políticas assistenciais ou à previdência social, desde que arquem com os custos” (CARVALHO, 1990, p.8).

discursos falaciosos daqueles vinculados ao grande capital para atingir seus objetivos. O resultado disso é que mesmo ao aderir ao seu próprio negócio, o pequeno empreendedor fica submetido às regras do mercado e dependente das empresas maiores.

Tavares (2004) também enfatiza a questão das cooperativas, entendidas como meros apêndices das multinacionais, ou seja, são setores das empresas, criadas verticalmente por intermédio de decisões de grandes investidores. Esse cooperativismo, nos moldes atuais, dá funcionalidade ao sistema na medida em que se torna uma alternativa em momentos de crise. Além do mais, esse modelo de cooperativismo sequer faz menção aos princípios fundamentais das cooperativas, que são liberdade e autonomia. Com isso, o que se tem é que o capital adentra todas as esferas da cadeia econômica, mas mesmo assim não deve ser visto como fator insuprimível.

Diante do desmantelamento do mercado de trabalho, marcado por condições precárias, exploração e desemprego, o impasse consiste em buscar programas econômicos efetivos que possam contemplar a grande parcela de trabalhadores que se encontram na informalidade e na miséria. Além do mais, com a generalização da informalidade, destaca-se que a mesma não é um fenômeno que ocorre somente em países subdesenvolvidos e, sim, em escala mundial.

Em relação ao aspecto jurídico, o Brasil passou nos últimos tempos por uma flexibilização dos direitos trabalhistas para atender aos anseios do capital, o que resultou num aumento do fosso da precarização do trabalho. Isso é verificado em Tavares (2004), que aponta, entre outras, a Lei de Contratação de Trabalho Temporário, aprovada em 1998 e, em 2001, a aprovação do Projeto de Lei nº5843, que altera o artigo 618 da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, ajustando-o

para que se prevaleçam os acordos coletivos desde que não firam a Carta Magna e as regras relacionadas à saúde e à segurança no trabalho. Tais medidas implicam em perdas de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, os quais passam a estar subjugados aos ditames do capital em face de contratos cada vez mais flexíveis.

Ao abordar a temática da informalidade, torna-se necessário conhecer essas variáveis acenadas pelo mundo do trabalho na sua fase denominada por Mattoso (1995) de Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Tecnológica.

A terceirização³⁸ como uma das resultantes dessa nova configuração poupa mão-de-obra, reduz os custos dos produtos e provoca o sucateamento das condições de trabalho.³⁹

Nessa fase, no processo de terceirização, que traz à baila o crescimento da informalidade, pergunta-se: Qual será o papel do sindicalismo na contemporaneidade diante de tal problemática?

A informalidade propiciou ao capital uma desoneração de seus custos sociais e com isso dilacerou as organizações e ações reivindicatórias dos trabalhadores e provocou o refluxo dos organismos sindicais.

O que se constata conforme salienta Harvey é que,

Embora seja verdade que a queda da importância do poder sindical reduziu o singular poder dos trabalhadores brancos do sexo masculino nos

³⁸ A terceirização é compreendida como uma “[...] estratégia empresarial de transferir serviços, ou mesmo toda uma fase do processo produtivo, para outras empresas (terceiros), com o objetivo de descentralizar a produção, diminuir os custos, melhorar a qualidade e aumentar a produtividade” (RAMALHO, 1993, p.35).

³⁹ Um dos principais objetivos da adoção do trabalho terceirizado é reduzir o capital variável e aumentar o capital constante que são analisados por Marx, em *O Capital*: “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável” (2004, p.244).

mercados do setor monopolista, não é verdade que os excluídos desses mercados de trabalho – negros, mulheres, minorias étnicas de todo tipo – tenham adquirido uma súbita paridade (exceto no sentido de que muitos operários homens e brancos tradicionalmente privilegiados foram marginalizados, unindo-se aos excluídos). Mesmo que algumas mulheres e algumas minorias tenham tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados (1998, p.144-145).

Com essa fase de terceirização da economia, que de fato representa a pulverização das empresas, haja visto que estas passam a transferir processos de trabalho a terceiros, verifica-se o incremento da força de trabalho feminina que passa a ser um segmento expressivo em todos os países. O grande efeito exponencial do processo de terceirização consiste na precarização das condições de trabalho diante do rebaixamento salarial e, concomitantemente, traz repercussões para a qualidade de vida do trabalhador e de sua família.

Não obstante, as empresas passam a ser mais exigentes em suas formas de contratação pela vasta disponibilidade de mão-de-obra que compõe o exército industrial de reserva.

Em virtude das mudanças no padrão tecnológico que repercutiu tanto na área urbana quanto rural, no Brasil principalmente, é notado o crescimento desenfreado das cidades, pois a tecnologia expulsou o homem do campo, que buscava na fase áurea da industrialização uma inserção no mundo do trabalho urbano. Esse evento provocou o inchaço das cidades que não estavam preparadas para receber o grande contingente populacional e, além do mais, serviu para o acirramento da pobreza e de um excedente expressivo de mão-de-obra não-qualificada que não conseguiu inserção no circuito industrial, buscando estratégias de sobrevivência na informalidade e nos vários programas das políticas sociais públicas. Isso ocorre pelo Brasil ter vivido um processo de urbanização tardio e caótico.

Agora, conformados com a flexibilização inevitável do trabalho, sociedade e governo voltam-se para o setor informal em busca de uma vitalidade tal

que permita manter níveis gerais adequados de emprego, ainda que precários. Mais uma vez os números registram uma forte decepção. [...], o índice de desemprego tem aumentado insistentemente, ainda que incorporado o trabalho precário (DUPAS, 2000, p.140).

Na análise de Pochmann (2001), o Brasil viveu um período promissor entre os anos de 1950 e 1980 com o desenvolvimento de seu parque industrial, apresentando uma “[...] taxa média anual de expansão da produção de quase 7%” (p. 36). Já a partir dos anos 1980 a economia enfrentou uma oscilação frente às mudanças que se processavam.

Outro enfoque observado em Pochmann (2001) se refere aos postos de trabalho qualificados, gerados na década de 1990, que mostra ter ocorrido uma queda em 12,3% em detrimento do crescimento de ocupações não-qualificadas em 14,2%, passando a acreditar que a grande saída para o quadro brasileiro é o investimento no setor de serviços como estratégia de inserção no mercado frente à retração do setor industrial e ao crescimento do desemprego.⁴⁰

Dessa forma, parafraseando Pochmann, o que se tem atualmente é uma *morte anunciada do emprego* diante de um *mediocre crescimento econômico*. A tendência ao aumento de vagas em atividades sem remuneração e sem registro em carteira proclama um cenário em que crescem avassaladoramente, a precarização das condições e relações de trabalho. A posição brasileira no ranking mundial de desemprego é alarmante, sendo que o Brasil, com base em Pochmann (2001), ocupava em 1994 o quarto país do mundo com maior índice de trabalhadores sem ocupação, posto que o desemprego nessa década passa a atingir todos os substratos sociais e não mais determinados segmentos da população nacional. Tal

⁴⁰ “Na desaceleração econômica pós-1997, as taxas de desemprego passaram a assumir proporções sem paralelo na história recente do país. Dessa forma, pode-se perceber que o desemprego atual ataca o tecido social brasileiro tal como epidemia, cuja complexidade da manifestação somente pode ser entendida pelo curso do amplo período de duas décadas de estagnação econômica e pela ação, desde 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional desfavorável ao emprego nacional” (POCHMANN, 2001, p. 95).

fator foi agravante para evitar supostos parâmetros de mobilidade social que, na verdade, contribuiu ou para a imobilidade ou para uma mobilidade descendente. Com isso se torna elementar o conhecimento do desemprego atual para a compreensão da informalidade.

A reengenharia industrial, além do quadro de desemprego, provocou o aumento da subcontratação do trabalho, intensificando o trabalho informal e a participação do trabalho domiciliar.⁴¹ As atividades domiciliares, presentes em diversos setores da produção, com exemplo para o caso calçadista, consistem em atividades precarizadas, que dispõe de baixa qualificação e tecnologia rudimentar, além da predominância do trabalho feminino, marcada por relações precárias sem a existência de carteira assinada e proteção social, o que proporciona a redução dos custos da produção para as empresas que cada vez mais aumentam seus lucros. Resumidamente, essa objetivação da acumulação presente na ordem capitalista pressupõe o aumento das taxas de lucro em detrimento do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e arrocho salarial e, com isso, tem-se o aumento da riqueza nas mãos dos detentores do capital e o acirramento da pobreza àqueles que possuem somente sua força de trabalho para vender no mercado.

No mais, a reestruturação produtiva provocou mudanças significativas no mundo do trabalho, como a entrada de um grande contingente feminino e o crescimento do setor terciário e de trabalhadores informais sem registro em

⁴¹ Em sua obra *O Capital*, Karl Marx já retrata o trabalho domiciliar como elemento interligado às mudanças advindas no processo produtivo da época da Revolução Industrial e elucida que “A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. [...] o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país. [...] nele, a pobreza despoja o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação, etc.; a irregularidade do emprego aumenta [...]” (2004, p.525).

carteira,⁴² o que também propicia o aumento da clandestinidade desse tipo de atividade.

É necessário reconhecer a participação das mulheres no mercado de trabalho como fruto de transformações sociais que propiciaram mudanças nos papéis assumidos pela classe feminina até então. O novo cenário reconfigura a posição da mulher na sociedade e na família.

Com o surgimento do movimento feminista na segunda metade do século XX, a mulher passou a buscar direitos igualitários coletivos e individuais, participação nas atividades econômicas, autonomia reprodutiva, dentre outros. Algumas conquistas nos campos econômico, social, político e cultural vêm sendo alcançadas por essas mulheres, mas muito ainda há de ser feito para se atingir os níveis de igualdade e reconhecer a diversidade entre os povos do planeta.

O trabalho domiciliar,⁴³ predominantemente marcado por um recorte de gênero, torna-se um dos grandes desafios para a ação sindicalista, posto que esse tipo de atividade se encontra difuso por todos os espaços da cadeia produtiva e assim nem pode ser considerado um fenômeno ultrapassado, ou mesmo passível de extinção neste atual cenário.

⁴² Dupas, ao analisar os rebatimentos da reestruturação produtiva no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, enumera que “O número de empregos gerados com carteira assinada passa de um crescimento de 23% (1986-1990) para uma queda de 27% (1991-1998). Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira vão de um modesto crescimento de 5% (1986-1990) para um salto de 30% (1991-1998)” (2000, p.128). Outro quesito levantado pelo autor em relação ao trabalho é que “[...] vários elementos fundamentais atestam que a flexibilização do trabalho vem sendo acompanhada de contínua precarização. Quando os trabalhadores perdem suas funções no setor formal e mergulham no setor informal, sua renda média tem sofrido uma queda expressiva, somada a uma nova e forte insegurança com relação ao futuro e a sua proteção social. [...] durante todo o período analisado (janeiro de 1985 a junho de 1999), o rendimento real médio dos trabalhadores sem carteira manteve-se significativamente inferior (em cerca de 20 a 40%) ao rendimento dos trabalhadores com carteira (incluindo nessa remuneração os ganhos proporcionais de férias e 13º salário)” (2000, p. 136).

⁴³ O trabalho domiciliar contemporâneo é marcado predominantemente por “[...] ser uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo. A feminização do trabalho a domicílio varia de 90% a 95% na Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália e Holanda; 84% na França; 75% na Espanha; e 70% na Grã-Bretanha. No Japão, segundo pesquisa de 1988, 93,5% dos trabalhadores a domicílio eram mulheres, e na antiga URSS, onde o trabalho a domicílio é concentrado em indústrias locais, 86% dos trabalhadores são mulheres” (ABREU, A.R.P., 1993, p.39).

Seguindo a linha analítica de Abreu, A.R.P. (1993), o trabalho domiciliar ganha sua morfologia mais conhecida com a Revolução Industrial para atender os propósitos da época e, com isso o que se observou foi a substituição de trabalho masculino pela acentuada utilização do emprego feminino nesse setor. Mas, o que se torna relevante é que tal atividade continua em vigor, ligada à economia global e tendo um papel imprescindível na atualidade para o processo de acumulação e reprodução do sistema. Assim, esse tipo de trabalho não pode ser entendido de forma pontual e isolada e, sim, dentro de um todo complexo que se interage com os demais setores de produção.

Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa, e ali explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável (HARVEY, 1998, p.146).

O trabalho domiciliar é uma das peculiaridades das múltiplas facetas de um fenômeno complexo que é a informalidade, respondendo por um grande contingente de mulheres sem proteção social, o que acarreta a sua precariedade. O que se tem na realidade é um verdadeiro menosprezo à problemática da informalidade, colocando-se panos quentes com vistas a amortecer as reais conseqüências e faces dessa atividade econômica que abarca um conglomerado incomensurável de pessoas.

Adotar o trabalho domiciliar representa para o empregador uma maior facilidade contratual da mão-de-obra, o que lhe resulta num baixo custo dos produtos e ínfimos gastos com a força de trabalho. Vale salientar que a maioria dos

trabalhadores que estão nessa atividade são mulheres que, simultaneamente, também desenvolvem seus afazeres domésticos, cuidados com os filhos, dentre outras funções designadas pela sociedade atual como responsabilidade do gênero feminino. Acrescido a esses fatores ainda se faz necessário analisar que essa realidade precária e rude de exploração, na maioria das vezes, é a única fonte de renda dessas mulheres e/ou tida como suplementação do salário familiar.

Portanto, em grande parte das vezes, nesse tipo de trabalho realizado em domicílio, a classe, o gênero e a questão étnico-racial se interagem, e esse é o elemento discutido em tal estudo. A fusão desses caracteres se torna fundamental para perpetuar o lugar da mulher negra no estrato mais subordinado da sociedade brasileira. *Ser mulher* e *ser negra*, numa sociedade desigual e racista, passa a se constituir traços agravantes em relação à inserção no mercado de trabalho, onde estas se enveredam pelos caminhos da informalidade na busca de sua sobrevivência.

Assim, como fica a situação da mulher negra que se encontra no trabalho domiciliar em relação a sua condição de vida, trabalho e estratégias de sobrevivência frente a atual conjuntura do mundo do trabalho? É possível uma aglutinação dessa categoria para buscar medidas que atendam a suas necessidades e direitos? Como pensar numa identidade de classe diante da pulverização desse segmento? Como redefinir papéis como o de gênero e de raça/etnia na contemporaneidade em face de uma ideologia dominante de raiz patriarcal, sexista e racista? Esses são problemas emergentes e ainda com pouca exploração no espaço científico. A escassez de produção sobre a temática poderia ser compreendida como um fato casual ou como uma intencionalidade do sistema vigente?

2 GÊNERO E RAÇA/ETNIA: EVIDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL

Diante do enfoque que permeia este estudo, traçamos num primeiro momento algumas concepções sobre a categoria trabalho em torno de diversas obras, pois partimos do pressuposto de que estas são elementares para se compreender a forma em que este se configura na contemporaneidade. Além disso, realizamos alguns apontamentos sobre a informalidade no atual cenário e suas ressonâncias na vida da população que vive do trabalho no que tange à precariedade das relações trabalhistas.

Seguindo o fluxo do estudo, que tem como recorte analítico a categoria gênero e raça/etnia, recorreremos a algumas acepções que foram construídas e disseminadas ao longo do tempo para tentarmos apreender as razões lançadas como hipóteses nesta pesquisa de que a informalidade é fato e que grande parte da população que a constitui são mulheres e negras.

Tal aspecto constitui-se numa das expressões da questão social,⁴⁴ objeto histórico, *par excellence* de intervenção do Serviço Social.

A questão social, como já tem sido retratada por diversos autores, pode ser entendida conforme ressalta Iamamoto (2003), como o produto das desigualdades do sistema capitalista, visto que nesse ínterim são expressos os antagonismos e contradições de classes sociais. Sua emergência se dá com a entrada em cena dos trabalhadores reivindicando seus direitos. É a questão social a mola propulsora da

⁴⁴ É válido ressaltar que a expressão “questão social” passou a ser empregada na terceira década do século XIX, ou seja, entre os anos de 1830. O cenário europeu da época experimentava os reflexos do processo de industrialização ocorrido pioneiramente na Inglaterra do século XVIII, que redundou na consolidação do capitalismo industrial. O que se observa perante esses fatos é o crescimento da capacidade produtiva da riqueza, ao mesmo tempo em que aumentava o pauperismo do conjunto dos trabalhadores. Portanto, a questão social passa a ser engendrada e constitutiva do desenvolvimento capitalista, além de estar ligada às formas de sociabilidade erigidas desse sistema produtor de mercadorias. Para maiores informações sobre a respectiva temática consultar as obras de CASTEL (1998) e HUBERMAN (1979).

fundação do Serviço Social enquanto profissão legítima e inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Diante disso, Iamamoto (2003) afirma que para o profissional que atua nas manifestações da questão social torna-se crucial conhecer a realidade e a população a quem se destinam os serviços sociais, sejam suas condições materiais ou subjetivas. Outro enfoque abordado por Iamamoto se refere aos eixos centrais que se fazem presentes na questão social dos novos tempos, com ênfase para o avanço do desemprego e o crescimento das relações de trabalho marcadas pela precariedade. Além desses, inúmeros são os determinantes da questão social na atual sociedade, dentre eles as relações de gênero e de raça/etnia, problemáticas em voga na presente discussão. Para tanto, a autora indaga sobre os desafios postos para os profissionais do Serviço Social no que concerne à tarefa de decifrar esses processos sociais com vistas a abarcar seus múltiplos elementos, ou seja, sua totalidade.

Assim, concebendo o Serviço Social como uma profissão que atua diretamente nessas expressões da questão social, o presente estudo objetiva trazer para a pauta desse universo profissional assuntos ainda incipientes no debate acadêmico e da profissão como um todo.

Com isso, ao se discutir gênero e raça/etnia não temos a intenção de dar respostas totalizantes, visto que a realidade é complexa e abrange outros aspectos que nos circundam, permitindo novos olhares e interpretações sobre diversas situações que emergem na vida em sociedade.

Quando os conceitos de “raça” e “gênero” são aplicados aos estudos sobre desigualdades socioeconômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de “classe” não poderia explicitar. Eles desvelam certas particularidades na construção social da pobreza que eram antes ignoradas (GUIMARÃES, 2002, p.77).

Ao propormos a discussão nesse tópico dessas categorias, compartilhamos da idéia de Guimarães de que “[...] reduzir a análise de qualquer realidade a um único conceito é sempre simplório” (2002, p.76).

Contudo, é mister destacar que as categorias sexo e raça saem do reduto biológico, tidos até então por aspectos “naturais” e ganham corpo no espaço sócio-cultural diante de manifestações de partidos políticos, universidades, sindicatos, movimentos sociais, sejam eles feministas ou negros, dentre outros. A entrada em cena dessas instituições contribuiu, sobremaneira, para desmistificar concepções sustentadas ao longo do tempo sobre a questão racial e de gênero.

O que vem ocorrendo é o desmembramento em certos estudos das categorias históricas e analíticas de gênero, raça/etnia e classe social, porém tal ação é inviável para se abranger problemáticas dessa ordem. Uma categoria não anula a outra, pois estão imbricadas.

Conforme sustenta Saffioti (1992), não é possível separar sexo de classe ou de raça, e tampouco isolar um destes, pois são quesitos que se fundiram historicamente. Assim, afirma que são elementos que precisam ser analisados numa perspectiva de indissociabilidade, tendo em vista a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo.⁴⁵

⁴⁵ Saffioti retrata a gênese do patriarcado entendido como fenômeno social e sustenta em sua obra que nas sociedades primitivas a mulher era a figura central, tida como divindade por gerar a prole e produzir alimento – o leite materno. Porém, com a criação de animais e expansão de propriedades, tornou-se necessário para os homens da época aumentar a quantidade de filhos para auxiliá-los na produção e cultivo da terra com vistas à acumulação. Além disso, os homens passam a compreender que também são figuras essenciais na reprodução da espécie diante da observação de certos acasalamentos de animais. Com isso, a mulher perde sua posição de figura divina e respeitada e passa a ser dominada e explorada pelos homens (2004, p.120-121). Além do mais, a autora nos orienta de que o patriarcado como o racismo, são formas históricas existentes para legitimar a discriminação entre os povos em consonância com os propósitos do capitalismo, onde tal simbiose corresponde às relações de dominação e exploração. Tal discussão também pode ser verificada na obra: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. O autor, baseado nos estudos de Bachofen e Morgan, relata o advento do patriarcado com a consolidação da propriedade privada.

Saffioti assume uma postura que considera “[...] sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (2004, p.108).⁴⁶ Para a autora, o ser humano deve ser visto em sua totalidade, visto que é uno e ao mesmo tempo múltiplo.

Outro aspecto a ser mencionado ao se discutir gênero e raça/etnia é que além destes se expressarem nas relações sociais como constructos históricos que operam na realidade, também se manifestam nas relações de poder, pois se trata de analisar as diferenças e refletir sobre a questão do outro.

Enquanto relação de poder, a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto a dominação racial. As teorias raciais se preocupam em fundamentá-la a partir da biologia, o mesmo que fizeram aqueles que tentaram construir uma explicação natural para a dominação dos homens na sociedade (SOUZA-LOBO, 1991, p.188).

Vale destacar que ao discutirmos a problemática étnico-racial e de gênero, entendidas na dinamicidade das relações sociais, estamos perpassando a história das sociedades, das mentalidades e da subjetividade humana.

Não obstante, ao abordarmos as relações de gênero, não estamos nos referindo única e exclusivamente às mulheres, apesar de o respectivo estudo enfocar tal segmento, mas nos situando na trama das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino. O gênero atravessa as relações humanas seja na esfera social, política, econômica, cultural ou mesmo simbólica.

Sob esse aspecto, podemos elucidar que,

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do

⁴⁶ Ainda na concepção de Saffioti, “[...] o gênero – as posições sociais respectivas de mulheres e homens – não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo tornou-se um fato pertinente, e, portanto, uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria de gênero, isto é, da divisão da humanidade em dois grupos antagonistas, dos quais um oprime o outro, os homens e as mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p.90). A nomenclatura gênero surge com efervescência num clima de inquietações e revisão no campo ontológico e epistemológico das Ciências Humanas e Sociais.

feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes (SAFFIOTI, 2004, p.116).

Diante do enfoque do estudo, direcionado para a mulher, cabe fazer algumas considerações sobre o papel que esta ocupa na sociedade, pois como afirma Saffioti (1999) é impossível negar que ainda vivemos numa sociedade de orientação patriarcal, não se conhecendo sequer uma sociedade onde se dá primazia às mulheres.⁴⁷ Sendo assim, o acúmulo de normas, leis e valores transmitidos ao conjunto societário são impregnados de uma ideologia machista a qual a mulher tem que se submeter, caso não queira transgredir os costumes.

Além do mais, o androcentrismo⁴⁸ se faz presente tanto nas esferas do mundo econômico, político, quanto do científico, do religioso e até mesmo na própria filosofia. Tal preceito é tido como prerrogativa que vem se reproduzindo ao longo dos séculos. Nessa ótica, mulheres e homens introjetam e reproduzem a visão androcêntrica, visto que ela é transmitida no processo de socialização e educação dos seres humanos.

As mulheres passam a incorporar comportamentos, valores e regras de conduta essencialmente masculinas, já que nos padrões vigentes essa é a lei geral. Conforme se observa, as mulheres são educadas e adestradas para o espaço privado, ou seja, para exercer as tarefas domésticas como o cuidar dos filhos, do lar, cozinhar, lavar, passar, ser dócil, submissa, terna, cautelosa, prudente, dependente

⁴⁷ Com base em Moreno, "A mitologia ocidental considera a mulher uma propriedade do homem por ter sido ela criada a partir de uma de suas costelas, fazendo proceder também de um mandato divino uma norma de conduta eleita pelo homem" (1999, p.29).

⁴⁸ "O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência" (MORENO, 1999, p.23).

do homem, dentre outras características. Já o homem é educado e adestrado para a esfera pública, ou seja, para ser empreendedor, viril, racional, agressivo, independente e competitivo. Nesses termos, tem-se a construção de estereótipos⁴⁹ da figura feminina e masculina que se manifestam nas relações humanas e perduram até nossos dias.

Isso é perceptível em diversas esferas da vida, seja de ordem econômica, política, cultural e/ou social. As mulheres ocupam os postos menos qualificados do mercado de trabalho, ainda são predominantes nas universidades nas áreas de humanidades (ciências *soft*), enquanto os homens prevalecem nas ciências exatas e biológicas, ou seja, as consideradas ciências duras. Além disso, a própria linguagem ensinada no processo de socialização e escolarização das crianças apresenta discriminação ao se referir ao montante dos alunos no masculino, onde as meninas não se reconhecem como envolvidas no discurso e assim perdem sua própria identidade.

Na escola também são apreendidos e reproduzidos, por meio dos livros didáticos, o modelo paradigmático de humano que se apregoa pela sociedade. Por um longo tempo, o negro foi retratado nos livros sob a chancela do “sujo”, o “ladrão”, o “vagabundo”, o “preguiçoso”, o “carnavalesco”, dentre outros adjetivos. A mulher retratada como a esposa dedicada, dócil, habilidosa, que cuida do lar e dos filhos.

Nesse sentido, o que se nota são inúmeros mecanismos discriminatórios que asseguram ao homem branco a manutenção de sua posição privilegiada no *status quo*.

⁴⁹ “Quando se tem preconceito em relação a determinado grupo de pessoas, costuma-se construir uma imagem negativa sobre esse grupo. Sempre quando alguém fala desse grupo de pessoas imediatamente surge na mente do ouvinte imagens negativas. Essa imagem negativa é o estereótipo [...] que funciona quase como um carimbo, a partir do que a pessoa é vista sempre através de uma marca, pouco importando como realmente ela seja” (BENTO, 1999, p.38).

Vale considerar que a mulher, ao longo do tempo, não se constitui num sujeito passivo e, sendo assim, rebela-se e reivindica sua posição na vida social. Um exemplo claro disso é o próprio movimento feminista da segunda metade do século XX, que denuncia inúmeros aspectos das condições de vida e de trabalho da mulher e seu papel na sociedade.⁵⁰

Atualmente, diante de tais manifestações feministas, verifica-se que a relação social estabelecida entre homem e mulher vem sofrendo mudanças, mesmo que pontuais, onde as mulheres vêm ocupando novos espaços e adentrando a cena pública. Isso tem notoriedade quando já se presencia as alterações no próprio conjunto familiar, no mercado de trabalho, nas escolas, universidades, nos movimentos sociais, dentre outros. Tais fatores são elementos recentes e, por isso, polêmicos diante dos questionamentos acerca do funcionamento e superação da raiz patriarcal vigente.

O quadro apresentado explicita uma realidade que deve ser analisada e repensada, pois as transformações estão sendo processadas, porém no que se refere ao conjunto das relações humanas, estas ainda mantêm a estrutura dominante-dominado, opressor-oprimido.

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar esses agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais (SAFFIOTI, 1992, p.211).

⁵⁰ “O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de re-criação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas” (ALVES & PITANGUY, 1983, p.74).

No que tange à questão étnico-racial, vale considerar que o racismo é resultante de teorias e pensamentos que se reportam à Antiguidade Clássica consubstanciadas pelas idéias platônicas e aristotélicas, sendo apropriadas no decorrer dos séculos por demais pensadores que sustentaram a relação de desigualdade entre brancos e negros, homens e mulheres.⁵¹

O Brasil, especificamente, vivenciou quase quatro séculos de escravidão negra, onde os escravos vindos da África eram vendidos e tratados como animais. É importante considerar que os escravos não foram totalmente passivos à ordem escravista brasileira e em certos momentos se rebelaram, como pode ser visto na formação dos quilombos.⁵²

No que se refere à Lei Áurea de 13 de maio de 1888, vale frisar que a princesa Isabel não assinou um ato de bondade aos povos escravizados e, sim, legitimou o que já se fazia presente no cenário da época, pois grande parte dos escravos já se encontravam libertos ou haviam fugido para comunidades quilombolas. Ou seja, a consolidação da respectiva lei foi apenas um ato burocrático mediante o quadro apresentado e além do mais, o Brasil já vinha sofrendo pressões

⁵¹ Na concepção de Aristóteles, com base em princípios naturais, haviam homens que estavam predestinados à liberdade e ao comando, enquanto outros estavam designados a serem comandados e escravizados. Platão também ao se remeter aos homens valentes e melhores da época, apregoa que esses teriam acesso a honrarias e recompensas enquanto os demais estariam sempre subjugados às ordens do superior. Passados séculos, em 1859, o biólogo Charles Darwin lança sua obra "A origem das espécies", onde desenvolveu a teoria da seleção natural, baseada em estudos realizados com animais e vegetais, que tinha como discussão a dominação e sobrevivência das espécies mais fortes na natureza. Daí cria-se as espécies fortes e fracas. Logo em seguida, "[...] o francês Joseph-Auguste de Gobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Stewart Chamberlain, utilizaram a teoria da seleção natural, dentre outros argumentos, para tentar explicar a sociedade humana. Eles concluíram então que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos. Os fortes teriam herdado certas características que os tornavam superiores e os autorizavam a comandar e explorar outros povos" (BENTO, 1999, p.24). Assim, apropria-se das características físicas para classificar os seres humanos, o que deu origem ao conceito de raça.

⁵² Palmares, quilombo existente na Serra da Barriga, em Alagoas, chegou a contar com um número aproximado de 30.000 pessoas, sendo considerado o maior quilombo no Brasil. Dentre os anos em que se manteve atuante, de 1595 a 1695, Palmares consistia-se numa verdadeira república em solo colonial. Seu líder era Zumbi, que foi assassinado em 20 de novembro de 1695 sob ordens da coroa portuguesa. Palmares era considerada uma fortaleza, onde os homens dessa comunidade se dedicavam à agricultura, num sistema de trabalho de caráter coletivo (BENTO, 1999, p.72-73).

externas em relação à criação de uma mão-de-obra consumidora dos produtos europeus.

No mais, o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão e com tal medida não promoveu nenhuma política de inserção da população ex-escrava no mercado de trabalho, o que contribuiu para o crescimento do índice de desemprego envolvendo essa camada populacional, um acelerado processo de urbanização dos negros e formas precarizadas de relações de trabalho.

Com o término da escravidão, o Estado brasileiro passa a subvencionar a imigração europeia para o trabalho nas lavouras cafeeiras do país sob o ideário do branqueamento da população.⁵³ O que se observou com o ingresso do imigrante no cenário brasileiro foi sua concentração nos eixos Sul-Sudeste, o que provocou a exclusão da população negra dos postos de trabalho tanto industrial quanto do artesanal. O quadro só foi revertido a partir de 1930, quando se encerra a imigração europeia e os negros passam a incorporar alguns postos de trabalho. Porém, outro problema alarmante que desencadeou desse processo e ainda vigora nos dias de hoje é a desigualdade e o preconceito racial em âmbito regional, pois algumas regiões do país passaram por uma fase de modernização drástica, tornando-se desenvolvidas (Sul-Sudeste) em detrimento de algumas que continuaram na situação de subdesenvolvimento (Norte-Nordeste), onde a população negra se

⁵³ Inúmeras foram as teorias constituídas com o findar do século XIX que acreditavam que com a entrada em massa da população europeia no país haveria no decorrer do tempo um processo de branqueamento da população de forma que num determinado período se presenciaria a extinção da população negra. Dentre os teóricos que pensaram o Brasil da época temos: Nina Rodrigues, que foi o primeiro brasileiro a estudar o povo africano, considerando-os inferiores por natureza e desenvolvendo idéias de segregação racial nas leis criminais; Silvio Romero, crítico literário, que acredita ser os negros e os índios seres inferiores e aponta a miscigenação como algo positivo, Oliveira Viana, Joaquim Nabuco, dentre outros (TELLES, 2003). Na concepção de Gilberto Freyre o povo brasileiro era um povo mestiço onde se imperava relações harmoniosas entre os homens. Para esse pensador só foi possível esse processo de miscigenação devido ao baixo contingente de mulheres brancas em solo brasileiro. Daí, os homens brancos buscavam nas mulheres negras a satisfação de seus instintos sexuais (FREYRE, 1975).

encontra em maior escala. Esse acontecimento gerou uma guetização de certas regiões do país.

Para os movimentos negros, o processo abolicionista não significou a integração econômica e social da população negra no sistema capitalista, pelo contrário, propiciou a marginalização desta diante da ausência de emprego e de políticas voltadas à subsistência dos mesmos.

Neste estudo, ao abordarmos a categoria raça/etnia vale considerar que conforme estudos de Guimarães, o conceito de raça é entendido como,

[...] constructos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (1999, p.64).

Conforme sustenta Guimarães (1999), negar a raça⁵⁴ é como negar o racismo como fenômeno social, entranhado nas relações sociais e presente no Brasil e demais âmbitos do mundo. Assim, para ele, o racismo perpassa três eixos: “[...] uma concepção de raças biológicas (racialismo); uma atitude moral em tratar de modo diferente membros de diferentes raças; e uma posição estrutural de desigualdade social entre as raças” (1999, p.62-63).

Sendo assim, podemos identificar que biologicamente existe apenas a raça humana, sem qualquer subdivisão da espécie, porém dentro das ciências sociais ainda se faz necessária a utilização desse conceito visto que ainda continuamos a subdividir e segregar os seres humanos mediante sua tonalidade de pele, textura do cabelo, dentre outros atributos de ordem física e estética. Negar tal fato seria negar o racismo e os desdobramentos que este tem causado para uma parcela expressiva

⁵⁴ É importante frisar que a concepção de raça advém com o desenvolvimento da ciência moderna ao longo do processo de colonização e da escravização dos povos africanos (GUIMARÃES, 2002, p.55).

da população. Aqueles que adotam posturas anti-racistas não crêem na concepção de raça no seu sentido biológico, mas admitem que a raça no seu aspecto social, entendida como construção, permanece e é daí que urge a organização da luta anti-racismo. Para tanto, abordamos a raça no presente estudo como uma idéia e não como fator biológico, diante de suas raízes no pensamento social que se desmembrou no final do século XIX e ainda se encontra impregnada de uma ideologia que permite hierarquizar determinados grupos sociais.

Em decorrência da necessidade de ainda se utilizar o conceito de raça ante sua eficácia num contexto segregacionista, passamos a empregar a nomenclatura raça/etnia como forma de reconhecimento do racismo e por concebemos a etnia como um conceito habitualmente usado para distinguir uma população ou grupo social oriundos de um ambiente comum e que compartilham histórias, culturas, valores, hábitos, linguagem, etc.

Outrossim, podemos considerar que mesmo não havendo a categoria raça no sentido biológico, com base em critérios científicos e experimentais, esta não pode ser negada na sua existência nominal, diante da sua eficácia no mundo social.

Segundo Telles (2003), a categoria raça não é dotada de fundamentação científica e as concepções populares são permeadas de ambigüidades e, sendo assim, no Brasil e no restante do mundo, o critério de auto-identificação é considerado o mais aceito, não sendo tido como discriminatório, diante da diversidade humana, onde cada indivíduo se reconhece como membro de uma respectiva cultura, com uma identidade e uma trajetória de vida.

Nessa perspectiva, Guimarães nos aponta um dilema: quando poderíamos extinguir o conceito de raça das ciências sociais? Para o autor, tal ato poderia se concretizar no momento em que,

[...] não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da idéia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos (2002, p.50-51).

Com base nas idéias de cunho racista que ancoram a ciência passou-se a camuflar a problemática racial dos discursos e debates, seja no plano científico, como no político, utilizando para se referir aos negros um eufemismo a fim de abrandar a conotação da nomenclatura “negro”, tida como algo maléfica, associada aos animais, às coisas ruins e sujas. Por isso, nota-se um profundo silêncio no que tange a problemática étnico-racial na contemporaneidade.⁵⁵

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os intelectuais passaram a utilizar nos seus textos científicos o termo “etnia” como estratégia de negação da existência do racismo. Tal política adotada contribuiu para sustentar a ordem vigente mantendo um discurso de que vivíamos num “paraíso racial”,⁵⁶ onde os povos se relacionavam de forma harmônica, num ideário de que “todos eram mestiços”, redundando na teorização do hibridismo.

Em sua análise, Bento ressalta que é muito comum as pessoas utilizarem o termo “cor”⁵⁷ para substituir o termo “negro”,⁵⁸ como forma de ser gentil e ocultar a

⁵⁵ Existem três momentos nos estudos sobre relações raciais no Brasil. O primeiro do início do século, tendo como principal expoente Gilberto Freyre, afirmava que os negros eram inferiores biologicamente e daí a justificativa por terem sido escravizados. Num segundo momento, em meados do século XX, alguns estudiosos mais progressistas, entre eles, Florestan Fernandes, Otavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso declaravam que os negros não eram inferiores biologicamente, mas por terem sido escravizados acabaram ficando subalternizados e considerados segmentos inferiores. Conforme aceção de Florestan Fernandes, os negros passariam a se integrar de forma tardia na sociedade de classes e a desigualdade racial seria sanada com o desenvolvimento do capitalismo. Já a terceira geração afirma que o quadro de desigualdade do povo negro deve-se à discriminação racial expressa no cotidiano das relações sociais e não apenas pelo fato do negro ter sido escravo e o branco escravizador (BENTO, 1999, p.70).

⁵⁶ É Gilberto Freyre (1975) quem retoma a idéia utópica de paraíso racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma conotação científica. Tal concepção não admite que a raça seja um dos elementos que justifica os problemas sociais.

⁵⁷ Para Telles (2003), a cor no Brasil é utilizada “[...] para expressar uma combinação de características físicas, inclusive a cor da pele, o tipo de cabelo, a forma do nariz e dos lábios, sendo

cor negra como algo que lhes apresenta de forma negativa. Com isso, o que se tem é uma dissimulação da problemática do racismo, trazendo à baila a emergência do movimento negro, exigindo o reconhecimento desse segmento, igualdade nos diversos espaços sociais e políticas específicas para os mesmos.⁵⁹

Tendo em vista o quadro apresentado, podemos inferir que,

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 1999, p.57).

Nas palavras de Guimarães (1999), o racismo sempre foi considerado um epifenômeno, dentro de uma ordem societária em que vigorou o mito da “democracia racial”,⁶⁰ que emerge no Brasil como um dogma no período da ditadura

que os traços físicos das categorias não-brancas normalmente possuem conotações negativas. [...] tal como o termo raça, a cor de uma pessoa no Brasil normalmente carrega conotações sobre o valor e o *status* comuns às ideologias raciais em outras partes do mundo” (p.104).

⁵⁸ Durante todo o decorrer do trabalho utilizamos a terminologia “negro” adotada também pelo Movimento Negro Unificado. Conforme o ideário do Movimento Negro, chama-se de “negros” todos os povos com ascendência africana, e não apenas os “pretos”, pois assim é possível a construção de uma identidade racial (GUIMARÃES, 2002, p.56). Na classificação do Movimento Negro são trabalhados apenas dois termos: negro e branco, que já vem sendo incorporado pelo mundo acadêmico, pelos meios de comunicação de massa, no âmbito político, porém ainda inexpressivo nos discursos populares. No Brasil não houve ao longo de sua história nenhum controle da ascendência, até mesmo porque o objetivo da elite era de promover o branqueamento por meio da miscigenação e com isso não desenvolveu nenhum sistema de classificação racial, que por sinal “[...] tornou-se mais complexa, ambígua e mais fluida do que naqueles países com tradição de segregação legal” (TELLES, 2003, p.104). Para Telles, na atualidade, o termo negro se configura como um símbolo de orgulho e identificação étnica e a classificação racial se baseia predominantemente na aparência, não havendo como nos Estados Unidos um rígido sistema de classificação pautado na ascendência (2003, p.117).

⁵⁹ O Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial surge em 1978, sendo posteriormente transformado em MNU – Movimento Negro Unificado, ganhando êxito na pauta das reivindicações pelo combate às desigualdades raciais e luta pela transformação social e valorização da identidade e cultura negra. Além disso, consegue algumas vitórias no plano político e social: o racismo, que até então era considerado contravenção pela Lei Afonso Arinos de 1951 passa a ser considerado crime inafiançável com a Constituição Federal de 1988 e a Lei 7716, sancionada em 1989, define os crimes desencadeados por preconceito de raça/cor. Diante de esforços do próprio MNU, as centrais sindicais passam a incorporar a problemática da desigualdade racial no mercado de trabalho, começa-se a rever nas universidades as produções científicas que contribuíram para sustentar o racismo, dentre outros (BENTO, 1999). Vale salientar que a primeira mobilização coletiva dos negros no Brasil no século XX se reporta aos anos de 1930 com formação da Frente Negra em São Paulo que tinha como elementos norteadores de suas reivindicações a luta contra a segregação territorial e social dos negros, relegando a segundo plano a cultura e a identidade dessa população (GUIMARÃES, 1999, p.210).

⁶⁰ Muitas teorias afirmam que a concepção de “democracia racial” foi cunhada por Gilberto Freyre, mas segundo estudos de Guimarães (2002), o primeiro cientista a introduzir em suas obras sobre

militar, entre os anos de 1968 e 1978. Tal mecanismo contribuiu para camuflar a realidade da população negra na sociedade brasileira, sem haver implementação de políticas sociais voltadas para esse público, o que redundou no acirramento das desigualdades sociais.

A prática do racismo traz consequências aos direitos e oportunidades das camadas atingidas que, como relata Guimarães,

Tais práticas racistas são, sempre, encobertas para aqueles que as perpetuam por uma conjunção entre senso de diferenciação hierárquica e informalidade das relações sociais, o que torna permissíveis diferentes tipos de comportamentos verbais ofensivos e condutas que ameaçam os direitos individuais. Trata-se de um racismo às vezes sem intenção, às vezes “de brincadeira”, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos (1999, p.67).

Mas o que se observa na contemporaneidade é que algumas medidas e iniciativas já vêm sendo tomadas, como é o caso da implementação de políticas públicas direcionadas aos negros brasileiros.⁶¹ Mas vai surgindo uma série de dilemas e questionamentos em torno dos beneficiários de tais políticas, visto que no Brasil não há nenhum instrumento de classificação racial como se registra nos Estados Unidos, que seguem a linha da ascendência étnica. O Brasil começou, em fins do século XX, a debater a problemática étnico-racial, buscando atuar de forma efetiva em uma das múltiplas expressões da questão social. A classificação racial em nosso país ainda se apresenta inconsistente, onde,

[...] a identificação da raça ou da cor só é feita por muito poucas agências e não consta dos principais documentos fornecidos pelo estado, tais como a cédula de identidade, a carta de habilitação para dirigir, a carteira de trabalho, etc. [...] Raça e cor não são algo objetivo e real, em si mesmas,

relações raciais o conceito de “democracia racial” foi Charles Wagly na década de 1950 do século XX. Tal expressão tornou-se célebre e sintetizou o pensamento de toda uma geração de cientistas sociais (p.139). De forma simbólica, o mito da “democracia racial” e o ideário de branqueamento que vigoraram no pensamento social em fins do século XIX e no decorrer do século XX contribuíram em suma para legitimar a desigualdade racial e promover a “paz social e racial” entre os povos.

⁶¹ A primeira discussão sob a iniciativa do governo brasileiro em torno da problemática étnico-racial se deu em julho de 1996 em Brasília num seminário que tinha como eixo temático: “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos” (GUIMARÃES, 1999, p.149).

apenas demarcam situações reais de discriminação (GUIMARÃES, 1999, p.175).

A luta no Brasil contra todos os mecanismos e manifestações de cunho discriminatório ganha uma nova dimensão orquestrada pela luta contra as desigualdades de ordem étnico-racial, com vistas a formular políticas voltadas para esses segmentos com o intuito de reduzir as disparidades existentes no cenário político, econômico, cultural e social envolvendo a população negra.

Com base nas análises de Guimarães (2002), a pobreza no Brasil atinge em maior escala os negros que os brancos e tal realidade não pode ser explicada única e exclusivamente sob a perspectiva da escravidão, como fator preponderante da posição do negro na atualidade. Tal reflexão seria reducionista visto que esse quadro envolve a falta de oportunidades nos diversos espaços sociais para os negros, o que gera desvantagens diante de um contexto preconizado pela competição, além do preconceito e da discriminação que atinge essa parcela da população e na lógica de Guimarães, “[...] estamos inegavelmente diante de uma sociedade em que os privilégios estão bem estruturados e sedimentados entre grupos raciais e de gênero” (2002, p.72).

No mais, é imprescindível demonstrar que mesmo diante de tal realidade, a população negra e o segmento feminino estão conquistando espaços na cena pública e exigindo seus direitos de cidadania e seu reconhecimento enquanto sujeitos partícipes do processo produtivo e reprodutivo da vida social.

Isso se faz presente principalmente com o processo de redemocratização do país, iniciado no final dos anos 1970 e atuante até o ano de 1985, com a queda do regime militar.⁶²

⁶² Na década de 1970 do século XX emergem os movimentos feminista e negro, com o protagonismo de mulheres e negros exigindo reconhecimento e direitos de cidadania, protestando o quadro

Portanto, tendo em vista a produção e reprodução de mecanismos ideológicos que legitimam o sistema atual, resguardados pelo patriarcalismo e pelo racismo, onde se impera um protótipo de ser humano, ou seja, o homem, macho, branco, heterossexual e rico, verificamos que a história que temos é a história dos grupos dominantes, ou seja, dos homens que escrevem sobre os homens, dos grandes feitos, dos grandes heróis, mantendo em silêncio o contingente de negros e mulheres, tidos como coadjuvantes do devir histórico. Constata-se assim que a mulher e o negro não têm história. A história da humanidade é exclusivamente masculina e branca. Por isso, devemos reescrever a história sob um outro horizonte.

Se retratarmos a história da mulher negra o fosso ainda é mais profundo, diante de sua dupla discriminação – *ser mulher* e *ser negra*, ficando estas relegadas aos substratos mais oprimidos da sociedade.

O que temos claramente é que as pessoas nascem seres humanos, porém quem define o significado de *ser negro* e *ser mulher* é a sociedade.

Sendo assim, é possível falar e acreditar numa igualdade de gênero e raça/etnia? Urge o grande desafio de trabalhar com a alteridade na perspectiva de respeito à diversidade humana.

marcado pela desigualdade de gênero e raça/etnia da época. No ano de 1988 é criada a Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura; nesse mesmo ano funda-se o Geledés – Instituto da Mulher Negra; em 1989 o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – o CEAP; em 1990 o CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade; em 1993 inaugura a Organização de Mulheres Negras – o Fala Preta!, dentre inúmeras ONG's que foram surgindo ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI que atuam diretamente com a população negra e com mulheres, envolvendo questões como educação, saúde, violência, trabalho, direitos humanos, etc. Outro marco se deu no dia 20 de novembro de 1995, onde milhares de pessoas, tanto líderes sindicais como ativistas do Movimento Negro marcharam em Brasília em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares buscando junto ao Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, voltado ao direcionamento de políticas públicas para a população negra. No ano de 2001, foi realizada em Durban a Conferência Mundial sobre o Racismo que “[...] visava rever os progressos alcançados no combate ao racismo desde a adoção da Declaração dos Direitos Humanos em 1948, que por sua vez foi estimulada pela questão racial e inspirada pelas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Também tinha como objetivo a formulação de medidas de combate ao racismo em nível nacional, regional e internacional, assim como aumentar a conscientização sobre o racismo” (TELLES, 2003, p.87). Após o ingresso de Lula na Presidência da República em 2003 é criada a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, sendo esta entendida como mais uma das conquistas dos ativistas negros na busca por seus direitos.

Diante do que foi relatado, passamos a uma breve discussão sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho.

2.1 Presença feminina no universo das relações de produção

Conforme estudos de Saffioti (1976), a mulher, em todos os estágios da humanidade, teve papel relevante na produção da riqueza social e na subsistência de sua família. Desde as fases pré-capitalistas, as mulheres já exerciam inúmeras atividades, seja no campo, na manufatura, minas, comércios, oficinas de tecelagem e fiação ou mesmo nas atividades domésticas. Nesse período, cuja família ainda era tida como o núcleo da produção, as mulheres e as crianças exerciam um papel fundamental à economia no que tange à criação da riqueza.

Nogueira (2004) pontua que na Idade Média, apesar da insuficiência de arquivos históricos da época, havia certa divisão do trabalho feminino com base na faixa etária e na posição das mulheres naquele determinado contexto. As mulheres solteiras eram incumbidas de lavar e tecer, enquanto as mães se dedicavam ao cuidado com os filhos e as mulheres de meia idade ficavam responsáveis pelas funções de cozinhar, reproduzir e cuidar dos adolescentes. Já as esposas dos camponeses se dedicavam à agricultura e às funções domésticas.

Em contrapartida, na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, algumas mulheres ocupavam o comércio, com ênfase para o ramo têxtil.

Na França, na fase do antigo regime, a mulher também exercia atividades comerciais, porém no plano político e jurídico era considerada inferior ao homem, num quadro marcado por dependência, obediência, submissão e incapacidade civil.

A felicidade pessoal da mulher estava associada ao casamento, visto que este ato lhe propiciava estabilidade e ascensão econômica.

Nessa fase transitória, entre a derrocada do antigo regime e a consolidação do capitalismo, o que se observa é um acentuado processo migratório do campo para as cidades, que contribuiu para o advento da Revolução Industrial e o surgimento da burguesia e do proletariado (tanto masculino quanto feminino).

Com a Revolução Industrial, marco da consolidação do capitalismo, a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho, a extensa jornada de trabalho e o rebaixamento salarial, para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Mesmo com essa realidade, as mulheres dos grupos menos privilegiados necessitavam do trabalho como forma de subsistência e por isso acabavam se sujeitando aos respectivos ordenamentos.

Na fase de implantação do capitalismo, o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: de homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital, nesta fase, não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque haja a nova sociedade subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (SAFFIOTI, 1976, p.38).

A incorporação em grande escala do contingente feminino de mão-de-obra também foi adotada pela França e desencadeou inúmeras reivindicações por parte de trabalhadores do sexo masculino, que passam a ser o principal alvo do desemprego. Nessas manifestações, os trabalhadores culpabilizavam as mulheres pela situação de desemprego que estavam vivenciando e não percebiam que na verdade era o sistema capitalista o responsável pela geração de desemprego. Ou seja, “A mulher não figura, assim, como uma usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p.43).

A Revolução Industrial alterou a ordem econômica, política, cultural e social de todo o mundo, trazendo implicação direta para a vida da população de todo o planeta. A partir desse fato histórico surgem as fábricas, *locus* onde se processaram as novas relações produtivas. Com o postulado tecnológico de incorporação de maquinário tem-se a inserção de forma significativa, legítima e definitiva da mulher no universo das relações de produção.

Nesse contexto, a mulher representa o ser mais espoliado por compor um dos segmentos mais oprimidos e inferiorizados da sociedade.

[...] apesar das lutas então travadas por meio de greves e da imprensa operária, tanto homens como mulheres encaravam o trabalho feminino na fábrica como algo antinatural na medida em que prejudicava a função reprodutora e a função doméstica. Assim, em vez de as mulheres lutarem por uma igualdade salarial que as equiparasse aos homens, aceitaram que a exigência da luta operária fosse uma “proteção” do trabalho feminino, através de uma redução das horas de trabalho e da abolição do trabalho noturno. Uma legislação especial que protegesse a mulher no seu trabalho assalariado permitiria que ela prestasse “serviços gratuitos, fora do mercado, servindo ao homem e às suas crianças”. É em 1932 as mulheres, tal como os menores, passaram a constituir um segmento especial da força de trabalho: “desprivilegiado, mal pago, operando tarefas rotineiras e classificadas como desqualificadas, sem oportunidades de carreira, mas protegidas” (SILVA, M.B.N., 1987, p.79).

Tal episódio pode ser considerado como o grande álibi do sistema produtor de mercadorias, que passa a incorporar em grande escala o trabalho feminino diante do rebaixamento salarial, trazendo grandes êxitos para o triunfo do capitalismo. A partir disso, o novo sistema passa a envolver todos os entes familiares na produção, onde os trabalhadores, independente de sua idade, sexo, raça/etnia ou nacionalidade estariam submetidos ao domínio direto do capital.

Porém, é importante frisar que nessa conjuntura apresentada, a mulher não sai de casa para o trabalho industrial objetivando sua independência, mas sim para se tornar um ser submetido aos imperativos do capitalismo emergente.

Com o desenvolvimento industrial, a mulher ganha visibilidade como trabalhadora e adentra a cena política visto que não foi meramente um ser dócil e

passivo e, diante das mazelas e exploração que vivenciavam, organizaram-se em determinados momentos reivindicando direitos e melhores condições de vida e de trabalho.⁶³ Isso é demonstrado nos estudos de Nogueira, que ressalta,

[...] no que tange à questão sindical, havia setores industriais como o têxtil, o de calçados, o de tabaco e o de vestuário, nos quais a força de trabalho era predominantemente feminina. Seus sindicatos tinham como membros mulheres trabalhadoras que participavam das ações sindicais e grevistas. [...] nos sindicatos mistos, considerados um avanço para a época, a filiação das mulheres trabalhadoras tinha como pré-requisito o recebimento de salário igual aos homólogos masculinos. No entanto, o papel oferecido a elas era indiscutivelmente subordinado. [...] a mulher trabalhadora não conseguia [...] convencer os trabalhadores de que ela também tinha um compromisso vitalício com o trabalho assalariado e que a luta pela igualdade de salários deveria abranger toda a classe trabalhadora, independentemente de sexo (2004, p.21).

Outro fator que merece ser mencionado consiste nas incipientes idéias socialistas da época, que foram fundamentais para tais movimentos organizativos da classe trabalhadora, envolvendo tanto homens quanto mulheres, os quais passam a denunciar suas condições de miserabilidade frente ao processo de acumulação capitalista que gerava, de forma concomitante, a riqueza e a miséria.⁶⁴

Os fatos supracitados que efervesceram o cenário europeu no decorrer do século XIX propiciaram mudanças abruptas na ordem societária, desencadeando novos horizontes para a inserção feminina no mundo do trabalho.

⁶³ Conforme análise de Nogueira (2004), os sindicatos do século XIX se preocupavam apenas com interesses dos trabalhadores masculinos, deixando as mulheres sempre relegadas a segundo plano. As mulheres não eram tidas como aliadas e sim como ameaça e concorrência na ordem capitalista. Além do mais, a divisão sexual do trabalho, a segregação sexual no mercado de trabalho e as diferenças salariais eram consideradas marcas naturais da sociedade. Com isso, “[...] o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas” (p.18).

⁶⁴ Marx (2004) entende o processo de acumulação do capital como a força motriz da sociedade burguesa. Para o autor, a acumulação não se restringe a uma relação entre produção e capitalização da mais-valia, mas também à relação de reprodução. A base da acumulação está na concentração do capital em seu estágio inicial de desenvolvimento. A acumulação não se reduz ao âmbito econômico, mas compreende também o desenvolvimento das relações sociais. O sistema capitalista não vive apenas de etapas glamourosas, pois em certas fases atravessa crises cíclicas e recessões, que para Marx são inerentes ao próprio desenvolvimento do capital. Em relação aos trabalhadores, nota-se que a acumulação traz efeitos nefastos aos que vivem e sobrevivem da venda de sua força de trabalho diante da incorporação tecnológica e geração do exército industrial de reserva que propiciou a pauperização da população.

A incorporação da mão-de-obra vem ocorrendo ao longo do tempo diante das estratégias e necessidades do sistema produtor de mercadorias e com isso a mulher esteve presente nos diversos processos produtivos como o taylorismo, fordismo e toyotismo, modelos já discutidos no capítulo anterior.

No Brasil especificamente, em meados dos anos 1970 do século XX, ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho vivenciava transformações bruscas nos modelos de organização, gestão e produção, também atravessava um momento de turbulências no espaço sócio-político diante da emergência de movimentos sociais, sindicais e diversas organizações populares e de trabalhadores.

É nessa fase que o processo de reestruturação produtiva adentra a esfera produtiva e o movimento feminista ingressa no cenário político reivindicando direitos.

Dá-se início ao embate com a estrutura conservadora que preconizava o ideário de mulher como a responsável pelos cuidados domésticos e educação dos filhos, com os movimentos que passam a contestar tal *status* e a se manifestarem contra tal ordem em busca da emancipação política, social e econômica da mulher.

O esgotamento dos modelos taylorista/fordista representou alterações substanciais no mundo do trabalho diante do advento de um novo padrão pautado na acumulação flexível sob orientação neoliberal, o que provocou o aumento da precarização e da informalidade nas relações de trabalho, que se apropriou em grande escala do trabalho feminino.⁶⁵ Essa problemática é analisada por Souza-Lobo que diz “A subordinação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho

⁶⁵ “Se a participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, em que a exploração, em grande medida, encontra-se mais acentuada [...]” (NOGUEIRA, 2004, p.86-87).

através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas” (1991, p.168).⁶⁶

Portanto, a feminização, que vem ocorrendo nas últimas décadas no universo das relações de produção, apresenta um caráter paradoxal, pois temos a inserção da mulher na cadeia produtiva ao mesmo tempo em que o mundo do trabalho vem atravessando um estágio de precarização nas formas de produzir.

Cabe lembrar que a mulher não participa apenas do mercado de trabalho, ou seja, assumindo funções produtivas, mas também as funções reprodutivas, além do trabalho doméstico⁶⁷ onde se prevalece a responsabilidade feminina, permitindo com isso transmitir à mulher uma carga tripla de jornada de trabalho, ou seja, o trabalho extra domicílio, o cuidado com os filhos e as tarefas do lar.

Mesmo o mundo do trabalho atravessando uma onda de crises nas últimas décadas que provocou o processo de reestruturação produtiva e concomitantemente um acelerado crescimento do desemprego, a incorporação da mão-de-obra feminina continuou aumentando.⁶⁸

⁶⁶ Com base nos estudos da Fundação SEADE/2005, do total de postos de trabalho criados, 60,4% foram ocupados por mulheres. Porém, na Grande São Paulo, o rendimento anual médio das mulheres ocupadas equivalia a R\$813,00, enquanto o dos homens perfazia a quantia de R\$1.267,00. O maior impacto da desigualdade salarial entre homens e mulheres ganhou maior notoriedade na indústria, onde as mulheres receberam o equivalente a 61,2% do rendimento masculino no ano avaliado. Contudo, a menor discrepância entre os rendimentos dos homens e mulheres é encontrada no setor de serviços, onde a remuneração feminina equivale a 92,1% do montante masculino. Com base nos dados tabulados, em todos os níveis de escolaridade, as mulheres receberam cerca de 67% do valor pago a força de trabalho masculina, o que demonstra que mesmo sendo as mulheres escolarizadas e qualificadas, estas ainda apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho com melhor remuneração. Tais dados encontram-se disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/classificados/empregos/ult1671u2561.shtml>> Acesso em: 21/01/2006.

⁶⁷ O trabalho doméstico, categoria que entrou na pauta da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio em 1992, considera este como o emprego doméstico que perfaça uma remuneração, não englobando as atividades domésticas executadas pelas donas de casa, sendo estas tidas como inatividades na esfera econômica. Com a atuação feminista, o trabalho doméstico passa a ser elemento constitutivo do mundo do trabalho, porém, ainda com predominância feminina, e além do mais, “[...] a autonomia de muitas mulheres deve-se, em grande parte, a um exército de trabalhadoras domésticas, que seguram “as pontas” da casa para que a patroa possa trabalhar” (CARREIRA, 2004, p.19).

⁶⁸ Tal fato é ressaltado na obra de Nogueira (2004), que explicita que “[...] enquanto em 1962 a França contabilizava 6,6 milhões de mulheres e 13,2 milhões de homens em atividade, em 1998,

Parafraseando Nogueira, diante dessa tendência de *feminização do mundo do trabalho*, principalmente do emprego em tempo parcial, o que merece ser destacado é o elevado crescimento de formas de trabalho que envolve baixos salários, marcados pela precariedade diante de subcontratações, terceirização⁶⁹ e subempregos.⁷⁰ O que se constata é que “[...] enquanto o trabalho parcial está diretamente ligado à mulher trabalhadora, o tempo integral está mais associado ao trabalho masculino” (NOGUEIRA, 2004, p.49).

As vicissitudes no mundo do trabalho na América Latina e no Brasil apresentam algumas consoantes específicas em detrimento do que se verifica nos países da Europa e Estado Unidos. Isso se deve ao fato de serem países que se encontram na posição de subdesenvolvimento e se observa que, mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho, nesses países ainda se predomina a mão-de-obra masculina e a disparidade salarial entre homens e mulheres. É importante identificar que a desigualdade salarial não é um fenômeno recorrente apenas num contexto local ou nacional e, sim, presente em todo o mundo.

Nos termos de Souza-Lobo vislumbramos que,

A divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica. Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais. O capitalismo na América Latina não criou a subordinação das mulheres, mas certamente as relações de produção e reprodução social são aqui também

esses números chegaram a 11,7 milhões de mulheres e 14,1 milhões de homens. Podemos notar que no espaço de três décadas houve o ingresso de mais de 5 milhões de mulheres e 1 milhão de homens no mercado de trabalho daquele país, apesar da crise do emprego que se abateu durante esse período [...]” (p.45).

⁶⁹ Na verdade, hoje já podemos falar até na “quarteirização”, ou seja, a contratação de um serviço pela empresa terceirizada, o que aprofunda o quadro de precariedade nas condições de trabalho.

⁷⁰ Ao nos referirmos ao subemprego, estamos caracterizando este como uma forma de trabalho onde não ocorre nenhuma espécie de contratação formal, o que redundará numa atividade marcada pela precarização. Em estudos realizados por Nogueira (2004), a autora confirma que “[...] em 2001, de um total de 1.454 milhões de subempregos, 1.062 milhões de são ocupados por mulheres e 392 mil por homens, confirmando a reserva do trabalho precarizado para a mulher” (p.53). Também pontua que o desemprego atinge em maior escala o universo feminino, pois sustenta em sua obra “[...] que o desemprego atinge toda a classe trabalhadora, mas, de forma muito mais intensa quando se trata da força de trabalho feminina. Cabe lembrar que essa tendência apontada se mantém também nos empregos de médios e altos salários” (p.62).

sexuadas e assimétricas, marcadas por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos (1991, p.170).

Assim, o que se verifica é uma precarização do trabalho feminino mais acentuada na América Latina do que nos países europeus, marcada por forte divisão sexual do trabalho.⁷¹ Além dessa concentração de mulheres em postos de trabalho marcados por piores remunerações, é necessário destacar que estes também são mais instáveis, visto que na maioria deles se constata a informalidade.⁷²

No Brasil, em especial, as principais mudanças advindas com a reestruturação produtiva⁷³ datam da década de 1980, porém a participação da mulher no mercado de trabalho se remete aos anos 1920 frente ao estágio de industrialização e urbanização da época.

No decorrer dos anos, o que pode ser notado é que muito não mudou e ainda persistem as profissões consideradas femininas e outras masculinas, conforme atributos físicos e naturais.

⁷¹ Essa análise comparativa entre países europeus e América Latina encontra-se de forma mais detalhada na obra de NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

⁷² Conforme Carreira (2004), “[...] no Brasil, 40,5% da população economicamente ativa está na informalidade, ou seja, trabalhadores sem registro em carteira e sem direitos trabalhistas” (p.176). Em relação à diferença nos ganhos entre homens e mulheres, percebe-se que esta “[...] está associada, entre outras causas, ao fato de que muitas mulheres procuram a economia informal em busca de uma jornada parcial de trabalho. Mais de 50% das mulheres, na economia informal, trabalham em tempo parcial. Apenas 15,5% dos homens o fazem. O papel predominante da mulher na estrutura familiar a obriga a reservar tempo para ‘seu trabalho principal’: a casa e a educação dos filhos” (CARREIRA, 2004, p.177).

⁷³ Para Roy (1999), a reestruturação produtiva no Brasil se torna efetiva e com maior visibilidade na década de 1990 do século XX. Para a autora, entre os anos de 1970 e 1980 ocorre a difusão dos CCQ – Círculos de Controle de Qualidade, inovação tecnológica e organizacional. Os CCQ são constituídos por pequenos grupos envolvendo trabalhadores e chefia de uma empresa visando discutir os problemas apresentados na produção e propor sugestões com vistas ao aumento da qualidade e da produtividade, com menor custo e tempo de trabalho. Para isso, são realizadas reuniões periódicas, fora do expediente e sem qualquer subsídio financeiro. Nessa perspectiva, o maior objetivo das empresas contemporâneas frente às transformações processadas é buscar a Qualidade Total, que “[...] mais que um nome abrangente das modificações no processo da gestão da produção, é uma meta para a adequação da produção (sobrevivência empresarial e novo estilo de dominação da força de trabalho). É também a busca de presença mais firme no âmbito da concorrência no mercado globalizado (sobrevivência do capitalismo)” (ROY, 1999, p.37).

O trabalho feminino ainda é considerado suplementar e destinado à sobrevivência e atendimento das necessidades vitais da família. Como salienta Carreira,

As próprias mulheres classificam sua renda de maneira subordinada no contexto da renda familiar. Muitas vezes, elas têm rendimento igual ou superior ao do marido, mas continuam dizendo que seu trabalho apenas “auxilia” no orçamento doméstico. Há dificuldades em assumir-se como produtora, comerciante, geradora de renda (2004, p.177).

Tal concepção vem sendo desconstruída com o passar do tempo diante da entrada da mulher em postos e posições no mercado de trabalho diversificados, porém tal processo se dá a longo prazo.⁷⁴ Mesmo assim, “Os papéis femininos e masculinos são reproduzidos no trabalho, o que oportuniza a submissão e a desvalorização com relação a funções, cargos e salários” (ROY, 1999, p.16-17). Seguindo os estudos da autora, os postos de trabalho que propiciam um maior prestígio, *status* e rentabilidade são apropriados pelo masculino e aqueles com menor impacto econômico e político são ocupados pelas mulheres.

Conforme analisou Hirata (2002), a introdução massiva de novas tecnologias, como o caso da microeletrônica, provocou transformações expressivas na divisão social e sexual do trabalho⁷⁵ e contribuiu sobremaneira para o recrutamento de mulheres para novas atividades que foram surgindo, como é o caso das digitadoras,

⁷⁴ Bruschini (2000) nos mostra que as mulheres ampliaram de forma significativa sua participação em profissões de prestígio, como a arquitetura, a odontologia, a medicina, o jornalismo, a engenharia, com um crescimento considerável para as ocupações jurídicas. Para a autora, “Ao lado dessas mudanças, permanecem também alguns dos principais guetos femininos, como: a enfermagem, o magistério primário, a assistência social e outros” (p.35). As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo de trabalho (p.56).

⁷⁵ “A conceitualização da divisão sexual em termos da relação social baseia-se, ao contrário, na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder. [...] A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas. A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (HIRATA, 2002, p.280).

que passam a ser requisitadas com base na destreza, rapidez e disciplina, atributos tidos como naturalmente femininos. Nesse tipo de trabalho vão persistir as disparidades salariais e condições de trabalho diferenciadas entre homens e mulheres, visto que as tecnologias trazem impactos distintos para essas categorias da mão-de-obra de acordo com o sexo, a raça/etnia e o nível de qualificação destes.

Tendo por base os estudos de Nogueira (2004), verificamos que existem algumas áreas do setor produtivo em que prevalece a mão-de-obra feminina, com predomínio para o setor de serviços, como é o caso dos serviços domésticos, de escritório, ensino, saúde, judiciário e comércio. Na indústria, destaca-se a “[...] confecção de vestuário (9,54% em 1997), o setor têxtil (1,70% em 1997) e o de confecção de sapatos e acessórios (1,45% em 1997)” (p.79).⁷⁶

Diante dos inúmeros estudos realizados acerca da afluência da mulher no mercado de trabalho o que fica claro é que estas ocupam predominantemente o setor terciário (serviços), enquanto os setores primário (agricultura) e secundário (indústria) ainda são ocupados em sua maioria pela força de trabalho masculina.

Os homens e as mulheres são separados por setor de atividade (indústria, serviços, etc.), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercem a mesma atividade, como trabalhadores não-qualificados na indústria, muito raramente têm o mesmo tipo de tarefas e não são facilmente intercambiáveis (HIRATA, 2002, p.176).

Dentre os fatores basais para a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho podemos elencar a queda da fecundidade e o aumento do nível de escolaridade que propiciou ao segmento feminino o ingresso nas universidades abrindo novas oportunidades de trabalho. Aqui podemos notar que a maternidade

⁷⁶ Com base nas fontes do DIEESE/2001, algumas profissões ainda se consagram como redutos femininos como é o caso da costura (94%), secretariado (89%), enfermagem (84%), magistério de ensino fundamental (90%), recepção (81%) e telefonia (86%). Grande parte dessas profissões não oferece prestígio e altos rendimentos, além de configurarem muitas vezes em trabalhos precários sem proteção social. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 28/11/2005.

constituiu-se um grande entrave para a inserção da mulher no mercado de trabalho, pois ainda continua sendo responsabilidade da mãe o cuidado e a educação das crianças. Mas na contramão dessa realidade, Bruschini alega que,

O crescimento do trabalho das casadas e mães poderia ser tomado, de um lado, como um indício da pressão econômica, que estaria forçando mulheres com essas características a procurar o mercado de trabalho. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, fariam parte desse processo. Contudo, esse aumento também é fruto de um intenso processo de modernização e mudança cultural observado no Brasil a partir dos anos 70, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso (2000, p.21).

Em relação ao desemprego, fenômeno que se acentuou na última década do século XX, tendo em vista o processo de reestruturação produtiva e a adoção aos preceitos neoliberais, pode-se dizer que este atingiu de forma substancial as mulheres trabalhadoras, pois “[...] de 1991 a 1998, o crescimento do desemprego atingiu cerca de 2,4% dos homens, enquanto para as mulheres praticamente alcançou a marca dos 4%” (NOGUEIRA, 2004, p.81).

Com base na filosofia adotada pelos empresários, Hirata (2002, p.181), em seus estudos, observa que num período de crise, o público-alvo afetado pelas demissões são principalmente as mulheres e, em seguida, os homens solteiros e sem filhos, visto que no horizonte da gerência, o homem casado e pai necessita permanecer no emprego para dar continuidade aos provimentos do lar. Tal ótica, adotada pelos empresários, torna-se um tanto quanto unilateral e simplista diante dos novos arranjos familiares, onde o ideário de família nuclear cai por terra.

Essa prioridade às demissões dos solteiros foi formulada pela gerência em termos do aumento das necessidades dos operários com uma família a manter e da responsabilidade social da empresa no reconhecimento dessas necessidades. [...] A elevada taxa de estabilidade dos homens com filhos deve-se, em parte, ao fato de os operários com filho serem mais velhos do que aqueles sem filhos e ao fato de a política de promoção na empresa fazer com que os mais velhos sejam também os mais qualificados (HIRATA, 2002, p.181).

Assim, o homem consegue garantir sua posição no mundo do trabalho devido a sua situação familiar, ou seja, como o indivíduo responsável por prover as necessidades da família e, com isso, tem assegurada uma relativa “proteção” nos momentos de desemprego.

Outro enfoque da concepção empresarial consiste numa atitude discriminatória por parte do empresariado que, na maioria das vezes, com base em Hirata (2002, p.194) opta pelas mulheres solteiras e sem filhos, pois assim não possuem uma responsabilidade familiar.

Tendo como pressuposto a idéia de que a mulher pertence ao mercado secundário, Hirata sustenta que o trabalho feminino está marcado “[...] por uma instabilidade, uma rotatividade elevada e taxas de desemprego proporcionalmente maiores” (2002, p.176) e conclui que no Brasil a mulher conserva seu emprego, porém com marcas de precarização e deterioração das condições de trabalho.

Não obstante, o que se verifica é o pioneirismo feminino no que tange a ocupação de postos de trabalho marcados pela precariedade e informalidade, além de concorrer em grau desfavorável com os homens no quadro de desempregados. Sendo assim, podemos afirmar que a informalidade, a precariedade e o desemprego têm sexo e raça definidos e tais mecanismos atendem de forma direta aos interesses do capital.

O quadro apresentado na primeira década do século XXI frente ao paradigma da reestruturação produtiva é de um perverso cenário produtivo que traz implicações para determinados segmentos dos trabalhadores, como é o caso das mulheres, dos negros, dos idosos e dos jovens.

Vale salientar que nem sempre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho pode ser analisado numa ótica otimista, pois em alguns casos, como a

entrada prematura de jovens no mercado de trabalho, este fato pode significar abandono da vida estudantil ou trazer rebatimentos para seu desempenho escolar, o que pode acarretar em algumas deficiências e lacunas em sua formação e qualificação profissional.

Tal mecanismo, que tem na terceirização uma forma que serviu para engendrar relações de trabalho informalizadas e precárias configura num *locus* que permite dar um caráter de invisibilidade aos novos tipos de trabalho, como é o caso do trabalho realizado em domicílio, que assume inúmeras facetas diante da sua complexidade. Não se pode negar que a terceirização se faz presente nos dias atuais e vem sendo adotada em grande escala nas políticas empresariais, porém, tal prática não pode ser considerada algo estanque e por isso o que se busca é a superação desta onde as relações trabalhistas possam garantir aos trabalhadores condições dignas de trabalho e qualidade de vida.⁷⁷

Ora, passamos à análise específica da mulher negra no universo do trabalho, mas antes disso, o quadro apresentado nos remete a algumas inquietações: Por que as mulheres são mais afetadas pelo desemprego que os homens? Por que a mulher ainda continua tendo remuneração diferenciada em relação ao homem? Esse desemprego atinge o segmento feminino altamente escolarizado? Tais indagações precisam ser compreendidas para se buscar ações políticas de transformação dessa conjuntura que se configura na ordem contemporânea.

⁷⁷ Roy (1999) elucida que a discussão sobre a qualidade de vida no trabalho surge no Brasil em 1983, nos Estados Unidos na década de 1970 e na Inglaterra nos anos 1950 do século XX, com o intuito de tornar a vida dos trabalhadores mais agradável, satisfatória, tendo como base a saúde, a segurança e satisfação. Visa benefícios como aumento da produtividade, integração dos funcionários, diminuição dos custos de assistência médica, diminuição dos custos de seguro-saúde, redução do absenteísmo assegurando um ambiente saudável, agradável, criativo, solidário, participativo, sensível aos objetivos da empresa e às demandas do mercado com o objetivo de promover maiores lucros e retorno do investimento.

2.2 A mulher negra no “novo” mundo do trabalho⁷⁸

As transformações gestadas no mundo do trabalho tem sido alvo de inúmeras investigações e pesquisas, porém a grande maioria desses estudos ainda não enfatiza a situação da mulher negra que engrossa as múltiplas manifestações da questão social na contemporaneidade. Em suma, o que se verifica é uma grande omissão e silenciamento das pesquisas no que tange à articulação entre informalidade, gênero e raça/etnia. Os estudos sobre a temática ainda são incipientes e sem um acervo consistente diante da ausência de bases sólidas para termos um diagnóstico preciso e fidedigno acerca do tema. Porém, faz-se necessário o levantamento de tais questões, visto que envolve grupos com significativa participação na sociedade brasileira e por isso não podem continuar omissos no cenário científico e político.⁷⁹

⁷⁸ Ao adotarmos o termo **novo** entre aspas nesse subcapítulo, estamos nos referindo às metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho diante do esgotamento do modelo de produção taylorista/fordista e emergência de um modelo pautado na acumulação flexível, que na verdade corresponde às estratégias de acumulação do capital com vistas ao aumento da lucratividade e manutenção do *status quo*, representando para aqueles que vivem do trabalho um novo contexto de desmonte de seus direitos que caem em desuso em conformidade com um novo cenário onde a precariedade impera em consonância com os objetivos do sistema produtor de mercadorias.

⁷⁹ Com base em estudos realizados pelo IPEA em 2004, o país contava com uma população aproximada de 182 milhões de habitantes, sendo que a grande maioria, cerca de 83%, vivia em zonas urbanas e 17% em zonas rurais. A composição por raça/cor era: 51,4% de brancos, 42,1% de pardos; 5,9% de pretos; 0,4% amarelos e 0,2% indígenas. Isso significa que quase metade da população brasileira é potencialmente vítima das discriminações raciais e sofre com as desigualdades – educacionais, no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços. Nessa lógica, mais da metade da população estaria sujeita às diversas formas de discriminação em função de seu sexo, pois em 2004, o Brasil era composto por 48,7% de homens e 51,3% de mulheres. Da população negra, aproximadamente a metade era composta de mulheres. As mulheres negras contabilizavam mais de 43 milhões de pessoas, o que representava 24,1% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a discriminação sexual e racial por conjugar tais quesitos, resultando em desdobramentos negativos que abrangem todas as dimensões da sua vida. As discriminações de gênero e raça/etnia são fenômenos interagentes, o que significa para as mulheres experimentarem em graus diferenciados aos homens tais práticas de cunho racista e sexista. Os respectivos dados encontram-se disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26/09/2006.

Quando tratamos de sintetizar trabalho, gênero e raça/etnia, o que concluímos é que,

A grande maioria das discussões teóricas a respeito trata as questões do trabalho ignorando o conceito de gênero. As discussões são ainda mais discretas, quando se trata da inserção da mulher negra nos processos produtivos. As transformações no mundo do trabalho atingem de forma diferenciada as mulheres e os homens, considerando a raça, a idade e a classe e recolocam em novos patamares a divisão sexual do trabalho (ROY, 1999, p.66).

Destarte, ao discutirmos toda a movimentação ocorrida no mundo do trabalho, que trouxe implicações inexoráveis ao tecido social como um todo, devemos considerar que a mulher negra foi o segmento que sofreu as maiores atrocidades do sistema, ficando reservado a elas as piores condições de trabalho, os menores rendimentos, o desemprego e a dificuldade no acesso à escolaridade, o que se constitui como barreira para ocupar melhores postos de trabalho e profissões com melhores remunerações. Assim, evidencia-se que a realidade das mulheres negras consagra a articulação perversa que sustenta a desigualdade de gênero, étnico-racial e de classes sociais.

Se nos reportarmos aos condicionantes históricos aos quais as negras foram submetidas teremos algumas evidências de como os mecanismos discriminatórios desencadearam um conjunto de fatores que justificam mesmo de forma unilateral a posição da mulher negra na sociedade hodierna. Vale explicitar que numa sociedade de raiz patriarcal e sexista, as mulheres são consideradas inferiores e discriminadas, e com base no enfoque do presente estudo que consiste na análise das negras em específico, tem-se como premissa que estas são ainda mais atingidas diante de uma sociedade também racista e que hierarquiza as relações sociais entre seus membros com base no recorte étnico-racial.

Desde o processo de escravização do povo africano no Brasil, as mulheres negras eram aproveitadas no exercício de múltiplas tarefas, como o serviço doméstico nas propriedades de seus senhores, na agricultura, nos engenhos e até mesmo nas minas no período aurífero. Além disso, eram as amas-de-leite dos filhos de suas sinhás e também consideradas objeto sexual para saciar os instintos e desejos de seus proprietários. Dessas relações eram gerados os filhos das escravas com os senhores brancos que não eram reconhecidos pelo pai. Questões dessa envergadura foram negligenciadas ao longo do tempo, não constando das prioridades do campo científico.

Com o findar do período escravagista, podemos constatar que o preconceito ainda possui bases legítimas na atualidade e atinge de forma diferenciada os diversos grupos sociais, em especial as mulheres negras, um dos substratos mais espoliados na sociedade, constituintes da base da pirâmide social.

Na nova ordem pós-abolição, marcada pelo incentivo ao imigracionismo europeu e pelo processo de urbanização e industrialização, tem-se a perpetuação da hierarquização entre a população branca e negra diante do acesso restrito dos negros aos postos de trabalho e demais espaços sociais.⁸⁰

Ao branco da época ficaram reservadas as posições privilegiadas e de prestígio na estrutura social, obtendo vantagens raciais seja no plano concreto quanto no simbólico, contribuindo para a formação de uma visão de homem/mundo brancocêntrica.⁸¹ As disparidades étnico-raciais e de gênero da época eram tidas por naturalizadas.

⁸⁰ Para Hasenbalg (1979), com a industrialização no Brasil, os empregadores industriais continuaram a tirar proveito da manutenção da ordem racial tradicional. O processo de industrialização não se consistiu num fenômeno neutro, e por pertencer a um grupo racial, assumiu um novo significado e função, intensificando a ideologia racial vigente, o que garantiu a propagação da desigualdade racial.

⁸¹ A terminologia aqui adotada consiste em demonstrar a centralidade do homem branco no período pós-abolição e que perdurou ao longo do século XX não só no Brasil, mas em diversas partes do

Hasenbalg e Silva (1988), ao analisarem a situação do negro no Brasil sob a ótica da industrialização e geração de empregos, entre as décadas de 1960 e 1980, ponderam que,

Como em toda sociedade multirracial, no Brasil a adscrição sexual e racial constitui elemento fundamental da divisão social no trabalho, da estruturação de oportunidades sociais e da distribuição de recompensas materiais e simbólicas. Não só sexo e raça funcionam como critérios eficazes na alocação diferencial dos indivíduos na estrutura de classes e na hierarquia ocupacional, como também tem sido sugerido que a composição por sexo e raça das diferentes ocupações contribui na determinação (parcialmente arbitrária) de certas características dessas ocupações, tais como nível atribuído de habilidade e remuneração (p.49).

A partir dos anos 1980 no Brasil, com a emergência e atuação do movimento negro, diversas instituições do país reconheceram o racismo como um problema social grave que precisava ser solucionado como forma de reduzir as desigualdades existentes. Nesse período, o mito da “democracia racial” cai por terra, tendo em vista o preocupante quadro de indicadores de discriminação e desigualdades raciais que se apresentavam. Embora o reconhecimento do racismo tenha se dado de forma tardia, esse foi um grande passo para se avançar nas políticas anti-racistas. Tal movimentação se deu, também, fundamentada em estudos do período que desmistificaram a situação do negro na sociedade diante do quadro de desigualdades raciais que se apresentavam no país, tendo como exemplo o potencial econômico verificado nas regiões sul e sudeste, sendo estas consideradas as mais desenvolvidas.

Outrossim, o que se verifica é a concentração da população branca nas regiões de maior desenvolvimento e os negros nas subdesenvolvidas. Isso é notado conforme a tabela que se segue:

mundo. Vale mencionar que tal termo diz respeito apenas à questão fenotípica, e por isso condiz aos atributos de cor e tonalidade da pele, pois como já citamos a raça que temos é a raça humana e a que discutimos no mundo científico e político é uma elaboração/construção social.

Tabela 1: Total de Habitantes segundo a Raça/etnia distribuídos pelas regiões do Brasil - 2004

Regiões do Brasil	Total de Brancos em (%)	Total de Negros em (%)
Norte	24	76
Nordeste	30	70
Sudeste	61	39
Sul	83	17
Centro-Oeste	43	57

Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas/2004.

A desigualdade existente entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres é notória, inclusive em termos territoriais como transposto acima, e continua a desafiar o conjunto da sociedade no que concerne à implementação e formulação de políticas estratégicas que forneçam elementos de ruptura com o ciclo vicioso que expõe as mulheres, negros e pobres a um quadro caracterizado pela exclusão social.⁸²

Nesse estudo, partimos da categoria trabalho como fio condutor da reflexão sobre a posição que a mulher negra ocupa na sociedade.

No novo cenário em que se vigora o paradigma da acumulação flexível,⁸³ para utilizarmos o termo transposto por Harvey (1998), as desigualdades se agravam diante da geração de empregos mais qualificados caracterizados por altos rendimentos em detrimento daqueles com péssimas condições de trabalho, baixa

⁸² Pesquisa do IBGE revela que 13,921 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2004. O dado faz parte do suplemento sobre Segurança Alimentar da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2004, feito pelo Instituto com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social. A insegurança alimentar reforça também a desigualdade econômica entre raças. Em 2004, viviam no Brasil em situação de insegurança alimentar grave 11,5% da população negra ou parda. Entre os brancos, o percentual cai para 4,1%. Isso mostra que a pobreza e a desigualdade no país têm cor. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 24/05/2006.

⁸³ A flexibilização das relações de trabalho traduz a precariedade desse processo e ameaça os direitos historicamente conquistados pelos movimentos civilmente organizados. Nesse cenário, estão em jogo os direitos garantidos na Carta Magna de 1988, inclusive os referentes à mulher no que tange a licença-maternidade, salário-maternidade, estabilidade no emprego para gestantes, direito às férias e 13 salário. O desmonte desses direitos significa um retrocesso dos movimentos sociais e lutas dos trabalhadores em busca da efetivação de sua cidadania (CARREIRA, 2004, p.107).

renda, instabilidade, com ausência de proteção social e cobertura legal, o que o direciona para formas precarizadas de emprego.⁸⁴

A precarização das formas de contratação e condições de trabalho vem se ampliando cada vez mais, na medida em que cresce consideravelmente a nova estrutura industrial de cadeias de subcontratação. As grandes e modernas empresas vêm adotando formas de trabalho informal e mal pago, ressaltando-se o trabalho a domicílio realizado majoritariamente pelas mulheres, reproduzindo as desigualdades das relações de gênero (NEVES, M.A., 2000, p.180).

Historicamente, o trabalho domiciliar, uma das nuances do trabalho precário, constitui-se como sendo executado predominantemente por mulheres e, mesmo com a industrialização, tal atividade não foi abolida da cadeia produtiva. O que pode ser verificado atualmente é que o mesmo ganha novas feições com a reestruturação capitalista. O grande dilema para o segmento que compõe o trabalho domiciliar passa a ser a sua aglutinação como classe frente à diluição dessa atividade e ausência de dados que contemplem tal realidade diante de uma conjuntura complexa.

Ao se fazer essa leitura, Saffioti (1992), com base nos estudos de Marx, afirma que,

[...] costureiras a domicílio ou externas de fábrica, permanecendo isoladas umas das outras, desconhecendo-se mutuamente, não constituem uma classe ou um fragmento de uma classe. Uma classe constitui-se historicamente quando seus membros não apenas se conhecem e convivem, como também identificam, uns nos outros, interesses comuns (p.200).

⁸⁴ Estudos do IBGE revelam que, em 2004, só 30,4% da população ocupada do país tinha emprego com carteira assinada. Isso significa que apenas três em cada dez brasileiros estavam registrados no trabalho. Com base na pesquisa, 22% trabalhavam por conta própria e 18,3% eram empregados sem carteira. Os trabalhadores domésticos somavam 7,7%, os não remunerados concentravam 7% do total e 6,6% eram militares e estatutários. A maior proporção de trabalhadores com carteira assinada estava concentrada nas regiões Sul e Sudeste. No Estado de São Paulo, a proporção de empregados com carteira assinada chegava a 45% em 2004 e no Sul, 35,1% dos trabalhadores tinham carteira assinada. Já os trabalhadores informais, que somavam 40,2% do total da população ocupada no Brasil se concentravam em maior proporção na região Norte, onde os empregados sem carteira representavam 13,6% dos ocupados e os trabalhadores por conta própria chegavam a 18,4%. Na região Nordeste, os empregados sem registro chegavam a 14,4%. Os não-remunerados representavam 12,6%. Na amostragem por estado, Tocantins concentrava a maior proporção de trabalhadores sem carteira assinada, com 25,3%, seguido de Roraima com 24,3% naquele ano. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20/08/2006.

Considerando a sociedade vigente marcada pela disparidade social entre homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres, podemos arriscar em dizer que o grande contingente da população que incorpora o grosso das formas precárias de emprego, inclusive do trabalho domiciliar, são mulheres negras, diante da discriminação apresentada.

[...] as negras sofrem dupla discriminação, por serem mulheres e por serem negras. Ao observar os indicadores socioeconômicos, encontramos as mulheres negras nas piores condições de renda, moradia, longevidade, trabalho formal, entre outros (CARREIRA, 2004, p.126).

O que se verifica é um processo intensificado de precarização do trabalho quando articulamos a questão de gênero com o enfoque étnico-racial, pois assim temos uma posição consideravelmente adversa para as mulheres negras, estando estas numa situação desfavorável no universo das relações produtivas, além de serem as mais atingidas pelo desemprego, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 2: Taxas de Desemprego Total segundo Sexo e Raça/Cor
Região Metropolitana de São Paulo
2004-2005

Raça/Cor	Em porcentagem					
	Mulheres		Homens		Variações 2005/2004	
	2004	2005	2004	2005	Mulheres	Homens
Total	21,5	19,7	16,3	14,4	-8,4	-11,7
Negra	25,4	24,0	20,0	17,9	-5,5	-10,5
Não-Negra	19,2	17,2	14,1	12,6	-10,4	-10,6

Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Assim, concluímos que quando o quesito raça/etnia funde-se com gênero a tendência é de ocorrer uma relação desfavorável para as mulheres negras que somam a grande maioria dos desempregados.⁸⁵ Apesar de o estudo ter sido realizado na região metropolitana de São Paulo entre os anos de 2004 e 2005, ele expressa uma realidade que se faz presente no cenário nacional.

Além do desemprego, quando se integram as variáveis de gênero e raça/etnia, temos um efeito perverso na vida das mulheres negras, pois estas têm maior propensão a ocupar a informalidade, diante de caracteres singulares ligados aos atributos físicos e estéticos, o que indica a existência de uma discriminação severa. A questão da “boa aparência” que ainda persiste no ingresso no mundo do trabalho se torna um grande empecilho para as mulheres negras, pois o padrão que temos como sendo de “boa aparência” é essencialmente eurocêntrico. Assim, temos uma guetização na informalidade, onde se predominam as mulheres negras diante de sua exclusão em um mercado de trabalho essencialmente discriminatório.⁸⁶

Alguns indicadores sociais como o gênero, a idade, a escolaridade e a raça/etnia são relevantes para determinar a participação da população na informalidade e como afirma os estudos de Telles,

[...] as mulheres arranjam empregos no setor informal em resultado de papéis sociais determinados, os quais requerem que elas dêem prioridade a tarefas domésticas, enquanto aos chefes de família do sexo masculino se

⁸⁵ Segundo Magda de Almeida Neves, “O desemprego deixa de ser acidental ou expressão da crise conjuntural e se define como estrutural, pois, ao contrário da forma clássica, não opera por inclusão de toda sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão” (2000, p.172). Com base no estudo realizado pelo IPEA em 2004, 13,3% das mulheres negras estavam desempregadas, enquanto 6,1% dos homens brancos encontravam-se na mesma situação. Isso reforça as piores condições da mulher negra na estrutura social. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26/09/2006.

⁸⁶ Os estudos do IPEA afirmam que no ano de 2004 existiam cerca de 6 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas, sendo 57% delas negras. Nesse mesmo ano, apenas 25% das trabalhadoras domésticas possuíam carteira assinada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26/09/2006.

atribui o papel de provedores básicos. [...] os não-brancos ocupam desproporcionalmente empregos no setor informal mesmo depois da aplicação de controles importantes, o que torna a raça um fator crucial para determinar a participação no setor informal. [...] as mulheres não-brancas são especialmente propensas a estar no setor de emprego informal, mais ainda do que seria de esperar unicamente por seu status de não-brancas e de mulheres (1990, p.75).

Quando se explicita a realidade da mulher negra no mercado de trabalho, um conjunto de instituições cria mecanismos para justificar tal situação, como é o caso da imprensa e das grandes empresas que atribuem tal condicionamento à baixa escolaridade da mulher negra. Tal fato é observado no Brasil na medida em que se têm níveis de escolaridade maiores para a população branca e com base em Bento (2000),

Nos últimos 20 anos, pode-se observar que, assim como as mulheres brancas, a negra tem investido no seu preparo em todos os níveis de ensino. Porém, esse investimento tem diferente impacto no seu destino, em relação ao que se verifica no caso das brancas, pois persiste, e por vezes aumenta, a distância econômica que separa a mulher negra de outros grupos, tal qual o de homens negros e o de mulheres e homens brancos (p.299).

Além do exposto, constatamos tal realidade tendo como referência a tabela que expõe a situação das mulheres e dos negros no Brasil conforme a escolaridade.

Tabela 3 - Taxa de escolarização líquida por nível de ensino, segundo

Raça/etnia e sexo - Brasil, 2004.

Escolarização	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra
Ensino Infantil	37,3%	37,3%	33,4%	34,4%
Ensino Fundamental	95,2%	95,0%	92,0%	93,6%
Ensino Médio	41,5%	60,8%	28,6%	38,9%
Ensino Superior	14,6%	17,4%	3,9%	6,0%

Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas/2004.

O quadro evidencia a elevada participação da mulher branca no ensino superior, chegando até mesmo a superar o homem branco em tal nível, porém quando se analisa a questão étnico-racial o fosso é maior, onde as mulheres negras e os homens negros continuam majoritariamente no ensino fundamental, com pouco acesso ao ensino superior. Muitas teorias difundem que a qualificação profissional seria a panacéia para o desemprego, mas o que se nota é que se todos aqueles trabalhadores que se encontram em situação de desemprego se qualificassem com o intuito de ingressarem no mercado de trabalho o resultado que teríamos seria uma concorrência intensificada entre eles e provavelmente uma brusca redução salarial.

No mais, mesmo com investimentos educacionais elevados, mulheres e negros não usufruem do mesmo retorno em termos de remuneração que os homens e brancos. O retorno para esses grupos é proporcionalmente menor e a mulher ainda continua sendo a mais afetada pelo desemprego, com menores remunerações e maior precariedade nas relações de trabalho.⁸⁷

Nesse “novo” mundo do trabalho, ainda que as desigualdades de gênero e étnico-raciais pareçam menores, as mulheres negras ainda se mantêm numa posição desfavorável, como atestam as elevadíssimas taxas de desemprego e

⁸⁷ Com base nos dados do IPEA/2004, partindo do rendimento médio mensal do trabalho e considerando os quesitos raça/etnia e sexo, constatamos que o homem branco perfazia em média uma quantia de R\$913,50/mês e a mulher branca R\$561,70, enquanto que o homem negro obtinha R\$450,10 e a mulher negra R\$290,50. Ou seja, no mundo do trabalho a mulher negra representa o grupo mais penalizado. Além do mais, seguindo o fluxo dos estudos do IPEA de 2004, sobre a distribuição da renda do brasileiro, temos o seguinte resultado:

- Entre os 10% mais pobres da população, 71% eram negros;
- Entre os 10% mais ricos da população, o percentual de negros cai para 18,6%;
- E entre os 1% mais ricos da população, apenas 11,3% eram indivíduos negros.

No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 6,4% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual salta para 16,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos. Ou seja, os dados escancaram o retrato da discriminação e da desigualdade no Brasil. É importante observar que o IPEA considera pobre o indivíduo que vive com seus familiares apresentando uma renda *per capita* inferior à metade do salário mínimo. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26/09/2006.

grande participação na informalidade desse grupo.⁸⁸ Assim, estão destinadas a buscar estratégias de emprego num universo marcado pela desregulamentação das relações de trabalho, sem carteira assinada,⁸⁹ sem proteção social, menos promissor e com maior instabilidade. Tal situação pode ser explicada pela persistente divisão sexual e racial do trabalho e ausência de serviços públicos como creches e pré-escolas suficientes para atender a demanda de trabalhadoras com menor renda e que não dispõe de outros meios voltados à educação e cuidado dos filhos.

Outro aspecto que merece destaque é a abordagem das questões de gênero e raça/etnia na agenda sindical, com vistas a incorporar esses segmentos para discutirem problemáticas como a discriminação no mercado de trabalho, o desemprego que atinge em maior escala tal parcela populacional, os direitos trabalhistas e a própria participação de negros e mulheres nas direções do sindicalismo.⁹⁰

⁸⁸ Conforme o banco de dados do IPEA/2004, as mulheres encontram-se em maior concentração nos trabalhos precários e informais do que os homens. Das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, 17% são empregadas domésticas, e dentre elas, a grande maioria são mulheres negras que, em sua maioria, não desfrutam de qualquer direito trabalhista, pois não trabalham com carteira assinada e não recolhem o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Por outro lado, enquanto apenas 3% dessas mulheres são empregadoras e 25% tem carteira assinada, entre os homens essas proporções sobem para 5% e 35%, respectivamente. Assim, tem-se reforçada a dupla discriminação - ser mulher e ser negra - como elementos constitutivos de segregação e precarização no mundo do trabalho. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26/09/2006.

⁸⁹ “[...] a carteira de trabalho assinada pelo empregador é um instrumento jurídico necessário à qualificação do empregado à cobertura da legislação trabalhista, que inclui férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego, etc. Não possuir a carteira assinada pelo empregador representa, portanto, a exclusão do empregado – e por extensão, de sua família – destes benefícios” (HASENBALG; SILVA, 1988, p.84).

⁹⁰ No ano de 1986 foi realizado o I Encontro de Sindicalistas Negros em São Paulo e em 1990 surgiram órgãos com o propósito de colocar em pauta a problemática das relações raciais. Dentre eles destacamos: Comissão Nacional contra a Discriminação vinculada à CUT (Central Única dos Trabalhadores); a Comissão Nacional Cegetista contra a Discriminação Racial, da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e a Secretaria Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento da Igualdade Racial da Força Sindical (BENTO, 2000, p.304). Em 20 de novembro de 1995, as três centrais sindicais do país: CUT, Força Sindical e CGT se reuniram para criar o INSPIR (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial), contando com o apoio da Central AFL-CIO e da Organização Interamericana dos Trabalhadores, com sede em Caracas, na Venezuela (BENTO, 2000, p.305).

Para isso é necessária uma maturidade do conjunto da sociedade, em especial dos trabalhadores, no que tange a articulação das variáveis de gênero, raça/etnia e classe com o intuito de dar visibilidade às práticas discriminatórias, buscar melhoria nas condições de trabalho e efetivação de direitos, visto que os problemas não são sedimentados, sendo expressões de um todo complexo e por isso requerem a participação de toda a população.⁹¹

A pressão sobre os sindicatos no que tange à adoção de medidas que dêem respostas efetivas a uma problemática, a qual atinge a grande maioria dos trabalhadores, passa a se intensificar nas últimas décadas.

A partir dos anos 1970 os sindicatos passaram por transformações significativas, ampliando mesmo que de forma limitada a participação feminina e de negros nos mais variados organismos sindicais. A incorporação desses segmentos foi imprescindível para mobilizar as categorias diante das problemáticas específicas de gênero e raça/etnia.⁹²

Na contemporaneidade, mesmo com o desmonte do aparelho sindical, que foi atingido visceralmente pelo processo de reestruturação produtiva diante da flexibilização das relações de trabalho, elevado desemprego e deterioração das

⁹¹ Para haver equidade e dignidade no trabalho, a OIT – Organização Internacional do Trabalho, tem buscado efetivar alguns princípios expressos em algumas de suas convenções, como:

- Liberdade de associação e de organização sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva (Convenções 87 e 98);
- Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório (Convenções 29 e 105);
- Abolição efetiva do trabalho infantil (Convenções 138 e 182);
- Igualdade de remuneração para trabalho de igual valor (Convenção 100);
- Eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação (Convenção 111).

⁹² “O movimento sindical está atualmente refletindo sobre toda uma gama de questões que há uma década eram relegadas a segundo plano, por serem consideradas de âmbito privado. Algumas delas, como o aborto, a violência contra as mulheres e a sexualidade, só foram incorporadas a partir da compreensão de que as discriminações nas relações de trabalho não esgotam as situações de desigualdade a que as mulheres estão submetidas e de que as questões relacionadas com os seus diferentes papéis de trabalhadora, mãe, esposa e filha não estão dissociadas da sua identidade enquanto sujeito político diferenciado. [...] A presença do discurso de gênero e a atuação feminista fizeram com que a classe trabalhadora passasse a ser pensada como um conjunto de trabalhadores portadores de vivências diferenciadas da exploração capitalista, segundo seu gênero e/ou raça, diferenças estas que não impossibilitam a construção de um projeto político comum” (ARAUJO; FERREIRA, 2000, p.329).

condições de trabalho, o que se coloca como grande desafio para o sindicalismo é a ruptura com as reivindicações simplistas voltadas para a defesa da permanência no emprego, de melhoria salarial e das condições de vida e trabalho, que estão desvinculadas de um projeto societário de maior amplitude. Esse projeto teria como prioridade a discussão sobre os direitos sociais e humanos, a diversidade humana, o pluralismo, o respeito e a alteridade. Nesse horizonte urgem ações sindicais que contemplem esses princípios e passem a atuar numa perspectiva de conquista da igualdade e da justiça social entre todos os povos, independente de quesitos étnico-raciais, de sexo, orientação sexual, credo, nacionalidade e regionalidades, dentre outros.

Em suma, expusemos nesse primeiro momento alguns elementos sobre a problemática étnico-racial e de gênero, e nos capítulos seguintes, apresentaremos o cenário em que a pesquisa foi desenvolvida e as narrativas de mulheres negras que se encontram na informalidade em Franca-SP.

SEGUNDA PARTE

O CENÁRIO E AS COLABORADORAS: VOZES QUE ROMPEM A OPACIDADE

3 ITINERÁRIO HISTÓRICO DE FRANCA NO CIRCUITO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS

A intencionalidade ao se elaborar esse capítulo foi apenas de situar o leitor no cenário em que se dá o respectivo estudo, visto que já existe uma vasta produção intelectual acerca do município de Franca. Por isso, tal exposição não visa trazer fatos inéditos ao universo acadêmico e ao leitor, e sim, realizar um levantamento e uma reflexão da produção elaborada por inúmeros pesquisadores sobre tal realidade. Além do mais, acreditamos ser imprescindível contextualizar os aspectos históricos de Franca para haver uma melhor compreensão do que foi proposto.

O município de Franca, situado no extremo nordeste do Estado de São Paulo, é sede da 14^a região administrativa do respectivo Estado e se localiza no altiplano Serra da Franca. Encontra-se entre as bacias hidrográficas dos rios Sapucaí e Grande, com extensão territorial de 607 km², o que corresponde a 4,2% do território paulista. Atualmente conta com uma população estimada de 315 mil habitantes e um total de 760 indústrias de calçados, englobando micro, pequenas, médias e grandes empresas.⁹³

⁹³ Por microempresas são entendidas aquelas que comportam de 0 a 19 funcionários. As pequenas empresas são caracterizadas por empregar entre 20 a 99 funcionários, as médias de 100 a 499 funcionários e as grandes empresas aquelas que incorporam um número acima de 500 funcionários. Franca conta com 552 microempresas, 130 de pequeno porte, 65 de porte médio e 13 grandes empresas. O município tem uma capacidade instalada de 37.200.000 pares anuais e no ano de 2004 produziu 35,4 milhões de pares de calçados. Os tipos de calçados produzidos são em maior escala sapatos de couro (masculino, feminino – tanto adulto como infantil) e em seguida, em menor escala, as botas de couro e os tênis de couro, lona e náilon. Os Estados Unidos tem a maior participação no mercado de importação dos produtos francanos, representando 68,87% no ano de 2004. Fonte: Censo Indústria Calçadista de Franca – UniFacef/IPES e Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – Fev./2006. Com base no Censo de 2000 do IBGE, o município de Franca contava com uma população de 287.737 mil habitantes, sendo 142.159 homens e 145.578 mulheres. Além disso, 282.203 estavam concentrados na área urbana e 5.534 na rural. Assim, constata-se que no período em abrangência o município se destacava por contar com um número maior de mulheres e ser predominantemente urbano.

Para a compreensão da consolidação de Franca como um pólo econômico na produção do calçado masculino de couro, traçaremos, em linhas gerais, aspectos históricos que imprimiram significados para tal acontecimento.

Um dos eixos desencadeadores do povoamento em Franca resultou do advento da Estrada de Goíases, que foi criada pelos Bandeirantes em fins do século XVIII. Tal estrada correspondia à rota de passagem mercantil que interligava São Paulo ao sertão de Goiás e Mato Grosso. Essa estrada teve papel de suma importância na circulação de produtos e gado entre os estados. Além do mais, pelo “Caminho dos Goíases” também conhecido por “Estrada do Sal” foram surgindo núcleos populacionais e segundo a análise de Barbosa (2004),

Para atender as necessidades dos tropeiros e mercadores que transitavam pela afamada “Estrada de Goíases”, um dos mais importantes caminhos de boiadas, os artesões locais, desde a década de 1820, já produziam arreios, sapatões de atanado, sandálias, coberturas para carros de bois, bainhas para facas, lombinhos, silhões, badanas e canastras, entre outros artigos de couro. Certamente, foi o fluxo intenso de couros por esta estrada que estimulou o surgimento de curtumes em Franca já na década de 1880 (p.19).

O arraial de Franca tem início em 1805 sob a jurisdição da Vila Mojimirim, tornando-se a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, sendo desmembrada de Mojimirim no ano de 1821 com a elevação à Vila Franca Del Rey. Em 1824 ocorreu sua emancipação política e neste mesmo ano tem-se a criação do município e a instauração da Vila Franca do Imperador. Já no ano de 1839 é criada a Comarca de Franca e, em 1856, esta se transforma em cidade de Franca.

Nos termos de Chiachiri Filho (1973), o nome Franca se remete ao empenho e empreendimento do Capitão General Antônio José da Franca e Horta na criação da Freguesia e futura Vila, que foram decisivos para tais acontecimentos.

Os anos de 1830 do século XIX são expressivos no que concerne ao início e desenvolvimento do ciclo cafeeiro em Franca, o qual perde tal posto na segunda metade do respectivo século, para a Vila de Ribeirão Preto.

A economia agro-exportadora cafeeira adentrou a região interiorana de São Paulo propiciando um expressivo crescimento econômico, que resultou na atração de mão-de-obra tanto do migrante como do imigrante, o que contribuiu para a expansão das cidades no período e de diversificados ramos comerciais e de serviços, tendo como um dos principais expoentes a gênese da industrialização. Além da cafeicultura, um setor alternativo da época era a pecuária.

O desenvolvimento da atividade pecuária na região de Franca se deu mediante o fluxo migratório de habitantes das Minas Gerais frente ao declínio aurífero em fins do século XVIII. Nesse processo, os mineiros passam a buscar terras férteis para a criação de gado e plantação de lavouras. Um dos fatores que contribuíram para a prática dessas atividades na região foi a vegetação, marcada pelos cerrados.

Um quesito fundamental para o surgimento da indústria calçadista de Franca foi a grande disponibilidade do couro, matéria-prima essencial na produção do calçado.⁹⁴ Além do mais, Franca se destacou no século XIX pelo abastecimento de sal para toda a região e demais estados.

Com base nos estudos de Chiachiri Filho (1973), a fundação da Freguesia e o arraial datam do século XIX e se deve ao contingente e esforços dos moradores de Minas Gerais e a criação da Vila Franca do Imperador, no ano de 1824, consolida a

⁹⁴ Com respaldo nas observações de Marisa dos Reis (1992), “[...] o Brasil possui o segundo maior rebanho bovino (o principal couro utilizado na fabricação de calçados) do mundo, [...], cerca de 80% dos couros são consumidos internamente pela indústria de calçados” (p.85).

entrada dos mineiros na região. A afluência mineira propiciou o crescimento demográfico e a criação do gado vacum e no dizer de Chiachiri Filho,

Aos “intranses” das Gerais, principalmente a eles, cabe a participação maior e decisiva no grande crescimento demográfico que se verificou no século XIX. Conquistando a terra, formando suas fazendas, fundando Vilas, o mineiro realizou uma grandiosa obra de humanização da paisagem que, os antigos povoadores paulistas do Sertão, circunscritos aos seus modestos pousos, não poderiam fazê-la em virtude da falta de elemento humano (1973, p.140-141).

Dentre os fatos correntes no século XIX em Franca, merece menção a inauguração da Estação Ferroviária Mogiana, no ano de 1887, que transformou toda a estrutura econômica e social, num processo de rompimento de fronteiras locais. A chegada da ferrovia foi imprescindível para o desenvolvimento comercial e serviu como via de acesso a certas localidades até então inabitáveis. Isso permitiu uma maior interação entre mercados e intercâmbio regional e nacional. Além disso, a ferrovia contribuiu para impulsionar a atividade cafeeira no município de Franca e região. Com o advento da Estação ferroviária verifica-se um processo de consolidação da cafeicultura e expansão comercial.

No município, outros produtos eram comercializados além do café, com destaque para o sal, açúcar, cereais, algodão, couro, dentre outros. O couro contribuiu sobremaneira para a gênese da industrialização em Franca, sendo utilizado na fabricação de calçado, arreios, selas, etc.

Outro aspecto relevante nessa análise corresponde ao grande fluxo migratório na região, cuja presença do migrante e do imigrante, principalmente italianos e espanhóis, colaborou significativamente para a cultura local e para o desenvolvimento industrial diante da inovação tecnológica.⁹⁵

⁹⁵ “Entre as dez maiores fábricas de Franca em 1945, oito tinham à sua frente proprietários ou sócios de ascendência italiana ou espanhola. [...] A maior das dez fábricas, a “Calçados Palermo”, teve origem na oficina de sapateiro – com pequeno comércio de calçados anexo – iniciada em 1922 por João Palermo, italiano de Basilicata e filho de camponeses da região do Pó, que tendo ficado órfão

Conforme estudos de Tomazini (2003), em 1885 foi instalado o primeiro curtume no município de Franca, denominado Cubatão, pelo Padre Alonso Ferreira de Carvalho e o mesmo fundador instala em 1906 outro curtume, o Progresso. No ano de 1918, Carlos Pacheco de Macedo, vindo do município de Formiga (MG) e tendo se fixado em Franca (desenvolvendo atividades coureiras desde 1903), adquire o Curtume Progresso e o remodela com maquinaria importada da Alemanha. Diante do êxito do respectivo investimento, instala, em 1921, a “Calçados Jaguar”, juntamente com dois sócios, que porventura eram seus genros. A Jaguar foi a primeira fábrica instalada em Franca com a incorporação de maquinário e, respaldados nos estudos de Tosi, verificamos que,

É significativo, já em 1924, o emprego do trabalho feminino na Jaguar: dos 76 empregados, 5 eram responsáveis pela parte burocrática, sendo um deles uma mulher, que cuidava da parte de pessoal e escritório. Os 71 restantes eram operários fabris, sendo 47 homens e 24 mulheres. Essa era uma situação que, precocemente, diferenciaria a indústria de calçados em Franca, pois as mulheres foram predominantemente empregadas na atividade de “pespontar” calçados – costurar os cortes de couro de modo a dar forma ao sapato – enquanto que no Rio Grande do Sul essa foi uma atividade quase que exclusivamente masculina (1998, p.210).

Para complementar as ponderações de Tosi (1998), Ferreira (1989), com base em pesquisa de campo realizada, afirma que além da incorporação da força de trabalho feminina, estas ganhavam menos que os homens, ou seja, ao longo da história, o trabalho feminino sempre foi adotado de forma discriminatória.

Em 1926, a “Calçados Jaguar” decreta falência por atravessar um colapso financeiro. A “Calçados Jaguar” foi a primeira empresa do município a introduzir técnicas modernizadoras no processo de produção do calçado, ultrapassando os limites artesanais e contando, em média, com 80 funcionários. Sua permanência no

ainda criança ganhava a vida em “serviços avulsos” na Itália até vir para o Brasil em 1911, então com 19 anos de idade” (BARBOSA, 2004, p.79).

mercado foi curta, pois esteve em funcionamento apenas durante os anos de 1921 a 1926.

Logo em seguida, tem-se uma fase expansionista em Franca, visto que conforme tece Tosi (1998), no ano de 1901, o município contava com uma fábrica de calçados, dois curtumes e quatorze oficinas de sapateiro. Já entre os anos de 1920 e 1930, registram-se dezesseis fábricas, mais de dez curtumes e por volta de uma dezena de oficinas.

No final da década de 1920, “[...] Franca era a cidade do interior paulista com o maior número de estabelecimentos que produziam calçados” (TOSI, 1998, p.204).

Barbosa (2004) atesta que,

As empresas que impulsionaram a consolidação do parque industrial calçadista local, atravessando as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, surgiram exatamente no contexto após a falência da “Calçados Jaguar”, em fins dos anos 20 e início dos anos 30, ou seja, em momento de crise da economia cafeeira (p.42-43).

É importante destacar que o processo de urbanização e industrialização ocorreu no Brasil de forma acentuada após os anos de 1930, com a política de incentivo às indústrias, implementada no governo Getúlio Vargas.

Um aspecto que merece destaque com o impulso industrial, ocorrido em Franca, deve-se à migração das indústrias produtoras de calçados que se retiram do Rio de Janeiro em busca de localidades onde a mão-de-obra se encontrasse em abundância e com remuneração menor.⁹⁶

Com essa transferência do Rio de Janeiro, centro produtor de calçados da época para outros estados, com ênfase para São Paulo e Rio Grande do Sul, o comércio calçadista, entre o Brasil e os Estados Unidos, sofreu um processo inverso,

⁹⁶ Com base nos estudo de Carlos Nelson dos Reis, “O primeiro centro produtor de calçados esteve concentrado na cidade do Rio de Janeiro, consolidando raízes históricas bem definidas. As razões que explicam tal localização são as mesmas que fundamentam a concentração industrial nessa região: disponibilidade de energia elétrica, meios de transporte para escoamento da produção e o fato de ser o Rio de Janeiro o principal centro comercial e sócio-político do país” (1994, p.32).

ou seja, “[...] da posição de maior exportador de sapatos para o Brasil o mercado norte-americano passaria a de maior importador desse produto” (REIS, C.N., 1994, p.33).

Nesse período em que se deu o deslocamento da produção, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul contavam com mão-de-obra abundante de trabalhadores imigrantes italianos e alemães, sendo que parte desses imigrantes, “[...] tendo como qualificação o ofício de sapateiro, empregou-se como mão-de-obra nas novas fábricas que foram surgindo nesses novos centros” (REIS, C.N., 1994, p.35).⁹⁷

É válido frisar, partindo dos estudos de Barbosa (2004) sobre a relevância da entrada do imigrante na região que,

[...] a participação do imigrante, particularmente dos italianos, foi decisiva para a evolução da indústria do calçado em Franca. Das principais empresas que marcaram a consolidação da cidade como um pólo calçadista importante, quase todas foram iniciadas por italianos ou filhos de italianos que, com modestos capitais, deram a partida para a construção de empreendimentos que se firmariam gradativamente ao longo de algumas décadas (p.23).

Além do mais, para o desenvolvimento da atividade coureira torna-se elementar a disponibilidade de couro para curtimento, ou seja, a região deveria contar com quantidade de gado bovino suficiente para suprir as necessidades da indústria. Isso era uma realidade da região francana e, na década de 1940, havia seis curtumes em funcionamento em Franca e o couro provinha do próprio município, ou da região, e até mesmo do Estado de Minas Gerais.

⁹⁷ “Entre os fatores que permitiram a implantação e o desenvolvimento da indústria de calçados de Franca, destacam-se: [...] mão-de-obra e matéria-prima. O primeiro em função da contribuição do imigrante europeu, notadamente italiano, que se estabeleceu na região. Esse imigrante, entre outras qualificações, trouxe também uma técnica mais refinada na produção de calçados. O segundo, dadas as condições de transporte da época inicial, transformou-se em um fator vital para a implantação da indústria” (REIS, C.N., 1994, p.48).

Com o passar do tempo, o transporte rodoviário substituiu o ferroviário no que tange ao escoamento de matérias-primas e insumos. Além de ser mais rápido, esse tipo de transporte tinha um custo menor.

Entre as décadas de 1930 e 1940, Franca passou por um intenso processo de mecanização da produção do calçado. Mesmo assim, as atividades artesanais não foram abolidas. Diante dessa mecanização, expandem-se as unidades produtivas com destaque para aquelas de caráter familiar.

Cabe considerar que, no ramo da produção calçadista, mesmo com a incorporação de maquinário e de tecnologias de ponta, a fabricação de sapatos sempre se utilizou e continua se utilizando do trabalho manual, ou seja, do trabalho humano. Em suma, ainda não é possível pensar na produção coureiro-calçadista sem se apropriar da força de trabalho humana.

Com base em Barbosa (2004, p.50), as sete primeiras décadas do século XX marcam a origem, a evolução e a consolidação da atividade coureira em Franca. O autor ainda pontua que, com exceção da “Calçados Peixe”, originada em 1927, as demais empresas que se constituíram nessa fase iniciaram suas atividades marcadas por uma estrutura artesanal.⁹⁸ Nos termos do autor, o que diferencia o artesanato da manufatura e da grande indústria é o volume de mão-de-obra empregada e a mecanização da produção. O trabalho artesanal e manufatureiro se

⁹⁸ Em 1924, surge a Calçados Spessoto, e em 1929, a Calçados Mello, marcadas por baixo nível de mecanização. A Calçados Edite (futura Samello) surge em 1935. As fábricas de Calçados Spessoto, Peixe, Mello, Edite e Palermo foram as principais empresas francanas no decorrer das décadas de 1940 e 1950 e constituíram a base econômica da industrialização do calçado no município. “Em fins dos anos 50, tanto a Palermo, quanto a Spessoto, a Mello e a Samello, apresentavam notória evolução e se mantinham entre as maiores empresas locais, o que comprova a inequívoca consolidação dos empreendimentos surgidos do pequeno capital. Ademais, se considerarmos o volume de capital, à essa época a ‘Calçados Samello’ já alcançava uma condição financeira que nos permitiria classificá-la como grande empresa. Note-se entretanto, que esse processo levou mais de trinta anos desde o estabelecimento de Miguel Sábio de Mello como oficial sapateiro em 1926” (BARBOSA, 2004, p.63).

realiza de forma que o homem ainda detém suas ferramentas de trabalho e já ao ingressar na fábrica ele possui apenas a força de trabalho que servirá à máquina.

Inúmeras foram as empresas no ramo calçadista originadas nessa fase e dentre elas temos a Calçados Agabê, que surge em 1945 como uma empresa de médio porte, a Amazonas, instalada em 1947, voltada para a produção de solados de borracha para calçados, a Calçados Terra, fundada em 1951, dentre outras. Sobre esta questão, Barbosa (2004) manifesta que nos anos 1930 foram inauguradas 10 fábricas de calçados, 71 na década de 1940; 59 nos anos 1950 e 399 nos anos de 1960. Esse aumento acelerado na década de 1960 pode ser entendido pelo fato de que o governo militar passa a incentivar o setor gerando possibilidades no mercado externo, porém,

Por mais que a bibliografia especializada enfatize o apoio estatal à indústria, dentro das perspectivas *desenvolvimentistas*, o auxílio do Estado vinculou-se, notadamente, ao grande capital, representado pelas indústrias metalúrgica, automobilística, químico-farmacêutica e de bens de consumo duráveis, entre outras. A indústria do couro não aparece, por exemplo, entre os setores considerados prioritários na classificação das atividades industriais e dos grupos preferenciais de produção do país, elaborada em 1952 pela Subcomissão de Planejamento da Comissão de Desenvolvimento Industrial; os setores prioritários foram energia, metalurgia, química, mecânica e borracha” (BARBOSA, 2004, p.115).

Prosseguindo tais análises, o autor destaca alguns empreendimentos ocorridos por determinados empresários na fase expansionista da indústria de calçados, como foi o caso da família Sábio de Mello, que no ano de 1947, pai e filho partiram para os Estados Unidos visando conhecer os avanços tecnológicos da produção do calçado daquele país, para posteriormente, aplicar o que haviam observado na organização e gestão de sua fábrica.

O fato de em 1948 Miguel Sábio de Mello ter enviado seu filho Miguel para estudar na *Lynn Industrial Shoemaking School*, escola mantida pela USMC nos arredores de Boston, mesmo caminho seguido pelo filho Oswaldo em 1951, confirma que a busca por novidades por parte desse ex-sapateiro se devia muito mais que à mera curiosidade aventureira, mas à decisão de ocupar um espaço de maior significado no mercado – sem dúvida, bastante superior ao que lhe era reservado até então. A aventura em questão era a

tentativa de colocar uma modesta fábrica do interior paulista entre as mais importantes do país (BARBOSA, 2004, p.171).

A habilidade e tecnologia apropriadas pela empresa “Samello”, através do contato com as modernas tecnologias na produção do calçado, assegurou-lhe competitividade no respectivo ramo industrial e lhe proporcionou, de forma gradativa, uma conquista na liderança no que tange ao segmento de sapatos masculinos no país. A introdução de inovações tecnológicas pela filosofia da “Samello” nos anos de 1950, do século passado, significou mudanças abruptas na esfera técnica e estética da indústria coureiro-calçadista do Brasil. Foi esta empresa “[...] que introduziu a linha de produção na indústria brasileira de calçados, por meio da implantação de esteiras mecânicas em sua fábrica [...]” (BARBOSA, 2004, p.172).⁹⁹

Além disso, tal empresa teve um papel desbravador na introdução do sapato “mocassim”, pois até então o sapato predominante no mercado era o de estilo inglês, que apesar da resistência era desconfortável e duro e já o “mocassim”, se caracterizava por ser um sapato flexível, macio, moderno e de baixo custo.

No que tange aos novos métodos de organização e gestão da produção adotados na indústria calçadista, os empresários da família Sábio de Mello também foram pioneiros na medida em que sua empresa foi a primeira do município a projetar uma nova arquitetura para racionalizar a fabricação do calçado.

Segundo Barbosa (2004), a empresa Samello foi pioneira na disseminação de uma “[...] arquitetura industrial que expressava o duplo aspecto da racionalização da produção: o técnico e o psicológico” (p.175).

⁹⁹ “A primeira esteira instalada na cidade de Franca foi comprada pela fábrica Samello, de uma empresa de ‘transportes industriais’, em 1965. Passados dois anos, outras empresas começaram a comprar estas máquinas e o ramo industrial de equipamentos para calçados iniciou sua produção em larga escala. O incentivo a esta rápida difusão foi a crescente produtividade, consequência das exportações” (SOUZA, 2003, p.72).

Em síntese, a respectiva empresa foi a primeira do município a disponibilizar serviços de assistência médica e creches aos seus funcionários, além de ter adotado uma política salarial acima dos praticados no mercado.

A emergência da grande indústria local coincide com a fase inicial das exportações, situada entre as décadas de 1960 e 1970. Com essa fase áurea da indústria francana, a cidade ficou reconhecida como a “Capital do calçado masculino”, o que engendrou em larga escala o processo migratório de localidades próximas e principalmente do Estado de Minas Gerais, além do êxodo rural, levando a um crescimento populacional vertiginoso.¹⁰⁰ Tal movimento ocorre também pelo fato de a produção do calçado se consistir em atividades basicamente artesanais, não exigindo uma mão-de-obra qualificada.

Até esse período, as indústrias se concentravam no centro da cidade e diante da expansão industrial tornou-se necessária uma avaliação dessa realidade com vistas a reestruturar o espaço físico e urbano.

No ano de 1983, cria-se o DINFRA S.A. (Distritos Industriais de Franca), uma empresa estatal que resultou na concentração da maioria das indústrias no Distrito Industrial.

Outro fenômeno que não pode ser desconsiderado frente à discussão da consolidação da indústria calçadista francana é o surgimento do sindicato que, em pleno governo Getúlio Vargas, na década de 1930, emerge como forma organizativa

¹⁰⁰ “As primeiras indústrias francanas atraíram um grande contingente de mão-de-obra, proveniente da zona rural. A crise da agricultura afasta, no período, grandes levas de trabalhadores e suas famílias. Estes fixam-se na periferia da cidade com suas famílias e são facilmente assimilados pela indústria calçadista, que não exige o trabalhador qualificado, em virtude do fácil aprendizado de certas tarefas do ramo, mais baratas, que são executadas por pessoas contratadas por baixos salários. [...] O mercado de trabalho industrial em Franca é fator decisivo para a fixação da população migrante. Na medida em que essa população vai sendo absorvida no mercado de trabalho local, novos contingentes são atraídos e a demanda de emprego passa a ser relativa” (CANÔAS, 1993, p.48-49). Entre os anos de 1970 e 1980 ocorre em Franca um intenso fluxo migratório e o governo municipal passa a investir em infra-estrutura para atender ao expansionismo urbano como: água, iluminação pública, asfalto, saneamento básico. Diante disso, presenciou-se em Franca uma proliferação de bairros periféricos.

dos trabalhadores. Porém, a constituição sindical tinha o mero objetivo de controlar a classe operária que crescia na cena política brasileira. No mais, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC) só foi reconhecido legalmente pelo governo no ano de 1943 e passou a representar a classe trabalhadora de Franca.

O sindicalismo francano é marcado por avanços e retrocessos no decorrer da história e conforme Canôas (1993, p.96), a questão salarial ainda se constitui o “carro-chefe” das grandes reivindicações dos trabalhadores.

Assim, podemos notar que ainda temos sindicatos preocupados, preponderantemente, com a manutenção dos empregos e condições salariais dignas, colocando em segundo plano questões étnico-raciais, de gênero, entre outras que se fazem presentes no cotidiano de trabalho.

Esse cenário industrial em Franca, com primazia para a produção do calçado, tornou-se o centro dinamizador da economia do município e, diante de crises, inúmeras são as consequências que atingem a materialidade e a subjetividade daqueles que vivem do trabalho. Destarte, verificamos que Franca não fica imune às sucessivas crises gestadas no cenário mundial e por isso pontuaremos a seguir as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX e suas implicações no contexto francano, de forma a agregar o global com o local, onde um se interpenetra no outro.

3.1 O *locus* pesquisado e sua interação com o espaço global: o extrapolar das fronteiras

A historiografia da indústria brasileira, ao analisar sua gênese, constata que a indústria de calçados é uma das mais antigas no ramo de transformação. Seu início remonta ao século XIX, com a emergência de outros setores como o têxtil de algodão, alimentos, bebidas e chapéus.¹⁰¹

De acordo com a análise de Carlos Nelson dos Reis (1994), antes do final da década de 1860, o ramo de produção de calçados era desenvolvido em indústria local de pequena escala, operada predominantemente por artesãos, mas,

[...] existem indicativos de que a concentração da produção em fábricas teria sido iniciada na primeira metade da década de 1870. [...] ainda que no final do século XIX a indústria de calçados tivesse evidenciado significativos avanços em seu processo produtivo, ela ainda continuou ostentando fortes características artesanais, pois estava amplamente baseada em processos manuais (p.30).

No Brasil, entre os anos de 1860 a 1920, tem-se um período caracterizado pelo dinamismo tecnológico mediante introdução de avanços técnicos que vinham ocorrendo em diversas regiões do país.

Carlos Nelson dos Reis (1994), ao analisar a indústria calçadista brasileira, pontua que o setor passou por um período de relativa estagnação entre os anos de 1920 a 1960 do século XX, associada a uma acentuada regionalização da produção,

¹⁰¹ “[...] apesar da colonização brasileira ter se iniciado no século XVI, foi somente após a segunda metade do século XIX que a indústria manufatureira foi iniciada, ganhando expressão na segunda metade do século XX. Ao término do século XIX o país era ainda, preponderantemente, composto de uma sociedade agrícola baseada no trabalho escravo, fornecendo produtos agrícolas e matérias-primas para a exportação. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi uma das mais importantes condições para o desenvolvimento da indústria no Brasil. A presença do trabalho assalariado foi o início de uma economia voltada ao mercado interno, pois com o salário, há o efeito multiplicador de renda. Esse efeito multiplicador, dada a defasagem temporal entre exportação e a efetivação de importações pode ocasionar o desequilíbrio externo mas, se com o trabalho escravo não havia risco desse desequilíbrio, a formação do mercado interno era fundamental para o desenvolvimento da indústria na economia brasileira” (CAMPANHOL, 2000, p.64).

juntamente com uma contenção na absorção de novas técnicas e a incorporação em menor escala de novos maquinários e um segundo período, marcado pelo dinamismo tecnológico do ramo coureiro-calçadista que se inicia em meados da década de 1960 e tem como mola propulsora uma fase expansionista da produção de calçados de couro voltada para o atendimento do mercado externo.

Até a década de 1960, a produção brasileira de calçados estava voltada exclusivamente ao mercado interno e seu produto se caracterizava por ser de qualidade bastante inferior.

Diante disso, a história das indústrias de calçados de Franca não pode ser vista de forma focalizada, pois desde sua origem esteve ligada às políticas macroeconômicas governamentais e por isso não deixou de sofrer as influências e os rebatimentos das crises e recessões verificadas em âmbito nacional e internacional.

O que presenciamos hoje, diante do acentuado processo de globalização e da adoção a uma política neoliberal, é a sujeição de países considerados em desenvolvimento em relação aos ditames dos países desenvolvidos, o que aprofunda o quadro de dependência e dominação entre as nações do mundo.¹⁰²

Nos estudos de Furtado (1987), o autor nos diz que,

Em razão das assimetrias que caracterizam as relações centro-periferia – umas economias controlam a tecnologia de vanguarda e têm a iniciativa da introdução de novos produtos, enquanto as outras se limitam as correntes de progresso –, as formas de viver e os valores que prevalecem nos países periféricos estão mais e mais sob o controle de empresas do centro. O estilo de desenvolvimento imposto às populações periféricas, baseado que é uma cesta de bens de crescente diversificação e sofisticação, acarreta a

¹⁰² “As sociedades são consideradas desenvolvidas quando são capazes de possibilitar ao homem satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador [...]. O excedente viabiliza a acumulação e, o desenvolvimento nada mais é do que uma das formas assumidas pelo acúmulo de riquezas. Pode-se falar em desenvolvimento verdadeiro quando o homem pode, do excedente, enriquecer o seu universo de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade. A sociedade industrial canaliza a capacidade inventiva para criação tecnológica, visando aumentar a acumulação, por isso nota-se a sua grande força expansiva ” (CAMPANHOL, 2000, p.58).

concentração da renda e dá origem a toda uma série de problemas sociais. Assim, a aceleração do crescimento exacerbou duas tendências do sistema: a concentração da renda em benefício do centro e a agravação das desigualdades sociais nos subsistemas periféricos (p.144-145).

Como já discutimos, essa globalização não se constitui fenômeno contemporâneo e, sim, presente desde as grandes navegações, com a descoberta de novas terras, onde o capital, ainda em fase mercantil, tomou dimensões globais e adentrou a cena mundial. Além do mais, tal fato propiciou a redução das fronteiras entre os povos, desencadeando maior facilidade para o comércio e veiculação de informações. Porém, as determinações do capitalismo global implicam em rebatimentos diferenciados nas condições de vida e trabalho do conjunto da população e nas diversas regiões e países do mundo, pois variam conforme suas distintas formações históricas.

Nos últimos tempos, o termo globalização tem sido apropriado apologeticamente para justificar o avanço das telecomunicações, da microeletrônica, da robótica e dos transportes, assumindo sempre uma fisionomia positiva, mas quando associada ao neoliberalismo, ou seja, uma política do jogo livre de mercado e avessa às intervenções estatais, o que se tem é o acirramento da pauperização da população diante do aumento do desemprego estrutural, falência das políticas sociais operacionalizadas pelo Estado e um acentuado quadro de miserabilidade.

Tendo por base o quadro apresentado, o célere processo de industrialização do Brasil, decorrente de uma política desenvolvimentista, pautado num ideário de substituição das importações, gerou entusiasmo para as indústrias de calçados de Franca, que passam a se expandir gradativamente pelo território local na década de 1960 e potencializar a produção com vistas a atender o mercado internacional.

Foi com euforia que a cidade recebeu a notícia de que a empresa Calçados Samello estava realizando a sua primeira remessa de 17 mil pares de calçados para os Estados Unidos em maio de 1970. O Sindicato da Indústria de Calçados de Franca cumprimentou a empresa por estar

“abrindo o difícil e sinuoso caminho das exportações francanas”. Foi fechado o primeiro contrato de exportação de calçados de Franca para a Europa, em junho de 71, acontecimento importante como tentativa de diversificar os importadores desses produtos. Isso porque se as exportações fossem concentradas em seu destino para o mercado norte-americano, a vulnerabilidade das indústrias seria maior. No entanto, apesar dessa e de outras tentativas de diversificação dos mercados consumidores dos calçados francanos, os seus maiores importadores continuariam a ser os Estados Unidos, por terem sido – e continuarem sendo – os maiores consumidores de calçados do mundo (SILVA, A.M.V.M., 1998, p.42).

Dentre os condicionantes de importância vital para a legitimação da indústria de calçados, o Brasil conjugava matéria-prima e mão-de-obra em abundância para atender a produção e, além disso, tem-se a instalação no país da indústria de máquinas especializadas na fabricação do sapato, de origem norte-americana e que foi na época um marco nesse cenário da cadeia produtiva.

Com a regionalização da produção brasileira de sapatos, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul passam a responder por mais de 80% da produção nacional a partir dos anos de 1970, com destaque para a produção gaúcha que assume nessa mesma década o posto de maior produtora de calçados do país.¹⁰³

Em relação ao Rio Grande do Sul, o início da atividade coureiro-calçadista se remete à vinda dos imigrantes alemães no ano de 1824, que passam a se dedicar ao artesanato, trazendo conhecimentos e técnicas necessárias, além da abundante matéria-prima – o gado, na região. Assim, essa região passa a conjugar a matéria-prima, o couro em específico, a mão-de-obra especializada - o imigrante, em conformidade com a demanda interna existente.

¹⁰³ “O parque calçadista paulista à semelhança do gaúcho, configura mais do que uma indústria calçadista. Eles se apresentam como um complexo coureiro-calçadista composto por um conjunto de segmentos, tais como: indústria de calçados, de curtimento, de máquinas e equipamentos para couro e calçados, indústria de componentes, de artefatos de couro, prestadora de serviço (‘ateliers’, agentes de exportação), etc. [...] Também se chama atenção para o fato de que tanto o centro calçadista gaúcho como o paulista tem suas exportações concentradas nos EUA, o que, por um lado, lhes garante uma demanda permanente, mas, por outro, os deixa vulneráveis às oscilações daquele mercado” (REIS, C.N., 1994, p.193).

Os anos de 1935 a 1950 marcam a fase de difusão tecnológica e consolidação da indústria calçadista no Rio Grande do Sul, com forte concentração no Vale do Rio dos Sinos, com destaque para a cidade de Novo Hamburgo.¹⁰⁴

Conforme argumenta Carlos Nelson dos Reis (1994, p.39), a indústria paulista ocupa a segunda posição no “ranking” nacional da produção calçadista, tendo Franca como a principal cidade na produção do calçado masculino de couro, Birigui especializada na produção do calçado infantil e Jaú concentrando a produção de sapatos femininos.

Nos últimos tempos, os principais países produtores de calçado que se destacam no mercado internacional são: a Itália, caracterizada pela produção de sapatos de couro sofisticados e de padrão elevado para atender um mercado consumidor exigente; o Brasil e a Espanha, produzindo calçados de médio padrão e a China, Taiwan e Coréia do Sul, caracterizadas pela produção de calçados esportivos confeccionados com material sintético. Essa reorganização industrial se apresenta com um intenso fluxo migratório de empresas para outros países, onde se passa a fabricar algumas etapas ou até mesmo todo o processo produtivo. Expressões dessa tendência podem ser verificadas

[...] nas atuações das marcas alemã Adidas e da norte americana Reebok, que instalaram fábricas na região asiática para a produção de partes e componentes ou mesmo do produto como um todo. Essa tendência significa que tradicionais centros produtores de calçados, como EUA, Alemanha, Reino Unido e França, vêm deixando espaço na produção internacional para países como Taiwan, Coréia do Sul, Tailândia e Brasil, onde o custo de fabricação do calçado é sensivelmente mais baixo. Da posição de tradicionais exportadores vêm se transformando nos principais importadores, especialmente os EUA (REIS, C.N., 1994, p.189-190).

¹⁰⁴ Os municípios que compõe o Vale do Rio dos Sinos, principal pólo de calçados femininos do país são: Novo Hamburgo, Igrejinha, Sapiranga, Campo Bom, Rolante, Três Coroas, Gramado, Taquara, Cachoeirinha, Estância Velha, São Leopoldo, Nova Petrópolis, Dois Irmãos, Ivoti, Portão e Canela. Os 16 municípios compreendem o moderno complexo industrial na região. O calçado feminino “[...] tem um preço médio inferior ao masculino – principal produto de exportação do pólo paulista – em razão de expor-se ao acompanhamento da moda, a um menor índice de material embutido e à reduzida duração” (REIS, C.N., 1994, p.76).

Desde o início de sua industrialização, o Brasil vem atravessando momentos de crises e reestruturação, como se verificou na década de 1960.¹⁰⁵ Os anos de 1960 marcam a grande revolução demográfica existente no país frente a um processo de urbanização tardia e caótica que provocou a expulsão da população rural do campo de forma avassaladora, trazendo impactos na organização social, econômica e política da nação, que não havia planejado tais fatos. Até os anos de 1950, o Brasil era esmagadoramente rural e, em seguida, conforme Dowbor (1998, p.41), passa a contar com quase 80% da população fixada na área urbana.

Os anos de 1960 e 1970 são identificados como a fase em que se viveu o “milagre econômico” no país, momento de expansão econômica frente à ampliação dos investimentos em diversos setores da economia, gerando maior rentabilidade para o capital industrial do que no ramo da agropecuária. Porém, tal episódio não solucionou a distribuição da renda do brasileiro e tampouco as desigualdades regionais e sociais, mas acirrou as condições de miserabilidade da população, onde a maioria sequer conseguia atender suas necessidades vitais em contrapartida de um segmento minoritário que usufruía de um padrão de vida similar ao de países do hemisfério norte.

Ao mesmo tempo em que se vivenciava uma fase dourada de um suposto “milagre”, um novo fato ganha repercussão no ano de 1973, conhecido como o “choque do petróleo” e ainda no ano seguinte, o mundo atravessa um momento de recessão, desmoronando o quadro do “milagre econômico”.¹⁰⁶ Tais acontecimentos

¹⁰⁵ De acordo com Campanhol, “Entre as décadas de 60 e 80 o país passou pelo autoritarismo no campo político, no campo econômico por oscilações que variavam entre milagres e crises e, no campo social, a reorganização da sociedade civil em sindicatos, associações, pastorais” (2000, p.72).

¹⁰⁶ “Essa crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações virtuosas do padrão de desenvolvimento norte-americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, a maior saturação de mercados internacionalizados, o sobre-investimento generalizado, a crescente financeirização da riqueza produzida e o enfraquecimento da hegemonia norte-americana. A crise foi

redundaram na contenção de capitais internacionais que até então eram disponibilizados. Em relação ao Brasil, o respectivo “milagre” mostrou-se inconsistente, na medida em que transparecia haver crescimento econômico a custas de endividamento externo.

Na década de 1970, marcada pela crise de esgotamento do padrão produtivo pautado nos modelos taylorista/fordista,¹⁰⁷ a indústria brasileira de calçados se ramifica na produção de dois segmentos distintos, ou seja, passa a produzir calçado de couro e calçados alternativos. Destes, o calçado de couro estava voltado em larga escala para a exportação, enquanto o segundo se destinava quase que exclusivamente ao mercado interno. Essa lógica corresponde aos próprios fluxos do mercado e por isso,

[...] os industriais de calçados, principalmente os das grandes empresas nacionais e internacionais, não tem medido esforços e muito tem investido na busca de peles alternativas, como as de peixe, cobra, capivara, rã, porco, etc. Por outro lado, existem algumas iniciativas de mesclar a composição do sapato de couro com material sintético, que, em termos de solado, se encontra em estágio bastante avançado, com a utilização de elementos químicos, tais como o PVC, o poliuretano, o polietileno, o polipropileno, etc. (REIS, C.N., 1994, p.81).

Essa nova tendência do mercado calçadista em produzir calçado com material plástico desencadeou mudanças substanciais nos hábitos de consumo dos brasileiros frente à queda do poder aquisitivo do contingente populacional nas últimas décadas e estimulou a moda, que se torna significativa para camadas de média e alta renda. Esse fenômeno, iniciado na década de 1970, consolida-se na década subsequente.

então amplificada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP no final de 1973” (MATTOSO, 1995, p.52).

¹⁰⁷ Conforme estudos de Marisa dos Reis (1992, p.12), esses modelos entram em crise nos anos de 1970 e se alastra por todo o mundo do trabalho e para se recuperarem, os países centrais adotam modelos de produção e gestão mais flexíveis – o Toyotismo, que rompe com a rigidez das linhas de montagem dos modelos taylorista/fordista.

Nessa mesma conjuntura temporal, o mercado internacional passa a exigir maior agilidade do processo produtivo e melhor qualidade do produto e, com isso, os empresários passam a inovar técnica e, organizacionalmente, a produção de calçados com vistas a atender aos requisitos desse mercado.¹⁰⁸

Além disso, na década de 1970, instala-se em Franca o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com vistas a atender aos anseios do empresariado local, que buscava trabalhadores cada vez mais qualificados. Segundo Navarro (1998), houve uma elevada procura por cursos de cortadores e pespontadores oferecidos pelo SENAI a partir de 1974, pois se exigia mão-de-obra qualificada e na carência da mesma, os empresários chegavam a contratar os trabalhadores antes mesmo da conclusão do curso. Vale ressaltar que o curso objetivava capacitar o trabalhador para atender aos propósitos da empresa. Nessa época, por haver uma expressiva oferta de postos de trabalho nesse ramo, verifica-se uma significativa demanda pelos cursos do SENAI.

Diante das novas exigências postas pelo mundo do trabalho, inicia-se um processo de reestruturação econômica no setor calçadista, que passa a alterar os processos organizacionais e produtivos. No entanto, essa nova configuração não foi capaz de eliminar sua tradicional marca que é a utilização de forma intensiva de trabalho humano.

¹⁰⁸ “Com o desenvolvimento propiciado pelos avanços na área da microeletrônica e da informática, a principal e mais difundida inovação para a indústria de calçados é o sistema CAD/CAM (computer-aided design e computer-aided-manufacturing), que possibilita que as áreas de projeto (design) e manufatura sejam auxiliadas por computador. Com a utilização de sistemas CAD na área de ‘design’ todas as informações sobre o modelo e tamanho dos calçados são transferidas para a memória de um computador. Com isso, o ‘designer’ trabalha o modelo na tela do micro visualizando as alterações desejadas; após definir todos os detalhes, o próprio computador ajusta o modelo para os tamanhos desejados. Em termos de equipamentos CAM, os mais difundidos atualmente na indústria de calçados em nível mundial são as máquinas de costura com controle microeletrônico – que permitem maior precisão no pesponto e aumentos de produtividade para a realização de desenhos mais complexos – e os cortadores automáticos, a jato d’água ou a laser” (REIS, M., 1992, p.34).

Na indústria coureiro-calçadista do Brasil em específico, os avanços técnico-organizacionais são entendidos como processos lentos, visto que o baixo custo da força de trabalho ainda permite uma defasagem tecnológica.¹⁰⁹

Pochmann (2001, p.62), pondera que a década de 1980, caracterizada por redução na taxa de investimento, renda *per capita* estagnada e hiperinflação, retrata a dificuldade da realidade brasileira em aderir aos propósitos modernizadores do mundo do trabalho, diante do baixo desempenho econômico. Isso resulta numa automação industrial com introdução de novos modelos de organização e gestão do trabalho e da produção concentrada em poucas empresas, especialmente as de grande porte e as multinacionais.

De acordo com as inferências de Carlos Nelson dos Reis,

[...] houve consideráveis avanços, tanto na organização do trabalho como no processo produtivo. No entanto tais avanços não chegaram sequer a aproximar o estágio tecnológico nacional de produção de calçados do estágio internacional. Por exemplo, na Europa, já existem diversas máquinas para a produção de calçados funcionando a comando numérico, nos setores de corte, chanfração, costura, montagem e outros. No Brasil, quase nada existe. Essa situação é comumente explicada pelos empresários calçadistas, fundamentando-se no custo dessas novas ferramentas. Quando fazem a comparação de custos, acabam optando pelos métodos e máquinas tradicionais a um custo muito inferior, evidentemente tratando-se de uma visão de curto prazo (1994, p. 132-133).

Frente à dinamicidade econômica, sob a lógica da competitividade, seja na esfera macro ou micro, as novas exigências postas ao mundo do trabalho trouxeram ressonâncias para o setor calçadista francano, que criou estratégias variadas para driblar o jogo do mercado e se sustentar na cadeia produtiva. Dentre suas

¹⁰⁹ “[...] os principais motivos relacionados às restrições encontradas por essa indústria no sentido de aumentar ou manter a médio e longo prazos a competitividade alcançada dizem respeito especialmente ao atraso tecnológico e organizacional da grande maioria das empresas brasileiras e também a baixa qualificação da mão-de-obra no Brasil, [...] a baixa qualidade da matéria-prima (couro) [...] dadas às crescentes exigências dos importadores quanto à qualidade dos calçados, [...]” (REIS, M., 1992, p.106).

estratégias no âmbito da reestruturação produtiva,¹¹⁰ presenciou-se, em Franca, um amplo processo de deslocamento das indústrias que passam a buscar regiões com mão-de-obra barata e em abundância, como o caso da migração destas para o Nordeste, além da terceirização que trouxe reflexos para os trabalhadores do setor.¹¹¹

Na atualidade, ter competitividade significa ter condições de sobrevivência no mercado, que se torna cada vez mais concorrido, sendo que as vantagens comparativas não são mais importantes, pois, deram lugar às vantagens competitivas., dificultando os negócios para empresas pequenas e médias de um país “em desenvolvimento”, como as indústrias calçadistas francanas (SILVA, A.M.V.M., 1998, p.33).

Mesmo com essas novas imposições do capital, as exportações brasileiras de calçados, apesar de algumas dificuldades, continuaram aumentando na década de 1970, mas o cenário apresentado era de crise em âmbito mundial.

Já no ano de 1983, as vendas destinadas ao mercado interno vinham sofrendo declínio diante do aumento do preço do couro, fator que estimulou o rebaixamento da produção.

Em 1986, o Plano Cruzado, medida econômica adotada pelo presidente eleito, José Sarney, gerou uma atmosfera de euforia frente ao congelamento dos preços e possível contenção inflacionária, que teve uma curta vida útil.

Posteriormente,

¹¹⁰ Conforme estudos de Antunes (1999), os traços constitutivos da reestruturação do capital são basicamente “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada [...]” (p.34). Tais transformações ocorridas não afetam meramente a esfera político-econômica, mas também as formas de sociabilidade.

¹¹¹ “Foi ao longo dos anos de 1990, entretanto, sob condução de um projeto ideopolítico de corte neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu em nosso país, através da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, etc. Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela realocação industrial, em que empresas tradicionais, como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, iniciaram um movimento de mudanças geográfico-espaciais. O Brasil integrava-se à chamada fase da mundialização ou globalização, ampliando enormemente sua dívida externa” (ANTUNES, 2005, p.133).

[...] o Plano Bresser congelou novamente preços e salários, tendo sido mais uma tentativa frustrada de controle da inflação, parte integrante de um conjunto de planos desastrosos que não deram conta de domar o monstro da inflação inercial brasileira (SILVA, A.M.V.M, 1998, p.54).

Já no ano de 1987, verificou-se uma queda brusca na produção calçadista de Franca, “[...] que passou de 35 milhões de pares em 1986 para 17 milhões naquele ano” (SILVA, A.M.V.M., 1998, p.51). Além do expressivo corte na produção, houve também aumento do desemprego.

Com a decadência da produção, em 1987, os problemas sociais em Franca são agravados ante a retração do mercado e o quadro de desemprego, fruto das manifestações de políticas macroeconômicas que interferiram tanto na esfera local quanto em âmbito global. Isso é notado quando,

Um novo pacote de medidas econômicas, o Plano Bresser, congelou preços e salários em junho de 1987 e os norte-americanos voltaram a ameaçar com retaliações os calçados brasileiros no mesmo mês, levando um jornal a considerar que o setor calçadista francano estava próximo de um desastre total (SILVA, A.M.V.M., 1998, p.78).

Segundo Braga Filho (2000), a década de 1980, também conhecida como “década perdida”, trouxe para a indústria calçadista francana algumas implicações, pois mesmo atravessando uma fase de recessão, a taxa de crescimento populacional do município continuou crescente, inclusive acima da média nacional,¹¹² trazendo para o setor público uma diversidade de problemas, visto que até então a cidade não possuía infra-estruturada adequada para abarcar um conjunto populacional em grande escala. Mesmo com a instabilidade econômica dos anos 1980, a indústria calçadista continuou a empregar um número expressivo de pessoas.¹¹³

¹¹² De acordo com Campanhol (2000, p.107), o índice de crescimento populacional do município de Franca nos últimos vinte anos (1980-1999) correspondeu a 94,75%.

¹¹³ Em 1984, havia 34.509 funcionários nas indústrias de calçados; em 1985, 32.169; em 1986, 36.609; em 1987, 26.704 (aqui se verifica uma redução brusca no total de funcionários); em 1988,

Podemos considerar que as medidas macroeconômicas e a abertura comercial adotadas pelo governo brasileiro foram favoráveis aos países que objetivavam exportar seus produtos para o Brasil, porém, tais políticas implementadas trouxeram repercussões danosas para as indústrias nacionais.

Logo em seguida, temos a década de 1990, considerada por Pochmann (2001, p.63) como a “segunda década perdida”, marcada por crescente desemprego, trabalho precário, endividamento interno e externo e concentração da renda, que trouxe conseqüências avassaladoras para o mundo do trabalho em Franca, em especial na produção calçadista, pois de acordo com Pochmann (2001, p.70), um dos postos de trabalho mais afetados pelo desemprego foi o calçadista, o que veremos no próximo tópico.

3.2 As intempéries cíclicas: crise, reestruturação e (re)configuração na indústria calçadista local

No início dos anos 1990, com o governo de Fernando Afonso Collor de Mello (1990-1992), tem-se a adoção à cartilha neoliberal idealizada por países centrais no Consenso de Washington, em 1989, e como expressão desta, o respectivo presidente lança, em março de 1990, o “Plano Collor”, que consistia na criação de uma nova moeda, congelamento dos preços, limitação para saques em contas bancárias e abertura aos produtos importados, propiciando um panorama de dificuldades para o setor coureiro-calçadista de Franca, pois as indústrias, tanto a nível local quanto nacional, não estavam preparadas para enfrentarem a concorrência dos países estrangeiros.

29.408; e em 1989, 29.572 funcionários. Fonte: Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, Fev./2006.

Um mês após a implantação do referido plano, jornais francanos noticiavam “[...] que havia de 5 a 7 mil ex-trabalhadores das indústrias calçadistas desempregados” (SILVA, A.M.V.M., 1998, p.78).

Com essa política, os consumidores optavam por obter produtos importados diante dos baixos preços, quando equiparados aos produtos nacionais, além de surgirem como novidades para um grande contingente da população.

Outro fator que passou a obstar a venda do calçado brasileiro para o exterior foi a retirada dos incentivos fiscais e a valorização da nova moeda.

No ano de 1994, acreditava-se que o desemprego crescia de forma alarmante em Franca e que o Plano Real,¹¹⁴ em conjunto com a lógica concorrencial dos produtos oriundos dos “tigres asiáticos”, estavam dificultando a situação das indústrias calçadistas francanas. O Brasil, a partir desse momento, passou a se defrontar com a concorrência de diversos países produtores de calçados, como a China, Hong-Kong, Taiwan, Coreia do Sul, Tunísia, Malásia, Filipinas, Romênia, Indonésia, Tailândia e Vietnã.

De acordo com Tomazini,

[...] Franca perdeu competitividade no mercado mundial, onde muitas empresas, graças à prática de dumping social, colocava produtos a preços imbatíveis. [...] O dumping social refere-se à prática através da qual ganha-se competitividade no mercado em virtude do baixo custo da mão-de-obra. No final de 1997 o custo médio da hora-trabalho na Alemanha orbitava em torno de U\$25,00, enquanto no Brasil era cerca de U\$3,00 e na China ficava em U\$0,50 (2003, p.48).

¹¹⁴ “O Plano Real implantado a seguir, em 1º de julho de 1994, durante o governo Itamar Franco, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso – que colocava como metas prioritárias o controle da inflação e a estabilidade monetária – também provocou intenso desarranjo na economia francana. A valorização do Real trouxe prejuízo aos exportadores que vendiam seus produtos em dólares e pagavam suas despesas internas em reais. Se anteriormente a defasagem cambial implicava em ganhos capazes de compensar eventuais quedas do preço do produto no mercado internacional, no novo cenário, a situação invertia-se” (TOMAZINI, 2003, p.130).

Com isso, o calçado produzido no Brasil perde espaço no mercado mundial e o município de Franca atravessa uma onda de crises, atingindo as esferas econômica, social, política e demográfica do local.¹¹⁵

Com o governo FHC, o Brasil torna-se submetido às prerrogativas do capital financeiro internacional, num cenário caracterizado pela instabilidade frente aos ajustes econômicos voltados ao pagamento da dívida externa mediante o desmonte estatal no que tange aos investimentos em políticas sociais públicas.

Na década de 1990, as mudanças circunscritas na relação capital/trabalho desencadearam um intenso processo de flexibilização, crescimento de trabalhos terceirizados, precários e informais, deteriorando as condições de vida e trabalho de grande parcela da população.¹¹⁶

Na argumentação de Braga Filho (2000), a indústria calçadista francana para enfrentar a concorrência, seja interna ou externa, de forma a aumentar sua produtividade, passou a reduzir os custos de mão-de-obra, resultando no crescimento da informalidade no município. Seguindo a linha de raciocínio do autor, em 1994 houve um aumento significativo da produtividade, porém reduziu-se em 74% o número de pessoas com emprego formal.

Os anos de 1990 têm como marco, em Franca, o acentuado quadro de desemprego e falência de inúmeras empresas produtoras de calçado. A alternativa para tal problemática foi a reestruturação da produção com vistas à manutenção e sobrevivência das empresas existentes no município, o que resultou no aumento da

¹¹⁵ “As dimensões da crise podem ser avaliadas, até mesmo pelo impacto demográfico. Se o bom desempenho da indústria calçadista de Franca, fizera da cidade um pólo de atração populacional, o fluxo é revertido a partir de 1995. Ocorre, então, uma queda da taxa de crescimento demográfico, fenômeno que talvez esteja vinculado às dificuldades enfrentadas pelas indústrias de Franca no período, e ao fato de muitos francanos, consequentemente, virem-se forçados à mudança de domicílio” (TOMAZINI, 2003, p.133).

¹¹⁶ Se no ano de 1984, no apogeu da indústria de calçados em Franca havia 34.509 funcionários trabalhando nas indústrias, esse número sofre uma queda substancial no ano de 1998, onde se tem um total de 15.360 funcionários, ou seja, menos da metade existente em 84. Fonte: Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – Fev./2006.

informalidade e de setores de prestação de serviços, que contribuíram consideravelmente para a precariedade do trabalho.¹¹⁷

No âmbito da reestruturação em Franca, pautada na flexibilização e informalidade do trabalho, grande parcela dos trabalhadores passa a engrossar o conjunto dos “sem carteira”, agora sem vínculo empregatício e perdendo, no entanto, proteção social e direitos trabalhistas até então assegurados.

De acordo com a análise de Braga Filho (2000), no ano de 1981 o número de empregos informais representava 21,8%, enquanto que em 1993 ocorre um salto para 31,6%. O acelerado crescimento da informalidade foi uma saída estratégica diante dos efeitos nefastos do desemprego, gerando uma quantidade incomensurável de bancas¹¹⁸ no município de Franca.

Não obstante, as empresas descobrem na terceirização uma importante via de redução dos custos de produção, principalmente da mão-de-obra e constataam que produzir no espaço interno da fábrica causava um grande ônus para as mesmas

¹¹⁷ Campanhol salienta que a informalidade “É uma economia subterrânea, invisível, submersa, alternativa, suplementar, oculta, ilícita, mas que sustenta uma grande parcela da população. A economia informal é uma das faces do capitalismo, que ampliada ou consolidada nos períodos de crise econômica representa um fator de grande importância como amortecedor das questões sociais. A existência de atividades econômicas desenvolvidas informalmente não é a solução concreta para as crises cíclicas que atingem a cidade de Franca. Mas vale lembrar que a economia informal movimenta e reproduz uma parcela considerável dos capitais disponíveis” (2000, p.125).

¹¹⁸ Segundo Navarro (1998), as bancas são unidades produtivas que prestam serviços às empresas calçadistas de Franca, sendo especializadas na realização de determinadas fases da confecção do sapato. Por exemplo, existe no município uma infinidade de bancas, como as de pesponto (costura mecanizada que une as peças que compõem o cabedal e também pode ter função ornamental), de corte (realiza o corte de partes constituintes do sapato, seja couro ou outro material), de chanfração, ponteação, entre outras. No Rio Grande do Sul, essas unidades de produção são denominadas “ateliers”. Em geral, essas bancas realizam o pagamento mediante a produção, ou seja, conforme os pares confeccionados. Para complementar, de acordo com Chinali (1997), essas bancas deveriam ser reconhecidas como micro-empresas, mas o que acontece é que se tornam seções da fábrica, constituídas no espaço extra-fábrica. Com isso, a maioria dessas bancas se encontra na clandestinidade, funcionando em fundos de quintal ou no interior dos domicílios, sem placas de identificação e utilizando sobremaneira a mão-de-obra familiar. Para a formalização dessas unidades produtivas, exige-se a Inscrição Municipal das mesmas para que haja o fornecimento de nota fiscal à empresa para a qual o proprietário da banca, conhecido por banqueiro, presta serviço. Porém, apenas empresas maiores cumprem tal exigência, o que possibilita a informalidade desse tipo de atividade. Diante da complexidade dessa problemática, torna-se impossível quantificar essas bancas no município e, por isso, não há nenhum banco de dados fidedigno sobre o total destas unidades produtivas, apenas algumas estimativas. Esse se torna o grande vetor que dificulta a aglutinação dos trabalhadores imersos na informalidade, pois não se consegue um mapeamento de todo esse universo.

e já os serviços prestados pelas bancas eram menos onerosos diante da ausência de cobertura legislativa para os trabalhadores. Tal reorganização das empresas para atender a lógica perversa capitalista provocou efeitos nocivos para o conjunto dos trabalhadores no que tange as suas condições de vida, trabalho e saúde.

Vale destacar que,

[...] a terceirização em alguns casos também internaliza. Mas trabalhar no interior da empresa não implica vínculo formal de trabalho. O trabalhador pode ser um simples prestador de serviço que se obriga a produzir conforme determinações da empresa, embora a relação de trabalho seja convertida em relação comercial. Mas deve-se salientar que as condições externas são sempre mais precárias, enquanto as operações internas se caracterizam por uma exigência de maior qualidade e por um aumento de tarefas, sem que, obrigatoriamente, isso seja decorrência da incorporação de maquinaria mais desenvolvida (TAVARES, 2004, p.173).

O célere crescimento da informalidade em Franca foi a alternativa adotada pelos empresários frente às pressões das políticas macroeconômicas e para os trabalhadores foi uma das saídas mediante o quadro de desemprego, que tem como causa, respaldado em Braga Filho (2000), um conjunto complexo e amplo de variáveis de natureza conjuntural e estrutural e assim constatamos que,

Várias fabriquetas – pequenas indústrias calçadistas – e bancas de corte, pesponto ou costura manual vem utilizando trabalho informal, mas, essa situação vem se repetindo em muitas atividades industriais e não apenas na fabricação de calçados. Se, por um lado, esse expediente tira do trabalhador os direitos adquiridos em relação às férias, ao décimo terceiro, aos recolhimentos para a Previdência Social, por outro constitui, às vezes, a única alternativa de sobrevivência para o operário que não mais conseguir trabalho regularmente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (SILVA, A.M.V.M., 1998, p.89).

Destarte, nos anos de 1980, a produção coureiro-calçadista, que se concentrava no interior das indústrias, passa na década posterior a ser transferida para os espaços extra-fabris, como resultado de uma abertura econômica mundial que forçou as empresas a se adaptarem ao novo contexto do mercado, com característica concorrencial.

No mais, os setores prestadores de serviços, como é o caso das bancas em Franca, ficam subordinados ao setor formal, no caso as indústrias, que estão submetidas a políticas macroeconômicas e que para se sustentarem no mercado global necessitam se remodelarem constantemente para atender aos propósitos da competitividade.

Temos nessa conjuntura o refluxo do movimento sindical ante sua postura combativa de outrora. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca, também conhecido como Sindicato dos Sapateiros, exprime resistência ao processo desenfreado de terceirização e expansão de bancas, visto que não asseguram uma cobertura legal e proteção social aos seus trabalhadores. Sob a ótica do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, o Sindicato Patronal, a terceirização constitui-se uma questão de sobrevivência, pois assim evita-se que as empresas percam sua competitividade no mercado. Com isso, temos um duplo discurso em que se expressam as contradições capital/trabalho e que não se converge em busca de garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

Nesse ínterim, diante do colapso das formas de empregabilidade, os trabalhadores abrem mão dos seus direitos conquistados ao longo da história e se submetem aos trabalhos precários pela necessidade de sobrevivência.

O que decorre do agravamento da informalidade é a redução da sindicalização dos trabalhadores, que traz reflexos para o enfraquecimento do poder de barganha, reivindicação e capacidade organizativa daqueles que vivem do trabalho.

Outro fato a ser aludido é que, além do desemprego emergente nessa fase, muitos ex-trabalhadores das indústrias calçadistas passam a se estabelecer no

mundo de trabalho por meio de atividades por conta própria, através de empréstimos concedidos pelo Banco do Povo em parceria com a Prefeitura Municipal de Franca, sendo importante frisar o grande contingente feminino na solicitação desses empréstimos e conforme enfatiza Tomazini,

[...] em Franca, o percentual feminino era [...] elevado: 43% de homens e 57% de mulheres. Nos contratos firmados com mulheres preponderavam, como tomadoras de crédito, as pespontadoras. [...] Esse dado é interessante: [...] faz pensar na informalização do trabalho, isto é, em um elevado contingente de mulheres em busca de alternativas de sobrevivência, de outro, pode sinalizar o avanço de mulheres que, transpondo os espaços domésticos, denotam audácia e certa dose de empreendedorismo (2003, p.135).

Ademais, as alterações gestadas no mundo do trabalho em Franca não resultaram num expressivo investimento de maquinário. Tais modificações foram substanciais no que tange às condições e relações de trabalho, diante da drástica redução de postos de trabalhos formalizados e expansão dos trabalhos informais, verificadas com o processo de externalização de diversas fases da produção coureiro-calçadista, como é o caso do corte do couro, considerado uma tarefa imprópria para se executar no domicílio.¹¹⁹

Todavia, o nosso referencial é a inserção de mulheres negras no trabalho domiciliar, considerando que esta modalidade de atividade se disseminou em larga escala nos últimos tempos frente ao processo de reestruturação produtiva e agrega grande parcela desse contingente populacional que ainda se encontra na invisibilidade pela carência de dados estatísticos fidedignos. Vale destacar que esse

¹¹⁹ Tal tarefa era tida como inoportuna de se transferir aos domicílios pelo fato de que se utiliza de um equipamento – o balancim – difícil de ser ajustado no espaço físico de uma residência. Para Navarro (1998), os balancins hidráulicos necessitam ser adaptados ao ambiente doméstico para se ter suporte frente aos impactos gerados pela prensa hidráulica. Em muitos casos, é necessário reforçar o alicerce residencial, o que se torna inviável ao trabalhador pela dificuldade financeira ou por residir em imóvel alugado.

tipo de trabalho existiu no município desde o início da atividade coureiro-calçadista, porém o que se observa, na cena contemporânea, é a sua intensificação.¹²⁰

Na gênese do capitalismo, o trabalho feminino era predominantemente realizado no âmbito domiciliar, onde a força de trabalho da mulher era apropriada e superexplorada pelo sistema mediante o pagamento de ínfimos salários para tal segmento, pois se tinha a concepção de que tal mão-de-obra representava meramente uma complementação ao trabalho do homem.

Com o advento da reestruturação produtiva, o trabalho domiciliar, que na verdade nunca saiu de cena, ganha êxito novamente no contexto das relações de produção, sendo intensificado e adotado por diversos conglomerados industriais, como é o caso da indústria de calçados.

O trabalho a domicílio, característico da fase pré-fabril, persistiu por muito tempo como forma produtiva predominante na indústria do calçado, mesmo em um estágio avançado do capitalismo, e tem ainda presença significativa nesse segmento até os dias de hoje (BARBOSA, 2004, p.67).

O trabalho domiciliar em Franca é uma realidade e representa uma das manifestações do processo de terceirização que provocou, no dizer de Antunes (1995), uma complexificação, heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores, além da grande incorporação do contingente feminino no mundo do trabalho. O trabalho domiciliar ainda se torna mais complexo frente aos processos de reestruturação capitalista, pois, como no caso de Franca, o que se observa é que as

¹²⁰ Os estudos de Chinali (1997) demonstram que na década de 1930 algumas empresas francanas já terceirizavam sua produção, não podendo ser esta considerada um fenômeno recente. Além do mais, tal prática é incentivada pelo mundo todo. As atividades como o pesponto (costura mecanizada) e a costura manual, que saem dos limites físicos da fábrica, são as atividades que absorvem a maioria da mão-de-obra, com destaque para o trabalho feminino. Esse fator é tido como naturalizado diante de uma rígida divisão sexual do trabalho que consagra a posição da mulher no espaço doméstico. Além do mais, esse tipo de atividade não onera os empresários do ramo coureiro-calçadista, visto que para realizá-la são necessárias apenas agulha, tesoura, dedeira, linha e um furador. “A dedeira e o furador são confeccionados pelas costuradeiras ou seus maridos. A dedeira é uma espécie de dedal, feita de um pedaço de couro. Ela envolve o dedo polegar, minimizando calos e furos. O furador é composto de uma base de couro onde se encaixa algo pontiagudo. É usado para fazer os furos que não estão prontos no sapato” (REIS, L.M., 2002, p.61).

bancas, que executam uma parcela da produção do calçado, repassam o restante da produção aos demais trabalhadores informais, que prestam serviços geralmente no âmbito domiciliar, num cenário marcado pela precariedade, sem estabelecimento de vínculos empregatícios com a empresa e nem sequer cumprindo os direitos trabalhistas. Temos assim um universo fabril que adentrou o espaço intrafamiliar, ou seja, o lar dos indivíduos. As trabalhadoras domiciliares compartilham as tarefas da produção do calçado em consonância com as atividades voltadas ao lar e à educação dos filhos. O espaço da casa agrega família e trabalho numa mesma atmosfera, onde certos locais da casa são transformados em oficina de produção do sapato. Esse fenômeno no cenário francano já é parte do cotidiano e da rotina da população, visto que, muitas vezes, essas mulheres, pelo fato de serem remuneradas por produtividade e terem que cumprir os prazos de entrega do produto, deslocam-se de suas residências executando tais tarefas. Ou seja, valem-se de todo o tempo ocioso para costurar os calçados.

No dizer de Tavares (2004), a terceirização ressuscitou o trabalho domiciliar, marcado por relações e condições de trabalho não compatíveis ao que se verifica no espaço interno das empresas e conforme a autora, tais variações,

[...] se traduzem em jornadas de trabalho mais longas, que se estendem, às vezes, pela noite e aos finais de semana e feriados; em locais de trabalho improvisados; na ausência de proteção social; na diminuição do poder de reivindicação e de negociação, na superexploração do trabalho da mulher; na incorporação do trabalho infantil; e no aviltamento do salário que, a depender do número de intermediários entre a empresa e o trabalho, é significativamente menor (p.171).

Não obstante, seguindo o que foi elucidado pela autora supracitada, o trabalho domiciliar adentra a esfera familiar do trabalhador, incorporando toda a família na execução das atividades e não se permitindo viver outras dimensões da vida dessas pessoas. A autora também nos informa que o trabalho domiciliar deve

ser compreendido como um “departamento externo da fábrica”, onde se desenvolve um trabalho parcelar com comando direto do capital. O trabalho parcelar do calçado é fruto do trabalho coletivo e só ganha valor no mercado na medida em que se fundem as partes e se obtém a mercadoria. Tal processo é finalizado na empresa, que se incumbem de configurar o produto final. É necessário pontuar que mesmo sendo o trabalho domiciliar considerado invisível e clandestino este não deixa de se caracterizar como um trabalho assalariado.

No entanto, o trabalho domiciliar fica resignado às determinações e fluxo do mercado e a quantidade de peças confeccionadas variam conforme as exigências mercantis.

Dessa forma,

Uma vez que o trabalho a domicílio não se encontra sob o controle direto do empregador, é necessário selecionar aqueles trabalhadores que supostamente estariam mais adaptados a responder positivamente às necessidades da empresa. Um dos requisitos mais importantes do trabalho subcontratado, em geral, é o da pontualidade: cumprimento dos prazos na entrega das peças estipulados de antemão. [...] qualidades como autodisciplina, compromisso e seriedade são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma categoria específica de mulheres: aquelas com meia-idade, casadas e com prole (LAVINAS; SORJ, 2000, p.221).

A propósito das considerações das respectivas autoras, os empresários buscam no trabalho domiciliar mulheres estáveis e “confiáveis”, pois repassam matéria-prima para as mesmas e por isso precisam ter certa segurança, estabelecendo-se entre as partes um certo “pacto de fidelidade”. Dentre as mulheres que compõem o rol das “confiáveis” para o trabalho em domicílio, as autoras destacam as mulheres casadas, de meia-idade e com filhos, diante de reduzidas propostas de emprego para tal segmento, em detrimento das solteiras, que, na maioria das vezes, buscam trabalhos formalizados no interior das empresas.

Assim, tem-se a criação de determinados estereótipos acerca dos trabalhadores que se encontram mais “aptos” para a execução de certas tarefas, legitimando a partir disso um conjunto de práticas discriminatórias que gera segregação no mercado de trabalho.

Frente ao exposto, entende-se que o trabalho domiciliar esteve presente em todas as fases de desenvolvimento do setor calçadista francano e, conforme análise de Navarro (1998), nos anos de 1970, diante do grande volume de trabalho que não correspondia à capacidade instalada das empresas, este tipo de trabalho passa a ser destinado de forma significativa para o domicílio dos trabalhadores. Os vínculos estabelecidos entre empresa e empregados, outrora mantidos, passam a ser diluídos com a reestruturação produtiva, com o surgimento de uma nova figura – o intermediário¹²¹ e com o repasse de tarefas para os familiares, vizinhos e parentes dos trabalhadores, que passam a engrossar o contingente da informalidade.

O quadro apresentado atualmente com toda essa transformação desencadeada no mundo do trabalho é de uma profunda erosão dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego e acirramento da miserabilidade e das desigualdades entre os trabalhadores, incluindo brancos, negros, homens, mulheres, entre outros. Tais fatores são verificados em âmbito global e local, visto que o quadro de desemprego ainda é alarmante no cenário francano.¹²²

¹²¹ “O intermediário é um trabalhador que assume funções do capital. Ele retira as peças da fábrica, faz a distribuição pelos domicílios, recolhe-as e paga-as semanalmente, encarregando-se de manter a distância necessária entre capital e trabalho. O intermediário entre a empresa e a trabalhadora – grande parte do trabalho domiciliar é realizado por mulheres – controla o uso da matéria-prima exigindo o máximo de economia, e contribui para o aviltamento do salário de quem executa o trabalho. Como um primeiro intermediário pode repassar para um segundo, e este para um terceiro, a cada repasse o pagamento por aquela operação é reduzido. Quanto mais intermediários menor o salário do trabalhador, pois o rendimento do intermediário é retirado do valor que a empresa paga por cada par de peças trabalhadas” (TAVARES, 2004, p.177).

¹²² O emprego na indústria paulista encerrou 2005 com um crescimento abaixo do esperado, depois de ter caído em dezembro, acompanhando a desaceleração da atividade econômica. No mês passado, foram fechadas 45.818 vagas, representando queda de 0,04% no emprego em relação a novembro. Conforme afirmou a FIESP – Federação das Indústrias do estado de São Paulo, a queda foi de 2,16%, a maior registrada em dezembro desde o início da série histórica iniciada em 2000. No

Apesar das correntes e recorrentes crises das últimas décadas, o Brasil, no ano de 2005, conforme divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), avançou de 15^a para a 11^a posição no ranking das maiores economias do mundo mediante a elevação do PIB (Produto Interno Bruto) que totalizou R\$1,937 trilhão no respectivo ano.

Em suma, apesar de o país apresentar uma considerável produção da riqueza, esta ainda não é compartilhada de forma equânime entre sua população, visto que o quadro social que reveste o Brasil tem sido agravado pela fome, miséria, desemprego, má distribuição da renda, desigualdade social e regional. Portanto, não podemos nos restringir às concepções economicistas e, sim, tentar nos aproximar das diversas nuances que cercam o real, entendido como o conjunto de determinações múltiplas.

Após termos situado o leitor no cenário onde se desenvolve a pesquisa, temos a seguir a narrativa das mulheres negras que se encontram na informalidade em Franca.

ano, a indústria criou 48.419 vagas, o equivalente a uma alta de 2,4% sobre 2004. A projeção da Fiesp era de avanço em torno de 3%, com a abertura de 60 mil postos. O número de 2005 ficou abaixo da expansão de 7,45% em 2004, quando foram abertas 144.487 vagas, mas foi o terceiro melhor resultado da série histórica, perdendo apenas para 2000 e 2004. Os setores que mais perderam emprego em dezembro em termos percentuais foram matérias-primas para fertilizantes (-5,98%), **calçados de Franca (-5,52%)** e estamparias de metais (-5,16%). Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/reuters/2006/01/12/ult29u45283.jhtm>> Acesso em: 12/01/2006. Tal notícia demonstra em linhas gerais, a queda no emprego industrial no estado de São Paulo e pontua o município de Franca como um dos mais afetados por essa movimentação econômica. Em dezembro de 2005, Franca contava com 18.140 funcionários nas indústrias de calçados. Fonte: Departamento de Estatística do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – Fev./2006.

4 MULHER NEGRA E TRABALHO DOMICILIAR: HISTÓRIAS DE VIDA E COTIDIANO

Partiremos aqui para a análise das narrativas das mulheres negras inseridas na informalidade em Franca-SP, com ênfase para o trabalho domiciliar, que nunca deixou de estar presente na cadeia produtiva, porém com o processo de acumulação flexível esta forma de trabalho tornou-se intensificada.

Para tanto, adotamos como eixo analítico a esfera do cotidiano, entendido como constructo e como fio condutor para a construção do conhecimento no campo das Ciências Humanas e Sociais. Consideramos ser nesse espaço fluídico que se dá a sustentabilidade para a constituição da vida dos indivíduos, permitindo apreender as singularidades, as temporalidades, os enigmas, o transitório, o perene, o vivido dos homens, além de possibilitar penetrar no “claro-escuro”, ou seja, naquilo que ainda é incognoscível. Ademais, nessa atmosfera podemos adentrar o universo privado para compreender a trama estabelecida entre o público, o privado e o íntimo, ou seja, a trama das subjetividades em conexão com a objetividade.

Em suma, é na cotidianidade, dotada de imprevisibilidade e de transgressão de regras, que se produzem e reproduzem as relações sociais.

A ordem vigente visa se embrenhar por todas as esferas da vida social como forma de apregoar um “modo capitalista de pensar” pelos quatro cantos do planeta, adentrando o mundo do trabalho, a política, a sociabilidade, a cultura, a sociedade civil e inclusive a cotidianidade das pessoas, buscando caracteres alienantes, reificadores e livres de conflitos para sua sustentação. Porém, não podemos deixar de perceber que nesses microespaços, como é o caso do cotidiano, temos os momentos de rebeldia, quando os indivíduos questionam sua posição e condições

vivenciadas na estrutura e buscam respostas a tais situações. Por isso, com base em Montañó (2002), podemos, “[...] considerar a vida cotidiana [...] como espaço de interação social, onde rebatem determinantes econômicas, políticas, culturais, ideológicas, e onde se processam determinadas manifestações de lutas sociais” (p.260).

Prosseguindo as inferências do autor, é na vida cotidiana que os indivíduos se produzem e se reproduzem no plano cultural, nas interações humanas, comunicam-se, criam formas de subsistência e se reproduzem familiarmente. Assim, é impossível dissociar a vida cotidiana da existência humana. A cotidianidade, concebida como um produto da história, é recriada e constituída pelo devir histórico.

No mais, de acordo com Heller, na heterogeneidade da esfera cotidiana o homem expressa suas subjetividades e extrapola tais fronteiras, criando interações com o humano-genérico, pois,

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. [...] A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. [...] a particularidade expressa não apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser “individual”. [...] Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” [...] além de configurar-se também sua própria “consciência do Eu” (1985, p.20-21).

Seguindo o raciocínio da autora, é em determinadas circunstâncias sociais da cotidianidade que acontece a alienação, pois se verifica a naturalização dos fatos e a distinção entre aparência e essência.¹²³ É na imediatez dos fatos, ou seja, no

¹²³ “[...] o Homem só se reconhece enquanto Homem e o é entrando ‘em contradição consigo mesmo’ de forma abstrata e restrita, estabelecendo uma relação de estranhamento de si consigo mesmo. Neste quadro de conflito do Homem enquanto ser particular e genérico a vida cotidiana ganha sua importância. O Homem inserido nela é particular e alienado. A alienação assume dois sentidos. Por um lado, designa o estado do Homem privado do genérico, do geral de sua existência enquanto ser

plano do *pseudoconcreto*,¹²⁴ característica nevrálgica do cotidiano, que produzimos os preconceitos, seja no âmbito individual ou social. Tais preconceitos surgem contagiados por estereotípias construídas historicamente, resultando na intolerância e desprezo pelo “outro”. Segundo Heller (1985), todo homem é preconceituoso em certa medida, e o que vale considerar é a intensificação dessa prática, visto que alguns preconceitos desencadeiam danos a toda uma coletividade, e outros são nocivos a um respectivo indivíduo. Assim, a autora formula uma questão: Seria possível nos libertarmos dos preconceitos? A mesma afirma que isso é possível na medida em que assumirmos o risco dos erros.

Tendo em vista o quadro apresentado, ao nos reportarmos ao cotidiano das trabalhadoras negras, apoiar-nos-emos na história oral de vida dessas mulheres para compreendermos a trama da cotidianidade por elas vivenciada. A história oral, entendida como um método empregado a princípio por historiadores, vem sendo utilizada nas investigações de diversas áreas do conhecimento, inclusive no Serviço Social, mesmo que de modo incipiente.

Adotamos a história oral de vida por percebermos que esta tem como epicentro os sujeitos com suas histórias, vivências e experiências e que conforme Thompson, “A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (1992, p.137).

Assim, nosso intuito não é buscar “verdades” e sim relatar o significado das experiências de sujeitos com base em depoimentos para nos aproximarmos de suas interações com o meio social. A história oral de vida tem como eixo o sujeito

humano. Por outro lado, indica que o Homem só reconhece seu lado genérico alienando-se, colocando-se fora de si através do estranhamento, e não por meio de sua consciência individual” (MARTINS, J.S., 1996, p.81).

¹²⁴ Nomenclatura empregada por Karel Kosik em sua obra *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

envolvido na construção do conhecimento, valorizando substancialmente sua essência, ou seja, sua subjetividade, fantasias, visões de mundo e impressões. Vale destacar que mesmo sendo indivíduos isolados, que narram suas histórias singulares, são também representantes de um coletivo. Por isso, por mais que os depoimentos sejam individuais, eles refletem uma experiência coletiva. E conforme Meihy (2002, p.15), a principal razão de ser da história oral é transportar o passado para o presente das pessoas envolvidas.

Com isso, a história oral de vida tem como escopo fulcral,

[...] penetrar, pelo interior, uma realidade que ultrapassa o narrador e a modela. Pelo fato desta técnica se colocar no ponto de interseção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz no seu íntimo (o social e o individual) busca-se, através dela, apreender o socialmente vivido, o sujeito em suas práticas, tentando perceber de que maneira ele aborda as condições sociais que lhe são particulares (FERNANDES, M.E., 1995, p.153).

A decisão, ao nos reportamos ao método da história oral, consistiu em contemplar alguns dos quesitos levantados por Meihy (2002, p.24), que explica utilizar-se da história oral quando não há vestígio documental, ou estes se apresentam em variações distintas da história oficial ou mesmo quando se pretende elaborar uma outra versão da história.

Quando a cultura oficial aborda os grupos excluídos, colocando-os como tema de seus estudos, o faz por via indireta, pelos documentos escritos. Assim, essas análises são sempre “sobre” eles e nunca “deles”. Os documentos impressos, então, exercem um papel filtro que tende a considerar sempre os fatores socioeconômicos e não os comportamentos subjetivos (MEIHY, 2002, p.31).

Meihy (2002, p.76) nos aponta alguns enunciados sobre as etapas para se construir um conhecimento tendo como matiz a história oral. Dentre elas, o autor elenca quatro: a elaboração do projeto, a gravação, a transcrição que pode ser literal ou transcrita e a análise. No que tange à análise das entrevistas, existem posturas divergentes no campo da história oral, alguns defendendo seu uso e outros

afirmando que os depoimentos em si são suficientes para atender aos propósitos da história oral, visto que o leitor é um agente ativo e por isso, ao entrar em contato com os depoimentos, elaborará suas próprias conclusões.

Diante disso, no presente trabalho buscamos fazer algumas reflexões sobre os depoimentos coletados que foram primeiramente gravados mediante anuência das colaboradoras, em seguida transcritos e textualizados e, posteriormente, analisados. Ao se interpretar e analisar depoimentos orais, inúmeros são os desafios ante a dinamicidade e paradoxos apresentados na linguagem. Assim, já que nossa proposta não é encerrar o tema, fica ao leitor também a incumbência de suscitar novas inquietações e indagações sobre tal discussão e testemunhos, entendendo estes não como fatos em si, mas como uma versão dos fatos.

Nossa opção metodológica se orienta pela utilização da história oral híbrida, por considerarmos que a mescla entre os relatos orais e os documentos oficiais contribuem na decifração do real e na construção de novos conhecimentos.¹²⁵

Diante do consentimento das colaboradoras, tornamos pública a história de vida de algumas mulheres negras que participaram ativamente desse estudo. As entrevistas gravadas consistiram em perguntas abertas, sem ingerência do pesquisador, para dar maior liberdade à fala das mesmas no que concerne a relatar assuntos marcantes no decorrer de suas trajetórias de vida. A entrevista permite potencializar a reflexividade e a intenção não foi fazer uma análise linear e cronológica dos fatos e, sim, enfatizar fatos relevantes e experiências vivenciais no cotidiano de nossas colaboradoras. Isso permite que essas mulheres saiam do

¹²⁵ Conforme análise de Meihy (2002), “A história oral pura trabalha apenas com os depoimentos, sejam eles apenas de uma ou de várias narrativas. Ela pode enfatizar tanto a entrevista quanto a análise, desde que apenas os depoimentos sejam considerados como fonte. [...] A história oral híbrida implica uma equiparação dos códigos orais aos demais. Nesses casos, tanto faz o sentido da oralidade como dos textos escritos ou iconográficos. Tudo que concorrer para o esclarecimento ou a elucidação de algum caso tem valor e peso igual” (p. 93-94).

anonimato e passem a ganhar voz num universo ainda enrijecido por saberes dominantes.

Trazer as vozes silenciadas para a cena atual torna-se um grande desafio no que tange ao *fazer ciência*, pois de acordo com Thompson,

Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático (2002, p.28).

Destarte, buscamos conhecer as experiências pessoais dessas colaboradoras para que, por meio das análises, pudéssemos estabelecer nexos entre o particular e o geral, aprofundando o conhecimento da inserção das mulheres negras no trabalho domiciliar como o reflexo de um amálgama específico, que é a coletividade.

Na perspectiva da história oral, eis um grande desafio para as novas gerações, que é o de conhecer o passado para entender o presente e forjar o futuro.

É válido frisar que a presente pesquisa pauta-se na abordagem qualitativa, de forma a romper com modelos herméticos do *fazer ciência* e dando primazia às falas, aos significados, às intencionalidades, experiências e percepções dos sujeitos aqui envolvidos. Em seus ensaios, Martinelli diz que o recorte qualitativo,

[...] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa (1999, p.21-22).

Ademais, a autora considera que a importância não está no “[...] número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.24).

Para nos aproximarmos das colaboradoras e protagonistas deste estudo, ou seja, das mulheres negras que realizam a costura manual do calçado em Franca-SP, sendo esta uma expressão da informalidade, estabelecemos contato com o Centro Promocional Nossa Senhora de Lourdes (CEPROL), localizado na Rua Major Claudiano, n.1501, no centro deste município. Tal instituição, de tradição cristã, tem como mantenedora a Igreja Católica e atende crianças de baixa renda que estão entre a 1ª e 4ª série. A respectiva instituição oferece uma variedade de atividades a essas crianças, como oficinas de artesanato, aulas de capoeira, informática, canto, expressão corporal, além de uma formação cristã.

A escolha dessa instituição deu-se pelo fato de ela atender famílias de baixa renda de todos os bairros do município. Assim, pudemos *a priori* considerar que algumas das mães dessas crianças costuravam o calçado em domicílio, já que tal atividade configura-se na rotina de grande contingente da população francana. Além disso, com base em contatos anteriores com a coordenadoria da instituição, havia um grande número de mães das crianças atendidas que realizavam a costura manual do calçado. Conforme o relato e a percepção da coordenação, era expressivo o número de mulheres negras que se encontravam nessa atividade. Não obstante, contamos com a contribuição inefável dessa instituição, a qual possibilitou o contato entre pesquisador e as colaboradoras que participaram da pesquisa.

Vale destacar que ao estabelecermos o contato com essas mulheres, não estipulamos nenhum critério de auto-classificação étnico-racial, até mesmo porque no Brasil não se adota tal mecanismo. Partimos de sua própria auto-identificação para não utilizarmos instrumentos discriminatórios e preconceituosos. Por priorizarmos uma abordagem qualitativa, participaram deste estudo cinco mulheres negras que trabalham em domicílio, realizando a costura manual do calçado. No

mais, não estipulamos determinados critérios como idade, estado civil, número de filhos, entre outros, por entendermos que tais elementos não eram determinantes no nosso enfoque. Os elementos de maior relevância para nortear nossa seleção estiveram voltados para a questão de gênero (mulheres em específico), raça/etnia, informalidade e trabalhadoras que costuram o calçado em domicílio. Mediante anuência das colaboradoras, publicamos o prenome das mesmas nesse estudo. Contudo, os contatos e as entrevistas ocorreram entre os meses de maio a setembro de 2006.

Sendo assim, passamos às reflexões sobre o arsenal de depoimentos coletados com a pesquisa empírica.

4.1 “Silêncios teóricos, evidências históricas”

O uso de tal subtítulo tem uma intencionalidade, visto que por um longo tempo, as vozes das mulheres negras, colaboradoras na construção desse conhecimento, estiveram ocultas, porém suas histórias não podem ser caladas e negligenciadas.

Nesse âmagô, a história de vida busca conhecer os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa de forma a narrar seu itinerário de vida, desde a infância, passando pela adolescência até a atualidade, entendendo suas trajetórias pessoais e assim analisando seu cotidiano, suas crenças, valores, sonhos, lutas e perspectivas.

A partir disso, passamos a evidenciar as histórias dessas mulheres francanas que com muita luta desafiaram os tempos, criaram estratégias e continuaram a persistir na sua sobrevivência ante o caos presente no mundo do trabalho.

É salutar demonstrar que todas as mulheres partícipes desse estudo tiveram uma história de vida, desde a infância, marcada por dificuldades, privações, pobreza, processo migratório em busca de melhoria nas condições de vida e até mesmo a presença da violência.

A fala de Sebastiana, com 40 anos de idade, natural de Pedregulho-SP, explicita essa assertiva, quando diz ter migrado para o município de Franca aos 3 anos de idade com a família, buscando melhores condições de vida e assim permaneceu, estando a mesma até hoje no respectivo município. Sebastiana narra que nesse itinerário já se casou, divorciou-se e tornou a se casar. O atual marido é pedreiro e não trabalha com carteira assinada. Tal quadro expressa os novos paradigmas familiares que vêm sofrendo transformações abruptas nas últimas décadas, diante dos novos papéis assumidos pelo homem e pela mulher. Outrora, a mulher que se divorciava era estigmatizada pelo conjunto da sociedade, sendo que nos últimos tempos tal situação vem sendo naturalizada. Além do mais, ao relatar suas vivências na infância elucida que,

Com minha mãe e meus irmãos tinha bom relacionamento, só que com meu padrasto não me dava bem. Fui conhecer meu pai legítimo com 20 anos. Ele morava em Jardinópolis. Meu padrasto gostava de obrigar nós a trabalhar desde novinha, é... (pausa de alguns segundos), queria fazer nós de mulher dele. No começo quando falamos pra nossa mãe ela não acreditou. Depois um dia a gente mandou ela vigiar, aí ela vigiou e viu. Aí eles separaram. Eu tinha uns 12 anos nessa época. Nossa vida não era muito boa não. Passamos muita dificuldade. Quando a gente ainda era pequena construiu a nossa casa. Minha mãe veio pra trabalhar e morar com uma tia nossa em Franca. Ela veio pra cá trabalhar e conheceu meu padrasto aqui. Meu padrasto trabalhava com borracha na Amazonas. O meu pai verdadeiro nunca ajudou com nada e minha mãe trabalhava num hotel como arrumadeira (Sebastiana, 40 anos).

Tal testemunho mostra a realidade de muitos lares no que tange às inúmeras formas de violência vivenciadas no contexto doméstico, como é o caso da violência sexual. O maior desafio para dilemas como esse é buscar a publicização desses episódios com vistas a denunciar fatos correntes que são vividos no cotidiano de

muitos domicílios. Outro aspecto a se observar é que grande parcela desses homens ainda continuam praticando abusos diante do predomínio do poder masculino e subordinação feminina na sociedade vigente. Cabe ressaltar também a responsabilidade paterna nos dias atuais, que acaba sendo pouco questionada, onerando as responsabilidades maternas, como é visto no caso do pai biológico de Sebastiana, o qual nunca contribuiu com as despesas e necessidades da família.

A outra colaboradora, Maria Aparecida, de 43 anos, irmã de Sebastiana e também natural de Pedregulho-SP, relata que, quando sua mãe migrou para Franca, deixou-a sob os cuidados dos avós maternos. Nessa fase, Maria Aparecida tinha 4 anos e conviveu com os avós no campo até completar 11 anos, quando se mudou para Franca. O motivo de sua ida para Franca se reporta à demissão do avô da fazenda onde morava e trabalhava como meeiro. Isso pode ser analisado em duas vertentes, uma que pode ser entendida como a política dos últimos tempos de expulsão do camponês do mundo rural em larga escala e outra pela idade do avô frente à discriminação no mercado de trabalho com os idosos, considerando-os força de trabalho inativa.

Ao relatar sua infância e seu relacionamento com os entes familiares argumenta que,

Meu relacionamento com meus irmãos na infância era bom, com meus avós também. Eu tinha muita mágoa da minha mãe porque eu não entendia porque ela tinha trazido os dois filhos e me entregado pra minha avó. Eu morei com meus avós dos 4 até os 11 anos. Eu consegui superar a mágoa dela. Eu vinha aqui (em Franca) quase direto com minha avó visitar minha mãe e meus irmãos (Maria Aparecida, 43 anos).

Além disso, faz algumas comparações em relação ao mundo rural e urbano, frente às condições de vida que vivenciava,

A situação era boa, porque meu avô trabalhava e a gente morava na roça, apesar da dificuldade, era uma alimentação boa, pra mim nunca faltou nada. O que faltava pros meus irmãos, pra mim eu tinha até de sobra. Roupas, comida, calçado, essas coisas pra mim nunca faltou. Nessa parte

foi boa. Eu fui ajudar meu avô na roça catando café quando eu tinha 8 anos, mas o trabalho que eu fazia na roça de plantar e catar café o dinheiro era meu. Eu fui trabalhar porque eu queria, eu queria comprar as coisas, porque eu via que as meninas aqui da cidade tinha e quem mora na roça não tem boneca, brinco, essas coisas... Depois que eu vim aqui pra Franca aí já não era vontade própria, eu tinha que trabalhar porque se eu não trabalhasse meu padrasto não deixava eu comer, então eu fui trabalhar no pau-de-arara e ele fazia nós ir pro lixão, que o lixão era aqui, mas esse serviço pra mulher é muito sacrificado, ainda mais pra criança. Igual nós era criança ainda. Como eu enfrentava ele por causa das coisas que ele fazia, então a mais sacrificada era sempre eu; eu apanhava mais, eu ficava mais sem comida. Teve uma vez que eu trabalhei uma semana pros outros na rua pra me dar comida. Ele deixava mesmo. Eu sou a mais velha das irmãs (Maria Aparecida).

Percebemos a inserção de Maria Aparecida no mundo do trabalho desde a infância e sua continuidade após sua ida para Franca, num cenário marcado por miséria e privações. Segundo a mesma, numa análise comparativa, a vida no campo era melhor que a vida na cidade. Porém a tendência atual é valorizar o espaço urbano e desprezar e inferiorizar o rural.

Na segunda metade do século XX ocorre no Brasil um acelerado êxodo rural provocado por políticas de incentivo à urbanização e industrialização, desprezando o homem do campo. Com isso, o quadro brasileiro passa a se agravar diante da ineficácia do aparelho estatal em dar respostas aos segmentos que chegavam às cidades. Tal estímulo redundou num vertiginoso crescimento da miséria, pobreza, desemprego e favelização. A partir daí inicia-se o “mito do urbano”, visto que os camponeses acreditavam ser esse o espaço propício para a ascensão social e realização pessoal e profissional. Tal ideário contava com o respaldo midiático para disseminar tal padrão de sociabilidade, tido como único, ideal e superior.

Vale salientar que o companheiro de Maria Aparecida, no momento em que foi concebida a entrevista, atuava como servente de pedreiro, não possuindo vínculo empregatício.

Já em relação à Lúcia, de 50 anos, viúva, natural de Restinga - SP, ao ser indagada sobre sua mudança para Franca não conseguiu se recordar do ano

preciso, mas afirmou estar no município há mais de 30 anos. A entrevista com Lúcia foi realizada no quintal de sua casa e durante todo o período de realização desta, Lúcia permaneceu costurando os calçados, visto que precisava cumprir a exigência do intermediário que passaria no dia seguinte para buscar a produção. Segundo informação da mesma, mudou-se para Franca com toda a família, pai, mãe e irmãos quando tinha por volta de 13 anos. Ao ser questionada sobre seu estado civil, expressou-se de forma bem humorada,

Eu sou um pouco de cada coisa (risos) casada, desquitada, largada, viúva e agora eu tô sozinha graças a Deus. Meu marido legítimo não morreu não, ele tá por aí, mas eu nem sei onde (Lúcia, 50 anos).

No mais, ao discorrer sobre sua infância, demonstrou certo esquecimento e precárias condições de vida,

Eu era muito atentada, eu apanhava muito, era triste, eu não gostava de estudar. Depois quando eu cresci mais, com uns 10, 12 anos, aí eu fui trabalhar e ajudar minha mãe a criar meus irmãos. Eu tinha pai, mãe e 4 irmãos. Nós pastava pra caramba viu, nós trabalhava no pau-de-arara pra ajudar minha mãe depois que ela ficou viúva. Nós era bem sofrido. No pau-de-arara eu comecei com 10 anos lá na Restinga, depois eu vim pra Franca e continuei e trabalhei muito tempo. Eu, minha mãe e meus irmãos, todo mundo trabalhava no pau-de-arara. No começo a gente morava em casa alugada, depois nós comprou meio terreno, que é da minha mãe. Meu pai e minha mãe sempre trabalhava no pau-de-arara. Meu pai arrendava café, nós ajudava, sempre na fazenda. Primeiro a gente morava em fazenda, depois que foi morar na Restinga. Meu pai morreu eu tinha uns 12 anos (Lúcia).

É importante contextualizar que, no momento em que realizávamos a entrevista com Lúcia, ela recebeu uma carta do filho Cleyton que se encontrava preso em Dracena-SP, município limítrofe com o estado do Mato Grosso do Sul. Segundo Lúcia, o motivo da prisão foi tráfico de droga e ele estava preso em Franca anteriormente, mas em decorrência do excesso de detentos, alguns foram transferidos para outros municípios. Com a chegada dessa carta, Lúcia ficou introspectiva, muito sensibilizada e emocionada, alegando não possuir condições financeiras para visitar o filho.

Elizabete, de 33 anos, natural de Franca, casada há 2 anos e sendo seu companheiro serralheiro e sem vínculo empregatício como ela, no decorrer da entrevista também permaneceu costurando o calçado com a finalidade de concluir a remessa para ser entregue no dia posterior. Em sua fala fica evidente uma condição de vida melhor que das demais,

No começo da minha infância eu fiquei com minha mãe e meu pai na fazenda, até uns 5, 6 anos, aí dos meus 6 anos em diante eu fui morar com a minha avó e vivia na creche. Minha infância eu passei mais na creche. Eu me dava bem com as crianças, com as pessoas, com a família, tinha bom relacionamento, eu vinha em casa só pra dormir. No meu ponto de vista que eu lembro era bom, eu lembro que quando eu tava na roça com o meu pai e ele vinha fazer compra com a minha mãe eu lembro que uma caixa de compra era só pra mim, só coisa boa que eu gostava. Eu não tinha o que reclamar dessa época não, na roça é tudo mais fácil. Meu pai era lavrador, tratorista na roça, ele era tipo o responsável na fazenda e minha mãe que eu lembro ela cuidava mais da casa, ela ia pra roça também, mas ficava mais em casa (Elizabete, 33 anos).

Neste relato temos um emaranhado de detalhes a serem analisados, visto que a entrevistada considera o mundo rural como aquele que propiciou melhores condições de vida para ela e sua família. No que tange ao trabalho de seus pais no respectivo espaço, o pai assumia a função de lavrador e tratorista, responsabilizando-se pelas tarefas executadas na fazenda citada e sua mãe como a responsável pelo espaço doméstico, assumindo a esfera privada. Mesmo relatado que a mãe em certos momentos executasse tarefas agrícolas, sua predominância estava nos afazeres da casa.

Já nossa outra colaboradora, Cleuza, de 43 anos, natural de Franca e casada com um sapateiro que possui vínculo empregatício, faz considerações sobre sua infância, que demonstra certas dificuldades no relacionamento intrafamiliar,

Eu acho que a minha mãe não gostava muito de mim não, não sei, eu sou a filha mais velha, só que eu sentia de pequena, mas a gente dava bem, ela no canto dela, eu no meu canto. A gente viveu uma vida muito difícil porque ela era o pai e a mãe ao mesmo tempo. Eu tinha pai, mas tinha e não tinha, meu pai bebia muito. Aí nós passava muita dificuldade com ela, ela tinha que trabalhar sozinha pra tratar de 7 filhos. Eu sou a mais velha. Meu pai trabalhava, mas só que bebia demais e gastava tudo com a bebida, aí minha mãe tinha que trabalhar pra dar conta da casa e dos

filhos. Meu relacionamento com meu pai era muito ruim, ele judiava muito de nós, batia demais. Minha mãe era calma. Com meus irmãos se dava bem. A gente passava fome, muita fome. Eu que era mais velha cuidava dos outros irmãos, tudo pequenininho, então minha mãe saía pra trabalhar. A casa não era assim não, era um barraquinho de taipa, aí derrubaram. Minha mãe mora ali no fundo e meus irmãos. Minha mãe ainda trabalha, ela tá com 60 anos. Meus irmãos tudo casou. Minha mãe trabalhava na roça e meu pai era saqueiro. Meu pai não era registrado e minha mãe era. Hoje minha mãe olha uma senhora idosa, tipo de doméstica, ela fica de dia e de noite (Cleuza, 43 anos).

Pela fala de Cleuza, verificamos que a informalidade não é mesmo um fenômeno da contemporaneidade, pois seu pai já trabalhava durante sua infância sem registro em carteira, o que também manifesta o ciclo vicioso do trabalho informal dentro de uma mesma unidade familiar.

Além dos itens que retratam as precárias condições de vida dessas mulheres, podemos notar também que as mesmas passaram um curto período na escola, tendo como causa do abandono a necessidade de se trabalhar para a garantia da sobrevivência da família. A fala de Sebastiana explicita isso quando diz que estudou,

[...] até a 5ª série. Era bom estudar, mas era ruim porque não tinha condição. Acabava ganhando da escola (professoras, amigos) as coisas que precisava. Ganhava alimentos porque cheguei a desmaiar, porque a gente não tinha o que comer, daí eu ia pra escola com fome, sem comer nada. A diretora conversou com a professora e aí elas ganhavam as coisas pra mim. Desde a 3ª série era assim. Ajudava com tudo, roupa, uniforme, comida. Eles faziam amigo invisível pra mim, quem ganhava as coisas era tudo eu. Era uma brincadeira que no fim acabava tudo pra mim porque eu não tinha. Eu abandonei a escola porque comecei a trabalhar. Agora não desejaria voltar porque tenho vergonha. Não frequentei a escola depois que parei na 5ª série (Sebastiana).

Essa perversa realidade é vivenciada por uma parcela significativa da população brasileira que cessa os estudos por carências financeiras e necessidade de contribuir para o orçamento doméstico.

A fala de Maria Aparecida também demonstra essa dura realidade e, além do mais, mostra a pressão de entes familiares para a necessidade do trabalho como subterfúgio para propiciar melhoria na renda e, consequentemente, na vida da

família. Igualmente, temos a exploração ante a não apropriação do salário proporcionado pelo seu trabalho como se vê nas considerações abaixo,

Na roça eu freqüentei até a 3ª, depois eu vim aqui pra Franca e comecei do 1º e tive que ir de novo porque não trouxeram meu boletim e a escola de lá tinha fechado, aí comecei de novo. Aí meu padrasto achava que não valia a pena e me tirou da escola pra trabalhar. Freqüentei a escola só até a 3ª série. Eu tinha muita dificuldade de aprender, porque eu sempre tive. Meu relacionamento com os meninos e professoras sempre foi bom, nunca dei trabalho na escola não. Meu padrasto me tirou pra trabalhar porque não valia a pena estudar e outra que eu não era filha dele e ele achava que não tinha que tratar de filho que não era dele e eu já era mais velha e ainda enfrentava ele, aí que ele tirava mesmo. Pior disso tudo que nós trabalhava e não tinha direito a nenhum tostão do que ganhava trabalhando, porque nós era menor e o dinheiro que nós ganhava ia pra mão dele, daí nós não tinha sapato, não tinha roupa, alimento, essas coisas não tinha. Depois eu fui trabalhar de doméstica. Eu vim pra cá na 3ª série e fui lá pro Jerônimo (escola do bairro), mas voltei pra 1ª série. Eu tinha 11 anos quando deixei a escola. Eu gostaria de voltar a estudar, mas só que agora eu esqueço muito as coisas por causa dos remédios que eu tomo, pra diabetes, pressão, colesterol. Aí eu não consigo me concentrar. Eu já pensei em fazer supletivo, essas coisas, mas aí eu tenho que começar tudo de novo, ainda mais trabalhando com sapato, porque o sapato não dá tempo. Quem sabe eu ainda volto a estudar. Minha irmã tem vergonha de voltar velha pra escola, eu não tenho não (Maria Aparecida).

Este relato de Maria Aparecida é significativo de se analisar na medida em que expõe o trabalho como um meio de se ter um salário e suprir as necessidades familiares. Além do mais, coloca a problemática do retorno aos bancos escolares como uma necessidade dos tempos atuais diante de um mercado que exige cada vez mais mão-de-obra qualificada. Também mostra a dificuldade de retorno à escola ante as atividades que precisam realizar no cotidiano, pois além de se dedicarem à costura do calçado, também precisam executar as tarefas domésticas. Outro enfoque apreendido nessa narrativa se refere à inibição da irmã de Maria Aparecida para retornar aos estudos em decorrência de sua idade, visto que na sociedade atual temos como protótipo o elixir da eterna juventude e o desprezo por determinados segmentos que já são considerados descartados da cena, por terem uma idade “avançada” em relação ao que se apregoa como “ideal”.

Em seguida, Lúcia, ao falar sobre sua vida escolar, usa termos para desconstruir a situação e diz que,

Freqüentei até o 4º ano. Era normal, eu adorava os professores, os alunos também eu me dava bem, era tudo amigo. Abandonei a escola pra trabalhar, aí eu fui trabalhar e ajudar minha mãe a criar os filhos dela, eu ficava em casa pra ela trabalhar, aí depois eu fui trabalhar também. Não tem vontade de voltar a estudar não, porque sabão na cabeça de burro velho não espuma não (risos). Eu queria que meus filhos estudasse, mas não estuda também porque precisa trabalhar (Lúcia).

Já Elizabete, ao falar sobre sua vida estudantil diz que desejaria retornar aos estudos, mas o esposo é ciumento, o que expressa a submissão feminina ainda nos dias atuais. Além do mais, relata a dificuldade em conciliar estudo, trabalho, tarefas domésticas e cuidados com os filhos.

Eu freqüentei, estudei no Pestalozzi até a 5ª série e depois que eu saí de lá eu fiz até a 7ª série. Eu era muito baguncenta, mas quando eu queria tirar nota boa eu tirava, quando eu não queria eu não tirava, mas eu sempre passei de ano, eu nunca repeti. Eu fui uma criança trabalhosa na escola, eu acho que toda criança é assim, dá trabalho na escola. Eu me dava bem com os alunos, tinha minhas briguinhas, discussão, mas me dava bem com as pessoas. Tem sempre aquele professor que a gente não gosta, aquela matéria que a gente não gosta, mas fui bem na escola. Eu abandonei a escola porque eu engravidei do meu menino, eu tinha 15 anos e depois logo em seguida eu tive a minha menina, depois de 4 anos, aí fica difícil voltar a estudar. Eu saí da escola também pra trabalhar, aí eu ia estudar e trabalhar, mas aí fiquei só trabalhando, deixei a escola e não quis voltar mais, quando resolvi voltar pra fazer o supletivo à noite já era tarde porque já tinha as crianças, não tinha quem olhar as crianças pra estudar, aí não voltei mais. Eu saí da creche eu tinha 13 anos e comecei a trabalhar, aí meu primeiro serviço foi no Calçados Vegas, aí eu saí da creche pra trabalhar e não estudei mais. Voltei quando eu já tinha a menina, pra fazer o supletivo, mas aí eu abandonei, não conclui o ano completo. Às vezes eu tenho vontade de voltar a estudar porque hoje em dia sem estudo a gente não consegue nada. Com estudo já não tá conseguindo, então sem, aí que não vai conseguir mesmo. Mas não tem como eu voltar a estudar porque meu marido é muito ciumento, ô homem besta (risos) (Elizabete).

Com isso, o que verificamos é um baixo nível de escolaridade das colaboradoras, o que contribui para legitimar a ideologia da flexibilização de que para se manter no mercado de trabalho formalizado é imprescindível a qualificação profissional. O grande vilão desse baixo grau de escolaridade pode ser considerado a necessidade de assumir certas atividades para complementar a renda familiar

diante da precariedade das condições de vida apresentadas. Além do mais, a presença dos filhos também se coloca como uma das barreiras para o retorno dessas mulheres à escola, pelo fato de terem que se dedicar aos cuidados dos mesmos, o que expressa o vigor da divisão sexual do trabalho, que transfere às mulheres as responsabilidades e afazeres domésticos e delegam aos homens o espaço público.

Cleuza também passou uma pequena temporada nos bancos escolares tendo estudado,

Até a 4ª série. Era muito tribulada, eu brigava muito com as crianças, eu não tinha amigos. Com professores eu me dava bem. Eu abandonei porque eu não gostava de estudar e porque eu fui trabalhar; já era mocinha, abandonei com 13 anos. Eu gostaria de voltar a estudar, mas agora não tem jeito não. Ando muito desanimada depois de velha e tem que trabalhar, costurar sapato (Cleuza).

A fala de Cleuza retoma a questão da idade e do trabalho como condicionantes que impedem o retorno à escola.

Quando a questão consiste em relacionamentos com os vizinhos e sua participação na vida comunitária como um todo no decorrer da infância, o que se observa é que formas de preconceito aparecem nas trajetórias dessas mulheres.

Sebastiana afirma que sua relação com as demais pessoas,

Era boa, uns vizinhos bons, outros ignorantes. Alguns chamavam pra assistir TV e mandava a gente embora. Se havia algum tipo de preconceito não era falado nada não. Percebia apenas uma vizinha que colocava a gente pra fora. Acho que ela tinha preconceito por causa da nossa cor mesmo (Sebastiana).

Ademais, Sebastiana manifesta a dificuldade de se relacionar com as demais pessoas, demonstrando uma característica introspectiva ao dizer que,

[...] não tinha muita amizade, era mais afastada, vergonhosa, quase não tinha amigos, era meu jeito de ser. Eu tinha uma amiga no trabalho e até hoje ela vem aqui me visitar. Ela agora é veterinária, então não tem tempo, mas é minha amiga. Com ela eu me dava bem. Mas na minha adolescência também eu bebia muito era veneno, até de matar rato. Fiz isso cinco vezes. Eu sentia isolada, queria morrer, armava o veneno e de

noite eu tomava. A primeira vez que tomei só comprimido eu fiquei três dias desacordada. Na última vez eu fiquei desacordada e perdi o movimento do corpo, tive que aprender a andar de novo. Eu não saía não, até hoje, eu sou mais de ficar em casa. Isso foi tudo quando eu era novinha. Eu dava um tempinho, um mês mais ou menos e tomava de novo o veneno (Sebastiana).

Tal fato relatado por Sebastiana pode ser compreendido como um subterfúgio frente a uma sociedade discriminatória e preconceituosa que não proporcionou a ela relações harmoniosas e segurança no trato com as demais pessoas. Pode ser que as tentativas de suicídio e a dificuldade de enfrentar o espaço público estejam relacionadas com a própria introjeção do preconceito. O preconceito não pode ser negado e constatamos o mesmo nas narrativas abaixo,

Todo mundo gostava de nós, sempre me dei bem. Eu vivi preconceito, muitos na rua chamavam a gente de negrinha. Os brancos tinha muito preconceito, a gente não podia brincar com os filhos das outras pessoas (Cleuza).

Preconceito tinha, igual eu tinha uma tia que era italiana, agora você imagina italiano junto com o negro, então ela era meio assim, mas eu não dava bola pras coisas que ela falava. Depois de grande também quando eu comecei a trabalhar de doméstica eu arrumei umas patroas... Arrumei uma turca uma vez que eu trabalhava e ela não me dava almoço, não me dava nada, só falava o que eu tinha que fazer, mas me tratava de um jeito estranho. Eu ficava lá o dia todo, arrumava, passava, cozinhava. Eu tava com 14 anos. A minha tia me achou um dia na rua eu tava desmaiando de fome, aí ela foi lá e brigou com a mulher e não deixou eu ir mais. Aí eu aprendi a lutar pelas coisas que eu queria porque se eu não lutasse ninguém ia fazer por mim. A vizinha também tocava nós pra fora da casa dela, porque além de pobres ainda negros né, aí você já viu. Eles eram brancos. As outras pessoas a gente não dava chance pra fazer algo com a gente não porque a gente nem saía de casa. Eu não sou muito fácil de pegar amizade, mas eu tenho alguns. As amigadas de adolescente eu tenho até hoje, porque eu acho que amigo de verdade a gente nunca esquece (Maria Aparecida).

Maria Aparecida faz uma análise generalizada ao se referir às relações entre negros e italianos. Apesar de sabermos que o preconceito existe, tal análise generalizante é arriscada. Além do mais, associa em sua fala o preconceito com os negros e pobres, o que reforça ainda mais as desigualdades sociais. Também afirma

ter se poupado de atos preconceituosos e discriminatórios pelo fato de estar na grande maioria das vezes no espaço privado, da própria casa.

Com exceção de Lúcia e Elizabete, todas vivenciaram formas discriminatórias e preconceituosas no decorrer de suas infâncias.

Não vivenciei nenhum tipo de preconceito. Tive uma infância tranquila (Lúcia).

Eu me dava bem com as outras crianças, brincava, tinha muita coleguinha, amiguinha, batia também muito, brigava muito, eu era terrível, eu fui tentada, não vou negar não, hoje em dia eu vejo as artes que meus filhos faz eu começo a rir porque é tudo que eu fazia. Mas eu me dava muito bem com meus amigos (Elizabete).

Em relação aos fatos marcantes no decorrer da infância e da adolescência, Sebastiana pontua,

Os abusos do meu padrasto. Não chegou a abusar porque minha irmã enfrentava ele. Aí ele ficava com medo. Minha mãe trabalhava de dia. Ele trabalhava na Amazonas, mas uma vez trocaram o café dele na Amazonas por veneno e ele bebeu. Nesse tempo ele teve acessos e ele ficava em casa, a gente ainda tava construindo a casa. Minha mãe que ia pro pau-de-arara e eu ficava em casa tomando conta e cuidando dos irmãos. Enquanto ela trabalhava, ele ficava em casa, aí minha irmã veio morar com nós. Ele queria me fazer de mulher dele, minha irmã enfrentava e minha mãe não acreditava até que nós armou, aí quando ele chegou na cama minha mãe acendeu a luz e viu. Todas as vezes que ele fazia isso ele não tava bêbado, por mais que ele bebia muito. Ele não chegou a fazer nada, passava só a mão. Quando trabalhava no pau-de-arara a gente panhava café e capinava. Eu queria panhar café com a enxada porque eu não conhecia. Isso de tomar veneno também me marcou porque hoje eu vivo de remédio, calmante, essas coisas. Eu faço tratamento com psiquiatra. Ele achava eu muito nervosa por ser muito fechada, não gostava de falar muito com ninguém. Hoje eu bebo anti-depressivo. Eu também fumo muito e tento parar um pouco com isso e com os remédios. E vou no médico de dois em dois meses (Sebastiana).

Já Maria Aparecida retrata cenas de muita luta pela sobrevivência e forte vínculo de solidariedade entre sua família,

Eu sempre protegi meus irmãos e o mais velho sempre paga pelos outros, igual meu padrasto fazia aquilo com a gente e eu enfrentava. Às vezes ele me batia e me punha pra fora de casa, eu tinha que ir pra casa dos outros porque tinha muito conflito aqui em casa, minha mãe não acreditava. Além de ter a mágoa da minha mãe ter me deixado novinha ela ainda não acreditava no que eu falava. E os vizinhos ainda inventavam um monte de coisa, falava que até em zona eu ia, eu nem sabia onde ficava isso, eu era menininha e minha mãe e o padrasto me batia. Quando eu morava com meus avós eu tinha de tudo, depois que vim morar com minha mãe era

ruim. Com 9 anos eu ia no salão de beleza, tinha roupa, aí fui pra casa da minha mãe não podia comprar uma roupa, não tinha comida, andava descalço. Então era bem complicado. Quando a gente é mais novo a gente não consegue entender né. Minha avó ficou doente e morreu quando eu tinha 11 anos, ela foi morar na casa dessa minha tia italiana que não me aceitou lá. Aí minha mãe me trouxe pra cá. Meu avô morreu com 98 anos, ele ficou na casa da minha tia também. Quando meu avô morreu eu já tava casada, eu até disse que ia levar ele pra morar comigo, mas aí meu sogro veio morar comigo, aí ficou lá mesmo na casa dessa tia porque não cabia ele aqui e lá ele tava bem. Também passei uma fase de sofrimento com meu padrasto. Era muito difícil até pra comer. Pros meus irmãos era sofrimento, mas pra mim era mais. Quando minha irmã perdeu os movimentos por tentar suicidar com veneno eu que cuidava dela, dava banho, ajudava ela a andar. Eu que fazia tudo (Maria Aparecida).

Lúcia tem como fato marcante o falecimento do pai, pois segundo a mesma, esse episódio ocorreu,

[...] na hora que a gente tava mais precisando ele morreu, a gente era muito apegado. A gente passou muita dificuldade, já passou fome, se não era os outros que ajudava a gente, nós passava fome, porque nós era novato aqui em Franca, não conhecia ninguém, não sabia nem trabalhar direito, não é que não sabia trabalhar direito, tinha vergonha de trabalhar na casa dos outros. Aí nós passava até fome, esses trigos de fazer quibe nós levava pra roça pra não ficar com fome, cozinhado na água. Tinha gente que ajudava nós, tinha uma senhora, eu acho que ela já morreu, que morava lá na avenida Brasil, ela dava cesta pra nós. Ela era espírita, uma pessoa muito boa (Lúcia).

Lúcia tem na figura de uma senhora, que por meio de benesses como a doação de cestas básicas, uma redentora nos momentos mais tortuosos da sua vida familiar. Também demonstra em sua fala a hierarquização entre as diversas atividades que estão inscritas na divisão sócio-técnica do trabalho, pois ao mencionar que tinha vergonha de realizar tarefas como o serviço doméstico, já sobrepõe determinados ramos da cadeia produtiva, considerando a tarefa doméstica inferior às demais. No mais, retrata sua adolescência recordando que se casou aos 15 anos e,

Então eu casei e já fui pra fazenda também, então eu não tive adolescência, minha adolescência foi trabalhar, trabalhar e trabalhar. Levei meu irmão e minha irmã pra morar comigo lá pra trabalhar. Aí eu tive a minha filha com 15 anos. Minha vida lá era boa, a gente fazia serviço de roça, depois que eu casei fui embora pra roça. E sempre trabalhando... Trabalhei muito de doméstica e minha mãe também trabalhou muito de doméstica aqui em Franca. Quando não deu certo lá na fazenda a gente

voltou aqui pra Franca. Aí eu não sei não quanto tempo eu fiquei casada. Eu fiquei uns 12, 13 anos casadas, mais ou menos (Lúcia).

Para Elizabete, o grande marco de sua adolescência foi a gravidez, pois conforme atesta,

[...] eu nunca esperava ficar grávida né, foi uma coisa que eu não esperava acontecer e aconteceu, pra você ter noção na época que o meu menino nasceu eu dormia com um bonecão do lado da cama, eu fui trocar a boneca por uma criança de verdade, então foi o que me marcou. Eu não tava casada na época (Elizabete).

A história de Elizabete não é algo isolado e, sim, presente na vida de inúmeras brasileiras jovens que engravidam sem um planejamento e assim passam a assumir determinadas responsabilidades precocemente, tendo que abdicar de certos sonhos e objetivos outrora projetados. Nos últimos tempos, é notório o aumento de adolescentes grávidas, tornando-se uma das expressões da questão social que merece ações efetivas via políticas sociais públicas.

Além do mais, outra colaboradora, Cleuza, coloca como marco de sua adolescência a mesma problemática de Elizabete.

Com 14 anos eu fiquei grávida, namorei um rapaz branco; foi o primeiro que aconteceu, aí eu fiquei grávida e a mãe dele não queria deixar casar. A mãe dele me xingava muito, o pai também, não aceitaram por eu ser negrinha. Eram meus vizinhos. Aí eu perdi o filho com isso tudo. Faz muitos anos que eles mudaram daqui (Cleuza).

Para completar, além da dificuldade em se vivenciar uma gravidez saudável pelo fato de não ter havido planejamento, Cleuza também atravessou uma fase de discriminação de cunho étnico-racial nesse período, o que pode ter contribuído sumariamente para o processo abortivo.

Sobre a adolescência de Elizabete, esta nos informou que tentou voltar aos estudos, por meio de supletivo, porém com a vinda dos filhos teve dificuldade na

conciliação das atividades e em relação ao seu convívio social e condições de vida, afirma que,

A situação era boa, eu ficava na creche e lá eu tinha do bom e do melhor, aí depois eu trabalhava e tinha minha tia também que era solteira e trabalhava e ajudava na época, então a gente tinha uma vida assim razoável, dava pra viver, uma vida boa. Nessa época o meu relacionamento com os adolescentes já era melhor, eu já não era de briga, eu tinha muita amizade, então eu não tenho o que reclamar (Elizabete).

Em relação à situação atual dessas mulheres, Sebastiana hoje possui 4 (quatro) filhos e conforme a mesma,

O menino mais velho frequentou até o 1º colegial, ele tá agora com 19 anos e tá casado. Ele mora numa chácara agora. (Nesse momento a filha de 16 anos entra na sala). Ela tá no 2º colegial. O outro menino tá na 5ª e tem 11 anos, o outro menino de 8 tá na 2ª porque ele ficou retido porque ele tem problema, ele é um menino hiperativo. Ele faz tratamento com psicóloga e psiquiatra. Ele toma remédios também pra acompanhar as aulas sem ter problema. Todos eles estudam em escola pública (no Otávio) que fica perto daqui (Sebastiana).

Já Maria Aparecida possui apenas 1 (uma) menina que, conforme relata, frequenta escola pública, tem 10 (dez) anos de idade e está na 5ª série.

Cleuza tem 3 (três) filhos, sendo,

Uma menina com 25, o outro com 24 e outro com 23. Eles não moram mais comigo, são todos casados. Minha filha mais velha não quis estudar. Com 12 anos ela saiu de casa, a gente tava morando na roça e ela amigou novinha também, ela foi e arrumou homem novinha. O Fabrício estudou até 8ª série e o mais novo até a 2ª. Tudo em escola pública (Cleuza).

Elizabete também com 3 (três) filhos relata um pouco sobre eles,

Tenho 3. Thiago, de 17 anos, a Débora que tem 13 anos e a mais nova tem 3 anos. A Débora frequenta a escola. O Thiago não, ele parou de estudar no 2º colegial, ele fez uma trapaçada na vida dele e ele foi pra Febem. Lá na Febem ele terminou o 1º ano, ele ficou 8 mês e cinco dias lá, e então depois que ele voltou aí já não quis estudar mais. Ele mora com minha avó, mas quem é responsável por ele sou eu porque os problemas dele vêm tudo por cima de mim. Ele só mora lá. Ele tá trabalhando. Ele ficou no Tatuapé em São Paulo e já fez 1 ano que ele voltou. Ele fez assalto, ele e mais dois colegas, fez assalto numa tabacaria e desse assalto dois foi preso e 1 fugiu. Ele ficou 8 meses e 5 dias e o outro ficou 9 meses. Os dois foram pro Tatuapé, mas a unidade lá é muito grande, então o Thiago ficou no portão 1 e o coleguinha dele ficou no portão 2. Eles ficavam em pavilhão separado; se via só quando ia na escola e olha lá quando se via. Pra mim foi a pior fase da minha vida. Eu nunca imaginava passar por tudo isso na minha vida, porque eu tava desempregada na época, minha vida era só

chorar e ficar sentada esperando a volta dele, até que apareceu um amigo meu, porque eu tava num buraco, o buraco mais fundo que tinha na face da terra eu me sentia dentro dele, aí apareceu esse amigo que me deu a mão e arrumou serviço pra mim e com o dinheiro que eu ganhava na banca que eu trabalhei na época que ele tava preso foi que eu comprava as coisas pra levar pra ele lá em São Paulo, porque eu ia visitar ele uma vez por mês e uma vez por mês eu já levava as coisas pra ele passar o mês inteiro, as coisas pra ele trabalhar lá dentro, eu comprava bolacha, salgadinho, é, folha sulfite, o que eles pedia, pasta de dente, e olha que lá eles pedia só coisa cara, não era qualquer coisa, então eu tirei da boca dos meus outros dois menores pra poder não faltar pra ele lá dentro. O tempo que ele ficou lá eu não deixava faltar nada, todo mês eu levava as coisas pra ele lá dentro. Então essa foi a pior fase da minha vida. Na época que ele foi ele tinha 15 anos. Meus filhos sempre estudaram em escola pública (Elizabete).

Esta versão contextualizada por Elizabete não é algo estranho no universo de muitas pessoas que se encontram privadas de seus direitos e excluídas de uma série de espaços sociais. Muitas vezes, tal quadro faz parte do cotidiano de muitos que vivem as situações degradantes e de pauperismo decorrentes do sistema produtor de mercadorias, pois tal realidade está presente na vida também de Lúcia que nos diz que,

Tem 4 filhos, 2 homens e 2 mulheres, um tá até preso meu filho, lá na divisa do Mato Grosso. Ele foi transferido pra lá, ele tava preso aqui, ele é o caçula dos homens. Faz 1 ano que ele tá preso. Quando ele tava aqui eu ia na cadeia todo domingo, agora ele tá longe, fica difícil. Esse sapatinho mesmo, a gente costura, costura, costura e pensa que vai tirar 50 real, aí tira 20, 30 real. Esse mês eu costurei até quase morrer e tirei 30 real. O que que eu fiz com 30 real? Nada. Isso é por quinzena. Eu passo uma vida, nossa senhora. Ele foi transferido porque a cadeia tava lotada. Ele tava traficando por isso foi preso. Meus filhos estudaram até a 5ª, a mais nova estudou até a 7ª, tudo na escola aqui mesmo. Toda a vida eu morei aqui, desde quando eu vim da Restinga, morando na São Sebastião (Lúcia).

Com isso, verificamos na grande maioria dos relatos que tais mulheres passaram um curto período de vida na escola e que isso se reproduz com seus filhos, que também acabam não concluindo sequer o ensino médio, o que gera o ciclo vicioso de pobreza, miséria e desemprego, diante do discurso ideológico da qualificação para o ingresso no mercado de trabalho. Além do mais, a fala acima retrata as condições degradantes e de exploração do trabalho com a costura manual

do calçado frente ao rendimento mensal baseado na quantidade produzida. Tal rendimento sequer responde às necessidades básicas dessas mulheres.

Em relação às condições do bairro em que vivem no que tange à infraestrutura e satisfação das necessidades dos habitantes, Sebastiana aponta que no seu bairro,

Tem asfalto tudo estragado, mas tudo tem. Tem rede elétrica e água. Posto de saúde tem que ir no centro, o NUB's (Unidades Básicas de Saúde) é no Guanabara e tem o Janjão (Pronto Socorro). Têm supermercado um pouco longe, escola e farmácia perto. Acho que falta segurança aqui no bairro. Aqui rouba até de dia. Aqui na minha casa não entraram não. Nós escuta os barulhos de noite. No carnaval um tentou entrar aqui, meu marido correu atrás, mas ele fugiu. Eu não deixo meus filhos ir e voltar sozinhos da escola, tem que ir buscar ou pôr um pra buscar. Aqui não pode confiar. Outra coisa é arrumar o buracão daqui, onde era o lixão que ia o lixo da cidade. Agora eles tiraram, aterraram, mas ainda tem aquela água preta que faz mal. Fica no outro quarteirão daqui, e vem um cheiro forte aqui. Também tem uma pracinha ali muito mal feita, onde empoça água preta e vem um cheiro horrível. As crianças não têm lugar pra brincar, não têm área de lazer, têm que brincar perto de nós porque é perigoso. Os meninos têm que brincar na rua. E tem muito lugar que podia aproveitar pra fazer coisa boa pra criança (Sebastiana).

Maria Aparecida também coloca as dificuldades de se residir em habitações pequenas que não suprem as necessidades familiares. A mesma não usufrui de plano privado de saúde, além de residir em casa cedida, que possui energia elétrica, água encanada, porém com ausência de linha telefônica. Segundo sua fala, a filha dorme com os pais no mesmo compartimento físico por não haver outras repartições e alega sobre o bairro que,

As condições do bairro é boa, a única coisa que falta é segurança, no caso da polícia e esse buracão aqui que vem um mau cheiro que ninguém aguenta, ainda mais quando o sol esquentar demais, nossa, criança passa mal, porque é um cheiro muito ruim, fica saindo aquela fumaça. Primeiro era lixo, tudo quanto é lixo, depois eles foram enterrar couro por cima dos lixos, agora você imagina aquilo como que tá; mesmo com o aterro aquilo não tampa. Eles falaram que iam arrumar, mas já faz muito tempo que tá desse jeito. E esse negócio da violência aqui no bairro, quando escurece a molecada vai tudo pra rua mexer com droga. Isso é ruim demais, não só pela falta de segurança, mas a gente vê criança que a gente conhece e ninguém faz nada, isso é ruim. Quando precisa ir no NUB's vai no do Guanabara, tem supermercado, farmácia, escola, tudo perto. Tudo dá pra ir a pé (Maria Aparecida).

Essas ainda são as grandes problemáticas dos bairros periféricos, ou seja, a questão concernente ao aumento da violência e da criminalidade. Outro aspecto relatado por Maria Aparecida diz respeito ao aterro (antigo lixão) existente no respectivo bairro em que habita, o que enseja a proliferação de insetos, mal-cheiro e deterioração da qualidade de vida da população residente do local.

A vida no bairro representa para muitas mulheres confinadas ao universo doméstico o único momento de sociabilidade extra-familiar. Para elas, a esfera privada se configura em suas residências e a esfera pública no bairro, onde estabelecem uma rede de relações sociais e solidariedade.

No quesito relacionamentos interpessoais com a vizinhança do bairro, Maria Aparecida ainda narra que há um,

Bom relacionamento. As pessoas que moram aqui foram criadas aqui, então a gente já conhece há muito tempo e a maioria dos que mora aqui é de pele negra né, e os que não têm pelo menos trata a gente bem, se tem preconceito pelo menos ninguém fala, então não vejo tratamento diferente (Maria Aparecida).

Muitas vezes, as manifestações de preconceito não ganham dimensão pública pelo fato de o racismo ser reconhecido como crime inafiançável após a Constituição Federal de 1988, o que inibe algumas práticas desse cunho, apesar delas continuarem na ordem do dia, porém agora, de uma forma “velada”.

Na casa em que mora, cedida pela mãe, Lúcia nos informou que possui água encanada, mas não tem energia elétrica, nem linha telefônica. A energia tinha sido cessada pela falta de pagamento e, segundo Lúcia, naquele mês não tinha condições financeiras para efetuar o pagamento da mesma. Assim, constatamos que o cotidiano de vida dessas mulheres é constituído de muitas dificuldades e tiveram de criar estratégias para sobreviver diante de inúmeras mazelas. Em relação ao seu bairro, Lúcia diz que,

Tá uma buraqueira aqui que só Deus é que sabe, bueiro entupido, mas o resto aqui é bom. Pra marcar consulta lá no NUB's tem que dormir lá né, isso quando consegue. Às vezes dorme e nem consegue. Quando eu tô muito ruim mesmo eu vou é pro Janjão. Eu tenho problema na coluna, tenho infecção nos rins, eu tive que operar, fazer uma operação urgente no estômago, eu não tenho saúde mais, sabe. Eu tomo remédio pro estômago. Tive hemorragia, aí operei urgente, agora nem posso pegar peso. Aqui tem farmácia, escola, açougue. Segurança aqui é meio lerda, mas quando o bicho tá pegando fica todo mundo aqui. Mas aqui é até tranquilo. Os malandrinho daqui é tudo nosso coleguinha (Lúcia).

A entonação pejorativa da fala de Lúcia evidencia certa estigmatização diante da própria naturalidade como são tratados aqueles que se encontram no mundo da criminalidade, chamados aqui por Lúcia de “mandrinhos”. Esses indivíduos são em sua maioria associados aos negros. Outro aspecto verificado na vida de Lúcia diz respeito às suas divergências com o irmão e expressa a presença do alcoolismo no ceio familiar, colocando este como o grande empecilho para o desenvolvimento das potencialidades e virtudes humanas, não compreendendo que os problemas sociais são resultantes de um conjunto complexo e contraditório dentro do nosso macrocosmo.

Eu tenho um irmão que quer me matar, eu criei ele, ajudei a criar ele, mas ele tomou raiva de nós e ninguém sabe o motivo. Ele vive com uma faca pra tentar me matar e matar minha filha. A gente discute e ele bebe demais. É o mais novo, o caçula da minha mãe; ele mora na frente e eu no fundo. Eu não tenho medo dele, se ele vier a gente vê o que a gente faz. Dos meus irmãos só eu e ele não tem nada. É só ele beber ele fica assim, quando não bebe fica bonzinho (Lúcia).

No que tange ao convívio comunitário, Lúcia afirma ter um bom relacionamento com a vizinhança, alegando que todos ali são amigos e solidários. Não se sabe até que ponto podemos perceber essa rede de solidariedade relatada por Lúcia, visto que a mesma atravessava no momento da entrevista uma fase de carências e dificuldades financeiras e não tinha contado com o apoio de nenhuma pessoa da vizinhança.

Já Elizabete, residente em casa alugada, com cozinha, banheiro e dois quartos, com água encanada, energia elétrica e sem linha telefônica, tem uma visão positiva acerca do seu bairro,

Eu adoro meu bairro. Tem farmácia, escola, mercado. Segurança por um lado tem, acaba tendo, mas a segurança quem faz é a gente mesmo. É perigoso pra quem faz o perigo. Eu moro aqui desde os meus 5 anos de idade, adoro o bairro e não tenho o que reclamar. Acho que falta uma área de lazer, tipo domingo você quer dar uma volta, não tem nenhuma pracinha pra levar as crianças e conversar com os amigos. E mais creche pras crianças. Aqui na vila só tem 1 e não dá pra atender todas crianças porque aqui tem muita mãe que tem que trabalhar fora e não tem com quem deixar, aí deixa com os outros ou leva em creche mais longe (Elizabete).

Podemos verificar na fala de Elizabete a incorporação de que é responsabilidade da mulher o cuidado com os filhos, a partir do momento em que afirma que na ausência de creches as mães ficam impossibilitadas de ingressarem no mercado de trabalho. Ao retratar a questão, em momento algum associa tal atividade à responsabilidade da figura masculina também. Com isso, temos o reforço das atividades “naturais” da mulher, que gera a tripla jornada de trabalho para esse segmento, na medida em que realiza seus afazeres domésticos, cuida da educação dos filhos e executa a costura do calçado.

No mais, ao questioná-la sobre as formas de sociabilidade do bairro, diz que se dá bem com os vizinhos, porém,

[...] eles pra lá e eu pra cá, posso dizer isso hoje porque eu moro longe da minha família, mas quando eu morava lá eu não tinha privacidade de levar ninguém na minha casa, eu não podia levar um amigo, uma amiga na minha casa, hoje em dia eu tô na minha casa e recebo quem eu quero na hora que eu quero, faço a festa que eu quero e entra aqui quem eu quero (Elizabete).

Entre as colaboradoras aqui envolvidas, podemos afirmar que todas residem em casa alugada ou cedida, como é o caso também de Cleuza, possuindo água e energia elétrica, sem linha telefônica. Além do mais, em nenhuma das casas visitadas para a realização das entrevistas foi verificada a existência de linha

telefônica, o que faz confirmar que tal instrumento ainda é “privilégio” de certas camadas sociais.

Na concepção de Cleuza, seu bairro,

Tem tudo. Segurança que é meio difícil, porque todo lugar hoje corre perigo né. Eu acho aqui meio perigoso. Eu acho que tinha que pegar mais rígido e ter policiamento nas escolas (Cleuza).

É mister sobrepujar que o ideário defendido por Cleuza é normalmente aderido por grande parcela populacional, que entende que a repressão policial daria solução a determinadas interfaces da questão social emergentes, perdendo assim a dimensão de totalidade e a análise estrutural e conjuntural da realidade.

Além disso, narra que há uma grande amizade entre a vizinhança e caso haja preconceito por alguma pessoa, este é muito ocultado.

Com isso, ao tentarmos traçar alguns aspectos das condições de vida das mulheres negras francanas, podemos pontuar, em linhas gerais, alguns elementos comuns como o fator migratório da maioria delas, verificando entre algumas a vivência bucólica em certas fases da vida, a degradação sócio-econômica com a vinda para a zona urbana, o baixo nível de escolaridade que tem como ponto nevrálgico a inserção precoce no mundo do trabalho como estratégia de sobrevivência, entre outras questões como gravidez na adolescência sem planejamento, alcoolismo, dificuldade no acesso aos serviços e direitos básicos, por exemplo, saúde, educação, habitação, lazer, etc.

Por outro lado, as condições de moradia são marcadas pela precariedade e, mesmo assim, transformam o reduto doméstico em seu local de trabalho para a execução da costura manual do calçado. O que também se constata é que os companheiros dessas mulheres estão também inseridos na informalidade, em diversos ramos de atividades, gerando um clima de insegurança e instabilidade no

âmbito familiar no que tange às garantias trabalhistas, proteção social e possíveis projetos futuros.

4.2 “Sem lenço, sem documento”

Em relação à inserção no mundo do trabalho, o que verificamos diante da história oral de vida das mulheres negras envolvidas com a pesquisa foi que, sem exceção, todas iniciaram a vida laboral de forma precoce, reflexo das condições de miserabilidade que vivenciavam e com isso buscavam melhoria nos padrões de vida do conjunto familiar, como ressalta Sebastiana ao se remeter à sua fase de adolescência,

Minha mãe nessa época já tinha separado do meu padrasto, aí eu fui pra fábrica com 14 anos. Eu menti que sabia fazer as coisas, mas não sabia nada, nem pegar no pincel, mas precisa trabalhar. Era uma fábrica pequena. Passava tinta, cola no sapato. Fiquei lá mais ou menos 1 ano e 2 meses. Depois trabalhei em outra fábrica fazendo o mesmo serviço. Aí a fábrica quebrou e a gente perdeu o emprego. Aí depois que eu saí de lá eu fui costurar sapato. Isso eu tinha uns 16 anos (Sebastiana).

A fala de Sebastiana evidencia a realidade de uma parcela expressiva da população brasileira que ingressa no mercado de trabalho precocemente com fins de subsistência, acarretando o abandono da vida escolar e posterior dificuldade para ocupar postos de trabalho mais rigorosos no que tange à exigência de mão-de-obra qualificada diante do baixo nível escolar. Outro aspecto importante a ser destacado é a necessidade que essa população excluída de inúmeros espaços da vida social, tem de, muitas vezes, estar omitindo determinados fatos, como Sebastiana mesmo pontua no caso de ocultar que não dominava respectivas tarefas no contexto do processo produtivo, pelo simples motivo de passar a ter acesso ao mínimo que possa proporcionar dignidade àqueles que vivem do trabalho. Sebastiana também

faz uma análise emblemática onde compara os momentos em que trabalhou na formalidade e os momentos atuais, dependendo da informalidade para viver e sobreviver.

Quando eu trabalhava na fábrica era bom porque era só meu salário, era registrada, tinha carteira e tudo, aí eu comprava tudo que eu queria, o arroz que eu gostava porque a gente comia aquele outro arroz, aquela quirela e eu queria comer o arroz igual todo mundo, comida boa igual todo mundo come. Aí melhorou a situação nossa quando eu trabalhava com registro. Meus irmãos eram mais novos, só eu trabalhava. Mas nós já catou muito lixo também nessa época, antes de nós trabalhar na fábrica. Tinha um buracão aqui no bairro. Nós era mocinha e tinha vergonha de catar lixo. Catava lixo pra sobreviver. Meu padrasto era vivo e punha nós pra catar. Eu quando saí da escola a primeira coisa que fiz foi trabalhar no pau-de-arara, aí do pau-de-arara eu saí por vergonha, menti e fui trabalhar na fábrica. Catava lixo antes disso ainda, vendia e o padrasto pegava o dinheiro, nunca dava pra gente, era pras despesas e pra ele gastar com bebida. Aí meus pais se separaram. Minha mãe trabalhava, mas não era registrada e não tinha salário fixo. Mesmo assim, quando a gente tava aqui pra estudar era difícil porque ele não dava ajuda (o padrasto), aí tinha que ter ajuda da escola e eu morria de vergonha. Estudei no Jerônimo e no Otávio. Chegou lá, a professora dava as coisas, pão, leite, roupa. Os outros ficavam perguntando e eu já mocinha fui ficando acanhada e abandonei a escola. Estudei 4 anos no Jerônimo e no Otávio só 1 ano, aí eu morria de vergonha, porque todo dia eu passava pra pegar o pão e o leite, todo dia... Aí os meninos vinham perguntar: Por que só você ganha pão e leite? Aí eu tinha vergonha e saí da escola. Eu pegava leite e pão pra família inteira. Quando eu fui trabalhar na fábrica a situação ficou melhor, eu tinha até conta no supermercado. Nessa época minha mãe viu que meu padrasto queria só abusar da gente, aí eles largaram e eu continuei mantendo a casa. Morava eu, minha mãe, minha irmã e dois irmãos. Morava todo mundo junto. Meu padrasto queria abusar de todas nós, inclusive da irmã mais nova que é filha dele. Ele tentou com todas. Mas nunca chegou a nada. Minha mãe morreu vai fazer dois anos em julho. Antes dela morrer ela ajudou muito nós com a pensão do nosso pai e do padrasto, porque a gente costurando sapato passa muita dificuldade. Aí ela ajudava comprando remédios e coisas de comer. Meu pai verdadeiro só vi ele 2 vezes, 1 vez que fui conhecer e outra no casamento da minha irmã, mas não gostava dele não porque não tinha contato né. Ele morreu faz uns 15 anos. Melhorou a situação da família depois que nossa mãe começou a receber a pensão (Sebastiana).

Destarte, com essa análise comparativa de Sebastiana, torna-se inquestionável a diferença entre as condições de vida e trabalho de uma pessoa que se encontra no mercado de trabalho formal e daquela que está imersa na informalidade. Nota-se pela narrativa de Sebastiana que, quando trabalhou com registro em carteira, proporcionava aos seus familiares e a si mesmo um padrão de vida melhor e ao compor o rol dos trabalhadores informais explicita as dificuldades

vivenciadas no contexto familiar no que tange ao acesso aos serviços básicos de satisfação das necessidades vitais. É salutar mencionar que a entrada dessas trabalhadoras na cena produtiva, desde a infância, estava relacionada diretamente às carências familiares, sendo notória nas falas dessas colaboradoras a presença do trabalho nessa etapa para complementar ou até mesmo sustentar o conjunto familiar, como é o caso de Sebastiana. No decorrer da história de vida de Sebastiana, desde sua infância, registra-se que ela atravessou situações das mais precárias possíveis, pois segundo a mesma,

Comecei com mais ou menos 10 anos catando lixo. A gente precisava porque era pobre e nosso padrasto obrigava a gente ir catar. Eu já catei lixo, trabalhei em pau-de-arara, doméstica, depois a fábrica e depois fui costurar. Aí eu já tive meu primeiro filho também. Tive o primeiro filho com 20 anos. Eu casei com 23 anos, com um homem que não era o pai do meu filho mais velho (Sebastiana).

Tendo em vista esse emaranhado de vivências de árduas lutas cotidianas para enfrentar a perversa realidade pautada nas iniquidades sociais, Sebastiana ainda era coagida pela figura masculina, no caso o padrasto, a contribuir no orçamento familiar. Aqui ganham notoriedade as relações de gênero que perpassam a trama das relações sociais e interpessoais e também as estruturas de poder, que se fazem presentes na cotidianidade. Por termos em mente que a figura masculina se sobrepõe à figura feminina nessa lógica patriarcal e androcêntrica, Sebastiana se via forçada a atender aos ditames de seu padrasto para evitar outros problemas, como a própria violência e seus respectivos matizes.

Ao se referir ao trabalho que executa na atualidade, Sebastiana diz que, por trabalhar com base na produção de sapatos por peça, marcada pela insegurança nessas relações,

Tem vez que fica semana sem aparecer sapato... É conforme tiver a fábrica. Nós não fica sem trabalhar não, porque se sair de um já pega outro. Eu ainda junto lixo até hoje (risos). Eu costuro, mas continuo catando meu lixinho. Parei um tempo de catar lixo quando tive meus filhos, mas

quando vejo que vai faltar leite ou alguma coisa, que falta, que nem meu marido tava desempregado, ele tava desesperado e nós com pouco sapato, minha casa tá vazia, aí eu cato meu lixo, vendo e compro o que precisa. Dá pra comprar pouco, mesmo assim ainda passo dificuldade. A dona Irene (uma vizinha) também ajuda muito nós, porque passa dificuldade mesmo. Outra vizinha ajuda de vez em quando também. A dona Irene dá pão, leite... A gente fez aquela Bolsa-Escola e depois passou praquela Bolsa-Família, mas até hoje não chamaram, e eu precisava. Meu marido já foi lá umas três vezes (Sebastiana).

Sebastiana expressa em sua fala a instabilidade do trabalho informal, visto que este se direciona conforme o fluxo do mercado e como não há qualquer indicativo de vínculo empregatício e tampouco proteção social a tais trabalhadores, os mesmos criam estratégias de sobrevivência nas fases oscilantes da produção em que se verifica o decréscimo produtivo. Com isso, esse segmento busca em outros setores da informalidade, como ela mesma manifesta – o lixo, mecanismos que garantam a subsistência da família. Conforme a mesma, também conta com a solidariedade da vizinhança ao fornecer determinados produtos para sua família. Já em relação ao Programa Bolsa-Família, implementado na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), o que se observa é que existe um rigoroso critério de seletividade para a concessão deste à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Tal política ainda se conjuga em ações focalizadas, perdendo assim a concepção de um programa de maior dimensão que possa atender a população de baixa renda do país.

Ademais, ao ser questionada sobre o tempo em que se encontra nesse ramo de atividade, ou seja, no trabalho informal, Sebastiana relata que,

Desde a idade de 16 anos, que eu saí da fábrica e já comecei né, e nunca mais parei. Eu gosto do que eu faço. Eu acordo, levo os meninos na escola, chego e se tem casa pra arrumar eu já não arrumo; se tem sapato eu vou costurar. Na hora do almoço eu paro, faço almoço e lavo os trem, aí depois do almoço continua a costura. A minha família à tarde faz as coisas da casa (a filha de 16 anos). Eu costuro o dia inteiro e a noite às vezes a gente vai até mais tarde, conforme o tanto de sapato que tiver, pra nós ganhar mais, porque nós ganha pouco. A gente tá ganhando R\$0,75 por par de sapato. Já teve aumento, mas não foi passado ainda. Eles pagam a gente por quinzena. A gente não tem registro, se fica doente tem que trabalhar. Eu trabalhei semana passada com os dentes infeccionados, fui

rancar pra costurar porque meu marido voltou a trabalhar hoje e ele tava parado. Ele agora vai ganhar menos do que ganhava, aí eu tenho que ajudar (Sebastiana).

Diante da explicitação de Sebastiana, constatamos que a atividade da costura manual do calçado se interpenetra no espaço doméstico e mescla com as tarefas domiciliares, executadas ainda, predominantemente, pelas mulheres, isentando os homens das mesmas. Todavia, como a atividade com o calçado se dá pela produtividade de peças costuradas, essas mulheres precisam ter elevada produção para receberem uma quantia melhor, visto que conforme relata Sebastiana, o valor pago por peça costurada é irrisório e sequer atende às necessidades básicas de uma família. Não obstante, essas mulheres em muitos momentos abdicam de suas “naturais” tarefas domésticas para se dedicarem à costura do sapato, mas ao deixarem de lado tais afazeres transferem às filhas tais incumbências, reproduzindo ao longo do tempo o papel que fora destinado historicamente à mulher no que tange ao trato da casa. Além do mais, sua fala mostra as condições degradantes desse trabalho ao fazer com que essas mulheres mesmo estando doentes e impossibilitadas para executar as tarefas, tenham que realizá-lo devido as suas necessidades.

Para Sebastiana, torna-se muito penoso conciliar o trabalho doméstico com o calçado, pois,

Tem vezes que eu trabalho até umas 23:00 horas, porque eu bebo remédio e quando ele faz efeito não consigo mais, porque eu começo a dormir em cima do sapato. Mas nós já trabalhou até 2:00 horas da manhã. Eu acordo 6 da manhã todo dia, então eu chego a trabalhar mais de 10 horas por dia costurando o sapato. Que nem meu irmão, ele vai até 1 ou 2 horas da manhã pra ganhar um salário que dá pra eles comer e pagar as contas. No outro dia começa tudo de novo. Trabalha de domingo a domingo (Sebastiana).

Vale salientar que nessa casa residem quatro irmãos, contando com 3 mulheres e 1 homem, sendo que todos trabalham com costura manual do calçado.

Todos são casados, constituíram família e dividem o mesmo terreno, porém em casas diferentes.

Na elucidação descrita acima, observamos que para tal atividade não há uma jornada fixa e regulamentada de trabalho, pois de acordo com a quantidade de peças enviadas pelos intermediários e a necessidade do mercado, essas mulheres precisam produzir, em um curto período de tempo, uma elevada quantia de calçados, fazendo as mesmas se submeterem a jornadas extensas de trabalho sem cobertura legal e com o símbolo da precariedade.

Mesmo nesse universo marcado por condições precárias de trabalho, Sebastiana afirma paradoxalmente que,

Não tenho vontade de mudar de profissão. Eu até tinha vontade de fazer algo que ganhasse dinheiro, com menos sacrifício, pois esse trabalho é muito sacrifício, a gente machuca a mão, tem que olhar menino costurando, se tivesse algo melhor eu queria. Eu queria trabalhar em lanchonete, loja... (Sebastiana).

No mais, na residência de Sebastiana, os únicos trabalhadores com renda são o marido e ela, sendo os dois trabalhadores informais e mediante isso,

Ninguém contribui com carteira não. Eu nem penso na aposentadoria porque sei que não vou aposentar. Só o que eu trabalhei não vai dá. Se eu trabalhasse registrada, pelo menos trabalhar em sapato, que é uma coisa que eu não posso eu já tinha afastado né, porque eu tenho enfisema, e sapato não pode por causa do pó. O médico mesmo quando eu vou com crise forte ele diz que eu não posso costurar porque sapato é uma coisa que solta pó. Eu acabei de ir lá, cheguei e fui costurar, eu tinha que fazer aquilo né, porque é meu ganha-pão. Eu passo mal quase direto porque eu também não larguei o cigarro. Tô tomando remédio pra controlar, mas não consigo. Eu fiquei dependente de cigarro. Eu tenho uma espécie de uma gripinha às vezes quando começo a costurar (Sebastiana).

Diante de uma conjuntura marcada por um acelerado quadro de desemprego em escala mundial, os trabalhadores passam a se submeter a condições degradantes e aviltantes de trabalho, afetando inclusive sua saúde e qualidade de vida. Além disso, diante do refluxo dos movimentos sindicais nos últimos anos frente ao processo de reestruturação produtiva, o que verificamos nas descrições de

nossas colaboradoras é que nenhuma delas possui vínculo com tais organismos, o que atravança a possibilidade de uma aglutinação dessa categoria profissional com vistas a buscar melhorias nas suas condições de vida e trabalho.

Das participantes do respectivo estudo, somente Cleuza e Elizabete já foram sindicalizadas, porém nos últimos tempos haviam deixado de participar.

Quando Elizabete argumenta sobre sua sindicalização, apresenta momentos de avanços e em determinados momentos recua ao expressar as idéias dominantes de combate às práticas grevistas, deixando aqui um conteúdo repleto de contradições, que ao mesmo tempo em que defende a organização dos trabalhadores em prol de objetivos comuns, condena enfaticamente as greves.

[...] quando eu trabalhava de sapateira, toda vez que sou registrada, a primeira coisa que eu peço é pra começar a descontar o sindicato, todo mês. Participar a gente vai quando tem assembléia, tem o clube, as festinhas das crianças no clube também a gente participa. Vou ser sincera, eles atendem a gente muito bem, mas tem hora que eles atrapalham, que nem esse negócio de greve, por causa das greves eles mandam a gente participar, pra ter aumento e tal, pode até conseguir o aumento, só que quem participou da greve, não que é obrigado a participar, mas se um vai fazer porque os outros não vai fazer, não adianta nada eu lutar pela causa dos outros, mas esse negócio atrapalha porque fica muita gente desempregada por causa de greve. Eu acho que eles deveriam diminuir esse negócio de greve, vamos procurar conversar, sem parar o serviço e a produção na fábrica (Elizabete).

No que concerne à renda familiar, diante de um contexto repleto de incertezas, Sebastiana nos diz que,

[...] às vezes a gente ganha bem, outras mal. Meu marido voltou a trabalhar agora, mas com pouco. Começou com R\$30,00 por dia. Eu nunca cheguei a ganhar nem R\$700,00 por mês. Tem costureira que ganha mais ou menos R\$500,00 ou R\$600,00 pegando sapato com preço melhor que o nosso, porque tem sapato de R\$1,20, R\$1,25. É só o nosso que faz 4 anos que não teve aumento (Sebastiana).

Tais incertezas e inseguranças no que tange à renda também ganham notoriedade na fala de Maria Aparecida ao mencionar que,

Não tem base porque meu marido trabalha fazendo bico como pintor. A semana que tá chovendo ele não pode trabalhar se for trabalhar de fora. Aí do sapato quando falta também... Fica difícil falar assim (Maria Aparecida).

E Lúcia argumentando que sua renda,

Não chega a 100 reais. Tem vez que tem sapato, tem vez que não tem (Lúcia).¹²⁶

Já Elizabete, informa-nos que a renda de sua família é variável, dependente das intempéries apresentadas, pois,

Quando tá eu e o meu marido trabalhando registrado a nossa renda chega a uns R\$1.000,00. Mas agora que tá nós 2 fazendo bico isso cai muito. As contas que eu fiz pra receber do sapato agora da quinzena deu R\$18,00 (Elizabete).

Na fala de Cleuza encontramos, explicitamente, sua visão de renda feminina como complementar à renda do companheiro ao descrever que,

Eu ganho por produção, R\$0,75 por par. Eu tiro um pouquinho que ajuda meu marido, uma coisa que falta aí eu compro, uma mistura, ou pago uma água, uma luz, já ajuda ele um pouquinho. Por enquanto tá dando porque ele tá trabalhando com esses “bicos” dele, então tá até dando. Ele tem o serviço na fábrica também. Meu irmão comprou as máquinas pra ele fazer as sandálias, é tudo do meu irmão, começou no mês passado. Ele tá na fábrica faz 2 anos e 4 meses. Agora eu vou ter que mudar daqui porque minha irmã separou do marido e ela tem dois meninos e ela não tem condição de pagar aluguel. Agora eu vou mudar. Toda vida eu morei de aluguel, mas aí meu irmão morreu e minha mãe me chamou pra morar aqui, agora que minha irmã separou do marido eu vou sair. Ela tem dois rapazes, mas não acha serviço registrado, então é só ela pra trabalhar (Cleuza).

Essa concepção do trabalho da mulher ser considerado um mero complemento ao trabalho do homem está enraizada em nossa sociedade e perpassa a esfera ideológica e cultural. Assim, tanto homens quanto mulheres incorporam e reproduzem tal visão.

Com base na narrativa de Maria Aparecida, sua história de vida não se faz muito diferenciada da de Sebastiana, diante do quadro de privações e miséria. Ao retratar seu ingresso no mundo do trabalho na infância pondera que,

¹²⁶ No período em que se deu a realização desta entrevista, o salário mínimo estava fixado em R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) e o piso salarial do sapateiro correspondia a R\$420,00 (quatrocentos e vinte reais). Ou seja, a renda de Lúcia não perfazia sequer 1/3 do mínimo.

Comecei com 8 anos por opção minha e aqui em casa foi com 11 anos. Aqui na Franca o serviço era mais pesado, nós tinha que capinar café, banar café, panhar café, capinar arroz, plantar, fazer essas coisas tudo, trabalhar no lixo, aí já não era opção mais. Comecei aqui panhando café. Fiquei fazendo isso até os 14 anos. Quando nós não tava panhando café nós tava catando lixo. Nosso padraсто fazia nós catar o lixo e eu não queria fazer isso porque nós já tava mocinha e eu tinha vergonha dos rapazes, mas tinha que ir. Depois eu fui trabalhar na Cartonagem São Luiz, fábrica de caixa de sapato; eu fazia caixa de sapato. Eu fiquei lá pouco tempo, que nem esse negócio de preconceito, de preconceito velado, lá existia isso, não por parte do patrão, mas dos amigos e dos chefes, assim no caso, a gente tinha que fazer serviço que não era da gente, era de outra pessoa, porque ela era cocotinha, bonitinha, então aí nessa fábrica tinha muito preconceito. Eles implicava até com o perfume que a gente usava, tinha que ficar na produção enquanto as meninas bonitinhas ia pra porta conversar. E se nós não fizesse a chefe tava olhando tudo e falava que era a gente que tava deixando enrolar o serviço. Eu fiquei lá uns 3 meses; eu era registrada. Depois eu fui trabalhar de doméstica. De doméstica mesmo eu só tenho 1 registro e assim mesmo foi depois deu casar. Trabalhei muito tempo de doméstica; eu trabalhava como babá, depois passei a limpar casa, depois fazer outros serviços e mais velha fui trabalhar num motel como camareira. Depois fui colar peça numa fabriqueta, aí que eu fui costurar sapato. Eu costuro sapato, mas faço outras coisas quando aparece, algum bico, pra gente sobreviver, faço faxina, porque o sapato você trabalha de noite. Teve um tempo que quando nós veio pra cá, minha menina ainda era pequena e meu marido tava doente, eu fiquei 5 anos trabalhando dormindo 2 horas por dia, das 7 às 9 só. Eu trabalhava dia e noite sem parar, costurando sapato, pra dar conta de pagar água, luz, pôr alimento dentro de casa; essas coisas... Tinha que trabalhar dia e noite. Eu morava no City Petrópolis e pagava aluguel; aí meu marido ficou doente e a gente veio pra cá, pra não pagar mais aluguel. Depois eu fui trabalhar de doméstica um tempo. Depois voltei a costurar sapato. Depois eu fui trabalhar numa chácara, meu marido de caseiro. Agora que faz 2 anos e pouco que nós voltou, mas mesmo na chácara eu vinha e ficava a semana inteira costurando sapato. Aí eu ia na sexta e voltava na segunda. Meu marido teve Hepatite B. Ele tem o vírus e faz tratamento. Ele precisava fazer um tratamento, mas era caro e ele não fez. Faz dez anos que isso aconteceu. Ele fez tratamento durante 5 anos (Maria Aparecida).

Com este relato, percebemos que o calçado faz parte do universo cotidiano de muitas pessoas que residem em Franca, sendo a costura manual uma das vias encontradas para solucionar problemas como o desemprego e baixa renda, visto que em certos casos tal atividade serve como renda complementar da família, ante o baixo rendimento proporcionado pela mesma. Pela fala de Maria Aparecida, isso se expressa na medida em que busca, em outras instâncias e atividades, uma forma de aumentar a renda familiar. Outro fator preponderante na argumentação de Maria Aparecida está no reconhecimento das manifestações de preconceito de cunho racial nos espaços de produção, que servem como mecanismos indispensáveis para

legitimar a sobreposição de determinados grupos em detrimento da inferioridade de outros no mundo do trabalho.

Lúcia também tem uma história marcada pela entrada no mundo do trabalho desde a infância. Segundo a mesma,

Meu primeiro emprego eu tava com 10 anos. Eu fui cortar arroz, eu tava em Restinga, fiquei uns 2 meses porque acabou o serviço, depois eu fui plantar batata, mexer com milho, quebrar milho. É isso, depois eu fui trabalhar de doméstica. Quando eu vim pra Franca trabalhei de doméstica. É isso toda vida, ou eu trabalhei na roça ou de doméstica. Eu fazia faxina, não era fixo. Eu casei com 15 anos, então eu casei e já fui pra fazenda também, então eu não tive adolescência, minha adolescência foi trabalhar, trabalhar e trabalhar. Levei meu irmão e minha irmã pra morar comigo lá pra trabalhar. Aí eu tive a minha filha com 15 anos. A gente fazia serviço de roça. Depois que eu casei fui embora pra roça, e sempre trabalhando. Trabalhei muito de doméstica, minha mãe também trabalhou muito de doméstica aqui em Franca. Quando não deu certo lá na fazenda a gente voltou aqui pra Franca. Eu não sei quanto tempo eu fiquei casada. Eu fiquei uns 12, 13 anos casada, mais ou menos. Agora já faz mais de 5 anos que eu tô costurando. Não é que eu gosto não, porque eu não gosto. Eu não gosto de ficar muito sentada, nem muito em pé, sabe, eu sofro da coluna, mas tem que fazer qualquer coisa né, então eu costuro sapato, porque pra trabalhar sem registro numa casa de família assim eu prefiro o sapato, porque a gente tem que levantar de madrugada, eu não gosto e cansei, não gosto de levantar cedo. Mas se precisar eu levanto, mas aí eu fico com o sapato mesmo, a não ser que eu arrumo um serviço com registro né. Porque nesse serviço aqui é assim, levanto com sapato na mão, deito com sapato na mão, só largo o sapato pra pegar o prato. Não pode sair pra lugar nenhum. Depende do tanto de sapato eu trabalho mais. Às vezes eu vou até umas 21:00, 22:00, mas quando é sapato preto eu vou até umas 17:00 porque eu não enxergo mais pra enfiar a agulha. Eu faço mais ou menos uns 12 par por dia, tem uns que é muito ruim eu não faço nem 6. Eu trabalho umas 10 horas por dia. Geralmente eu trabalho final de semana, eu não saio pra lugar nenhum, quando eu ia na cadeia ver meu filho aqui no domingo eu não pegava sapato, agora eu pego (Lúcia).

A narrativa de Lúcia é entrelaçada de uma riqueza de detalhes, pois mostra o ciclo vicioso de sua vida, ao salientar que sua mãe e ela trabalharam muito como domésticas, além do serviço no campo. Podemos verificar, por esses relatos, que nossas colaboradoras penetram, no decorrer de suas vivências, essa esfera do trabalho doméstico e rural, sendo que no mundo do trabalho estes tipos de atividade ganham uma conotação degenerativa e inferiorizada frente certas ocupações e posições de prestígio e *status*. Também evidencia que a costura do calçado absorve grande parte do dia-a-dia dessas mulheres, as quais passam a viver em função da

costura, restando pouco tempo para se dedicar às demais tarefas como o lazer e o convívio social. Outro aspecto mencionado por Lúcia se refere à preferência pela costura do calçado ao serviço doméstico e afirma que se conseguisse algum emprego formal abandonaria tal atividade.

Assim, concebemos o sapato como elemento simbólico na vida de inúmeras mulheres negras francanas, já que no decorrer dessas narrativas, constatamos que a atividade da costura manual é desempenhada há alguns anos por este segmento, pois segundo Maria Aparecida, ao tentar se recordar do tempo que está neste ramo, pondera que,

Faz muitos anos... Nem sei... Faz uns 20 anos. Eu gosto do que faço. Só não gosto agora por causa da diabetes porque eu machuco muito e tudo que eu machuco infecciona, meus dedos fica cheio de bolha, então isso daí complica um pouco. Eu levanto cedo, minha filha vai pra escola e eu vou costurar sapato. Agora quando não tem eu vou fazer outras coisas, se tem faxina eu faço faxina, se não tem eu procuro outra coisa, e assim vai. Quando tem sapato eu costuro o dia todo, eu costuro até umas 2 horas da manhã. Meu marido não me ajuda a costurar. O marido da minha irmã ajuda ela, aí ela para umas 23:00 horas. Eu costuro umas 15 horas por dia, depende do tanto que mandar. Tipo assim, eles manda por exemplo, 16 par de sapato e marca um horário no outro dia. Aí você tem que fazer todos até chegar naquela hora. É assim: trabalha de domingo a domingo (Maria Aparecida).

Elizabete, de forma humorada, apresenta em seus relatos algumas especificidades, ao apontar que seu,

[...] primeiro emprego foi no Calçados Vegas, hoje em dia nem existe mais, era uma fábrica, então era fábrica de tênis. Eu tinha que pegar a autorização com o juiz porque eu tinha 13 anos, aí ele me deu autorização e eu peguei e consegui arrumar o serviço e fui trabalhar lá. Eu era registrada e tudo certinho. Eu fiquei 6 meses trabalhando lá. Depois eu fui trabalhar de doméstica, babá, faxineira, já trabalhei como decoradora lá no Shopping, ó que chique; já trabalhei em fábrica de calçado e já fiz vários tipos de serviço. Mas registrada mesmo só nas fábricas de calçado e uma vez de doméstica que a patroa registrou. O resto foi tudo sem registro (Elizabete).

A história de Elizabete, como das demais, também é marcada por serviços domésticos, precários e informais. Até então o que se nota é que a história se repete e temos alguns denominadores comuns entre os relatos até então observados. Ao

se referir ao emprego como decoradora, realizado no Shopping de Franca, sua entonação de voz ganha uma nova morfologia, demonstrando certa empolgação. Isso pode ser fruto do próprio sistema produtor de mercadorias, onde alimentamos preceitos ideológicos direcionados para a lógica do consumo, e temos nesses espaços, como os Shoppings Centers, a grande expressão destes.

Um aspecto dorsal na análise dessas histórias se consubstancia na concepção de certas trabalhadoras não compreenderem a informalidade como uma das expressões das relações de produção, pois sob a ótica de Elizabete, a atividade que realiza não é considerada trabalho e afirma que,

Eu tô desempregada, eu tô ficando louca, eu tô fazendo isso aqui, mas é um quebra-galho porque não dá pra ganhar nada, eu tô mandando curriculum pras fábricas, eu vou atrás de um, vou atrás de outro, mas eu tô desempregada, isso já faz 1 ano. A última fábrica que eu trabalhei lá no Distrito me mandou embora o ano passado no mês de março. Eles reduziram o funcionário, lá a gente trabalhava em grupo, eu era coladeira de peça lá dentro, então eles reduziram bastante funcionário e dispensou, aí eu fui dispensada. Aí depois eu costurei sapato e bordando sandália. Esse período de desemprego foi terrível porque desorganizou tanta coisa na minha casa agora, porque era eu e meu marido trabalhando, então ele ficava por conta de uma coisa e eu de outra e aí quando eu desempreguei atrasou o talão de água, o talão de luz, começou a faltar as coisas dentro de casa, aí eu tive que andar atrás de cesta, aí foi um descontrole total, descontrolou tudo, aí atrasou 1 mês de aluguel, aí quando descontrola não tem jeito mais, pra controlar fica difícil. Foi descontrolando (Elizabete).

Para esta trabalhadora, diante do reconhecimento de sua situação de desemprego, por considerar emprego apenas aquele que cumpre a legislação trabalhista, foi necessário buscar mecanismos que lhe garantisse uma renda frente ao quadro de dificuldades da família. E com base nisso,

Há 1 ano e meio comecei a bordar sandália e costurar. Agora eu tenho que gostar porque o que vai servir pra mim vai ser isso aqui né, então tenho que gostar. Hoje eu peguei nisso aqui era 7:30 e tô até agora, tô sem almoço até agora, não arrumei nem minha cama ainda. Quando eu tô sozinha é sempre assim, porque antes quando a minha menina tava aqui ela tomava conta da casa. A minha menina agora entra 7 horas da manhã e sai 16:30 da escola; ela fazia uma coisa ou outra, então me ajudava, então eu vou adiantar agora pra não atrasar pra amanhã na hora que o rapaz vier buscar pra ter e depois que ela chegar a gente vê o que faz; ela arruma as coisas pra mim, ou eu vou arrumando. Ontem mesmo eu fiquei com isso até 23:30, por fim minhas vistas começou a doer, aí eu já joguei tudo pro canto e fui dormir, mas tem dia que vai até tarde. Hoje eu comecei

era 7 e pouquinho e devo ir até umas 22:00 da noite. Furar o dedo com a agulha a gente fura todo dia e toda hora, mas nada de grave. Pego final de semana também, mas não é todo não. Eu acho assim, na fábrica a gente trabalha de segunda a sexta porque que vai pegar esse aqui final de semana. Aí eu prefiro pegar de segunda a sexta, mas se tiver que pegar no final de semana eu pego também. Eu tenho vontade de voltar a trabalhar registrada pra ter minhas garantias no final de ano. Final do ano a gente tem fundo de garantia, tem férias, tem 13º salário, tem tudo, agora isso aqui você não tem nada, você trabalha e recebe o que você fez ali e pronto e acabou. Eu gostaria de trabalhar em fábrica de calçado. A minha profissão é sapateira né, então, eu sou coladeira de peça e trabalho tanto na esteira quanto no pesponto. No pesponto eu sou coladeira e na esteira eu sou auxiliar de produção, então numa dessas, eu dou conta do recado, tanto faz, só falta aparecer o serviço (Elizabeth).

A fala de Elizabeth é elucidativa e cercada de elementos para serem analisados, dentre eles a utilização durante todo o tempo dos termos “isso” e “nisso”, o que permite constatar certo desprezo pela atividade que desenvolve. Tal fato é notório até mesmo por não considerar o que realiza um tipo de trabalho, mesmo sendo este precário. Durante sua narrativa, Elizabeth estava costurando devido ao grande número de pares de calçado que precisava entregar no dia seguinte. Outro quesito também colocado por ela corresponde à transferência de afazeres domésticos para a filha, determinando mesmo que inconscientemente a posição da mulher na estrutura social. Em sua fala também fica evidente a extensa jornada de trabalho, pois dedica praticamente o dia todo à costura do sapato e alega que gostaria de retornar ao trabalho nas fábricas, onde se tem estabilidade, rede de serviços sociais e cumprimento da legislação trabalhista.

Elizabeth não contribui com a previdência social e nem o seu companheiro, por também estar inserido na informalidade. Mas segundo a mesma, o marido,

[...] contribui quando tá trabalhando. Quando a gente tá registrado a gente contribui, mas quando não tá... Contribuir que jeito? Eu penso que é uma boa pra garantir o nosso futuro, o dia de amanhã a gente tem que ter segurança, então é um dinheirinho que vai ajudar a gente (Elizabeth).¹²⁷

¹²⁷ Com base nos estudos realizados pelo IPEA, no ano de 2004, enquanto 60,5% dos homens estavam cobertos pelo sistema previdenciário, somente 49,5% das mulheres apresentavam tal situação. Em relação aos brancos, essa taxa de cobertura corresponde a 57,8% em detrimento de 51,9% da população negra. Tais dados explicitam as desigualdades de gênero e étnico-raciais no acesso ao sistema previdenciário. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 26/09/2006.

A costura do calçado corresponde à rotina dessas mulheres e se apropria de uma extensa jornada diária de trabalho que faz estas mulheres se dedicarem quase que “exclusivamente” ao processo produtivo, deixando para segundo plano demais tarefas e o próprio lazer. Para a execução dessas atividades, as mulheres passam a despende uma vasta quantidade de horas diárias, além dos finais de semana. Ou seja, o trabalho é incessante, impedindo as mesmas de desfrutarem de outras dimensões da vida em sociedade. Também é importante destacar a grande incidência de acidentes de trabalho que ocorrem com a realização dessas atividades, afetando a saúde e a qualidade de vida dessas trabalhadoras e não lhes proporcionando nenhum tipo de assistência médica.

Nesse horizonte, Lúcia, ao afirmar que nunca tem dinheiro, vivendo sempre de privações e contando com a solidariedade dos entes familiares, ao ser interpelada sobre sua aposentadoria disse que,

Eu nem penso, porque eu já pensei em procurar advogado, médico, porque eu já fiquei muito doente sabe, mas eles não fizeram nada não. Eles falaram que tem que contribuir, mas meu dinheiro não dá. Eu tenho um registro grande na carteira, mas não dá (Lúcia).

Cleuza, ao projetar o futuro sem a contribuição previdenciária, usa um tom humorado para amortecer essa perversa realidade.

Meu marido contribui. Já trabalhei com carteira, mas agora não. Eu tenho um monte de registro das roças. Eu nem quero pensar na aposentaria, pois trabalho vai ser difícil né, tem que ser por idade mesmo. Se chegar até lá (risos) (Cleuza).

Em relação à delimitação de horas trabalhadas, algumas relatam que,

[...] queria mudar de profissão, fazer qualquer coisa que eu pudesse trabalhar 8 horas por dia já tava bom viu (risos). Porque sapato é muito sacrificado, você trabalha e trabalha e igual, faz 5 anos que a gente não tem aumento. Pra muita gente dá futuro, igual pra mulher que passa sapato pra nós dá, ela ganha. Agora nós que faz o serviço, nós não ganha. Sei lá, é muito sacrificado. Igual, se eu pego uma faxina em dois dias eu ganho R\$70,00, R\$80,00. No sapato eu tenho que costurar muito pra ganhar isso. É difícil costurar. Eu gosto de cozinhar. Eu só fui registrada uma vez de

doméstica, aí eu tive uma pneumonia, aí ela achou que era culpada, aí saí de lá (Maria Aparecida).

Isso que verificamos no itinerário histórico das mulheres negras francanas não acontece de forma diferente com Cleuza, que ao narrar sua trajetória elucida que,

Eu já trabalhei de doméstica, eu tirava leite, roçava pasto, tudo... De fazenda eu sei tudo. Eu fui pra lá com 16 anos. Era aqui na redondeza de Franca mesmo. Eu arrumei minha menina com 15 anos, eu tinha arrumado um namorado, mas aí nós largo porque não dava certo. Aí eu criei a menina sozinha, depois eu arrumei outro rapaz, que registrou a menina e aí eu tive o menino do meio. Aí eu fiquei com o pai do menino 4 anos. Depois separei de novo. Aí eu tava aqui e mudei sozinha com os meninos pra roça. Aí eu voltei pra cá, trabalhei muito tempo de doméstica e depois fui costurar sapato. Faz muito tempo que eu tô costurando sapato. Eu trabalhei 3 meses na fábrica ali na frente e depois fui mandada embora eu não sei porquê. Até hoje eu não sei porque me mandaram embora e aí fui costurar sapato. Esse serviço era registrado. Já fiquei desempregada e foi muito difícil, vai acabando as coisas e tendo que pagar as coisas, pagar aluguel, muito difícil. Aí eu saía pedindo por aí, vizinho, amigo, ou onde a gente fica sabendo que tá ajudando a gente vai lá e dá o nome e eles vêm na casa da gente e ajudavam. Faz uns 11 anos que eu costuro sapato, porque assim eu vô pruma fazenda e volto pra trás, moro em outra, não dá certo, eu volto de novo. Agora eu voltei com 38 anos pra Franca e não voltei mais pra roça. Faz quatro anos que eu tô aqui sem voltar pra roça e costurando sapato. Eu não gosto de costurar não, mas tem que costurar né. Eu levanto da cama e escovo os dentes com o sapato na mão (risos). Vem o sapato de noite, aí eu acordo cedo e começo, acabo mais ou menos umas 14:00 da tarde, aí eu vou arrumar a casa e depois eu vou ajudar meu marido a fazer sandália aqui no fundo de casa. Quem traz o sapato pra mim é um homem de uma fábrica, eu nem sei qual fábrica é. Meu marido trabalha na fábrica, chega e trabalha de noite e fim de semana fazendo sandália, eu ajudo ele, pra gente tirar um dinheiro a mais. Eu fico umas 4, 5 horas por dia costurando o sapato. Trabalho final de semana, costuro sapato, depois eu ajudo ele (Cleuza).

Inúmeros aspectos são abordados por Cleuza, como suas primeiras experiências no mundo do trabalho na esfera doméstica e rural, não muito diferente das demais, gravidez na adolescência e início na atividade com a costura manual do calçado. Segundo a mesma, não gosta da atividade que realiza e retrata na fala o seu cotidiano de vida dedicado exclusivamente ao sapato. Além de costurar calçado, auxilia o marido na fabricação de sandálias, empreendimento iniciado há pouco pelo mesmo. Um fato marcante na fala de Cleuza é quando ela comenta a existência do

intermediário que lhe fornece o calçado a ser costurado, porém não sabe para qual empresa calçadista está prestando tal serviço, o que redundará num processo de não reconhecimento da cadeia produtiva em que está envolvida, permitindo a diluição dos trabalhadores que não se reconhecem como sujeitos envolvidos num trabalho coletivo, caindo no isolamento e trabalho individual, não tendo em vista a dimensão do todo.

Em suma, na maior parte, essas mulheres vivenciaram formas de trabalho marcadas pela precariedade e em poucos momentos chegaram a possuir vínculo empregatício. Esse fenômeno não é isolado e muitas vezes envolve todos os entes familiares, como é o caso da família de Maria Aparecida, que relata não haver em sua casa trabalhadores com registro em carteira e nem sindicalizados, permanecendo assim num *mundo subterrâneo do trabalho*, sem estabilidade e reconhecimento, diante da invisibilidade que esse trabalho apresenta. Diante desse processo de reestruturação produtiva que estimulou o desemprego em larga escala, tais mulheres se enveredam pelas trilhas da informalidade “*sem lenço e sem documento*”. Em sua maioria, os trabalhadores ingressam nesses espaços não como forma de prazer e realização pessoal e profissional, mas principalmente na luta pela própria sobrevivência.

Destarte, em todas as casas visitadas para a materialização das entrevistas, nenhum homem permanecia em suas residências realizando atividades específicas do lar ou similares. Tais incumbências ainda são predominantemente femininas, tendo como expressão desse trabalho domiciliar o reforço ideológico que confina a mulher ao âmbito privado, ou seja, o lar, e potencializa o homem aos investimentos públicos, fora do espaço doméstico. Portanto, a mulher ainda fica com a sobrecarga

da tripla jornada de trabalho, tendo que se dedicar aos cuidados e educação dos filhos, cumprir os afazeres domésticos e realizar a produção do calçado.

4.3 “Sacrifícios, persistência e resistência”

Sob o prisma das turbulências engendradas no mundo do trabalho nas últimas décadas, os trabalhadores criaram e recriaram inúmeras estratégias para a sua própria sobrevivência e de sua família. E, diante dos testemunhos das colaboradoras envolvidas nesse processo, verificamos a dura realidade que vivenciam na esfera cotidiana numa luta intermitente para se manterem vivos, como se demonstra no relato de Sebastiana.

Meu marido não tava trabalhando, então a gente tá com 3 talão de água atrasado pra pagar. Quando ele trabalha fica melhor. Eu tô juntando meus lixos pra poder fazer um pouco mais, faço o que dá. Eu saio pras escolas, nas ruas e saio catando por aí tudo. Eu sempre saía à noite por vergonha de pegar o lixo, agora eu não saio à noite não. Eu já peguei comida no PROCON, já precisei da Secretaria da Saúde porque minha menina fazia tratamento nas vistas e ia pra São Paulo, aí a Prefeitura que dava o transporte porque eu não tinha condição. Agora os remédios que meu menino usa (o hiperativo), o remédio que ele usa custa R\$150,00 e eu não tem condição. Eu pego na Secretaria, mas mesmo assim lá eles disse que não sabe se eles vão dar todo mês não (Sebastiana).

A respectiva fala de Sebastiana expressa as alternativas de uma gama de trabalhadores frente ao desemprego, visto que a mesma afirma realizar outras atividades como o “catar lixo” para cobrir as despesas indispensáveis do lar. Outro tema por ela abordado corresponde à busca pelos recursos públicos e pelos direitos sociais de cidadania. Nessa perspectiva neoliberal, o que temos no atual quadro é o desmonte dos serviços públicos frente às privatizações e transferência da responsabilidade estatal para as instâncias da sociedade civil, implicando na não garantia de tais serviços e direitos de caráter público, universal e de qualidade.

Sebastiana afirma que não possui plano privado de saúde devido suas dificuldades financeiras e, sempre que necessário, busca os serviços de saúde pública do município, que nem sempre atende a seus anseios.

Ao narrar suas dificuldades no acesso aos serviços e realidade familiar diz que,

Moro em casa cedida. É da minha irmã com meu outro irmão, filhos do meu padrasto. Aqui era do meu padrasto, minha mãe perguntou se a gente queria entrar com recurso, mas a gente não quis. O inventário não foi feito ainda. Aí cada um de nós paga 2 parcelas do imposto. Tem água encanada, energia elétrica, sem linha telefônica. Não tem cômodos pra todo mundo. Meus meninos dormem tudo comigo, minha menina dormia no chão. A irmã da dona Irene, a vizinha aqui, deu uma cama mais estreita que deu pra pôr no quarto. Meu menino de 8 anos dorme comigo na minha cama. O outro de 11 anos dorme em outra cama (Sebastiana).

Já Maria Aparecida, no que tange ao desemprego, alega que nunca ficou desempregada, porém,

Nunca fiquei desempregada, porque quando falta o sapato eu procuro os “bicos” de faxina e o que aparece pra fazer. Já fiquei numa situação ruim, porque não tinha sapato, meu marido desempregado, eu não arrumava nada, aí minha família me ajudava. Minhas cunhadas que têm melhor condição me ajudou muito (Maria Aparecida).

Portanto, constatamos que Maria Aparecida já passou por fases turbulentas em relação ao desemprego e contou com a solidariedade familiar em momentos difíceis. Além disso, nessa mesma residência,

Ninguém contribui pra previdência social. Eu nem penso nisso, como vou pensar em aposentar se não tô pagando. Eu penso assim, do meu marido e eu ainda arrumar um trabalho registrado, mas igual eu tenho 43 anos, pra arrumar serviço já é difícil, então é mais complicado. Só se for no serviço doméstico ou cozinheira. Acho que as coisas tão ficando cada vez mais difícil, de primeiro era mais fácil (Maria Aparecida).

A fala de Maria Aparecida demonstra certo *desencantamento do mundo*, para utilizarmos uma expressão weberiana, diante de toda conjuntura apresentada na atualidade, marcada por incertezas, não proporcionando aos trabalhadores a visualização de novas perspectivas futuras para o mundo do trabalho.

E para suprir as necessidades familiares, Maria Aparecida diz que consegue na medida em que,

Nós avalia a prioridade, a alimentação, a saúde, o estudo dela, agora os remédios, tem uns caros, aí eu pego no NUB's, mas chega a faltar lá e aí eu fico sem tomar. Ultimamente você vai na rede pública pegar o remédio porque é obrigação do Estado doar porque esses remédios é da rede pública e chega lá não tem, ou você tem ou fica sem. Eu questiono lá porque é um direito meu, eu pago imposto tudo direitinho, meu direito né, então eu acho que tinha que ter. Lá a gente tem que fazer uma ficha e ver se a Secretaria ainda aprova. Ainda tem mais isso, a Secretaria aprovar. O remédio do colesterol eu nem tô tomando porque não aprovou e é muito caro, eu não tenho condição de comprar o remédio. Eu tô tomando o remédio da pressão, da diabetes e um anti-depressivo. Eu às vezes passo pelo clínico. Quando o dinheiro não dá a gente corre atrás de bico. Não tenho ajuda de ninguém. Nunca procurei a assistência social para suprir nossas necessidades, só fiz o cadastro do Bolsa-Família, mas chama a gente lá, faz tudo de novo e diz que vai ver se vai ser aprovado e não faz nada. Eu acho isso errado porque tem muitas pessoas que eu conheço que têm condições e não precisa dessas coisas que consegue e as pessoas que mais precisam, igual minha irmã, ela precisa e ela não consegue (Maria Aparecida).

Nota-se que são elencadas prioridades no ceio familiar para atender ao básico diante das degradantes condições de subsistência. No mais, Maria Aparecida demonstra ter conhecimento dos seus direitos, visto que passa a exigí-los juntamente com ações do Estado. Todavia, com a falência do aparelho estatal, o que temos são políticas sociais focalizadas que não conseguem abarcar o todo, perdendo a dimensão da universalidade, como acontece em específico com a assistência social, que tem uma orientação universalista de efetivação dos direitos, porém ainda mantém um rigor de seletividade.

Esse quadro não apresenta mudanças no percurso de vida de Lúcia que em relação ao desemprego, expõe-nos,

Eu já fiquei muito desempregada. Passei fome, mais fome, mais fome, meu filho, dificuldade, tudo, tudo, tudo. Alá, tô com a luz cortada lá porque cortou minha luz e desde essa época eu não tive mais condição de pagar minha luz não, minha mãe que me arruma a luz dela. Então passei por uma dificuldade incrível. Agora graças a Deus faz tempo que eu não fico desempregada, porque eu pego meu sapatim né. Até hoje a minha mãe me ajuda, porque ela mora na casa da frente e eu no fundo. Eu nem compro nada porque não tem jeito de pagar. A minha mãe me ajuda, me dá comida. Eu não tem nem gás, nem nada. Quando eu trabalhava, porque eu

trabalhei muito tempo em Motel, então eu ajudava muito eles em casa, agora ela me ajuda (Lúcia).

Lúcia também relata não possuir plano privado de saúde e, ao necessitar de serviços médicos procura a Unidade de Saúde do seu bairro ou o Pronto Socorro. Quando Lúcia foi interpelada sobre buscar a assistência social do município alegou que,

Eu sempre ia no NUB's buscar cesta, depois eles cortavam pra ajudar outros. Agora eu tô pegando lá no São Judas, que é uma comunidade que eles dá cesta, da Igreja Católica, São Judas Tadeu. Eles já me deu 2 meses, esse mês eu não sei se eles vai me dar mais (Lúcia).

A concepção de Lúcia sobre a política de assistência social ainda consiste na versão de distribuição de cestas básicas, que ainda está arraigada na mentalidade de grande parcela da população.

Elizabete, nessa mesma realidade, também explicita que o rendimento obtido com a costura manual do calçado não permite atender a todas as necessidades de sua família, pois conforme a mesma,

Meu menino ficou doente com infecção de ouvido e a médica passou um remédio que não tinha no NUB's, aí eu tive que comprar o remédio de R\$80,00, mas eu não tinha o dinheiro. Aí eu pedi minha tia pra comprar pra mim, agora eu tenho que repassar os R\$80,00 pra ela. Então não dá, passa dificuldades (Elizabete).

Elizabete também reproduz a concepção da assistência social como medida assistencialista, de caráter filantrópico e “ajuda”, pois sua fala é notória ao dizer que,

Já procurei e já fui atendida, várias vezes. Eu procuro também as igrejas, a São Judas, a São Sebastião, a fábrica Democrata que ajuda, eu fui lá também. Se eu tô precisando eu vou atrás mesmo, onde que dá, antes pedir do que roubar, então eu vou lá e peço e sou atendida. Todas as vezes eu fui atendida. Se for algo que me interessa eu vou atrás (Elizabete).

A fala de Elizabete também reduz a política de assistência social a uma mera distribuição de cestas básicas, além de expressar em tal citação que sempre vai

“pedir”, nessas instituições de cunho caritativo, tal recurso. Ou seja, não se verifica nessa fala a dimensão de formas reivindicatórias de uma política que possui um *status* público de direito do cidadão e por isso não requer “pedidos” de “ajuda”. Além disso, também retrata que busca a assistência social ou demais serviços quando isso lhe interessa, o que reforça uma ideologia individualista e egocêntrica que vigora em nossa sociedade. Destarte, não se tem a dimensão do todo, ou seja, não se compreende que as necessidades sociais e a efetivação dos direitos de cidadania são de interesse do conjunto populacional frente ao atual quadro de miserabilidade.

Na concepção de Cleuza, também notamos que tal entendimento da política de assistência social é apropriado por grande parcela populacional como distribuição de cestas básicas e ações paliativas e focalizadas. Além do mais, não reconhece tal política em sua dimensão pública como direito de cidadania e sim como benesse e ajuda e explicita que, na fase de desemprego, o companheiro busca estratégias de sobrevivência por meio de “bicos”.

Eu já procurei, eu fui buscar muitas vezes cesta básica no NUB's, quando eu tava com meus filhos tudo junto. Eu tenho 9 netos, 3 ficam comigo todo fim de semana, da minha menina mais velha, mas só final de semana. Dois filhos moram no Aeroporto e 1 no Portinari. Minha filha tem 3 filhos de um rapaz, 3 de outro e tá grávida de outro. Quando eu preciso eu vou atrás dos meus direitos. Não vejo como meu direito, mas se eu tô passando por aquilo e todo mundo precisa, eu vou e peço. Eu vejo como uma necessidade. Eu sempre consigo. Toda vez. Da prefeitura eu não consigo nada não, uma vez só eu fui lá e não consegui e nunca mais voltei. Porque ia cortar a água e a luz, e eles não me deu ajuda, daí não fui mais. Eu peço cesta lá no São Judas (Igreja), lá no Democrata eles ajudam também. Eles veio aqui e me ajudou. Se meu marido fica desempregado ele arruma “bico” e vai, de servente de pedreiro, de tudo (Cleuza).

Com isso, verificamos que ainda é responsabilidade do companheiro, ou seja, da figura masculina, a manutenção do lar, pois numa fase de recessão econômica que gera desemprego em larga escala, ele cria alternativas para responder aos provimentos e necessidades advindas do espaço doméstico.

Diante do apresentado acima, o que verificamos é que as dificuldades e necessidades desses indivíduos são concebidas como individuais e isoladas, perdendo a dimensão universalista do direito do cidadão. Ao serem questionadas sobre formas reivindicatórias e mobilização de grupos, nenhuma tinha qualquer participação nesses espaços, o que provoca obstáculos na efetivação da cidadania.¹²⁸

No que tange aos reflexos do preconceito e da discriminação, seja de ordem étnico-racial ou voltada para as questões de gênero, temos testemunhos elucidativos.

Eu acredito que existe preconceito sim. Ah, tem hora que eu penso que até meu marido tem preconceito porque ele é mais claro que eu. Ele fala que não, mas quando ele bebe ele tem umas conversas esquisitas. (A irmã mais velha que estava ao lado interfere nessa hora dizendo que ele não gosta de negro – o marido de Sebastiana). Ele ofendia o filho dela chamando de macaco, quando ele tava bêbado (filho de outro pai). Meu irmão um dia foi comprar uma coisa no bar e a mulher não quis vender pra ele, aí ele chegou dizendo isso achando que ela se recusou a vender porque era negro e estava sujo. Comigo não aconteceu nada porque eu nem saio de casa. Eu acho que as pessoas são ignorantes, porque tem preto que às vezes faz coisas melhor que o branco. Mas melhorou bastante porque de primeiro assim, a pessoa era preconceituosa e falava né, agora já é um preconceito velado. O meu menino mais novinho, não sei se eles escuta os outros falar, às vezes até meu marido, então às vezes ele fala “aquele neguinho”, aí eu falo que não é assim, fala: ô moreninho como você chama? Não é falar neguinho ou você é preto, porque pra mim ele já tá começando desde pequeno com esse preconceito. Já meu menino de 11 anos não fala isso. Meu menino de 8 anos diz que não vai casar com preto, acho que aprende na escola e com o pai. Eu falo pra ele que não pode dizer isso senão ele vai preso. Ele é mais clarinho, tem o olho verde, mas eu falo pra ele, sua mãe é preta, eu sou preta, eu falo pra ele que então ele não pode falar de preto. Eu acho que ele tem um preconceito inocente que vem da conversa dos outros. Às vezes eu chamo uma colega de neguinha, mas não é preconceito nem racismo, falo porque eu também sou, não é no sentido de discriminar, é só na brincadeira. Porque eu acho que branco e preto pra mim é tudo igual, tudo é a mesma coisa. Se o branco trabalha o preto também trabalha, às vezes não trabalha porque os outros não dá o serviço porque é preto. Se procurar um emprego eles vão preferir o branco. Na escola eles falam que não existe preconceito, mas pra mim existe. Na escola tem separação de criança negra com criança branca, porque a minha sobrinha sentia que os outros tratavam ela mal, as próprias

¹²⁸ A cidadania é um processo em construção, que deve extrapolar o conjunto de leis. Ser cidadão não é meramente ser portador de direitos, visto que assim temos uma cidadania restrita aos atributos formais, condicionada ao âmbito legislativo. Portanto, consideramos ser a cidadania “[...] o exercício de uma prática inegavelmente política e fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários” (GENTILI; ALENCAR, 2001, p.73).

professoras já deixavam ela mais de lado por causa dos mais branquinhos. Ela já sentiu isso, então pra mim ainda existe (Sebastiana).

Sebastiana ao conceber o preconceito existente na sociedade nos apresenta uma série de questões relevantes ao afirmar que mesmo em seu lar se verificam tais práticas pelo esposo e o filho. Conforme Sebastiana, o filho reforça os atos discriminatórios por presenciar as atitudes do pai e por aprender certos protótipos na escola, visto que esta preserva determinadas estereotipias. Algumas mudanças estão ocorrendo no âmbito escolar, como exemplo no que concerne aos livros didáticos adotados, que outrora transmitia uma imagem negativa do negro e que hoje vem sendo revistos e substituídos. Mesmo com a substituição de livros, a mentalidade dos indivíduos contribui para formar opiniões acerca de um determinado assunto, o que acontece nos bancos escolares quando o estudante entra em contato com educadores e educandos. Tal fato é retratado na fala de Sebastiana, que argumenta ainda existir preconceito na escola por professores e colegas de sala. A escola pode ser entendida como um dos espaços que propicia aos indivíduos o “aprendizado” dos lugares distintos que estes ocupam na vida em sociedade, seja como sujeitos masculinos, femininos, brancos, negros, ricos ou pobres, migrantes ou índios, heterossexuais ou homossexuais, dentre outros.

Ademais, Sebastiana cita a questão da discriminação no mercado de trabalho entre brancos e negros, mantendo o privilégio de certos grupos nos diversos espaços do mundo do trabalho. Outro ponto a ser discutido com base no testemunho de Sebastiana é sobre a sua posição frente aos atos discriminatórios do filho ao lhe dizer para não usar o termo “neguinho” e, sim, “moreninho”, fazendo com que parcela da população negra continue a utilizar um discurso eufemístico para abrandar essas relações. Isso também contribui para a dificuldade da auto-identificação, fator elementar na construção de uma identidade afro-descendente.

Maria Aparecida se mostra inteirada dos assuntos legais que foram consolidados nos últimos tempos, como a própria lei do racismo que o coloca como crime inafiançável e do surgimento das ONG's (Organizações Não-Governamentais) que atuam em prol de diversos segmentos, como é o caso de entidades que problematizam a questão do negro e da mulher.

Eu acho que agora por causa da lei que veio, agora eles vela mais o preconceito, agora já tem negros trabalhando em cargos importantes, porque antes eles achavam que os negros não tinham inteligência pra isso, agora já têm, mas que tem o preconceito isso tem. Pra você ver a mulher, ela pode ser super inteligente, estudar bastante, mas ela nunca vai ganhar o mesmo tanto que o homem ganha, então isso é preconceito não é? Eu acho que ele existe mesmo e as pessoas falam que não, mas existe. Eu acho que hoje tá melhor porque os negros estão aprendendo a lutar pelos seus direitos, o que mudou foi isso, a pessoa falar e se reconhecer como negro que tem direito como qualquer pessoa e lutar. O governo tá ajudando, mas é porque tem as ONG's lá trabalhando pelos negros, essas coisas... Porque se não tivesse tava tudo do mesmo jeito, não tinha mudado nada (Maria Aparecida).

Em sua fala também retrata as disparidades entre homens, mulheres, negros e brancos no mercado de trabalho. Na medida em que o racismo passou a ser crime inafiançável e não mais uma contravenção, o preconceito e a discriminação tornaram-se velados, ou seja, muitas vezes permanecem no espaço privado e não ganham dimensão pública, criando empecilhos para a efetividade legal. Além do mais, diante dessa dívida social do país com os afro-descendentes e com as mulheres, o Estado passou a buscar medidas, mesmo que paliativas, para se redimir do quadro desencadeado nos últimos tempos, marcado por discriminação e desigualdade social. Todavia, o que se verifica, até mesmo pautado na fala de Maria Aparecida, é o surgimento e expansão das ONG's na contemporaneidade, que na verdade significam em grande parte o refluxo dos movimentos sociais que vêm sofrendo um processo de enxugamento nos últimos tempos. Assim, as ONG's vêm abordando problemáticas que se encontram na pauta atual, porém atuando em sua maioria para a manutenção do *status quo*, sem uma perspectiva crítica-

transformadora. Ao prosseguir sobre as práticas discriminatórias, Maria Aparecida diz que,

Minha tia italiana e a mulher que trabalhei que era turca, tinham preconceito. A minha menina quando entrou no pré, a professora tratava as outras crianças muito bem e ela muito mal. Ela sentia e pra você vê como as professoras tratava ela que ela não conseguia aprender nada de 1ª a 3ª série. Ela veio aqui pra outra escola agora no 4º ano e a professora dela tadinha, sofreu pra conseguir fazer ela aprender as coisas, porque ela só aprendia o que eu ensinava em casa. E ninguém conversava com ela, ninguém brincava com ela, e ainda pra ajudar ela ainda teve varicela, aí ficou mais complicado ainda. Ela não tinha amigos na escola que ela freqüentava; era muito excluída e isso prejudicou ela muito porque ela é retraída, conversa aqui em casa, mas ela é muito retraída na rua, com os outros, ela tem dificuldade pra fazer amizade, até hoje (Maria Aparecida).

Esse testemunho consubstancia a guetização nas escolas com base em recortes étnico-raciais, de gênero e de classes sociais, o que desencadeia prejuízos na formação e no processo de aprendizagem das crianças.

Para Lúcia, também há preconceito e discriminação de cunho étnico-racial e de gênero,

Eu acho que existe. Eu trabalhei na casa de uma mulher e ela separava os pratos, tinha a arrumadeira que era branquinha, o prato dela não era separado, o meu era, eu detesto isso. Prato, talher, tudo era separado, hoje eu penso nisso. Eu trabalhei lá uns 2 mês só. Eu não briguei nem nada, mas aí eu saí. Existir existe, eles falam que até aqui na rua tem gente que não gosta de preto, só que nós não dá bola também, quer gostar gosta, não quer também (Lúcia).

Prosseguindo ao relato de Lúcia sobre tais práticas na inserção no mundo do trabalho, esta colaboradora elucida com indignação que,

Eu acho e já ouvi falar também. Se tem um pra fazer entrevista e entra bem arrumado e é branco tem mais chance do que o negrinho que não tá bem vestido, mas pra que essa bobagem gente... (Lúcia).

Cleuza, ao ser interpelada sobre situações de preconceito e discriminação afirma que,

Nessa fábrica mesmo que eu trabalhei, eu não sei porquê, eles me olhavam meio assim, sabe, aí quando foi um dia o homem me mandou embora, eles me olhavam meio torto, os funcionários e todo mundo. Não chegou a falar nada não, mas a gente sabe quando olha esquisito. Eu trabalhei só lá né, e na roça; agora que eu tô procurando e pus um monte

de curriculum nos lugar, vamos vê se dá certo. Eu acho que existe muito preconceito. Eu passei por uma vida muito dura com meu filho caçula, ele ficou 2 anos preso por causa de droga, aí eu trabalhei 4 anos numa casa de doméstica lá no Aeroporto e a mulher me mandou embora. Eu acho que foi por isso, foi na época, ele tava com 19 anos. Eu não sei o que aconteceu, ele já era rapaz, não sei o que ele fazia de noite pra rua, quando eu cheguei a polícia já tava lá na porta da minha casa. Ele ficou preso 2 anos. Agora ele tá morando com uma moça lá. Aí na época o homem que eu vivia me abandonou também, eu fiquei sozinha, foi muito duro. Aí minha mãe me chamou pra cá, minha mãe me ajudou muito, mas a gente é muito discriminado quando acontece isso, até a família afasta da gente. Ele morava comigo e aí conheceu essa moça e foi morar com ela. Ele me ajudava na casa, ele era metalúrgico. Meus filhos é tudo metalúrgico. Da menina minha eu vou inteirar 8 netinho, o outro menino eu tem 2 netinho, mas ele é bem de situação, até me ajuda de vez em quando (Cleuza).

Na vida familiar de Cleuza também presenciamos questões relacionadas ao uso de drogas que desencadeou a detenção do filho e, consecutivamente, a estigmatização deste. Tal fato contribui para reforçar a ideologia vigente de que as pessoas envolvidas com a criminalidade são negras.

Nesse ínterim, temos a narrativa de Elizabete que traduz algumas vivências de preconceito e práticas discriminatórias no que tange ao negro e à mulher.

Já vivenciei preconceito sim... Foi uma época de campanha de eleição. E o candidato tava precisando de pessoas, de mulheres pra entregar panfleto e aí fui eu e mais outra amiga minha que é negra também, aí chegando lá, o serviço já era nosso porque já tinha conversado com o rapaz que era pra começar. Chegando no local de trabalho chegaram outras duas meninas brancas, eu e a outra minha amiga eles não pegô; pegô as duas branquinhas. Eu saí de lá eu fui na rádio, eu fui em tudo quanto é lugar, mas ficou por tudo isso mesmo. Eu denunciei e reclamei na rádio, mas ficou por isso mesmo, não resolveu nada. Foi a única vez que eu fui discriminada na vida foi essa. Eles não chegaram a falar nada, mas a gente percebeu porque a vaga era nossa e porque que na hora lá de começar ele não quis pegar a gente, pegou as outras duas e não eu e a minha amiga. A gente tinha combinado por telefone e uma menina que trabalhava lá tinha falado que podia ir que a vaga era nossa. Eles não sabia que nós era negra. Aí a gente ficou sem o trabalho por causa disso. Eu tinha 17 anos na época. Não adianta ninguém falar pra mim que não existe preconceito porque existe sim, mas que existe muito racismo nesse mundo existe sim. Eu acho assim, a cidade de Franca, principalmente a cidade de Franca, eu falo porque a vida inteira eu morei aqui, eu acho que eles têm que crescer mais ainda, principalmente em termos de racismo. Igual na televisão mesmo a gente vê, aquela novela das 6 (se referindo à Sinhá Moça) os negros são tudo escravo, e nas outras eles são os empregados, a doméstica, nunca um ricão. É igual se a gente vê um preto num carrão, a gente já acha que é bandido, ladrão, que conseguiu aquilo roubando. Se vê um sujo andando aí já fica com medo de ser marginal. E igual naquele Big

Brother¹²⁹ também a gente vê que a maioria é branco, só tem dois preto, eu tenho certeza que um monte de preto mandou vídeo pra lá, mas eles só pegam dois, é sempre assim, o resto tudo branquinho (Elizabete).

O comentário realizado por Elizabete apresenta algumas nuances do racismo como algo que vigora nos mais variados espaços da sociedade, inclusive na mídia, que também representa um produto que se configura nos interesses de certa camada social e por isso reproduz determinados preceitos ideológicos. Ao relatar a presença em massa de negros na novela, estava se referindo à novela *Sinhá Moça*, transmitida naquele momento e que retratava o Brasil na sua fase escravagista. Também aborda que quando não atuam como escravos, são empregadas domésticas, porteiros, serventes e demais profissões que são tidas como “atributos naturais” do negro na sociedade brasileira. Assim, a mídia, utilizando-se de um conjunto de imagens formadas por signos, impõe estilos de vida, reforça e reproduz papéis sociais construídos historicamente e determina a posição de certos grupos na ordem societária.

Elizabete ainda completa dizendo que,

A mulher, já não é fácil ser mulher, ainda mais negra aqui que acaba de complicar o resto, porque é uma situação difícil, não é todo mundo que te dá serviço, a maioria das vezes se arruma serviço já pensa que porque é negra já quer, já não é um serviço assim... já que com segundas intenção, entendeu? Por que isso? Não existe igualdade, porque na maioria das vezes vamos supor, se eu dou conta de fazer o serviço que o homem faz porque que não vai me dá essa vaga? Por que que não dá? Se eu sei fazer o serviço tinha que me dá uai, pra eu mostrar que sou capaz de fazer o que o homem faz. Meu marido me ajuda a limpar casa, me ajuda lavar roupa, me ajuda a fazer comida, aqui em casa não tem esse negócio de diferença não. Se eu tô cansada, o dia que eu tô com preguiça assim de fazer comida, ele vem pra cozinha, ele faz o almoço, ele levanta de manhã e faz o café, aqui não tem dessa porque eu sou mulher eu tenho que levantar e fazer café e almoço pra ele não. Ele que faz e ainda leva pra mim na cama viu (risos). Ele ajuda a cuidar das crianças, se tem que chamar a atenção ele chama, na hora de corrigir ele corrige, apesar que meus filhos, só o mais pequeno é dele, os outros dois não. Mas na hora que precisa ele corrige sim (Elizabete).

¹²⁹ Big Brother é um programa televisivo, conhecido como um *reality show*, transmitido pela Rede Globo.

Como foi destacado acima, existe uma divisão das tarefas na casa de Elizabete, onde o companheiro também assume os afazeres domésticos, porém sua fala deixa margens de que na maioria das vezes é ela quem ainda se responsabiliza predominantemente por tais atividades.

Em relação ao convívio comunitário, Sebastiana indaga que,

Converso muito pouco com os vizinhos, mas se a gente precisa eles ajudam. A minha família tem um bom relacionamento, um tenta ajudar o outro. Se um não tem ajuda o outro. A maioria dos meus vizinhos é moreno, então não vejo muito preconceito. Têm poucos brancos aqui. Quando eu preciso eu saio sem vergonha e peço (Sebastiana).

Maria Aparecida afirma que tem,

Bom relacionamento. Igual meus irmãos, todo mundo acha estranho porque nós moramos em quatro irmãos e ninguém briga com ninguém. Quando um precisa o outro tá sempre lá pra ajudar, porque minha mãe, minha vó, não sei se a nossa criação foi diferente, mas nós sempre uniu, sempre foi assim, com as outras pessoas também, eu converso com todo mundo, não tem problema (Maria Aparecida).

Elizabete aborda a importância do respeito mútuo nas relações sociais e interpessoais,

Me dou bem com todos, trato bem pra ser tratada bem também. Eu noto um vizinho que tem preconceito, mas eu nem tô, é ele pra lá e eu pra cá, a partir do momento que eu não frequento a casa desse vizinho e ele não frequenta a minha. Se ele tem esse preconceito vamos vê até onde vai esse preconceito dele. Ele sempre foi assim com esse preconceito (Elizabete).

Já em relação à violência, em matrimônio anterior, Sebastiana diz que,

Sofri violência com o pai do meu menino mais velho. Eu era amigada com ele, não casei. Teve uma vez que ele me pegou e eu acho que ele me estourou tudo, aí meu irmão entrou, mas ele me deu tanto murro, ele tentou pegar no meu pescoço pra me enforcar, mas ele não conseguiu e pegou errado, nos olhos. Aí ficou os dedos dele no meu olho. Aí ele viu que tava errado e pegou meu pescoço. Ele me deu tanto murro, mas eu não fui na cadeia porque ele ameaçava e ele já matou um homem que trabalhava com ele de saqueiro, por causa de traição. Ele tentou matar o meu menino também, filho dele, com faca. Fiquei com medo de denunciar porque ele era traíçoeiro. Uma vez eu fui morar com minha irmã que morava em Petrópolis, pra fugir dele, aí lá ele não sabia onde ela morava. Fiquei lá até ele sair da minha casa. Fiquei lá 3 meses, aí minha mãe pediu pra ele sair. Quando ele saiu eu voltei pra cá. Às vezes eu ainda vejo ele, mas finjo que não vejo. O filho dele casou e nem convidou. Eu falo que ele não é pai do meu menino porque um pai que faz isso não é pai (Sebastiana).

A frase acima é substantiva e comunga o silenciamento de inúmeras mulheres frente à violência, diante das ameaças dos homens. Esse fato ganha notoriedade nos últimos tempos, conforme os avanços nos aspectos jurídicos no que concerne a tal fenômeno. Porém, muito ainda precisa ser feito para garantir ações efetivas e proteção social às mulheres vitimizadas.

Maria Aparecida também sofreu violência, porém na infância e adolescência, como observamos abaixo,

Do meu padrasto e da minha mãe. Minha mãe pegava nós e batia assim de cortar e depois pôr na salmora. Você já viu coisa mais triste do que isso? Isso é uma coisa muito triste (ela dá um sorriso entristecido). Ela ia na fazenda onde eu morava e me batia. Os que não apanhou foi meus dois irmãos mais novo. E minha irmã e meu irmão, quando ela bateu no irmão ele nunca mais chorou, de tanto que ela bateu nele ele ficou bobo, aí eu enfrentei ela, falei que se ela batesse eu ia chamar a polícia, aí ela parou. Agora meu padrasto não, ele quebrou meu braço, uma vez ele jogou um banco em mim e quebrou meu braço, fez um corte na minha cabeça. Agora aqui em casa não tem isso mais não. Meu marido é clarim, mas não tem esse tipo de preconceito não (Maria Aparecida).

Elizabete também confirma ter vivenciado violência, no decorrer de sua adolescência, por entes familiares, porém ao relembrar tais fatos ficou introspectiva e direcionou novas discussões.

Com relação à Cleuza, no que concerne à violência, sua história não foi diferente,

Eu arrumei um senhor, eu tinha 16 anos, foi o segundo homem que eu fui embora aqui de Franca pra morar na roça. Eu era muito menina e ele era mais senhor. Eu vivia com medo, eu morava com meus pais e dois filhos pequeninin, tudo novinho, aí meus irmãos falava, aí eu arrumei esse senhor e fui embora com ele. Aí eu levei os 2 filhos. Ele tinha 36 anos na época. Ele me batia, me judiava muito e me machucava. Ele bebia muito. Eu que tinha que tirar leite, ajudar tudo dentro de casa, fazer tudo. Às vezes ele saía pra cidade e ficava 2, 3 dias fora (Cleuza).

Já em relação ao lazer, essas mulheres quase não desfrutam de momentos de fruição consigo e com seus familiares.

Brinco com meus meninos na rua, quando eles brincam de bola, soltam pipa. Vou à igreja, ia na quarta, sexta e domingo, agora eu vou só na sexta porque atrapalha meus meninos ir na escola, que a igreja que eu vou é lá

no Redentor e eu vou a pé à noite, começa 20:00 horas. Até que eu chego aqui já é 23:00 horas, aí eles vai jantar, aí no outro dia eles não quer levantar (Sebastiana).

Vale destacar que a televisão ainda é tida como a grande provedora do lazer em muitos lares do Brasil, contribuindo como um grande mecanismo de formação de opiniões e estimuladora de normas de conduta.

Eu assisto televisão, às vezes eu saio com minha menina. Vou na casa de uma amiga que mora longe (Maria Aparecida).

Quando não tô costurando o sapato eu limpo a casa, arrumo a louça, faço a janta, aí meu marido chega aí eu vou ajudar ele a costurar, passar cola... Depois o sapato chega, aí eu sento no sofá e fico assistindo televisão e costurando sapato de noite. É muito difícil eu sair (Cleuza).

Outras atividades são realizadas por estas mulheres, como é o caso de Elizabete,

Eu bebo cerveja, vamos beber cerveja que não tem coisa melhor, é bom demais. Eu gosto de sair também, ir na danceteria. Eu vou com o marido nos barzinho da Estação no final de semana, ou bebo cerveja em casa, ou faz churrasquinho em casa, reúne os amigos e faz vaquinha, é assim (Elizabete).

Um dos maiores sonhos para essas mulheres ainda consiste na aquisição da casa própria, visto que a maioria reside em casa cedida. O ambiente da casa é o reduto da intimidade, do conforto, do conhecido e do familiar, enquanto o espaço da rua é repleto de incertezas, suspeitas e desconhecimentos. A casa própria também implica em proteção individual e do grupo social diante das intempéries do mundo capitalista. Com isso, possuir tal imóvel implica certa estabilidade e segurança.

Porque eu moro aqui, mas não é meu. Comecei um cômodo pra fazer quarto pros meninos separado do meu, mas não acabei. Não tem dinheiro pra acabar, mesmo que não seja meu, mandaram eu fazer, eu fiz. Ainda falta piso e tudo (Sebastiana).

Tenho muitos. Eu queria poder trabalhar bastante e ter uma casa que seja minha, dar uma vida melhor pra minha filha, porque graças a Deus o que eu posso eu dou, mas não é o suficiente. Poder ajudar meus irmãos. Eu queria muito morar numa chácara, com muito verde. Eu adoro plantar, colher... (Maria Aparecida).

Ter minha casa pra morar e ajudar meus netos porque agora eu não tenho condições pra dar uma roupa, um estudo, é difícil né (Cleuza).

Lúcia, com certo tom de desilusão e sem perspectivas por se situar num contexto que gera uma sociedade dos “sem”, ou seja, dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem emprego e dos sem esperança, diz que gostaria de,

Ter meu barraquinho, uma casa só minha, porque ali eu brigo muito com meu irmão. Eu acho difícil arrumar um emprego hoje pela idade, ninguém vai querer uma mulher assim com problemas, na mesma hora que eu tô aqui eu já tô no hospital. Agora já faz um tempinho que eu não passo mal, depois que operei. Um homem traz o calçado que pega na fábrica, traz todo dia e pega no outro dia, de segunda a sexta, aí na sexta quem quiser pegar mais pra trabalhar final de semana pega e ele vem na segunda e pega. Costurar é uma alternativa pra sobreviver porque pra viver meu filho eu tô vivendo de teimosa. Quando não tem o calçado a minha mãe me ajuda, tem mês que eu não vejo nem R\$0,10 na minha mão. Então uma mulher que assim trabalhou a vida inteira é uma judiação ficar assim jogada pelas traças. Graças a Deus preguiça eu não tenho, sempre enfrentei qualquer tipo de serviço, de baixo de sol, de chuva e agora que eu não estou prestando pra quase mais nada (Lúcia).

Ter minha casa própria e dar uma vida mais confortável pros meus filhos todos. Assim, não ser rica, mas ter um dinheiro que assim, quando tiver uma vontade, tipo assim, de ir prum rancho esse final de semana, é ter o dinheiro procê alugar o rancho e poder ir. Não quero ser rica, milionária, mas ter o dinheiro pra hora que as crianças pedir alguma coisa, porque é sempre criança pra gente, porque quando eles pedir pra você ter pra dar, porque não é toda hora que você tem o dinheiro pra dar as coisas pra eles. Queria que meus filhos fizessem uma faculdade, do que eles quisessem porque meu menino parou no 2º, eu falei pra ele continuar os estudos e ele disse pra que se não vai ter dinheiro pra fazer Faculdade. Igual a oportunidade que eu não tive eu gostaria que eles tivessem pra fazer uma Faculdade e Faculdade pode ver que é muito cara e quando é de graça pode ver que é difícil conseguir vaga, deve ser um absurdo fazer uma Faculdade. Queria isso pra eles trabalhar pra eles e não trabalhar pros outros. Vamos supor que meu menino quisesse ser um advogado, aí a gente ia batalhar pra abrir esse escritório de advocacia. Vamos supor que minha menina gostaria de ser médica, vamos batalhar pra tentar abrir o consultório de médico dela, mas pode ver que pobre não tem nada disso não, é raro os que conseguem (Elizabete).

Esse comentário de Elizabete também demonstra a necessidade da moradia própria, já explicitada anteriormente e promove uma discussão acerca do papel da educação na cena contemporânea como mecanismo de ascensão social. Nas considerações de Elizabete, diante da lógica neoliberal, tem-se enraizada nos meandros da vida social a política de privatização dos serviços públicos, como é o

caso do ensino. Ela demonstra a dificuldade do ingresso dos filhos e de grande conjunto da população no ensino superior privado diante das altas mensalidades e os empecilhos de se inserir nas instituições públicas diante da concorrência, muitas vezes, desleal. Assim, com a onda neoliberal, o que presenciamos é um crescimento vertiginoso de instituições privadas por todos os arredores, contribuindo para desresponsabilizar a esfera pública das demandas sociais. Outro aspecto evidente na fala de Elizabete é que ainda ao se pensar em profissões de *status*, ressalta algumas como a Medicina e o Direito. Vale destacar que em muitos momentos colocamos a educação como a panacéia para todos os males do mundo, o que representa um grande engodo, já que ela é apenas um componente para se resolver os problemas sociais da humanidade.

Outro quesito que obstrui o universo onírico dessas mulheres condiz com a nova dinamicidade do mercado de trabalho, orientada pela informalidade, que impossibilita essas trabalhadoras de estabelecerem planejamentos e metas pessoais de vida, diante de uma arena de instabilidades.

Maria Aparecida, ao fazer uma reflexão sobre seu papel como esposa aponta que,

Eu acho que sou uma boa esposa, eu acho que meu marido nem tem o que reclamar não. A casa tá uma bagunça, olha só, mas é porque eu passei mal no domingo (ontem), porque o menino da minha irmã caiu de cima da casa e eu assustei demais e minha pressão sobe de uma vez quando eu assusto, aí eu não agüento ficar em pé pra fazer o serviço. E minha menina eu ainda acho que é pequena pra fazer o serviço aqui de casa, apesar de ter trabalhado muito nova, eu acho que ela é pequena pra fazer o serviço da casa. Eu coloco ela pra arrumar tipo a cozinha, limpar o fogão, assim, só isso, coisas mais leve. Às vezes meu marido me ajuda, assim, quando ele chega e eu tô costurando o sapato e a cozinha tá sem arrumar, ele arruma pra mim e até afoga alguma mistura, mas só isso mesmo. Eu acho que ele vê que a obrigação é só minha, de cuidar da casa, da menina, porque eu peço pra ele me ajudar e ele fala assim que tá cansado, ele acha que porque saiu e trabalhou tá cansado e eu fico aqui e não tô né. Eu penso que isso tem que ser dividido porque se eu trabalho pra ajudar na casa ele também pode ajudar aqui, não é? Eu falo pra ele, mas entra num ouvido e sai por outro (Maria Aparecida).

Tal realidade se faz presente em muitas residências, onde a mulher ficou confinada aos serviços domésticos, sendo que os homens ficaram isentos deste. No relato de Maria Aparecida, percebe tal fato, pois ela assume todas as tarefas domiciliares, contando com a contribuição esporádica do companheiro em algumas tarefas e da filha.

Além disso, Maria Aparecida nos informa que,

[...] sempre quis ter filho, mas quando eu descobri que eu não podia eu adotei minha menina. Então eu tento ser uma boa mãe, sabe, eu converso, eu explico as coisas (Maria Aparecida).

Pensando na sua vida conjugal, Elizabete aponta que,

Meu marido não reclama de nada, ele até quer casar, então é porque tá bem, se não tivesse dando bem ele não ia querer casar, porque nós juntamos, agora ele pensa em casar no civil, na igreja, eu é que tô pensando, porque acho que já passei da idade de casar. Meu sonho era casar de vestido de noiva e tudo, hoje em dia não. Já pensou eu entrando na igreja com três filhos, só se for pra entrar com meus filhos de daminho e o mais velho me levando no altar (risos). A gente briga, mas todo casal tem suas brigas, mas eu acho que a gente se dá bem (Elizabete).

Mas ao se referir ao seu papel de mãe, Elizabete se culpabiliza em alguns aspectos e tenta se redimir,

Eu acho que eu faltei em alguns pontos, eu não sei onde, eu já parei pra pensar, mas eu não sei onde que eu errei como mãe, mas eu sei que eu errei, principalmente com meu filho mais velho, eu não sei onde, porque eu sei que errei pelo que ele fez, não tinha necessidade dele ter feito o que fez, então eu tenho que procurar descobrir onde que eu errei pra não errar com os outros. Antigamente, antes de acontecer o que aconteceu com ele, eu não tinha liberdade de conversar com ele, hoje em dia não, a gente senta, conversa, se tiver que tomar uma cerveja vamos tomar junto, se tiver que sair vamos sair junto. Mas no passado, antes de acontecer isso com ele, não era assim. Eu não me culpo, quando ele nasceu eu tinha 15 anos, mas eu faltei como mãe, principalmente com ele, porque eu que criei ele sozinho, ele nem sabe quem é o pai dele, nunca viu o pai na vida. Eu acho que eu sou uma mãe não liberal, mas eu sou uma mãe até legal demais, eu saio com minha filha, não pra não deixar ela sair sozinho, mas se eu não deixar o que que ela vai fazer, ela vai pular a janela e vai sair sozinho, então eu prefiro ir com ela, não pra ficar vigiando, mas pelo menos eu sei que ela tá comigo. Além de mãe eu procuro ser amiga, dos três (Elizabete).

Ao refletir sobre ser trabalhadora, Maria Aparecida diz que,

Eu gosto do que eu faço, tudo que eu faço eu tento fazer bem, costurando sapato, fazendo faxina, qualquer coisa que eu vou fazer. Se a pessoa me chama pra fazer eu tenho que fazer o serviço direito. Faço minha tarefa direitinho, seja qualquer serviço eu tento fazer melhor, costurando, cozinhando, faxinando. Eu acho que quando você faz uma coisa bem feita você se realiza naquilo, seja qualquer tipo de trabalho, quando você faz perfeito assim, igual faxina mesmo, pega uma casa tudo bagunçada, você faxina ela e entrega limpinha, lógico que o dono vai gostar né, então eu acho que não é um dinheiro jogado fora (Maria Aparecida).

Nesse horizonte de reflexão da mulher no mundo do trabalho, Elizabete diz,

Eu sou trabalhadora sim. Se a gente tá parado, igual muita gente fala, alá é vagabundo tá parado e tal, não, tá parado porque não arruma serviço, não tem. Entrega curriculum num lugar, entrega noutro, faz registro numa fábrica, aí eles falam espera que mês que vem vai chamar e não chama. Eu como trabalhadora me esforço o máximo pra poder ficar no meu serviço e dar o melhor de mim no meu serviço. Tá uma situação difícil esse desemprego, não só pra mim, mas pra muita gente, igual muita fábrica que nem agora teve um problema de mais de 130 fábrica, com certeza isso aí vai prejudicar muito funcionário porque muito funcionário vai ser mandado embora, pode esperar que isso é uma coisa que vai acontecer. Eu gostaria que tivesse mais fábrica, não só de calçado. Que viesse pra Franca fábrica de carro, geladeira, não existe só sapato no mundo, tem outras coisas. Traz pra Franca outras oportunidades de serviço pra tá todo mundo trabalhando, pode ver que em São Paulo, tem desemprego, mas lá tem mais opção de serviço pra tá trabalhando, agora aqui em Franca a gente não tem, se não for o sapato ou doméstica você não tem outra opção. Vamos supor se tem dez vagas numa fábrica, aí vai branco e preto lá tudo procurando serviço, pode prestar atenção, 8 branco entra, 2 preto entra, 2 vagas é pra negro, as outras é pros branco. Pode prestar atenção que você vai ver que eu tô falando a verdade. A maioria das vezes eles pedem foto no curriculum, e se às vezes eles não pedem a foto tem a entrevista, aí você vai fazer essa bendita entrevista, aí você faz a entrevista só que nunca te chama, eu falo porque eu já fiz várias entrevistas, já fiz no Samello, já fiz no Democrata, já fiz numa fábrica de bijouteria, quer dizer, eu fiz entrevista em vários lugares e nunca fui chamada (Elizabete).

No relato acima, temos uma discussão interessante no que concerne à economia francana que se encontra restrita ao universo coureiro-calçadista, não criando novas oportunidades em demais ramos de produção, o que leva o município a estar dependente das flutuações do mercado mundial. Poderiam ser criadas novas estratégias no município de Franca, considerado de médio porte, para oferecer novos empregos dentro de uma cadeia produtiva diversificada. Não obstante, deixa em sua fala a clareza quanto aos elementos segregacionistas no mundo do trabalho em relação aos brancos e negros, que se utiliza de artifícios como fotos ou

entrevistas para criar obstáculos ao ingresso de negros no mercado formal de trabalho.

Ao interrogarmos Elizabete sobre o *ser mulher* e *ser negra*, a mesma responde de forma a se identificar com sua raça/etnia e o gênero,

Eu adoro ser mulher e amo essa cor que eu tenho, eu me acho a coisa mais linda que Deus colocou no mundo. Eu falo, tenha preconceito quem quer. Muitos têm preconceito e muitos já adoram, então eu adoro a cor que eu tenho (Elizabete).

Resumidamente, Sebastiana encerra sua história nos deixando algumas prerrogativas.

Meu marido quando bebe diz que não sou boa esposa, mas eu me acho porque eu trabalho, respeito, eu que cuido dos meus filhos, eu que levo no médico. Ele vê a criação dos filhos como sendo um dever meu... Eu tento ser boa como mãe, não espanco, às vezes evito brigar... Também sou dedicada, quando fico sem serviço fico desesperada, eu tenho que trabalhar e fazer qualquer coisa, se for pra andar o dia inteiro atrás eu vou. Quem repassa o calçado pra gente é uma mulher que o marido trabalha numa fábrica... Eu me acho feia, com muitos defeitos, não me sinto com qualidade, ponho defeito de tudo quanto jeito, meu marido vive danando comigo porque também não busco meus direitos. Quem foi atrás do remédio do meu filho foi meu marido (Sebastiana).

Já Maria Aparecida, ao concluir sua narrativa deixa uma reflexão sobre o *ser mulher* e *ser negra* e demonstra conhecimento e politização acerca de fatores como reivindicações trabalhistas e salários díspares entre homens e mulheres, negros e brancos, além de questionar seus direitos por meio de ações e serviços públicos.

Eu penso que a cor da pele não influi em nada, se eu puder fazer alguma coisa eu vou fazer, não é porque eu sou mulher eu vou deixar de fazer as coisas, igual eu trabalhava na roça e capinava que nem homem, então não é pela cor da minha pele e por eu ser mulher né. Muita gente acha que cor de pele e ser mulher deixa pra baixo, eu não. Existe uma diferença entre homem e mulher, principalmente na hora de receber, eu acho isso errado, porque a gente faz a mesma coisa e ganha menos. E se for negro ainda ganha menos ainda, então nessa parte é ruim. Mas eu acho que a cor da pele não deve interferir. No sapato é tudo igual, a gente ganha tudo igual, homem, mulher, branco, negro, agora na fábrica é diferente porque o pesponto é assim, você vai pespontar, mas o homem sempre ganha mais, se você não trabalhar por produção ele ganha de você que é mulher, então eu acho que ainda existe esse tipo de coisa. Muitas fábricas faz isso, às vezes uma mulher é boa pespontadeira e dá mais produção do que o homem e o homem ganha mais. Agora a costura manual não pode fazer isso, porque se nós chegar lá e tiver um homem ganhando mais do que nós, nós deixa a costura. Nesse caso a gente vai atrás das coisas. Às

vezes tem uns sapatos muito difícil de costurar com um preço muito baixo, você gasta muito mais tempo do que fazer esse sapato normal que a gente faz aqui, aí a gente fala que não vai fazer. Nós vai buscar na casa da mulher o sapato todo dia. Igual uma banqueira que eu trabalhei pra ela, ela chegava aqui com o sapato e marcava o horário, passava 1, 2 horas ela já tava buzinando aqui na porta, aí não dava, ninguém consegue trabalhar assim não, desse jeito não. Eu acho que meu voto na hora deu votar vale muito, então na hora de reivindicar também a minha palavra tem que valer. Se eu tenho direito eu corro atrás, igual esse negócio da Secretaria de remédios, essas coisas, eu acho que é um direito das pessoas, porque todo mundo paga imposto né (Maria Aparecida).

Para sintetizar, Cleuza pontua algumas considerações gerais sobre os eixos suscitados em nossas reflexões,

Eu me sinto bem assim, eu gosto da minha cor, ninguém é mais do que ninguém. Preconceito tem sim. Pra conseguir emprego eu acho que é mais difícil, eu já ouvi falar muito disso. Meu marido é branco, meus filhos é branco, eu não. Meu marido me ajuda aqui em casa, se for pra eu trabalhar fora ele deixa eu ajudar. Ele ajuda, quando eu fico doente nem trabalhar ele vai e fica cuidando de mim. Eu acho que homem e mulher tem que ter harmonia, porque eu já vivi com cada um que nossa, não tive sorte não, ainda bem que agora parece Deus me ajudou, ele é compreensivo, me ajuda muito, se precisa de alguma coisa é os dois junto, aí a gente conversa e decide tudo junto. Agora a gente tá nessa sandália, eu ajudando ele, meu irmão comprou as máquinas e quando a gente tiver numa situação melhor a gente compra as máquinas do meu irmão. Faz só um mês e a gente tá fazendo de vagarzinho (Cleuza).

Ao relatar sua concepção sobre o seu papel de esposa e mãe indaga que,

Eu sou boa esposa, não é pra gabar não, eu sou humilde, não dou bola pras coisas materiais não, tem gente que briga por causa das coisas, eu não. Meu marido até dana comigo, mas eu não dou bola, eu não vou levar nada. Eu sou dedicada, a gente não é de sair de casa, nós é caseiro. Eu sou boa, minha filha fala que não, mas eu sou porque pra criar três filhos quase que sozinha não é fácil não. Arrumei só homem que não prestou, judiou, maltratou, maltratou eles, cada filho é de um homem. Eles iam embora, me abandonava, eu tinha que cuidar de tudo sozinha. Os outros falava pra eu dar os meninos pros outros e não dava, passava frio ou fome, eles ficava era comigo. Se eu não tinha nada na minha casa eu dava um jeito, punha na creche e trabalhava. Agora já tá tudo criado (Cleuza).

A fala expressiva de Cleuza se configura numa orientação da sociedade contemporânea que impõe às mulheres a responsabilidade do “ser mãe”, delegando todas as funções a elas e isentando os pais de tais atributos. Caso a mãe abandone um filho ou encaminhe o mesmo para adoção diante das dificuldades para criá-lo e ausência paterna, ela passa a ser rotulada e punida pelas regras sócio-culturais que

alegam ser tal ato uma perversidade, insanidade e irracionalidade, pois ainda vivemos num contexto em que se apregoa o “mito do amor materno”, ou seja, de que a mulher nasceu para ser mãe e deve amar seu filho incondicionalmente. Isso ocorre porque criamos um modelo societário de culto à maternidade em que a concebemos como vocação natural da mulher. Já a isenção paterna não prevê sanções sócio-culturais frente a negligencia dos pais no que tange ao cumprimento das responsabilidades e cuidados com os filhos.

Abaixo segue um testemunho de Cleuza, interessante para a presente análise, tendo como uma das vertentes a divisão sexual do trabalho, que coloca homens e mulheres em posições distintas na estrutura social.

Eu já tratei de um outro marido, tirava leite, roçava pasto, dirigia trator. O meu marido hoje não aceita não. O outro aceitava. Eu falo pra ele, vamos mudar prum rancho, pruma roça, você lava a louça, limpa a casa, faz a comida, lava roupa, cuida dos netinhos e eu vou trabalhar... Aí ele fala não que, que isso, não pode, eu que tenho que trabalhar porque eu sou homem, mas aí eu falo, mas você não sabe fazer nada de roça e eu sei, você sabe fazer de cidade e eu não sei, então a gente troca uai, nada a ver, eu acho que combinando acho que dá certo. Mas ele não aceita isso. Ele faz comida, limpa casa, passa roupa, mas ele não aceita eu sair e ele ficar em casa. Eu falo, o que que tem, não tem nada a ver, a vida é assim. Ele fala que é normal o marido tratar da mulher, mas a mulher tratar do marido não é normal não. Eu falo que pra mim é normal do mesmo jeito, pra mim é tudo igual. Mas a cabecinha deles é muito pequena, eles não aceita. Eu falo pra ele, por isso que a gente passa apertado, só sapateiro, só sabe mexer com sapato, sapateiro ganha uma mixaria danada, na roça não, na roça você vai ficar com aquele salário, mas fora com o que a gente pode plantar, pode criar, fora que tem tudo que precisa na roça, mas ele não concorda. Eu que sou mulher, igual, tem muito serviço que homem faz que a mulher também faz, minha família é toda metalúrgica, se for pra pôr eu lá ou qualquer outra pessoa, vai aprender também, só que eles não dá essa chance pra gente. A gente chega no lugar eles olham torto e não dá a chance pra pessoa aprender. É porque é um serviço forte. Eu gosto de serviço assim. Eu deveria ter nascido homem, mas Deus mandou foi mulher, porque eu não tenho medo de nada não. Porque que a mulher não pode ser metalúrgica, eu já vi mulher trocar pneu de carro, eu também sei, eu já vi tudo nessa vida, mulher dirigir trator, caminhão, ônibus, porque que a gente não pode aprender outras coisas. Lógico que pode. Se tiver uma chance da gente aprender a gente aprende. Aqui deveria ter outras coisas, porque só tem o sapato e sem oportunidades, eu acho que a gente tá no fim do mundo mesmo, muitos sem emprego. Tinha que abrir mais indústria pra ter mais emprego. Assusta o tamanho de Franca e não ter emprego pras pessoas. Eu trabalhei pouco e mandei curriculum, mas tô esperando chamar, nem pra entrevista chamou, é que eu tenho pouca experiência em fábrica e eles olha muito pelo estudo né. Eu arrependo de não ter estudado o que precisava porque hoje o estudo é tudo né, sem estudo não tem nada. Só que eu vou adiante e vou atrás porque meus irmãos ninguém sabe ler

nem escrever e tá trabalhando. Meu marido não aceita eu voltar a estudar, é ignorante demais, passa outras coisas na cabeça. Assim, tem vez que eu costuro muito e tem que puxar a linha pra lá e pra cá aí dói meu braço. Aí sai fora do lugar e dói muito, aí eu fico uns dois dias sem costurar. Eu nem sei o que é não porque eu nem fui no médico, eu fico com medo dele falar que tem alguma coisa então eu nem vou. O sapato tá vindo muito corrido, aí tem que costurar rápido, eles dá aquele prazim pra costurar. E tá muito barato o sapato, ao invés de aumentar o preço tá é diminuindo. O ano passado eu costurei era R\$1,70, R\$1,00, e agora tá R\$0,65, R\$0,70, não sei o que tá acontecendo. Aí eu vou costurando, nem que for pra ganhar pouquinho. Por dia eu faço uns 30 par. Essa dor sempre vem e tem hora que dói que eu grito o marido. Já fiquei 2 dias sem fazer nada. Eu costuro até a hora que dá, já costurei até 1 hora da manhã, às vezes tem muito que entregar no outro dia, aí eu tenho que acabar senão eu não durmo, eu não consigo. Se chega no outro dia cedo eu não acabei eu fico nervosa, fico esquisita, então se eu pego um trem eu quero acabar, aí eu não consigo dormir, vou até acabar (Cleuza).

Para finalizar, esse depoimento de Cleuza é assaz relevante, visto que traz inúmeros focos de problematização da respectiva discussão. Primeiramente mostra a divisão sexual do trabalho ao retratar o espaço rural como aquele caracterizado pelo serviço pesado, predominantemente masculino e assumido por Cleuza em algumas fases de sua vida. Segundo essa colaboradora, o companheiro contribui nas tarefas domésticas, porém é resistente à inversão dos papéis, ou seja, não permite que Cleuza ingresse no mercado de trabalho para ele permanecer em casa realizando tais atividades. No mais, Cleuza relata que, no decorrer de sua trajetória, desempenhou tarefas consideradas “pesadas” e “masculinas” como a metalurgia, demonstrando identificação com tais atividades. Mesmo assim, sua fala é paradoxal na medida em que diz que gostaria de ter nascido homem por não temer nada. Ou seja, fica implícita em sua fala que as mulheres são temerosas, frágeis e necessitam de proteção. Também pontua que o município de Franca poderia proporcionar e gerar novos empregos sem se restringir ao âmbito coureiro-calçadista, buscando diversificar sua produção. Igualmente ao pensamento de uma parcela significativa da população, acredita que a educação seria a panacéia para os males da humanidade, apresentando assim uma visão unilateral dos problemas

macroestruturais. Diante disso, descreve que gostaria de retornar aos estudos, porém seu companheiro não permite, reforçando a submissão feminina frente ao domínio do macho. Portanto, tem-se o reforço dos papéis tradicionalmente femininos que destina a mulher ao doméstico e à dependência em relação ao homem.

Enfim, sua fala contextualiza, em linhas gerais, a precariedade das relações de trabalho no cerne da costura manual do calçado, pois a remuneração é aviltante diante do valor pago por peça produzida, não há nenhuma rede de proteção social e cobertura legislativa que assegure a esse segmento acesso às garantias e direitos trabalhistas, não há uma jornada fixa dessa atividade, o que permite a extensão desta pelo decorrer do dia e da noite, contribuindo para a degradação das condições de saúde e da qualidade de vida dessas mulheres negras que se encontram na esfera da informalidade.

Frente às inúmeras problemáticas apresentadas, que evidenciam as precárias condições de vida e trabalho dessas mulheres negras e suas estratégias de sobrevivência ante uma lógica globalizada e neoliberal que acirra as desigualdades étnico-raciais e de gênero, o que se torna imprescindível é ressaltar que nesse espaço que entrelaça o local e o global, homens e mulheres, brancos e negros, antes mesmo de serem considerados meramente força de trabalho, ou seja, massa produtiva, dentro do sistema produtor de mercadorias, também são seres de subjetividades, que sentem, que amam, que odeiam, que choram, que desprezam, etc. Ou seja, no plano das relações sociais e interpessoais, não produzimos exclusivamente mercadorias voltadas às necessidades do mercado, mas também produzimos fantasias e sentimentos dos mais variados que dão novos significados à vida humana. Em suma, nesse contexto de constantes transformações, o trabalhador é atingido na sua materialidade e na sua subjetividade.

Portanto, o que constatamos diante das respectivas narrativas é que a vida cotidiana das mulheres negras perpassa inúmeros acontecimentos, marcados por opressão, dominação, preconceito, discriminação, precariedade nas relações de trabalho, entre outros. Mesmo assim, essas mulheres continuam persistindo na luta pela sobrevivência, sacrificando-se incessantemente e resistindo, mesmo que em âmbito individual, ao *status quo*.¹³⁰

O que se faz necessário é que essas mulheres não se deixem calar, extrapolem as barreiras da invisibilidade e assumam o protagonismo de suas histórias dentro da família, da comunidade e da sociedade a qual estejam inseridas. Para tanto, a partir das experiências cotidianas, tais mulheres devem construir uma identidade de classe como forma de se constituírem como sujeitos coletivos com capacidade organizativa e autonomia para reivindicarem seus direitos.

Essa face perversa do trabalho domiciliar, que preconiza uma suposta “autonomia”, apenas contribui para a diluição dos trabalhadores, o que dificulta as ações de mapeamento desse universo com vistas a traçar medidas eficazes que atendam as necessidades e interesses dos trabalhadores no que tange aos seus direitos de cidadania.

Tendo em vista as assimetrias vigentes nas relações sociais, fica evidente, no presente estudo, que na contemporaneidade ainda verificamos um *apartheid* entre os povos e uma acirrada iniquidade social, com ênfase para as questões étnico-raciais e de gênero. Assim, o grande desafio consiste em criar alianças com os diversos grupos, sejam homens, mulheres, brancos, negros, migrantes, imigrantes, indígenas, homossexuais, heterossexuais, sem-terra, entre outros, pois a luta é de

¹³⁰ Leite considera ser a resistência “[...] não só as formas de ações localizadas e coletivas – como uma greve, por exemplo – mas também as individuais e difusas que se expressam em ações isoladas e pouco explícitas, que nem por isso, porém, deixam de refletir uma oposição às formas de dominação [...]” (1994, p.36).

toda humanidade contra uma ordem societária opressora e exploradora que traz rebatimentos para o conjunto da humanidade. Apesar de alguns segmentos serem mais prejudicados em detrimento de outros, não podemos continuar a compor guetos que desarticula um movimento que deveria ter viés universal. Destarte, eis o grande repto – revisitar as múltiplas facetas da questão social e mudar os rumos da história.

Considerações Finais (...) para não concluir

No decorrer da elaboração deste trabalho, nosso maior objetivo, além de conhecer uma realidade ainda pouco explorada, como o universo das mulheres negras que se encontram na informalidade, com ênfase para o trabalho domiciliar no município de Franca-SP, foi o de suscitar no leitor novas reflexões e indagações sobre a problemática em evidência.

Tomamos como heroínas deste enredo as mulheres negras, pessoas comuns no cenário francano, que fazem história e estão presentes no cotidiano, com seus sonhos, fantasias, racionalidades, subjetividades e visões de mundo. Nesse fluxo, redirecionamos o *fazer ciência* por considerar que a história oficial sempre esteve voltada a relatar os grandes feitos de homens brancos.

A postura que assumimos na presente pesquisa foi de reflexividade, buscando estilos narrativos que nos apresentem as incertezas mundanas e humanas. Além disso, nosso intuito foi de nos apropriarmos do provisório e não do perene, visto que o conhecimento é um processo incessante e assim toma várias configurações, formas, dimensões e colorações. Tal conhecimento é sempre limitado, porém dotado de possibilidades.

O conhecimento também é global e local, com suas generalidades e singularidades; não é determinístico nem descritivo, mas pautado em possibilidades com vistas a transgredir a metodologia hermética e dicotômica.

Diante disso, urge então descanonizar as metanarrativas e as teorias tradicionais, com o objetivo de reinventar e reconstruir a teoria crítica, sem dogmatismo e “verdades absolutas”, passando o conhecimento a ter cunho interrogativo, provisório, contingente e não normativo.

Assim, eis o repto da contemporaneidade – reinventar a ciência, desconstruir o saber hermético, criar novas possibilidades na construção do conhecimento, buscando extrapolar as barreiras do cartesianismo. Para isso, o primeiro passo está na decifração de novas tramas, novos sujeitos, novos cenários, novas relações e interações. No entanto, é imprescindível romper com os saberes compartimentados, típicos da ciência moderna.

O que observamos na atualidade é que pensar por si mesmo é um fenômeno raro, pois estamos habituados a reproduzir opiniões dos grandes sábios, intelectuais e profetas, bloqueando nossa própria desenvoltura de produzir conhecimento. Assim, não confiamos na nossa razão, deixando para acreditar no legado que nos foi transmitido pelos nossos “sábios” e “deuses” antepassados.

Partindo de nossas lacônicas reflexões que se apresentam aqui com suas limitações, tivemos a intencionalidade de circunscrever a questão étnico-racial e de gênero sob a ótica do mundo do trabalho, com ênfase para a informalidade e, mais precisamente, para o trabalho domiciliar no município de Franca-SP.

Ao refletirmos sobre a inserção da mulher negra na esfera da informalidade e partindo de algumas análises realizadas e estudos de alguns bancos de dados, podemos afirmar, sem correr o risco de insensatez, que as mulheres negras e também as brancas ainda ocupam determinados nichos no mercado de trabalho, perpetuando nas atividades consideradas exclusivas e naturalmente femininas.

Portanto, mesmo no limiar do século XXI, a nossa sociedade ainda é a sociedade do patrão, do presidente, do prefeito e do diretor, sendo estes majoritariamente brancos.

Outro fato relevante nessa conjuntura é a derrocada do sindicalismo, espaço historicamente reservado ao masculino, que deve repensar suas práticas com vistas

a se tornar um veículo de representação do conjunto dos trabalhadores ante seus interesses na luta contra todas as formas de opressão, discriminação e desigualdade de gênero e raça/etnia.

É mister considerar que o resultado de uma pesquisa científica é sempre uma aproximação às hipóteses e objetivos elencados *a priori* pelo pesquisador, pois é impossível esgotar a realidade social visto que ela se apresenta em múltiplos aspectos.

Assim, diante de nosso propósito inicial, conseguimos nos aproximar de uma determinada realidade e compreender algumas nuances desse universo, onde se mantêm acesas as chamas do preconceito e da discriminação étnico-racial e de gênero. O que se faz necessário diante do observado é descortinar a sutileza dos preconceitos que reforçam a subalternidade de mulheres e negros na ordem vigente.

Seguindo a orientação de Sen (2000), é preciso desenvolver o capital humano reconhecendo sua diversidade. Ou seja, situados numa sociedade plural, devemos ter como parâmetro o respeito ao ser humano, independente de raça/etnia, gênero, credo, orientação sexual, nacionalidade, etc. Para o autor, os bens primários imprescindíveis para os seres humanos promoverem seus próprios fins são os direitos, liberdades, oportunidades, renda, riqueza e respeito.

No que concerne à contribuição do estudo para o Serviço Social, podemos dar alguns indicativos, mesmo que de forma limitada.

Por compreender o Serviço Social como fruto do trabalho coletivo que atua diretamente com as expressões da questão social, as discussões das relações interétnicas e de gênero são imprescindíveis para o conhecimento do profissional, visto que são questões emergentes e que requerem ações efetivas para reduzir o fosso da desigualdade social existente.

Para tanto, o Serviço Social pode buscar conhecimentos na respectiva área com o intuito de implementar políticas sociais públicas, eficientes e eficazes, tendo como público alvo mulheres e negros.

O assistente social como um formulador, implementador e executor destas políticas, poderia pensar a questão de gênero em conjunto com a questão étnico-racial, entendidas como expoentes da questão social e como partes constituintes de uma totalidade a ser decifrada. Todavia, além da problematização, reconhecimento e desmistificação da questão social, o grande impasse está em lançar propostas de enfrentamento da mesma.

O que se tem como primazia na pauta atual do universo acadêmico e no plano político é a criação de mecanismos que garantam a estes segmentos, ou seja, as mulheres negras, posições e ocupações em diversos âmbitos do mundo do trabalho que historicamente lhes foram restritas.

Tais políticas deveriam ter cunho universalista e estarem voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais de gênero e raça/etnia, pois conforme observado, a grande parcela populacional que se encontra em condições de miserabilidade são negros. Por isso, o investimento em políticas universais voltadas à empregabilidade, educação, habitação, saúde, saneamento básico, entre outras, contemplaria em maior escala os negros, diante do retrato atual das desigualdades sociais. Com isso, a necessidade é de se propor políticas públicas de inclusão social e de igualdade racial e de gênero.

O intuito de políticas públicas universalistas é fazer com que a cidadania deixe de ser um mero simulacro e ganhe forma e legitimidade.

Diante do que foi apresentado, tendo em vista a dura realidade das mulheres negras, novas inquietações surgem como: Seria possível buscar um

desenvolvimento que não se paute na lógica do econômico, mas que esteja voltado para a lógica do humano? Ou seja, com base em Sen (2000) é possível um desenvolvimento para a liberdade dos indivíduos? Ou ainda, é possível efetivar os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores no atual cenário? Isso seria possível por intermédio dos sindicatos ou surgimento de novos espaços e movimentos de luta em prol dos direitos da coletividade? É possível superar as desigualdades raciais e de gênero? Perante o clima do “salve-se quem puder”, para onde caminha a humanidade nesse pseudodesenvolvimento?

Se verificarmos o refluxo do movimento sindical, compreenderemos que tal organização enfrenta, nos últimos tempos, inúmeras dificuldades que colocam em jogo sua própria sustentabilidade. Além do mais, diante da realidade pesquisada, percebemos que essas mulheres não possuem organização de classe, de bairro, ou algo similar e, com isso, não possuem representatividade.

Outro aspecto que merece menção diz respeito à falta de perspectivas futuras dessas mulheres que foram nossas colaboradoras. Diante do quadro apresentado, observamos que as problemáticas por elas vivenciadas são individualizadas e interiorizadas, perdendo de vista a dimensão global da realidade, onde as transformações gestadas no mundo do trabalho desencadearam a precariedade nas relações de produção e assim atingiu sobremaneira a esfera material e subjetiva da vida dessas mulheres, provocando rebatimentos e descrenças no que tange aos sonhos e utopias das mesmas. O que fica evidente é a ausência de uma visão de conjunto acerca das problemáticas presentes na cotidianidade dessas colaboradoras, o que impede uma maior organização e politização por parte desse segmento que se encontra fragmentado ante a heterogeneidade e complexidade na relação capital/trabalho.

Entretanto, o que ocorre é que essas mulheres reconhecem o pesar da exploração e da opressão que vivenciam na trama da cotidianidade e este é um espaço ímpar para o despertar das manifestações de resistência, que inicialmente se dão no plano individual e isolado, mas que permitem a proliferação e constituição de grupos diversos com interesses coletivos.

Todavia, é condição imprescindível que a mulher negra deixe de ser mera coadjuvante e passe a protagonizar sua história, participando, de forma igualitária, das oportunidades na vida em sociedade e desfrutando de seus direitos.

Nessa perspectiva, a pesquisa vem contribuir de forma sumária na medida em que é considerada uma via de inclusão, por dar visibilidade a uma realidade, que aqui está direcionada para as mulheres negras no mundo do trabalho.

Mas é importante salientar que tais considerações não se encerram aqui, visto que o respectivo estudo enfatiza uma realidade local que se interage com uma dinâmica globalizada. Além do mais, a problemática discutida está presente no macrocosmo e traz rebatimentos peculiares nos microespaços, diante da complexidade dos processos produtivos. Com isso, tal tema, de natureza abrangente, constitui-se no ponto de partida e, não, de chegada, para buscarmos maiores discussões e propositivas para essas expressões da questão social, entendida como objeto, *par excellence*, de intervenção do Serviço Social.

O desafio presente é recriar uma ciência que prima pela incerteza visando ao contínuo questionamento do real.

Nesse sentido, nosso propósito não foi dar resultados, receitas e modelos com base nos preceitos do cartesianismo e, sim, realizar uma reflexão sobre um tema emergente e impossível de ser camuflado diante da sua magnitude.

Muitas das nossas inquietações no decorrer do estudo encontram-se ainda obscuras e inconclusas diante das inúmeras limitações e lacunas da ciência em dar respostas totalizantes e fixas às problemáticas apresentadas na contemporaneidade. Isso ganha notoriedade quando se parte de um conjunto de fatores que envolvem a vida dos seres humanos, abarcando elementos não só objetivos, mas também subjetivos da vida, algo ainda pouco explorado no *fazer ciência*.

Construir, desconstruir e reconstruir é atividade humana, e, por isso, incessante, constatando que o que foi aqui analisado não está acabado e, sim, representa algumas indagações sobre o real e visa provocar nos leitores e pesquisadores novas hipóteses e problemáticas acerca do tema e assim tecer outras histórias, com novos horizontes.

Por fim, as grandes certezas e concepções esquemáticas se esvaíram. É chegado o momento de ousar, de inventar, de reinventar, de transgredir e de romper com os enrijecimentos estruturais para dar voz aos silenciados, ou seja, revitalizar a história.

Ao lidarmos com seres humanos não podemos perder de vista a dimensão da processualidade, do inconcluso, do efêmero, do transitório, do contingencial e do provisório.

A contemporaneidade é plena de incertezas, que atormenta os seres humanos diante de suas impotências ao lidar com as imprevisibilidades.

O futuro continua incognoscível e aberto, pois sabemos que “tudo o que se apresenta como sólido se desmancha no ar”.

E com a pretensão de não concluirmos tal temática, compartilhamos da idéia de José de Souza Martins (1997, p.203), de que “É no fim que está propriamente o começo”.

Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Trabalho a domicílio: uma forma de emprego. **Revista Tempo e Presença**, São Paulo, v.15, n.269, p. 38-40, jun. 1993.

ABREU, Alice R.P.; SORJ, Bila. Subcontratação e trabalho a domicílio: a influência do gênero. In: MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994, p.62-75.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos).

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ARAÚJO, Ângela M. C.; FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.309-346.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca**

1920-1990). 2004. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP, Araraquara, 2004.

BATISTA, Marta R.; GALVÃO, Olívia M.R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.23, p.71-95, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 3.ed. São Paulo: Cartilha Popular, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.295-307.

BERGMANN, Michel. **Nasce um povo**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca**: a reorganização industrial e economia informal. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca – FACEF, Franca, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.13-58.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. (Fundação Carlos Chagas).

BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Org.) **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Editora da Fundação Carlos Chagas, 1994.

CAMPANHOL, Edna Maria. **As reações socioeconômicas em Franca em face do processo de globalização**. 2000. 308 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2000.

CANÔAS, José Walter. **Nas pegadas dos sapateiros: os sindicatos em Franca-SP.** Franca: UNESP/ Prefeitura Municipal, 1993.

CARREIRA, Denise (Coord.). **Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença.** São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Valéria Landim de. O Serviço Social e o Setor Informal. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.32, p. 5-17, maio de 1990.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador.** 1973. 244 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 1973.

CHINALI, Israild Giacometti. **De volta ao lar? Trabalho feminino e globalização.** 1997. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 1997.

CINTRA, Soraia Veloso. **A passos lentos – o percurso das mulheres operárias na indústria de calçados: discriminação ou indiferença?** 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2003.

DE MASI, Domênico. **O ócio criativo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DELGADO, Lucília de A. N. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista da Associação Brasileira de História Oral.** São Paulo, n.6, p.9-25, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. **Revista de Estudos Avançados,** São Paulo, v.12, n.33, p.171-183, 1998.

_____. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERNANDES, Maria Esther. A “história de vida” como instrumento de captação da realidade social. **Cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo, n.6, p.145-155, 1995.

FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTR Editora, 1995.

FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n.1, p.19-30, 1998.

FERREIRA, Mauro. **O espaço edificado e a indústria de calçados em Franca**. 1989. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1989.

FERREIRA, Amauri C.; GROSSI, Yonne de S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n.7, p.41-59, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 17.ed. Rio de Janeiro, 1975.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico (Org.). **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Brasília-DF: Instituto Teotônio Vilela, 1999. (Pensamento Social-democrata).

GOMES, José C. de S. A discriminação da força de trabalho do negro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.8-9, p.149-152, 1983.

GONÇALVES, José Sérgio R. C. **Mão-de-obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1985.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado** – para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed.34, 2002.

_____. **Preconceito e discriminação**: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2004.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (Org.) **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, 1988.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. 15.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ITANI, Alice. **Subterrâneos do trabalho**: imaginário tecnológico no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 1997.

JAKOBSEN, K. A.; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O. (Org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n.4, 1999.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.41-63, 1997.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.211-236.

LEITE, Márcia de Paula. **O Futuro do Trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LIRA, Izabel C. D. Informalidade: reflexões sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.69, p.140-150, março de 2002.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINO, Vânia de Fátima. **Análise crítica do trabalhador negro na indústria calçadista de Franca-SP**. 1999. 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 1999.

MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. (Org.). **(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. (Org.). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v.1. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MATTOSO, Jorge E.L.; OLIVEIRA, Carlos E. B. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, Cortez, 2002.

MOREIRA, Antonia S. P; OLIVEIRA, Denize C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2.ed. Goiânia: AB Editora, 2000.

MORENO, Monserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro em Franca (SP): a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho**. 1998. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP, Araraquara, 1998.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n.3. p.109-116, 2000.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.171-185.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Arlete Benedita de. História oral: uma possibilidade metodológica qualitativa peculiar na pesquisa em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v.7, n.2. p.153-169, 1998.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n.3. p.117-127, 2000.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. Terceirização e prática sindical. **Revista Tempo e Presença**, São Paulo, v.15, n.269, p.35-37, jun. 1993.

REIS, Carlos Nelson dos. **A indústria brasileira de calçados**: inserção internacional e dinâmica interna nos anos 80. 1994. 257 f. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1994.

REIS, Lélia Marília dos. **O trabalho a domicílio no contexto da terceirização**: um estudo do trabalho das costuradeiras manuais da indústria de calçados de Franca (SP). 2002. 96 f. Dissertação (Mestrado em Saúde na Comunidade). Universidade de São Paulo – FMRP, Ribeirão Preto, 2002.

REIS, Marisa dos. **Reestruturação internacional e inserção do Brasil na indústria de calçados**. 1992. 140 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1992.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas: Editora Alínea, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.183-215. (Fundação Carlos Chagas).

_____. O Estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente T. (Org.). **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p.142-163.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 8ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SATRIANI, Luigi M. Lombardi. **Antropologia cultural e análise da cultura subalterna**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho didático científico da Universidade. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ana Maria Vieira Mariano da. **Indústria calçadista e globalização**: o caso de Franca-SP. 1998. 115 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 1998.

SILVA, Denise F. da; LIMA, Márcia. Raça, gênero e mercado de trabalho. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.23, p.97-111, 1992.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Refazendo a fábrica fordista**: contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, Luiz Antonio M. da. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Revista Tempo e Presença**, São Paulo, v.15, n.269, p.31-34, jun. 1993.

_____. Informalidade e crise econômica. **Revista Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v.18, n.288, p.10-13, jul. 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n.4, p.103-120, 2001.

SILVA, Maria Beatriz N. da. A História da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – USP**, São Paulo, n.27, p.75-91, 1987.

SOUZA, Irene Sales de. **O resgate da identidade na travessia do movimento negro: arte, cultura e política**. 1991. 376 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1991.

SOUZA, Samuel Fernando de. **Na esteira do conflito: trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980)**. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2003.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TELLES, Edward E. Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.19, p.61-80, 1990.

_____. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.26, p. 21-51, 1994.

_____. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História oral e contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n.5, p.09-28, 2002.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

TOMAZINI, Maria Lúcia Vanucchi. **A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e gênero na indústria calçadista de Franca-SP**. 2003. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP, Araraquara, 2003.

TOSI, Pedro G. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1998.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. Vol.2. 10.ed. São Paulo: Ática, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1995.

Sites Consultados

<<http://www.dieese.org.br>>

<<http://www.ibge.gov.br>>

<<http://www.ipea.gov.br> >

<<http://www.seade.gov.br>>